COMEMORANDO o Tricentenário da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, nada mais oportuno do que a publicação desta obra, que nos conta a história das Missões Franciscanas, desde 1500 a 1975, em nossas terras. A importância deste livro não seria apenas para aqueles estudiosos do Franciscanismo, ou da história eclesiástica brasileira, ou do estudo missionológico comparado. Ele é um capítulo da História do Brasil que não poderá ser ignorado pelos especialistas, tal a ligação entre a Missão Franciscana e essa mesma História, desde os seus primórdios. Aportando no Brasil já com Pedro Álvares Cabral, esses primeiros Missionários cumpriram um lema da política externa portuguesa: «Dilatar a fé e o império». Não se pode conceber as Missões religiosas portuguesas isoladas da administração régia. Ao rei competia a «Jurisdição espiritual», cujos negócios eram tratados no Conselho Ultramarino, que regulamentava quase todo o trabalho missionário. Era teoricamente difícil estabelecer fronteiras entre o temporal e o espiritual. A tal ponto que «o missionário geralmente não passava de um funcionário régio». Se um tal contexto é incompreensível para um homem de hoje, teve entretanto sua utilidade histórica: muito se poderá compreender da evolução do Brasil estudando-se também a história de suas Missões. Os Franciscanos desde o início estiveram tão presentes nesse processo, que seria uma grande lacuna na bagagem do historiador o desconhecer a história de suas Missões nestes quatro séculos de vida da nação. A Editora Vozes, também uma casa franciscana, acha que, ao publicar este livro, está contribuindo de maneira prática para a construção de uma autêntica História do Brasil.

PUBLICAÇÕES DA VOZES
NO CAMPO DA HISTÓRIA DO BRASIL:

- **JOANA ANGÉLICA — MÁRTIR DA INDEPENDÊNCIA** — Hugo D. Baggio
- **A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1823** — José Honório Rodrigues
- **A DEMOCRACIA COROADA** — J. Camillo de Oliveira Torres
- **EVOLUÇÃO DO CATOLICISMO NO BRASIL** — J. A. de Souza Montenegro
- **O TENENTISMO EM SERGIPE** — J. I. Costa Dantas
- **FORMAÇÃO DO CATOLICISMO BRASILEIRO** — B. Hoornaert.

Atendemos pelo Reembolso

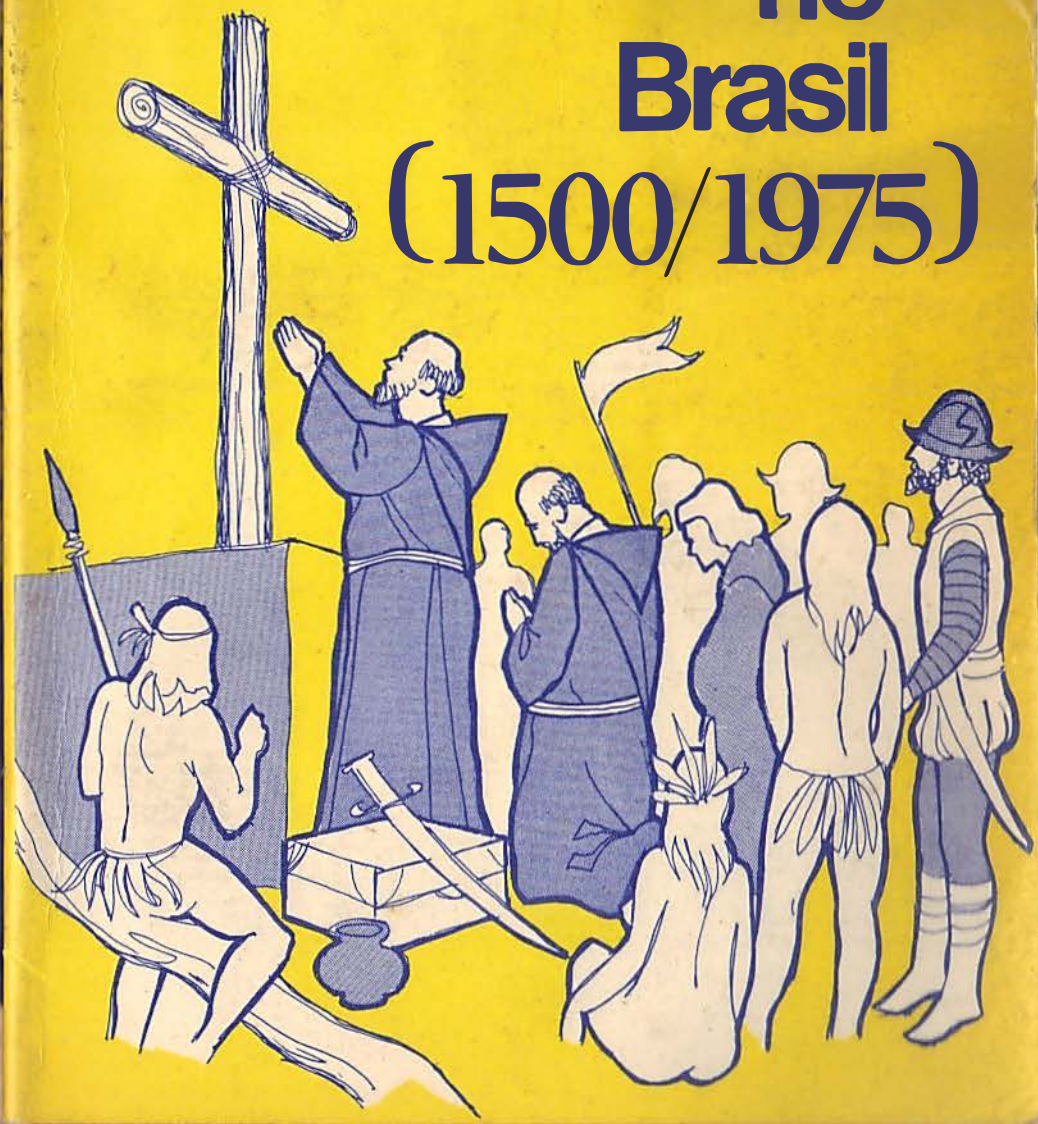
EDITORA VOZES

Capa: Edson Scorcelli

VOZES

Frei Venâncio Willeke O.F.M.

Missões Franciscanas no Brasil (1500/1975)



Centro de Investigação e Divulgação

PUBLICAÇÕES CID

História/3

Coordenadores

ARCÂNGELO R. BUZZI
LEONARDO BOFF

MISSÕES FRANCISCANAS NO BRASIL

(1500/1975)

Frei Venâncio Willeke, O.F.M.

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Petrópolis
Editora Vozes Ltda.
1974

Coedição com
Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil

© 1974
Editora **Vozes** Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25600 Petrópolis, RJ
Brasil

Capa: Veneração da Santa Cruz, por Frei Henrique de Coimbra em Porto Seguro a 1º de maio de 1500.

1675/1975

Evocando o Tricentenário da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, apresentamos o histórico das Missões de 1500 a 1975 como prova de que o ideal missionário de São Francisco nunca deixou de se realizar, com a graça de Deus e o sacrifício dos arautos de Cristo.

CENTRO DE HISTÓRIA FRANCISCANA
Rio de Janeiro

Prefácio

A Igreja é missionária por natureza.[1] E sempre assumiu a obra da evangelização como um dever fundamental. Imitando os Apóstolos, que deixaram propriedades e famílias para seguir Jesus Cristo e, depois de Pentecostes, partir para terras distantes a pregar o Evangelho e a batizar em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, padres e religiosos, e não poucos leigos, ao longo da história da Igreja, se predispuseram para a difícil tarefa de levar a mensagem evangélica aos povos distantes. A Igreja vê nesses voluntários pessoas marcadas por especial vocação[2] e abençoou profusamente os Institutos Missionários. E o Concílio Vaticano II, que tanto estudou a Igreja e as maneiras modernas de difusão do Evangelho, dedicou todo um documento, o *Ad Gentes*, à atividade missionária na Igreja, procurando «delinear os princípios e reunir as forças»[3] em torno das novas e múltiplas tarefas que as Missões estão a pedir nas circunstâncias atuais que afetam tanto os países que podem enviar missionários, quanto os países que os recebem.

A Ordem Franciscana, desde os primórdios, sempre se envolveu do espírito missionário e se enriqueceu espiritualmente nas missões entre os não-cristãos. E não seria de esperar outra coisa de uma Ordem que nasceu ouvindo o trecho do Evangelho onde Jesus envia seus discípulos — sem dinheiro e sem bagagem — a anunciar a proximidade do Reino dos Céus.[4] O próprio São Francisco, depois de malogradas uma viagem à Síria, em 1212, e outra ao Marrocos, em 1213[5], foi ao Sultão Mélek-el-Kámel, em 1219, enviado «não por autoridade humana, mas pelo Deus Altíssimo, para lhe ensinar, a ele e a seu povo, o caminho da salvação e o Evangelho da verdade».[6] E' comovente a página que nos relata como Francisco mandou cinco de seus frades ao Marrocos, os cinco que viriam a ser os proto-

mártires da Ordem: «A bênção do Altíssimo desça sobre vós como desceu sobre os Apóstolos, e vos fortifique, vos guie e vos console nas tribulações. Não temais, o Senhor combaterá convosco. Parti em nome de Deus. E' ele que vos envia». [1] E na Regra definitiva, de 1223, sobre a qual a Providência construiu toda a história da Ordem até os nossos dias, São Francisco fala diretamente das Missões, da vocação missionária e da seriedade com que os Superiores devem olhar os que pedem para ir aos territórios de missão. [2]

Belíssimas páginas missionárias escreveram os franciscanos nas terras do Brasil, onde foram os primeiros entre os primeiros missionários, cabendo a um franciscano, Frei Henrique de Coimbra, celebrar a Primeira Missa na nova terra, tão simbolicamente chamada de Vera Cruz e depois Terra de Santa Cruz. Invade-nos grande alegria ao lermos a *História das Missões Franciscanas no Brasil*, escrita pelo historiador e nosso confrade Frei Venâncio Willeke, agora editada pela Editora Vozes Ltda., numa homenagem ao Tricentenário da nossa Província da Imaculada Conceição. Durante os quase cinco séculos, em tempo algum faltaram as vocações generosas para a catequese indígena, desde a famosa cena imortalizada por Vítor Meirelles no *Quadro da Primeira Missa* e descrita com tanto gosto por Pero Vaz de Caminha [3], até as atuais missões entre os Tiriyó na Serra do Tumucumaque, no Pará.

No século XVI prevaleceram as missões avulsas de missionários vindos de Portugal, Espanha e Itália, até que, em 1585, se instalou a Custódia de Santo Antônio, com sede em Olinda, dando à catequese novos impulsos, sobretudo entre as tribos Potiguara, Tobajara e Caeté. Essa fase missionária mereceu a atenção especial dos cronistas franciscanos Frei Vicente do Salvador, Frei Manuel da Ilha, Frei Apolinário da Conceição e Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. O maior contingente de missionários, porém, entrou em ação em fins do século XVII, após a criação das Províncias Franciscanas da Imaculada Conceição e de Santo Antônio. A estas se acrescentam três comissariados na Amazônia, de modo que, em meados do século XVIII, havia mais de 50 missões franciscanas em todo o Brasil, cabendo 26 destas à Amazônia com mais de cem religiosos catequistas entre os silvícolas do Maranhão e do Pará.

A perseguição pombalina, em grande parte responsável pelo atraso cultural e religioso do Brasil, extinguiu de vez todas as missões do extremo norte e do nordeste, até Alagoas inclusive. Não apenas os franciscanos sofreram com a arbitrariedade do Marquês. Todas as demais Ordens e Congregações foram impedidas de ter noviciados no Brasil. O que significou uma decadência geral. Em meados do século XIX vieram, a convite do Governo Imperial, missionários italianos que começaram catequese, em 1870, no estado do Amazonas. Surgiram aldeias cristãs nos rios Madeira, Solimões e Vaupés. Mas esta obra teve existência efêmera, extinguindo-se em 1894, quando se começava a restauração das Províncias de Santo Antônio e da Imaculada Conceição, reduzidas a última a um único frade, e a primeira a 9, por complexas razões político-sociais. Esta mesma restauração é outro marco expressivo da alma missionária, trazendo à cena algumas centenas de frades alemães que, em vindo para o Brasil, multiplicaram aqui o espírito evangélico em escolas, colégios, igrejas e pregações populares, tendo parte ativa inclusive em momentos críticos da história como foram as guerras de Canudos e do Contestado, correndo estados de ponta a ponta em lombo de mula, plantando a fé e a cultura, a educação e a alma pacífica, hoje característica do povo brasileiro.

Restauradas as duas Províncias, em 1901, a Santa Sé confiou aos franciscanos a Prelazia de Santarém do Pará, onde, em 1911, fundaram a missão entre os Índios Mundurucu, ainda hoje florescente. Em 1964, a Província de Santo Antônio aceitou, em caráter definitivo, a catequese entre os Tiriyó e os Caxúyana.

O número das missões, desde o descobrimento do Brasil até o presente, eleva-se a mais ou menos 140, tendo algumas contado com um século e meio de assistência franciscana. Ao menos seis missionários foram martirizados, a começar com os Protomártires de Porto Seguro, por volta de 1518.

Esta História das Missões — além de ser um sério e bem documentado estudo histórico — vem muito a propósito no momento em que alguns setores da opinião pública brasileira levantam objeções à atividade missionária, tentando mesmo bloquear o acesso aos indígenas no pretexto de salvaguardar suas culturas e proteger sua sadia ingenuidade. Ora, a verdadeira missão não destrói, acrescenta. A Igreja lembra no Concílio: «Qualquer

um que se vai aproximar dalgum povo deve ter em grande estima seu patrimônio, línguas e costumes». [10] E a Liturgia reformada tem condições de levar em conta — e até conservar intactos — todos os elementos culturais e cultuais autóctones que melhor exprimam a situação do homem diante de Deus [11], pois sua missão não é ideológica, mas a de ser sal e luz [12] que conserve, ilumine e renove toda a criatura «para que tudo seja restaurado em Cristo, e Nele os homens constituam uma só familia e um só povo de Deus». [13]

Frei Clarêncio Neotti, O.F.M.

NOTAS

[1] *Ad Gentes*, 2.
[2] *Ad Gentes*, 23.
[3] *Ad Gentes*, 1.
[4] São Boaventura, *Legenda Maior*, cap. III, 1; Tomás de Celano, *Vita prima*, cap. IX; Wadding, *Annales Minorum*, ad an 1208, n. 46.
[5] São Boaventura, *Legenda Maior*, cap. IX, 5; Celano, *Vita Prima*, cap. XX.
[6] São Boaventura, *Legenda Maior*, cap. IX, 8; Wadding, *Annales Minorum*, ad an 1219, n. 324.
[7] Wadding, *Annales Minorum*, ad an 1219, n. 319.
[8] *Os Escritos de São Francisco*, trad. do texto preparado por Kajetan Esser. Editora Vozes, Petrópolis 1970, p. 107.
[9] Pero Vaz de Caminha, *Carta a El Rei D. Manuel*. Ed. S.D., Rio 1929, p. 47-49.
[10] *Ad Gentes*, 26.
[11] *Sacrosanctum Concilium*, 37 e 38.
[12] Mt 5,13-14.
[13] *Ad Gentes*, 1.

Sumário

Prefácio, 7
Introdução, 15

I. MISSÕES ESPORÁDICAS 1500-1585

1. A primeira Missa no Brasil, 19 / *2.* Os Protomártires do Brasil, 21 / *3.* Segunda Missão de Porto Seguro — Rio do Frade, 25 / *4.* Outro Rio do Frade, 26 / *5.* Os primeiros Franciscanos em Salvador, 26 / *6.* A Missão entre os Carijó de Mbyaçá, 27 / *7.* Ermitão e Missionário, 29 / *8.* Frei Alvaro da Purificação, 30 / *9.* Franciscanos espanhóis em Salvador e S. Paulo, 30

II. MISSÕES DA CUSTÓDIA DE SANTO ANTÔNIO 1585-1619

1. Fundação da Custódia e nomeação do Custódio, 34 / *2.* Missões Franciscanas em particular, 36 / a) Olinda, 36 / b) Igaraçu, 39 / c) Goiana, 40 / d) São Miguel do Una, 41 / e) Porto de Pedras, 44 / f) Paraíba, 45 / *3.* Missionários de Destaque, 53 / a) Frei Bernardino das Neves, 53 / b) Frei Manuel da Piedade, 55 / c) Frei Francisco do Rosário, 57 / d) A serviço da Cruz e da Espada, 60 / *4.* Praxe Missionária, 61 / *5.* Epílogo, 68 / *6.* Documentos, 75

III. MISSÕES DA PROVÍNCIA DE SANTO ANTÔNIO 1679-1863

1. Introdução, 79 / *2.* Localização dos aldeamentos, 81 / *3.* Missões de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, 83 / *4.* Missões da Bahia e do Piauí, 86 / *5.* Missões e missionários em particular, 87 / a) N. S. das Grotas de Juazeiro, 87 / b) Bom Jesus da Glória da Jacobina, 93 /

c) O santo Missionário da Jacobina, 97 / *6.* A Capela da Missão, 99 / *7.* O Missionário, 103 / *8.* Sustento das Missões, 107 / *9.* Sucesso e decadência, 109

IV. MISSÕES DA PROVINCIA DA IMACULADA CONCEIÇÃO 1692-1830

Introdução, 116 / *1.* São João de Peruíbe (1692-1803), 119 / *2.* São Miguel Paulista (1698-1803), 120 / 3. Santo Antônio dos Guarulhos (1699-1758), 121 / *4.* N. S. da Escada (1734-1804), 122 / *5.* Cachoeira, Pedra e Tabatinga, 128 / *6.* Aldeias do Rio Grande do Sul, 129 / *7.* Missões esporádicas, 131

V. MISSÕES DO MARANHÃO E DO PARÁ

1. Precursores da Custódia, 135 / a) Frei Francisco do Rosário, 135 / b) Dois Capelães Militares no Maranhão, 136 / *2.* Comissariado de Santo Antônio do Grão-Pará, 137 / a) Comissariado, 137 / b) O Comissariado passa a Custódia, 140 / c) Custodiato de Frei Cristóvão de Lisboa, 140 / Em Olinda, 142 / No Ceará, 143 / No Maranhão, 143 / No Pará, 144 / Jornada Missionária, 145 / Visitas Pastorais, 146 / Resgates, 147 / Luta incessante, 148 / d) Sucessores de Frei Cristóvão de Lisboa, 150 / *3.* Comissariado da Piedade, 152 / *4.* Comissariado da Conceição, 153 / Apêndice — Missionários escritores, 155

VI. MISSÕES DO AMAZONAS 1870-1894

Introdução, 158 / *1.* Missão Regular (1870-1877), 160 / *2.* Prefeitura Missionária (1877-1894), 163 / a) Prefeitura de Frei Machetti (1877-1890), 163 / b) Medidas do Visitador Geral, 165 / c) Gestão de Frei Anacleto Sonsini (1890-91), 165 / d) Nova Gestão de Frei Machetti (1891-94), 166 / Epílogo, 166

VII. MISSÃO DE S. FRANCISCO DO RIO CURURU

Introdução, 171 / *1.* Rumo a Capiepi, 172 / *2.* Começo da Missão, 174 / *3.* Novos Missionários e Novos Impulsos, 175 / *4.* Mudança da Missão, 176 / *5.* A Epidemia e a Morte de Fr. Bonifácio, 177 / *6.* A Criação de Gado e o Desenvolvimento da Agricultura, 178 / *7.* Visitas Importantes, 178 / *8.* Fatos dignos de Destaque, 178 / *9.* A Catequese, 180 / *10.* Estatística, 181 / *11.* Outros Resultados, 182 / *12.* Irmãs Missionárias, 184 / *13.* Nova Direção, 184

VIII. MISSÃO TIRIYÓ

1. O longo caminho dos preparativos, 187 / *2.* O Trinômio e a base econômica da Missão Tiriyó, 188 / *3.* A Catequese, 190

Epílogo, 193

Bibliografia, 194

ÍNDICES

Índice das Missões, 197 / Índice das Tribos, 198 / Índice onomástico, 199

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

1. Missões avulsas 1500-1583 (mapa), 22 / *2.* Missões da Custódia 1586-1619 (mapa), 46 / *3.* A Senhora das Grotas (Juazeiro), 90 / *4.* Planta baixa da Missão de Jacobina, 101 / *5.* Missão de S. Francisco do Cururu, 173 / *6.* Recôncavo do Tumucumaque com a Missão Tiriyó (mapa), 189 / *7.* Planta da missão e da aldeia Tiriyó, 191

Introdução

A obra missionária representa o último desejo de Cristo aos seus Apóstolos: «Ide ao mundo inteiro e pregai a toda criatura», ocupando lugar de destaque no apostolado da Igreja.

Compenetrado deste pensamento, São Francisco de Assis (1181-1226) dedicou às missões um capítulo da regra dos Frades Menores, ou Franciscanos, e para abrir as fileiras dos mensageiros de Cristo foi ele em pessoa pregar aos muçulmanos, impulsionado pelo desejo do martírio. Ao saber da morte dos cinco protomártires de sua Ordem Seráfica, massacrados em Marrocos, exclamou o santo todo satisfeito: «Agora posso afirmar que tenho cinco verdadeiros Frades Menores». E os franciscanos constituem, até o presente, uma das mais esforçadas Ordens missionárias que executam o mandato missionário de Cristo.

Estabelecidos em Portugal, desde 1217, os Frades Menores bem cedo levaram a palavra de Deus aos povos da África e da China. Em dezembro de 1462, o Papa Pio II nomeou Prefeito Apostólico da missão da Guiné a Frei Alonso de Bolaño, O.F.M., visto que os Franciscanos foram os primeiros a missionar a costa dessa possessão portuguesa.

Com a longa prática adquirida na África, tanto o governo português quanto os franciscanos lusos puderam enfrentar a evangelização de novos povos na Terra de Vera Cruz. A coroa, por sua vez, tinha como lema de sua política externa «Dilatar a fé e o império». Ademais estava entre as obrigações fundamentais do padroado régio a de incrementar as missões e sustentar os missionários. Não podemos, pois, conceber as missões portuguesas isoladas da administração régia.

Ao rei, como chefe supremo da Ordem de Cristo, competia a «jurisdição espiritual» nas terras ultramarinas, sendo os negócios das missões tratados no Conselho Ultramarino. Este, direta ou indiretamente, se ingeria mesmo nas coisas que seriam da alçada espiritual.

As leis régias regulamentavam quase todo o trabalho missionário, e para lhes garantir a fiel observância admitiam-se de preferência religiosos portugueses. Salvaguardava-se a autonomia do missionário teoricamente quanto ao espiritual; mas, na realidade, o sistema do padroado tornava difícil estabelecer as fronteiras entre o temporal e o espiritual. Portanto, nas colônias portuguesas, o missionário geralmente não passava de funcionário régio.

O rei como verdadeiro «Delegado Pontifício» era o «responsável pela observância das leis canônicas», tendo jurisdição sobre os bispos

e prelados religiosos, resolvendo com a sua mesa de Consciência as dificuldades e questões do plano espiritual e consultando na corte a Junta das Missões sobre a obra missionária.

E', pois, impossível compreender as missões isoladas da administração e legislação régias, uma vez que não figuravam apenas como fenômeno particular de uma ou outra Ordem religiosa, mas sim como ponto substancial do programa político-religioso de «dilatar a fé e o império».

Antes de abordarmos o assunto das missões franciscanas do Brasil quinhentista, convém fazer uma advertência geral sobre as crônicas missionárias daquela época. Os cronistas das ordens religiosas descreviam, com demasiado otimismo, o desenvolvimento inicial da catequese. Com o primeiro entusiasmo que animava os religiosos em terras de missões, apareciam também imprudências, indiscrições, rivalidades e discórdias com os membros vizinhos de outras ordens. Daí os litigios freqüentes entre os missionários dos vários institutos, a encontrarem eco nas crônicas que defendem ardorosamente os reais ou supostos direitos da própria ordem, realçando as boas qualidades dos confrades, os seus métodos e sucessos na conversão dos pagãos, e silenciando ou até diminuindo os direitos e sucessos ou exagerando os defeitos e erros dos «concorrentes», para não dizer adversários, tanto civis como eclesiásticos.

A missionologia moderna procura libertar-se desta falta de objetividade, substituindo, a um tempo, o estilo apologético dos historiadores, até há pouco em voga, pela exposição crítica e realista. Nem todos os missionólogos se conformam com os postulados da crítica moderna que não silencia o lado humano e fraco na sublime obra da propagação da fé. Entretanto, o próprio Evangelho nos serve de modelo, quando perpetua quedas desastrosas e fraquezas outras na incipiente Igreja e até entre os apóstolos. E Leão XIII, abrindo aos estudiosos os arquivos do Vaticano (em 1883), proclamava como lei fundamental do historiador: «Não dizer nada de falso, nem silenciar nada de verdadeiro».

* * *

De 1500 a 1549, os franciscanos foram os únicos missionários do Brasil. Como porém a sua catequese não obedecesse a um plano préconcebido, nem tivesse continuidade ininterrupta, deixou de surtir resultados duradouros.

De 1585 a 1619, a custódia de S. Antônio, com sede em Olinda, estendeu a evangelização dos índios da Paraíba até às Alagoas e na capitania do Espírito Santo.

Em 1617, criou-se o comissariado de S. Antônio no Grão-Pará, o qual, em 1624, foi promovido a custódia, recebendo como primeiro custódio Frei Cristóvão de Lisboa.

Elevada a custódia de Olinda à província em 1657, recebeu novas missões, entre a Bahia e a Paraíba, mantendo-as em parte até meados do século XIX.

A província da Imaculada Conceição, criada em 1675, com sede no Rio de Janeiro, encarregou-se principalmente de missões volantes, entre os silvícolas das capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, estendendo-as até o Rio Grande do Sul e ao Uruguai, até que em começos do século XIX foram paralisadas por falta de missionários.

No Amazonas, surgiram ainda os comissariados da Piedade, em 1692, e da Imaculada Conceição, em 1705, cujas missões foram praticamente extintas em meados do século XVIII.

De 1870 a 1894, franciscanos italianos mantiveram missões na província do Amazonas.

Incumbida da prelazia de Santarém no Pará, a província de S. Antônio fundou, em 1911, a missão de São Francisco, entre os índios Mundurucu, e a partir de 1964 assumiu definitivamente a catequese entre os Tiriyó, na prelazia de Óbidos, prosseguindo ambas as missões até o presente.

Sobre as atividades missionárias desenvolvidas de 1500 até hoje, informam as páginas seguintes, enquanto a escassa documentação permite.

* * *

Agradeço a valiosa colaboração prestada a este trabalho pelos amigos e confrades Pe. Raimundo Nonato Pinheiro, Manaus; Frei Matias Kiemen, Washington; Pe. Arlindo Rubert, Roma; João Santos, Santarém; Frei Humberto Puetter, Salvador; Frei Floriano Surian, Frei Albano Marciniscyn e Otávio K. B. de Bezerra, Rio de Janeiro; Frei Aurélio Stulzer, Niterói, e Frei Angélico Mielert, Missão Tiriyó.

De modo especial, consigno a contribuição do primeiro Ministro Geral brasileiro, Pe. Dr. Frei Constantino Koser, O.F.M., o qual franqueou o material do arquivo geral de Roma, referente à missão de Manaus, e favoreceu a fundação do Centro de História Franciscana do Brasil, no Rio de Janeiro, garantindo assim o prosseguimento das pesquisas históricas sobre o passado quase cinco vezes secular da Ordem na Terra de Vera Cruz.

O AUTOR

I

Missões Esporádicas
1500/1585

1. A PRIMEIRA MISSA NO BRASIL

Corria o dia 8 de março de 1500, primeiro domingo da quaresma. O tempo de penitência não impedia a solenidade da procissão de relíquias e cruzes que levava Pedro Álvares Cabral e seus companheiros ao lugar do embarque. A esse préstito religioso presidiam as autoridades eclesiásticas representadas pelo bispo, cabido e clero e a civil pelo próprio Dom Manuel I, com sua corte real, enquanto Lisboa em peso dava um saudoso adeus aos 1.500 patrícios incumbidos de «dilatar a fé e o império», segundo rezava o lema português.

Aos sons da música marcial e dos cânticos sagrados, dirigia-se o longo cortejo até às 13 velas, das quais conhecemos apenas a nau sotacapitânia «El-Rei», a caravela redonda de bombarda grossa «São Pedro» e a caravela redonda mercante «Nossa Senhora Anunciada». Cabral entregava toda a difícil empresa da expedição ao patrocínio de N. S. da Esperança, cuja imagem levava consigo, quando no dia 9 de março iniciaram a demorada jornada marítima.

Iam na armada nove padres do clero secular, cujos nomes ignoramos, e oito franciscanos chefiados por Frei Henrique Soares de Coimbra.[1] O destino de todos esses clérigos era a Índia. Quis porém a Providência que primeiramente participassem de um acontecimento único e inesperado. Eis que na terça-feira da Páscoa, dia 21 de abril, aparece uma novidade inaudita: nas ondas do mar flutuam ervas como sinais de terra vizinha, e no dia seguinte, à hora da véspera, ergue-se à grande distância um monte que Álvares Cabral, na viva lembrança da ressurreição, há pouco festejada, apelida espontaneamente MONTE PASCOAL, enquanto a terra, aos poucos visível e a evocar a semana santa, recebe o nome TERRA DE VERA CRUZ.[2]

Aos 24 de abril, a armada entrou na baía de Porto Seguro, quatro léguas da atual cidade homônima, onde ficaram até dois de maio para tomarem contactos com os índios Tupiniquim. Neste primeiro encontro de representantes de duas raças, tiveram os nativos ensejo de apreciar a bordo as mostras de luxo e nobreza como símbolos da autoridade e provas de uma cultura superior. Mas os filhos da selva ficaram insensíveis preferindo e valorizando mais a cerimônia do domingo da pascoela que Frei Henrique e seus companheiros celebravam no ilhéu da Coroa Vermelha, na presença de cristãos e pagãos: a primeira missa do Brasil.

Pero Vaz de Caminha afirma que a missa «foi ouvida por todos com muito prazer e devoção», inclusive portanto os índios que atentamente observavam as sagradas cerimônias e escutavam as estranhas melodias, imitando fielmente os gestos dos portugueses. E não satisfeitos com a participação passiva na santa liturgia, os Tupiniquim se levantaram em dado momento, dançando ao som de sua música primitiva, prestando a Deus a sua bem intencionada homenagem e dando provas de quanto lhes agradara o culto divino celebrado pelos brancos.

Cumprindo em seguida o mandato missionário de Cristo, Frei Henrique iniciou a infinda série de arautos da boa-nova, pregando o primeiro sermão na Terra de Vera Cruz, cujos ecos se repetem, até o presente, nas selvas da Amazônia.

A 1º de maio de 1500, os Tupiniquim tiveram ocasião de presenciar outro majestoso cenário com o levantamento da cruz que eles próprios haviam carregado até o local do altar seguindo-se o augusto sacrifício como remota iniciação nas belezas do culto cristão ao Deus verdadeiro. Pois, embora ignorassem o profundo sentido das cerimônias sagradas e do subseqüente sermão do franciscano, ao menos terão adivinhado que devia tratar-se de coisa sublime e nunca antes apreciada.

Segundo atesta Frei Vicente do Salvador, os primeiros franciscanos teriam cogitado em se demorar em Porto Seguro para se dedicarem à catequese dos indígenas; mas Pedro Álvares Cabral teria urgido a ordem régia de todos os sacerdotes e religiosos seguirem para a Índia, como de fato aconteceu. [3]

2. OS PROTOMÁRTIRES DO BRASIL

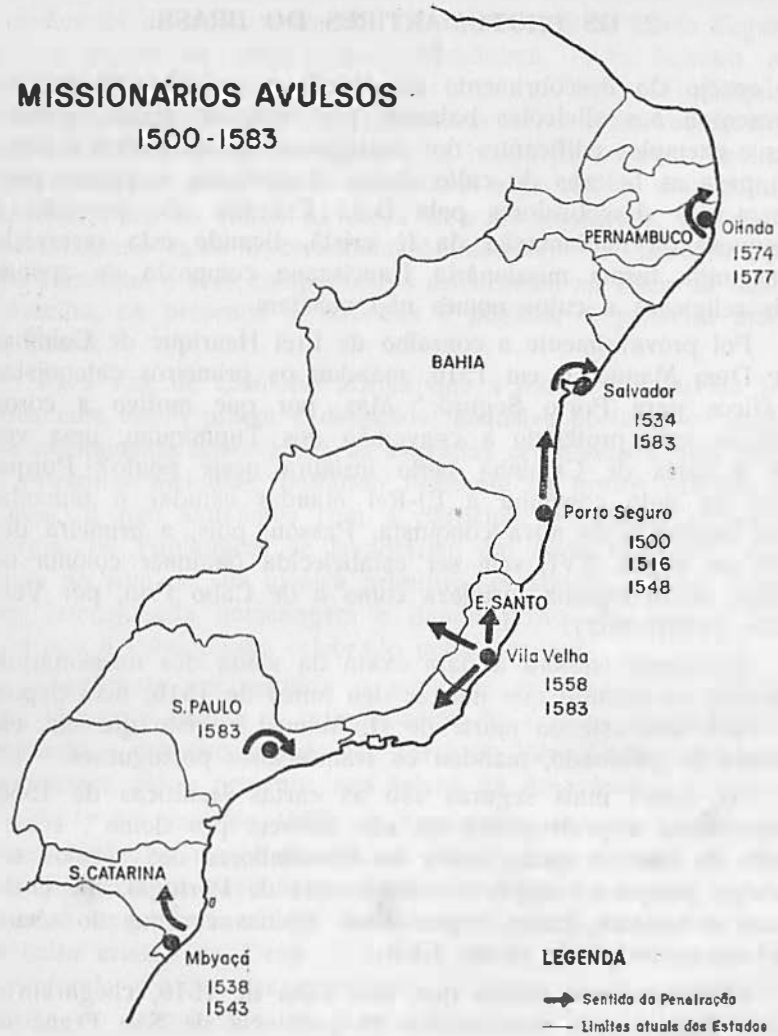
Ao ensejo do descobrimento do Brasil, a religião católica se apresentou aos silvícolas baianos por meio de sinais, cerimônias e exemplos edificantes dos portugueses atraindo-lhes a atenção para as belezas do culto divino. Entretanto, a rápida passagem dos descobridores pela Baía Cabrália não permitiu a catequese ou implantação da fé cristã, ficando esta reservada à segunda turma missionária franciscana composta de apenas dois religiosos e cujos nomes não constam.

Foi provavelmente a conselho de Frei Henrique de Coimbra que Dom Manuel I, em 1516, mandou os primeiros catequistas seráficos para Porto Seguro. [4] Mas, por que motivo a coroa lusitana teria protelado a conversão dos Tupiniquim, uma vez que a carta de Caminha tanto insistira neste ponto? Porque antes de tudo convinha a El-Rei mandar estudar o tamanho e as condições da nova conquista. Passou, pois, a primeira década do século XVI, sem ser estabelecida qualquer colônia no Brasil, senão alguma fortaleza como a de Cabo Frio, por Vespúcio (1501-1502).

Ignorando embora a data exata da vinda dos missionários, sabemos no entanto que não se deu antes de 1516, nem depois de 1521, ano este da morte de D. Manuel I, visto que ele, em virtude do padroado, mandou os franciscanos portugueses.

As fontes mais seguras são as cartas jesuíticas de 1550, tendo ainda a prerrogativa de não falarem pro domo [5], e servindo de base a quase todos os historiadores dos séculos seguintes, porque os arquivos franciscanos de Portugal, até então muito deficientes, foram organizados apenas em fins do século XVI ou no incipiente século XVII.

Historicamente consta que, por volta de 1516, chegaram a Porto Seguro dois missionários da província de São Francisco de Portugal, desenvolvendo em breve uma catequese exemplar entre os Tupiniquim e prestando assistência espiritual aos colonos, soldados e degredados lusos. Os franciscanos construiram para o culto divino a primeira igreja do Brasil, dedicando-a provavelmente a São Francisco de Assis. Deveriam ter passado mais ou menos dois anos quando numerosos índios receberam a água batismal, depois de bem instruídos na doutrina cristã e prontos para renunciar aos costumes e cultos incompatíveis com a nova religião.



Pelo prazo mínimo necessário para a devida instrução religiosa dos Tupiniquim, ou sejam dois anos, podemos concluir que o martírio não terá sido anterior a 1518. De fato, convém neste ponto também os autores que remontam o princípio da catequese à primeira década quinhentista.

Os missionários viam os seus labores bem remunerados pelo êxito espiritual entre os silvícolas; pois a fé chegada ao Brasil em 1500 começara a criar raízes nos corações dos indígenas. O primeiro núcleo cristão entre os índios da Terra de Vera Cruz justificava as mais fagueiras esperanças.

Mas também as forças do mal estavam agindo. Colonos gananciosos exploravam e oprimiam os ingênuos Tupiniquim e como a maldade desumana não conhecesse limites, os índios trataram de vingar-se, marcando uma feira de Porto Seguro para extermínio de toda a colônia lusa, sem excetuarem os inocentes missionários. Pelo contrário, iriam encetar o morticínio justamente na igreja de São Francisco, vestindo em seguida os hábitos dos protomártires e dirigindo-se para a feira onde dariam o sinal de ataque geral aos demais Tupiniquim armados e escondidos.

Guardado o mais rigoroso segredo sobre o horroroso plano, conseguiram os índios exterminar a colônia portuguesa. Apenas com a chegada dos jesuítas, foi possível aos 20 a 30 Tupiniquim batizados e sobreviventes narrarem a pavorosa vingança e elogiarem a fervorosa atividade missionária de seus primeiros guias espirituais. O Pe. Nóbrega, S.J., transmitiu a notícia do massacre que o Pe. Anchieta mais tarde confirmou. Eis os tópicos mais importantes da missiva de Nóbrega[6]:

«Neste Porto Seguro e nos Ilhéus, encontrei certa gente que vem a ser da casta Tupiniquim, entre os quais existem muitos dos nossos e dos naturais, ainda que dos cristãos tenham muitos maus exemplos e escândalos; e parece-me gente mais mansa que a da Bahia e se mostram sempre amigos. E entre esses há cerca de vinte a trinta cristãos, e alguns foram batizados por certos padres que mandou a boa memória del-Rei D. Manuel a este país, os quais padres foram mortos por culpa dos mesmos cristãos, segundo ouvi».

O primeiro cronista franciscano português a mencionar os confrades protomártires é Frei Manuel da Ilha citando o testemunho de um colono, segundo constava no arquivo provincial de Lisboa. O colono, um dos mais antigos de Porto Seguro, lá teve notícia da ótima reputação dos dois missionários cruelmente trucidados pelos pagãos, a quem eles ensinavam a doutrina católica.[7]

O Pe. Anchieta relata um epílogo interessante: Não satisfeitos com o massacre perpetrado na feira, os Tupiniquim tentaram iludir um navio que passava perto de Porto Seguro. Pois os índios revestidos de hábitos franciscanos andaram pela praia, fingindo com os breviários nas mãos a recitação do divino ofício e esperando destarte aliciar a tripulação a fim de provocar outro morticínio, o que porém malogrou.[8]

A data do martírio franciscano já não se pode calcular. O dia 19 de junho indicado no Agiológio Lusitano de Jorge Cardoso não pretende fixar a data histórica, e sim encaixar o fato, ao modo do martirológio. Nem os anos de 1503-1505 referidos por Ilha e, quanto ele afirma, testemunhados pelos índios provam qualquer prazo definido porque os silvícolas desconheciam conceitos exatos do tempo, no sentido moderno.[9]

A exploração da costa brasileira deve ter principiado, a partir de 1516, porque foi nesse ano que D. Manuel I decretou a distribuição gratuita de machados e enxadas a todos os portugueses dispostos a povoarem o Brasil.[10] Aqui se trata provavelmente do início da colonização e da catequese franciscana entre os Tupiniquim.[11] Antes de 1516, não terá existido qualquer colônia, em Porto Seguro, que usurpasse os direitos humanos dos Tupiniquim e experimentasse a sangrenta vingança.

De qualquer modo, o apostolado missionário dos franciscanos, o estudo da língua indígena, o catecumenato e a construção da igreja de Porto Seguro reclamavam ao menos dois anos até que os primeiros catecúmenos pudessem receber o batismo.

A inocência dos mártires franciscanos é atestada pelo Pe. Nóbrega, o qual acusa os Tupiniquim por serem «bestiais e tão cruéis que matam até aqueles que não lhes fizeram mal, como clérigos, religiosos e mulheres».[12]

Visto que os protomártires desempenham papel importante na missionologia brasileira, ocuparam-se deles muitos autores, sem no entanto se limitarem aos dados estritamente históricos. Daí as muitas versões diferentes e as contradições inevitáveis, desde que entraram produtos de fantasia onde faltassem notícias objetivas.

Resta elucidar se os dois frades menores de fato podem ser considerados mártires, no sentido canônico. O motivo do morticínio parece ter sido um só para colonos e missionários, i. é, a vingança da injustiça recebida, embora os franciscanos fossem inocentes e não respondessem pela maldade de seus conterrâneos.

Os autores antigos não são unânimes em seus juízos, alegando Ilha, Cardoso e Soledade como razão do martírio franciscano a influência do demônio invejoso do êxito missionário entre os Tupiniquim. Se essa hipótese equivaler a maquinações dos pajés e dos índios pagãos contra a própria religião católica, poderemos falar de genuínos mártires.

Jarric e Maffei[13], que confundem esse grupo de missionários com outro de franciscanos italianos, atribuem o massacre aos poucos conhecimentos lingüísticos dos mesmos religiosos, o que não passa de absurdo. O Pe. Anchieta cita o ódio dos Tupiniquim contra todos os portugueses.

Embora não haja explicação satisfatória, à falta de documentação suficiente, o termo «protomártires» generalizou-se há séculos. O que porém mais nos interessa é que a obra catequética iniciada, em 1516, não se perdeu entre os índios de Porto Seguro, com o massacre de 1518. Pois os Tupiniquim convertidos permaneceram fiéis à doutrina herdada de seus abarés franciscanos, aceitando trinta anos depois a direção espiritual dos inacianos e constituindo o primeiro núcleo de indígenas cristãos do Brasil.

3. SEGUNDA MISSÃO DE PORTO SEGURO-RIO DO FRADE

Já foi mencionada a missão de franciscanos italianos igualmente estabelecida em Porto Seguro e que Anchieta considera idêntica à dos protomártires. Por isso tratamos dela, desde logo, interrompendo a ordem cronológica.

Não há quem explique por que os religiosos italianos escolheram justamente o Brasil como seu campo de ação pastoral. Talvez os mapas contemporâneos dos exploradores como Vespúcio chamassem a atenção dos frades ou o recente projeto missionário dos jesuítas lhes despertasse o desejo de doutrinar os índios.

Retificando o erro de Anchieta, expõe o Pe. Nóbrega[14]:

«Chegaram aqui dois padres de S. Antônio, os quais estiveram alguns meses neste Porto Seguro e deixaram de si muito bom exemplo e grande nome pelas suas virtudes e eram italianos; mas, querendo passar para além, para os gentios, desejosos de sofrerem pela fé, a umas dez milhas daqui, um deles se afogou em um rio...».

A pouca demora dos missionários em Porto Seguro ainda esclarece o fato de não terem aprendido o idioma indígena. Pois um deles lia aos Tupiniquim o evangelho em latim, respondendo aos colonos que por isso o criticavam: «Palavra de Deus é ela; tem virtude para obrar neles».

Procurando outra tribo, ao sul de Porto Seguro, os franciscanos já haviam passado os rios Tororan, Maniape e Urubuguape quando um deles se afogou no próximo rio, que desde então se chama «Rio do Frade». O outro missionário voltou para a Europa. [25]

4. OUTRO RIO DO FRADE

Na capitania de São Vicente, existe outro Rio do Frade que levou o cronista Frei Jaboatão a parafrasear o caso do sul baiano. O que não se nega é que dois franciscanos portugueses, em 1530, vieram com a expedição de Martim Afonso de Sousa para São Vicente; pois confirmam-no as fontes jesuíticas dizendo que, antes deles, outros missionários lá trabalharam.

E' porém mais que duvidoso o que somente Jaboatão conta baseado sobre um documento de fins do século XVII, enquanto os jesuítas como contemporâneos e sucessores dos franciscanos o ignoram, i. é, que um dos frades ao atravessar o rio teria sido flechado por um índio e levado pelas ondas. [26] O nome do rio pode significar qualquer referência a um religioso, sem ser justamente a morte de um missionário. [27]

5. OS PRIMEIROS FRANCISCANOS EM SALVADOR

Seguindo novamente a ordem cronológica das missões, voltamos ao ano de 1534, quando a frota de Martim Afonso de Sousa, a caminho da Índia, foi desviada da rota costumeira pela tempestade, procurando abrigo no porto de Salvador. Não consta quanto tempo terá ficado na Bahia e qual a missão desempenhada pelos franciscanos que iam a bordo, com destino para a Índia. O certo é que assistiram aos casamentos de duas filhas de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e terão prestado todos os socorros espirituais que a ocasião aconselhava e os baianos solicitavam. [28]

6. A MISSÃO ENTRE OS CARIJÓ DE MBYAÇÁ

Como primeiro núcleo cristão do Brasil, mereceu Porto Seguro a assistência religiosa dos franciscanos e jesuítas. Mas, antes que a Companhia de Jesus aceitasse a catequese entre os Tupiniquim, missionou outros índios, já convertidos pelos filhos de São Francisco. Trata-se dos Carijó de Mbyaçá, em Santa Catarina, centro catequético da chamada Província de Jesus, onde cerca de 20.000 Carijó haviam recebido o batismo. [29]

Esta missão deve a sua origem (1537) a Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Lebron, com outros três confrades espanhóis, cujos nomes não foram transmitidos. [30] Tendo vindo na expedição de Álvar de Cabrera, com destino ao Prata, sofreram naufrágio e refugiaram-se na região dos Carijó. [31] Como faltasse qualquer expectativa de prosseguirem viagem, começaram os religiosos a doutrinar os pagãos de Mbyaçá, pedindo a colaboração de intérpretes espanhóis da zona e aproveitando-se da oportuna introdução feita pelo Carijó por nome Etiguara. Pois este índio carismático dispusera os patrícios, desde há muito, para a missão dando-lhes normas de uma vida morigerada e recomendando-lhes que recebessem os mensageiros de Tupan como amigos. O progresso da catequese foi tal que os franciscanos mantinham até dois internatos em Mbyaçá, um para moços e outro para moças, tanto para a instrução como para a formação cristã mais profunda. [32]

E' a esta tribo que Nóbrega se refere com os seguintes elogios [33]:

«Este é um dos melhores gentios que há nesta costa, aos quais foram, não faz muito tempo, dois frades castelhanos para os ensinar; e tão bem tomaram a sua doutrina que já tinham casas de recolhimento para mulheres, como de freiras, e outra de homens, como de frades. E isto durou muito tempo, até que o demônio levou para lá um navio de bandidos e capturaram bom número deles».

Com os jovens internos queria Frei Bernardo criar a base para uma comunidade cristã modelar. Em carta dirigida ao rei de Espanha, confirma o frade o conceito do Pe. Nóbrega [34]:

«E logo os ditos índios nos pediram que os doutrinássemos, nas coisas da nossa santa fé católica; pois, desejavam muito ser cristãos e havendo tão boa disposição, assim da parte dos índios como por haver intérpretes com quem efetuar o nosso desejo ensinamos a muitos deles o que lhes era necessário para receberem o batismo. Não há

dúvida que Deus, em pouco tempo, realizou grandes coisas nos seus corações, conforme mostravam as obras. Pois, o que com grande dificuldade e com longo decurso de tempo é abandonado pelos infiéis, estes em poucos meses o abandonaram, em particular, o uso que há entre eles de terem muitas mulheres parentes como sejam irmãs-sobrinhas e primas. Em conseqüência de nossa pregação, todos ficaram com uma só e que não fosse parenta; e lhes proibimos que comessem carne humana, o que tudo cumpriram, como se disse, para receberem o santo batismo e serem cristãos».

Entretanto, os missionários não se contentaram com o fundamento espiritual, promovendo a um tempo a colonização, segundo informa uma carta de Frei Bernardo dirigida, a 1º-V-1538, ao Dr. Juan Bernal Diaz de Lugo, solicitando o superior a intervenção do destinatário, para obter outros doze confrades da Andaluzia e da província dos santos Anjos e pedindo camponeses, em lugar de soldados, e animais, trigo, instrumentos agrícolas e engenhos de açúcar, com técnicos peritos.

Para provar que o auxilio requerido será bem útil afirma Frei Bernardo a melhor disposição dos Carijó, visto que já agora fornecem seus produtos para Buenos Aires, recusando porém os soldados, por causa da vida leviana e do escândalo. A carta ficou sem resposta porque não chegou ao destinatário. [26]

Enquanto a missão progredia a olhos vistos, três confrades cederam, em meados de 1538, à ordem de Cabrera seguindo com ele para Buenos Aires, justamente quando as visitas a tribos distantes requeriam maior número de obreiros evangélicos. Em 1541, até os fundadores Frei Bernardo e Frei Alonso tiveram que abandonar Mbyaçá para se dedicarem às missões do Paraguai, onde os esperava o novo governador Álvar Nuñes Cabeza de Vaca, cuja ganância seguia o principio: Onde não houver ouro, não precisa de batismo. Não admira que os missionários ao verem baldados os trabalhos pelo governador voltassem para Mbyaçá, em 1543, prosseguindo na consolidação da religião entre os Carijó.

Frei Bernardo faleceu em 1546 ou em 1547. E' novamente o Pe. Nóbrega que informa sobre o triste desfecho da obra catequética. Em 1548, chegaram navios portugueses, cuja tripulação escravizou os Carijó para vendê-los em São Vicente e Ilhéus. Frei Alonso acompanhou a viagem até São Vicente onde embarcou para a Europa a fim de reclamar em Lisboa; caiu porém nas mãos de piratas franceses, sem deixar mais notícia.

O Pe. Nóbrega não só aceitou a missão, mas insistiu também com o governo para que os Carijó escravizados fossem restituídos à sua terra, terminando a carta: «pois, disto depende tanto a paz e conversão deste gentio». [26]

Os jesuítas não hesitaram em reconhecer o meritório apostolado de Frei Bernardo de Armenta e Frei Alonso Lebron, promovendo ademais a libertação dos Carijó, a sua restituição ao torrão natal e o prosseguimento da missão de Mbyaçá pelo Pe. Leonardo Nunes, S.J.

7. ERMITÃO E MISSIONÁRIO

No Espírito Santo, existe o famoso santuário mariano da Penha, cujos primórdios remontam a 1570, como simples capela votiva construída por Frei Pedro Palácios, O.F.M. Esse irmão espanhol viera ao Brasil, provavelmente sob influência de S. Pedro de Alcântara, para reunir ao ideal missionário o eremítico. Pois pertencia à custódia portuguesa da Arrábida, cujos religiosos se entregavam de preferência à vida de penitência em eremitérios. Cumprindo o duplo encargo no Brasil, Frei Palácios tornou-se o mais célebre de todos os franciscanos do século XVI.

Desembarcando em Salvador, em data hoje desconhecida, Frei Pedro pediu aos jesuítas as instruções necessárias para o desempenho da catequese; e tanto impressionou os filhos de S. Inácio que Anchieta lhe tece elogios como estes [27]: «homem de vida exemplar o qual veio ao Brasil, com zelo pela salvação das almas e com ela andava pelas aldeias da Bahia, em companhia dos padres jesuítas... com o mesmo zelo se foi à capitania do Espírito Santo, onde fez o mesmo, algum tempo».

De 1558 a 1570, ano de sua santa morte, o missionário repartia o tempo entre a meditação e a catequese de colonos e índios Aimoré de Vila Velha e dos arredores, pregando mais pelo exemplo do que pela palavra. Em vez de deixar à posteridade as estatísticas de seu apostolado, legou ao Espírito Santo o santuário da Penha, como única relíquia dos centros missionários franciscanos do século XVI. [28]

Em 1591, a custódia franciscana de Olinda assumiu, com o santuário da Penha, também a catequese dos índios, principiada por Frei Palácios.

8. FREI ÁLVARO DA PURIFICAÇÃO

E' provável que antes de Frei Álvaro da Purificação outros franciscanos passaram por Pernambuco, visto que em Olinda já existia a Ordem Terceira Franciscana Regular, dirigida, muitos anos, por Dona Maria da Rosa. Esta alma apostólica ajudara muito aos jesuítas na catequese, servindo até de intérprete nas confissões dos índios enquanto esses missionários ainda não entendiam o idioma Tobajar.[29] Ultimamente ela mantinha um orfanato no convento de N. S. das Neves que era da Ordem Terceira.

Logo que Frei Álvaro desembarcou em Pernambuco, em 1577, forçado por ventos contrários, entregou-se à cura d'almas, sendo muito apreciado como pregador. Foi quando D. Maria da Rosa lhe ofereceu o convento e a igreja das Neves. O frade português requereu licença para se estabelecer em Olinda, pedindo aos superiores em Portugal também alguns confrades para a catequese. Como o requerimento fosse indeferido, Frei Álvaro retornou ao Reino, sem deixar detalhes sobre as suas atividades apostólicas.[30]

9. FRANCISCANOS ESPANHÓIS EM SALVADOR E SÃO PAULO

Quando o custódio Frei Melchior de S. Catarina, em 1587, chegou a Salvador a fim de fundar um convento, ofereceram-lhe os baianos uma igreja de S. Francisco que dois franciscanos espanhóis haviam construído, no bairro chamado Calvário. Esses religiosos tinham abandonado a expedição missionária de Frei Juan de Rivadaneyra que, em outubro de 1582, prosseguiu viagem de Vitória do Espírito Santo para Tucuman. Partindo para Salvador, os dois missionários anônimos lá exerceram o sagrado ministério, durante dois anos, voltando em seguida para o sul.[31]

Outros religiosos espanhóis, vindos na expedição de Pedro Sarmiento de Camboa, negaram-se, em 1583, a prosseguir viagem de S. Catarina até o Estreito de Magalhães. Rumaram, pois, para São Paulo Frei Juan Carvajal, Frei Juan de Aponte, Frei Diego de Guiso e provavelmente Frei Francisco Romano. Durante os dois anos que passaram na ermida da Luz, deram assistência espiritual aos colonos e aos índios. Frei Diego foi

assassinado por um soldado espanhol cuja vida escandalosa havia criticado. Não constam dados sobre os resultados missionários destes dois grupos.[32]

Encerrando este capítulo afirmamos com razão que os missionários aqui tratados escreveram a sua história na areia. Fala, porém, em seu favor o repetido testemunho inequívoco dos jesuítas, que com sinceros elogios mencionam a catequese de seus precursores franciscanos.

NOTAS

[1] Em companhia de Frei Henrique de Coimbra, viajavam seus súditos: Frei Gaspar, Fr. Francisco da Cruz, Frei Simão de Guimarães, Frei Luís do Salvador, sacerdotes e pregadores; Frei Masseu, músico e organista; Frei Pedro Neto, corista á ordenado padre, e o irmão Frei João da Vitória. Quanto ao último, pede uma retificação a hipótese de H. Lopes de Mendonça ventilando "suspeitas pitorescas", em virtude do simples termo "idiota" que lhe aplica um cronista franciscano e que na Ordem Franciscana remonta ao "Testamento de São Francisco" com o significado primitivo de "simples" ou "ingênuo", sem dar margem a interpretações pejorativas e que comprometam a boa fama de Frei Henrique de Coimbra (cf. H. Lopes de Mendonça, *Do Restelo á Vera Cruz*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto 1923, II, p. 50).

Tratam do descobrimento do Brasil e dos primeiros missionários os seguintes autores franciscanos: Frei Francisco Gonzaga, *De Origine Scraphicae Religionis eiusque progressibus*, Roma 1587; — Fr. Manuel da Ilha, *Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio seu relatio*, ms de 1621; — Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo[9] 1965; — Frei Lucas Wadding, *Annales Minorum*, Quaracchi 1931ss; — Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, Rio de Janeiro 1858-1862 II; — Frei Dagoberto Romag, *História dos Franciscanos no Brasil*, Curitiba 1940; — Frei Basílio Roewer, *A Ordem Franciscana no Brasil*, Petrópolis 1947; — Frei Odulfo van der Vat, *Princípios da Igreja no Brasil*, Petrópolis 1952; — Frei Venâncio Willeke, *Franziskanermissionen in Brasilien 1500-1966*, Immensee[3] 1974.

[2] "Vera Cruz" ou "Santa Cruz" é objeto de muito culto em Portugal de séculos idos, evocando o primeiro nome o fato lendário que se prenderia à invenção da cruz de Cristo por Santa Helena.

[3] Frei Vicente do Salvador, O.F.M. *História do Brasil*, o. cit., p. 57. — A. Farinha, *A Expansão da Fé na Africa e no Brasil*, I, Lisboa 1942, p. 420.

[4] Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M. *Novo Orbe*, o. cit. I, 2, p. 11-15, e outros autores remontam o início da missão franciscana a 1502, ao que contradizem as fontes alusivas à catequese e ao morticínio de Porto Seguro mencionando colonos, cuja presença não consta antes de 1516. Frei Odulfo van der Vat, *Princípios da Igreja no Brasil* (cit. *Vat*), p. 39, deu-se ao trabalho de submeter as obras sobre os Protomártires a rigoroso exame, enfeixando o resultado no 1º capítulo de seu livro.

[5] *Cartas Jesuíticas do Pe. Anchieta* III, Rio 1931, p. 312 (cit. *Anchieta*).

[6] Pe. Serafim Leite, S.J. *Monumenta Brasiliae* I-VI, Roma 1956ss I, p. 162s. A carta já foi publicada em 1562, servindo de base aos demais historiadores, inclusive franciscanos.

[7] Fr. Manuel da Ilha, *Divi Antonii*, o. cit., fl. 285v-286 (cit. *Ilha*).

[8] Anchieta, p. 312.

[9] Ilha, fl. 286.

[10] Vat, p. 39. — *História da Colonização*, o. cit., II, p. 381, reproduz o documento de D. Manuel I: "[que dessem] machados e enxadas e toda a mais ferramenta às pessoas que forem povoar o Brasil" e que procurassem e elegessem "um homem prático, capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar" etc.

[11] Pe. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa 1938ss, I, p. 115.

[12] Pe. Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo 1940, p. 76.

[13] Jarricus, S.J. *Thesaurus Rerum Indicarum*, Colônia 1615, II, cap. 23. — Maffeus, S.J. *Historiarum Indicarum Libri XVI*, Florença 1588 XV, p. 298.

[16] *Cartas Jesuíticas* I, p. 108s apud Vat, p. 87.
[17] Vat, p. 85-91.
[18] Jaboatão I, 2, p. 17. — À falta de documentos franciscanos do século XVI, Frei Jaboatão e outros cronistas de sua ordem não resistiram à tentação de interpretar nomes como "Rio do Frade", "Ilha dos Frades" e o próprio "Rio de São Francisco" como sendo ligados ao massacre de frades menores. Visto que alguns autores citam esses casos como históricos, cumpre refutá-los ao menos sumariamente. Frei Miguel de São Francisco, na sua "Crônica do Convento de S. Bernardino de Angra dos Reis", cita outro Rio do Frade no atual Estado do Rio de Janeiro vinculando o nome ao assassínio de um frade pelos índios Goianá, afirmando que o religioso teria vindo de São Vicente, em 1523, quando na realidade não havia franciscanos naquela região (cf. A. Moreira Pinto, *Apontamentos para o Diccionario Geographico do Brasil*, Rio 1894, nº 114). — Jaboatão conta o caso de dois frades salvos de um naufrágio no recôncavo baiano e em seguida mortos e devorados pelos selvagens de uma ilha que perpetua o fato. Também aqui falta qualquer confirmação por outras fontes. — Frei Fortunato Hueber e Wadding tentam interpretar o nome "Rio de S. Francisco" pelo morticínio de vários franciscanos de Olinda, à margem desse rio, em 1580. A mentira histórica não requer refutação porque o Rio de São Francisco, já aos 4 de outubro de 1501, recebeu esse nome quando descoberto por Américo Vespúcio (cf. Fortunatus Hueberus, *Menologium seu brevis et compendiosa illuminatio*, Munique 1698, col. 1917. O autor se baseia sobre Felix Reineccius, *Solon Franciscanus*, Innsbruck 1649).
[19] Vat, p. 98-103.
[20] Vat, p. 51. — Equivocaram-se Jaboatão I, 1, p. 48-55; I, 2, p. 24-26 e Frei Apolinário da Conceição, *Primazia Seráfica na região da América*, Lisboa 1733, p. 105s (cit. *Primazia*), dando como chefe dos Franciscanos Frei Diogo de Borba, 1º custódio de Santo Tomé. Pois nunca houve um superior regional desse nome na Índia. Houve, sim, um franciscano secularizado que somente em 1538 chegou à Índia e um provincial da Piedade de Portugal chamado Frei Diogo de Borba, sem nunca ter vindo ao Brasil ou ido à Índia.
[21] Pe. Serafim Leite, *Novas Cartas*, o. cit., p. 136.
[22] Primazia, p. 103. — Jaboatão I, 2, p. 27.
[23] Wadding, t. XVI, a. 1736, p. 429, II.
[24] Vat, p. 58-62.
[25] *Monumenta Brasiliae*, o. cit., I, p. 149.
[26] Andrés Millé, *Crónica de la Orden Franciscana en la conquista del Perú*, Buenos Aires 1961, p. 116.
[27] Marcellino da Civezza, O.F.M. *Storia delle Missioni francescane*, XI vols., Roma-Prato-Florença 1857-1895, VI., p. 730ss.
[28] *Monumenta Brasiliae*, o. cit., I, p. 124s.
[29] Anchieta III, p. 319.
[30] Frei Basílio Roewer, O.F.M. *O Convento da Penha do Espírito Santo*, Petrópolis² 1965, p. 7-34. — Frei Sebastião Ellebracht, O.F.M. *O Servo de Deus Frei Pedro Palácios* in *Vida Franciscana* XVI, nº 22, p. 117ss (do *Espelho de Penitentes* da autoria de Frei Antônio da Piedade, O.F.M.). — Frei Venâncio Willeke, O.F.M. *Antologia do Convento da Penha*, Vitória 1974, p. 61-76.
[31] P. Serafim Leite, S.J. *Nóbrega o Doutíssimo* in *Brotéria* 72 (1961), p. 424ss.
[32] Vat, p. 122ss. — Jaboatão I, 2, p. 53 e 135. — Na expedição paraibana de Frutuoso Barbosa (1579 e 1581), houve também Franciscanos, cujos nomes e atividades não constam (Salvador, p. 256).
[33] Gonzaga, p. 1362. — Vat, p. 278.
[34] Ilha, fl. 288v. — Salvador, p. 114. — Vat, p. 150ss.

II

Missões da Custódia de Santo Antônio

1585/1619

A obra missionária principiada pelo Pe. Custódio Frei Melchior de Santa Catarina sobressai da catequese precedente que as nove turmas missionárias franciscanas empreenderam, sem conseguir resultados duradouros nem apostolado ininterrupto, ao passo que Frei Melchior estabeleceu definitivamente a Ordem de São Francisco no Brasil, obtendo ademais inauditos sucessos na conversão dos indígenas. [1]

Na conquista paulatina do imenso Brasil, a coroa portuguesa não empregou apenas as tropas coloniais, senão também as várias Ordens missionárias. Os arautos de Cristo introduziram os silvícolas nas verdades da fé, alçando outrossim a cruz diante deles quando os guiavam para novas «entradas», construindo com eles fortalezas e pacificando tribos rebeldes.

Em fins do século XVI, a situação do Brasil-colônia reclamava a ocupação e fortificação do litoral, porque negociantes franceses, ingleses e holandeses invadiam o país, instigando os índios contra Portugal e ameaçando a existência da colônia.

Enquanto os portugueses residentes no Brasil convidavam as Ordens Religiosas da pátria para fundarem conventos na colônia, visando antes de mais nada a assistência espiritual das irmandades piedosas e a celebração das festas litúrgicas, o governo colonial reclamava os frades para «dilatar a fé e o império». Principalmente o Sul de Pernambuco, habitat dos belicosos Caeté, e o Rio Grande do Norte, terra dos temidos Potiguara, pediam a ação missionária, visto que o exército colonial não conseguira impor a paz às tribos em parte vencidas. [2]

Como porém faltassem, entre os índios de Pernambuco, missões propriamente ditas até 1584 [3], compreendeu a coroa portuguesa a urgência de mandar missionários para o Nordeste brasileiro a fim de catequisarem os silvícolas e lhes conquistarem a simpatia pela metrópole lusitana.

1. FUNDAÇÃO DA CUSTÓDIA E NOMEAÇÃO DO CUSTÓDIO

Foi nessa situação que o governador de Pernambuco, Jorge de Albuquerque Coelho, pediu a Frei Francisco Gonzaga, superior geral dos franciscanos, mandasse fundar um convento em Olinda e, como Portugal desde 1580 pertencesse à coroa espanhola, solicitou também apoio d'El-Rei Filipe II.[4]

Presidindo, em 13 de março de 1584, ao capítulo provincial dos franciscanos em Lisboa, Frei Francisco Gonzaga apresentou aos capitulares o requerimento de Jorge de Albuquerque.[5] Todos porém se pronunciaram contra a fundação solicitada, alegando a falta de religiosos e a pouca idade de sua província, criada em 1568. Ainda que fosse unânime a declinação do pedido, o Superior geral impôs laconicamente a criação da missão brasileira, sob a denominação de «Custódia de S. Antônio», determinando-lhe como futura sede o projetado convento de Olinda e incumbindo da fundação a província portuguesa de S. Antônio de Lisboa. Prevenindo-se, porém, contra qualquer resistência vindoura por parte da província, Frei Francisco nomeou desde logo o primeiro custódio na pessoa de Frei Melchior de S. Catarina Vasconcelos[6], escolhendo ainda vários companheiros tidos como os melhores religiosos e os quais de bom grado atenderam ao mandato missionário do Superior geral.[7]

Mesmo que Frei Francisco Gonzaga concedesse ao custódio faculdades excepcionais[8], ameaçando ainda com penas eclesiásticas a quem tentasse contrariar os planos da obra missionária, não deixaria de ser para Frei Melchior uma incumbência espinhosa a de providenciar o necessário até fins de 1584, num ambiente pouco favorável. Acrescia que a missão planejada deveria constituir afinal uma obra duradoura após nove tentativas esporádicas e efêmeras, empreendidas desde 1500 por franciscanos portugueses, espanhóis e italianos.[9]

Da vida anterior do Pe. Custódio sabemos apenas que nascera aproximadamente em 1546, filho de nobre família de Britiandos, vestira o hábito em 1562 e ocupara o cargo de definidor provincial.[10] Varão virtuoso e enérgico, desincumbia-se agora da nova missão pleiteando com o governo português a chamada «Ordinária» para o convento de Olinda[11] e para futuras fundações do Brasil, consistindo essa graça na doação gratuita de farinha de trigo, vinho, cera e azeite para o culto divino. El-Rei de Espanha conferiu poderes extraordinários na administração

temporal das missões[12] e o Papa franciscano Sixto V, através de letras apostólicas[13], concedeu faculdades descomuns para a cura d'almas e a catequese dos índios.

Eis alguns privilégios: admitir noviços na colônia, escolher missionários da própria e de outras províncias franciscanas, conferir jurisdição para pregar, ouvir confissões e administrar sacramentos, inclusive o matrimônio, gozar de voz ativa no capítulo provincial, ou em pessoa ou por um substituto devidamente delegado.[14]

Aos 12 de abril de 1585, desembarcaram os missionários em Olinda, onde a terciária Franciscana regular Dona Maria da Rosa[15] já construíra um convento e uma igreja, na esperança de obter futuramente uma fundação dos Frades Menores; como porém todas as suas diligências neste sentido ficassem frustradas, ocupara o prédio junto com uma comunidade de recolhidas e algumas órfãs. Ciente da chegada dos franciscanos, ofereceu Dona Maria da Rosa a Frei Melchior a sua fundação; este aceitou a generosa oferta, ocupando o convento a 4 de outubro de 1585.

Antes de entrarmos no assunto da própria catequese, apreciemos de relance a história de Pernambuco no período quinhentista. Enquanto o norte do litoral pernambucano bem cedo foi ocupado pelos portugueses, o sul, isto é, dos Guararapes até Alagoas inclusive, exigiu sangrentas campanhas, a partir de 1554, campanhas essas que recrudesceram com o assassínio do 1º bispo do Brasil Dom Pero Fernandes Sardinha, morto pelos índios Caeté de Cururipe (Alagoas). A guerra só terminou em 1571 com a derrota dos indígenas por Duarte Coelho de Albuquerque.[16]

Logo a fertilidade das terras atraiu os colonos de além-mar e das capitanias vizinhas[17] e, dentro de poucos anos, predominava no litoral o cultivo da cana de açúcar, surgindo engenhos por toda a parte.

Ainda que os silvícolas tivessem sido rechaçados pelos portugueses, continuavam a infestar as plantações dos colonos. Por isso o governo estava sumamente interessado na catequese dos filhos da selva, empresa dificílima e perigosa, da qual se incumbiram os jesuítas à margem do rio Ipojuca perto de Escada[18] e os franciscanos mais para o sul, na zona da atual Barreiros, à margem do Rio Una, ficando ambas as missões na extensa freguesia de São Miguel de Ipojuca.[19]

2. MISSÕES FRANCISCANAS EM PARTICULAR

a) Missões de Olinda

A atividade missionária dos franciscanos deve ter principiado logo no ano de sua chegada a Olinda; pois Frei Francisco de São Boaventura, indicado para superior do convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, ao ensejo da ocupação pelos religiosos em outubro de 1585, mas a seus instantes rogos, dispensado do cargo, «cuidou logo em se aplicar à doutrina dos índios» [1] e «logo determinou com outros companheiros mais... sair à pregação e doutrina dos índios». [2] Esta afirmação é corroborada por Frei Francisco Gonzaga, o qual, na primeira metade de 1587, já incluiu, em sua crônica impressa, as primícias da catequese franciscana de Olinda, relatando: «Dia e noite, zelam pela salvação daqueles povos gentios como também dos fiéis». [3] Como, porém, não são enumeradas as aldeias visitadas pelos franciscanos, concluímos com probabilidade que ainda não havia aldeias cristãs, afirmando o próprio Pe. Anchieta, em 1584, sobre a capitania de Pernambuco: «Nunca houve nela conversão de gentio». [4] Realmente foi nesse ano que os jesuítas começaram a pregar missões nos engenhos e fazendas, visando principalmente os negros e índios, enquanto a primeira notícia de aldeia cristã em Pernambuco, administrada pelos jesuítas, data de 1589. [5]

Colhendo a primeira impressão da catequese franciscana em Pernambuco, Frei Francisco Gonzaga no-la transmite esperançoso de ótimo sucesso entre os belicosos silvícolas, que se distinguem na arte de atirar flechas, mas que mostram menor aptidão para os mistérios da religião católica. «Todavia, esperamos muito a respeito de sua conversão à fé cristã, e isto dado o cuidado dos nossos religiosos». [6]

Os cronistas salientam a facilidade e rapidez com que Frei Francisco de São Boaventura, apesar de sua idade avançada, aprendeu o idioma dos índios Tobajar, causando admiração aos próprios silvícolas, os quais, desconfiados de alguma intervenção mágica, o chamaram de abaré-feiticeiro. [7]

Também Frei Luís da Anunciação, Frei Francisco do Rosário, Frei Francisco dos Santos e outros destacaram-se como excelentes «línguas», desmentindo as acusações gratuitas de que os missionários franciscanos ignoravam o idioma dos nativos.

Decerto se serviam de intérpretes nos primeiros meses da catequese, até adquirirem os conhecimentos rudimentares da língua. Se ainda, em 1677, houve acusações de que alguns missionários franciscanos catequizaram os gentios sem ao menos entenderem a língua [8], deve tratar-se de religiosos que acompanhavam as entradas, uma vez que a província naquele tempo não administrava missão nenhuma.

Já em 1586 construíram os franciscanos de Olinda, no sítio de seu convento, uma casa «na qual se criassem dentro os filhos dos índios convertidos, como em Seminário, para que bem instruídos primeiro nos rudimentos da Santa Fé, fossem depois pregadores de seus mesmos naturais». Jaboatão motivou este procedimento com a «semelhança da natureza e a propriedade das línguas». [9]

Não se trata aqui de seminário para vocações franciscanas, mas de um internato que formava catequistas leigos conforme Jaboalão dá a entender: «Era neste Seminário o principal cuidado dos Religiosos, depois de bem instruídos nos princípios da Fé aqueles índios, ensiná-los a ler e escrever para melhor inteligência sua, e a poderem ensinar também aos parentes e a paisanos». [10]

Mas a obra bem estudada e intencionada provocou a inveja e cobiça de alguns moradores da terra que, ambiciosos de criadagem barata, aliciaram os meninos do seminário e, levando-os para as suas casas, serviram-se deles como de escravos. Para se justificarem, espalharam calúnias contra os franciscanos. Entretanto, o tempo se encarregou de mostrar a falsidade e a malícia dos caluniadores e a inocência dos missionários, e o internato olindense voltou a gozar de paz e prosperidade. [11] Os internos aprendiam a música tanto vocal como instrumental, chegando, em breve, a executar cânticos sacros, ladainhas, missas, etc. Um tal Francisco progrediu tanto que chegou mesmo a contrapontista. A formação musical dos indiozinhos visava, além dos fins culturais e religiosos, a atração dos adultos, amigos da música, que muito admiravam alunos tão adiantados, confiando também os seus filhos ao educandário franciscano. [12]

Ademais, os internos, sob a orientação dos missionários, prestaram um serviço inestimável à catequese, aplicando às primitivas «gentílicas cantilenas» outros textos religiosos, conservando destarte os elementos culturais das tribos que não contradissessem a religião católica. [13]

No mesmo sentido de aproveitar um costume tradicional e muito apreciado por todos os nativos, os missionários franciscanos fundaram a irmandade de N. S. das Neves, em homenagem à padroeira do convento, figurando entre as finalidades a de sepultar os defuntos. Outrossim instituíram, para satisfação geral dos índios, a comemoração dos finados, dia em que «costumavam ofertar suas primícias carregados de frutos que colhiam das suas lavouras». [14]

Entre as festas litúrgicas, preferiam os neoconvertidos as de Natal, Domingo de Ramos, e «toda a semana santa em que faziam muitas penitências». [15] Um caso que ocorreu com Frei Vicente do Salvador, quando missionário na Paraíba (1603-1606), esclarece o conceito que os índios formavam das penitências, e em particular da disciplina: «Jorge de Albuquerque, aldeado do nosso autor, estivera fora da missão durante a semana santa. Ciente de que o povo se disciplinara nas endoenças, pediu permissão a Frei Vicente para se disciplinar na oitava da Páscoa quando voltava de viagem, alegando em sua defesa que sendo «grande valente» não podia deixar de fazer tal penitência, visto que até os meninos a tinham feito. Quando, porém, o missionário objetou que já passara o tempo da penitência, Jorge replicou que assim ficaria desonrado e tido por fraco. Frei Vicente concluiu portanto que eles consideravam tais penitências prova de valentia». [16] Afinal não se podiam esperar motivos meramente sobrenaturais de um povo recém-convertido.

A admissão à Eucaristia constituía uma honra invulgar entre os índios, merecendo da parte deles uma preparação esmerada. No dia da comunhão, ou observavam jejum ou então se abstinham das comidas e bebidas, que consideravam incompatíveis com o respeito que se deve ter ao Corpo de Deus.

Como já ficou dito, os franciscanos aproveitaram na catequese os alunos do internato olindense, levando-os nas suas viagens missionárias para instruírem e convencerem os pais e parentes. Mas são mencionados também dois velhos principais: Antônio e Francisco, como catequistas de renome e grande sucesso, porque além da profunda convicção com que explicavam a doutrina, impunham-se ao respeito de todos pela sua posição e idade. [17]

Embora o método observado na catequese olindense diferisse em alguns pontos do que se aplicava às aldeias propriamente ditas, não havia contudo diferenças essenciais. No fim deste estudo, trataremos do método em geral.

O apostolado missionário entre os índios da zona olindense continuou, ao que parece, até 1619, constando ainda a permanência de Frei Cosme de São Damião entre 1611 e 1614. [18]

b) Missões de Igaraçu

A pedido da câmara e do povo de Igaraçu, resolveu Frei Melchior de S. Catarina fundar um convento naquela vila pernambucana, instituindo como fundador e superior a Frei Antônio do Campo Maior, o qual acabara de chegar de Portugal com outros cinco confrades, e logo em junho de 1588 [1] seguiu para a freguesia de S. Cosme e S. Damião de Igaraçu. Apesar de ser paróquia antiga, contava ainda muitas aldeias de índios pagãos, «alguns de paz com os portugueses». Jaboatão afirma, meio indeciso, que o grande número de pagãos talvez se explique «por falta de Pastores Evangélicos que os intrometessem no rebanho da Igreja». [2] Na realidade confirma este fato que até essa época nunca houvera conversão do gentio em Pernambuco.

Além dos trabalhos administrativos nas obras do convento e na assistência religiosa aos colonos, Frei Antônio do Campo Maior e seus súditos em breve assumiram também a catequese entre os silvícolas, avançando até Itapissuma, Ponta de Pedras e Itamaracá [3], onde organizavam centros catequéticos, por serem essas as aldeias que melhor corresponderam às expectativas dos missionários. Nesses três distritos ergueram capelas que atraíam cada vez mais os Potiguara até formarem missões florescentes, segundo diz Frei Manuel da Ilha; anos depois os doze franciscanos de Igaraçu encontraram muito serviço entre cristãos e pagãos. [4]

Transferido Frei Antônio para a nova fundação da Paraíba em 1589, substituiu-o Frei Bernardo da Anunciação, por três anos, com o mesmo zelo apostólico. [5]

Tornando a Igaraçu em 1592, Frei Antônio voltou a desenvolver a mesma atividade, entregando o cargo em 1594 a Frei Afonso de S. Maria, superior que demorou até 1600. [6]

Jaboatão, que ressalta mais a incansável operosidade de Frei Antônio do Campo Maior, atribui os estupendos resultados obtidos na seara de Igaraçu tanto aos incessantes esforços do fundador como ao seu bom exemplo de «Varão Apostólico e santo religioso». [7]

Os autores antigos que muito se estenderam em descrever o apostolado missionário dos franciscanos olindenses tanto mais resumidos foram na crônica de Igaraçu.

c) As Missões de Goiana

Interrompendo a ordem cronológica em que foram fundadas as missões franciscanas, trataremos primeiro das de Pernambuco e Alagoas, deixando para o fim as da Paraíba, por serem mais numerosas e em parte fundadas no incipiente século XVII, enquanto aquelas datam do último decênio do século XVI.

A atividade missionária que os franciscanos desenvolviam em Igaraçu e Olinda criara fama, recebendo o Pe. Custódio Frei Melchior de S. Catarina convite para fundar missões na Paraíba. Tendo pessoalmente estudado as condições «in loco», aceitou a incumbência e voltou por terra a Olinda. Repousando a meio caminho, em Goiana, o Superior franciscano foi procurado pelos principais moradores dessa vila [1] e por grande parte do povo [2] que instantemente lhe pediam missionários para uma grande aldeia de índios pagãos que ficava à margem do Rio Capibaribe, entre Goiana e Igaraçu, e cujos habitantes, sendo os mais poderosos da zona, salteavam os colonos, destruíam as fábricas e lavouras [3], roubavam e insultavam os cristãos. [4]

Interessavam-se, pois, os goianenses pela catequese da tribo para viverem em paz com os molestos vizinhos e mais ainda para os terem como amigos e defensores contra outras tribos hostis. [5]

O Pe. Custódio acedeu ao pedido dos colonos interesseiros, mandando os primeiros missionários em princípio de 1590, os quais, em breve, conseguiram resultados satisfatórios na missão, erguendo uma igreja em honra de São Miguel Arcanjo, uma residência franciscana, a indispensável escola e uma cerca forte de pau e terra para se defenderem dos assaltos hostis. [6]

Entre os missionários que se incumbiram da catequese na aldeia de São Miguel, os anais franciscanos ressaltam Frei Afonso de S. Maria, não constando pormenores sobre o desenvolvimento da missão. [7]

Esta aldeia, geralmente conhecida pelo nome de Goiana [8], mas também chamada do Siri ou Ciri, tornou-se célebre porque nela nasceu, em 1601, Dom Filipe Camarão. [9]

A segunda missão fundada por esse tempo na mesma zona de Goiana foi a de Tracunhaém que deve o nome ao rio homônimo e a cujas margens ficava. Os seus índios se faziam igualmente temidos por sua ferocidade. [10] As parcas notícias sobre esta aldeia relatam um ataque de índios hostis a Tracunhaém, em 1597. [11]

d) A Missão de São Miguel do Una

A Aldeia de São Miguel entre os Caeté do Una ou Iguna [1] foi a única missão que, administrada pela Custódia de S. Antônio, após uma interrupção de sessenta anos, tornou a receber a direção franciscana, já em tempo da Província do mesmo nome.

Os cronistas da então custódia e província portuguesa ocuparam-se mais com a primeira gestão franciscana da missão do Una do que o fizeram com a segunda os da nossa província, já então independente da província-mãe lusitana. O documento principal a transmitir notícias sobre os primórdios de Una é o manuscrito de Frei Manuel da Ilha. Seguem aqui os dados essenciais referentes à aldeia de São Miguel [2]: Sobre a doutrina de São Miguel de Iguna da Custódia de S. Antônio do Brasil — Doutrina Segunda.

«Depois de o religioso padre Frei Melchior de S. Catarina aceitar, sob sua direção e tutela, as missões e as aldeias da prefeitura na Paraíba, para trazer todos os seus gentios ao conhecimento da nossa santíssima fé católica, como foi dito; pelos quais ele mesmo e seus frades suportaram muitos trabalhos, como será dito embaixo, nunca, no entanto, desistiram de continuar em tão santo labor. E assim movido, ultimamente pelo Espírito de Deus e cheio de zelo pelas almas, dedicou-se de corpo e alma, com seus frades, à volta e à conversão dos outros gentios que habitavam perto do rio Iguna, vinte léguas distante do município pernambucano e da prefeitura do mesmo, pela parte do sul.

A conversão e a benevolência deles era sumamente útil, tanto para proveito de suas almas, como para defesa dos mesmos cristãos, ajudando-os contra os outros étnicos mais ferozes, mais cruéis e inimigos que faziam sua habitação nos antros do deserto e das florestas, de onde, diariamente, atacavam ferozmente aos fiéis, de maneira que não podiam cultivar as terras, nem colher delas os frutos. Entretanto, penetrando neles, aos poucos, os pregadores evangélicos, os fizeram voltar à fé ortodoxa, batizando ali mesmo os meninos e catequisando os pais, como de costume.

E todos os outros que ultimamente chegam das montanhas e das florestas, movidos pelo impulso do Espírito Santo, em cujo trabalho prestam grande benefício a Deus, quatro religiosos que sempre os reúnem num certo recolhimento, à maneira de convento que os próprios neófitos

construíram de madeira e taipa, juntamente com uma grande igreja. E além da doutrina da fé que eles comunicam àqueles gentios, também ensinavam a seus filhos a ler e escrever, e muitíssimos deles, que são peritos nas artes de cantar e tocar instrumentos, com os quais nos dias festivos, abrilhantam o culto. Sustentam-se aqui estes cristãos pobres, e também nas outras aldeias, da farinha que se faz das raízes de certa planta que os mesmos étnicos cultivam e fazem. Sustentam-se também de carnes silvestres e de peixes que caçam e pescam.

Nisso empregam grande habilidade e arte. A estas coisas dedicam-se de corpo e alma. Nunca usam vestes, mas sempre andam nus. E assim nada têm de próprio; pois tudo lhes é comum.

Todavia, os religiosos, em todas as suas missões, ordenam por lei que ao menos todas as mulheres, quando vêm à igreja, vistam túnicas, por motivo de decência. Como, porém, em geral seguem mais a tendência da própria natureza, saindo da igreja, elas tiram as túnicas e levam no braço.

Aconteceram muitas coisas dignas de narração, neste primeiro tempo, nas aldeias dos índios (não se pode escrever tudo), nas quais o clementíssimo Deus quis mostrar sua misericórdia a fim de fortalecer estes neófitos...»

Segue no original um episódio miraculoso do gosto quinhentista, que se conta de um índio do Una, sendo por Jaboatão localizado na missão de São Miguel do Siri. Um neófito, mordido por uma serpente venenosa, é sacramentado pelo missionário e, falecendo no meio da confissão, vê-se no perigo iminente de ser lançado no inferno, quando São Francisco o salva das garras do demônio com a exclamação: «Este é meu filho». Voltando pouco depois à vida, o índio conta o que se passou com ele, comparando a aparição do seu santo advogado com o painel da estigmatização que se acha na igreja missionária.

O que na lenda miraculosa do índio Caeté interessa vivamente é que na igreja de São Miguel já existia um grande quadro da estigmatização de São Francisco, como em geral os painéis ainda substituíam as imagens, e que os índios já veneravam a S. Francisco como padroeiro dos agonizantes e guia das almas, devoção esta que transparece de certo modo nos azulejos e quadros dos nossos conventos de Olinda e Salvador, onde o santo livra das chamas do purgatório as almas dos «seus devotos e dos amigos de sua religião».

Segundo o costume geral daquele tempo, os missionários do Una terão visitado também as malocas vizinhas, embora os seus habitantes ainda fossem bravos. Do contrário, não teriam conseguido a paz com a própria aldeia e as fazendas da zona.

Com a fundação posterior da missão do Porto de Pedras, diminuiu o trabalho para os franciscanos do Una, razão por que, em lugar dos quatro religiosos que havia primeiro, ficaram apenas dois.

Os missionários do Una, como os de todas as Aldeias, insistiam em que ao menos as índias vestissem roupa nas suas visitas à igreja. Não estranhamos, entretanto, que a despissem logo ao sair. Ainda hoje se observa que os silvícolas, acostumados a andarem nus, vestindo roupa experimentam evidente mal-estar, devido à pronunciada respiração cutânea.[3]

O documento não esclarece a data precisa da fundação do Una.[4] Sendo, porém, mais recente que as missões da Paralba, fundadas em 1589 e ainda aceitas pelo custódio Frei Melchior de Santa Catarina, o qual entregou o cargo em 1594, fica um prazo de 4 a 5 anos, do qual tiramos mais um ano, baseados sobre o seguinte relatório de Luis Gomes, contemporâneo da missão do Una: «Lá pelos fins de 1593, havendo uma festa de guarda, ia Luís Gomes assistir à missa na aldeia de Una; encontrando-se com Antônio Gonçalves, o Matuca por alcunha, começaram a discutir sobre os clérigos. Noutra ocasião, conversaram sobre os frades, dizendo o Matuca que se tivera vinte negros, todos mandara buscar cepos para fazer baraços para os frades». Logo, porém, todos o repreenderam, por causa dessas palavras. Denunciando Luis Gomes aquelas palavras ao visitador do S. Ofício, esse lhe perguntou se as palavras se dirigiram contra algum clérigo ou alguns frades em particular, ao que Luís Gomes respondeu que se falaram em geral sem se declinar algum nome «que quanto é dos frades lhe parece a ele denunciante, que ele (o Matuca) o dizia pelos capuchos que doutrinam os gentios da aldeia do Una, porque os ditos capuchos repreendem o dito Antônio Gonçalves que não esteja amancebado e viva bem».[5]

A concluir pela narração de Luís Gomes, os missionários capuchos (franciscanos) já em 1593 residiam na aldeia de Una catequizando os índios e prestando assistência religiosa aos colonos. Os únicos missionários de Una cujos nomes nos constam na primeira temporada são: Frei Luís da Anunciação, apelidado «o Santo», e seu companheiro Frei João da Assunção.[6]

Com razão, salienta Frei Manuel da Ilha, a grande utilidade da missão do Una para os colonos, até então constantemente atacados pelos Caeté pagãos, contra os quais fora decretada

a escravidão perpétua em conseqüência do assassínio de Dom Pero Fernandes Sardinha. Esta sentença dava carta branca a todas as injustiças para com os silvícolas, enquanto estes, por sua vez, continuavam a hostilizar os brancos, até que, catequizados pelos filhos de São Francisco, trocaram pela cruz o arco e a flecha.

Criada a prefeitura apostólica da Paraíba, passou a missão de S. Miguel do Una às mãos do clero secular, em 1619. Mas transcorridos apenas cinco anos, foram os jesuítas encarregados da mesma aldeia. Antes da segunda gestão franciscana (1679-1742), também os Oratorianos parecem ter missionado no Una.

e) A Missão do Porto de Pedras

Primícias da catequese nas Alagoas
1596/1619

Cabe aos filhos de São Francisco a gloriosa primazia da catequese entre os silvícolas alagoanos. Sobre uma possível catequese anterior, embora efêmera, dos jesuítas nas Alagoas não há fonte certa.[1] Em todo caso, foram os franciscanos os primeiros que se estabeleceram nas Alagoas depois de nelas terem penetrado, desde a missão do Una.

Sob o 1º custodiato de Frei Leonardo de Jesus, sucessor imediato de Frei Melchior de S. Catarina, seguiram vários franciscanos chefiados por Frei Antônio do Campo Maior para o Porto de Pedras, a dez léguas ao sul do Una, a fim de fundarem uma missão entre os índios Caeté daquela região. Como Frei Leonardo de Jesus assumisse o cargo de custódio, em junho de 1594[2], e Frei Antônio do Campo Maior entregasse, por esse tempo, a sua segunda guardiania em Igaraçu[3], a aceitação do Porto de Pedras deve ter sido posterior a maio de 1594 e anterior a abril de 1597, quando Frei Leonardo cedeu a direção da custódia a Frei Braz de S. Jerônimo.[4]

Jaboatão, que não menciona a missão do Porto, afirma que Frei Antônio do Campo Maior passou o resto de sua vida (1594-1601) no convento de Olinda, confessando, porém, que o venerando missionário nunca deixou de trabalhar na catequese dos índios.[5]

Frei Manuel da Ilha, único autor coevo a referir algo sobre a missão do Porto, tem a seu favor a confirmação do então custódio Frei Leonardo de Jesus, o qual, como testemunha ocular, assinou o manuscrito do cronista franciscano, em 1621[6], como também baseia sobre a crônica da Custódia, fonte insofismável que Frei Vicente do Salvador deixara e cujo paradeiro nunca mais foi descoberto.[7]

Narra, pois, o Insulano que Frei Antônio do Campo Maior, já septuagenário e acompanhado por vários confrades, rumou para o novo campo de catequese, durante a gestão de Frei Leonardo de Jesus. A escolha do superior recaíra sobre Frei Antônio por se ter este distinguido como missionário de ricas experiências e raros dotes, desde Igaraçu à Paraíba. Também nesta nova vinha do Senhor, o ancião trabalhou com o mesmo espírito apostólico que sempre o animara. Mas, devido à sua velhice adiantada, demorou-se poucos anos no Porto de Pedras, vendo-se obrigado a voltar a Olinda, onde faleceu octogenário em 1601.[8]

Apontando o progresso da catequese, acrescenta Frei Manuel da Ilha que além dos índios aldeados na praia de Porto de Pedras vieram aos poucos muitos outros das matas virgens pedindo admissão entre os catecúmenos. À medida que os silvícolas se iam convertendo e civilizando, chegavam também colonos para povoar aquela região. Os franciscanos continuaram no seu sublime apostolado, até que todos os índios foram batizados, bem instruídos na doutrina e tanto progrediram na vida cristã que «outros sacerdotes podiam assumir o múnus paroquial, administrando os sacramentos e conservando os nativos na fé abraçada».[9] Só então os nossos missionários entregaram o seu rebanho ao Ordinário, ficando eles mesmos dispostos para catequizar outras tribos que ainda carecessem da luz da santa fé.

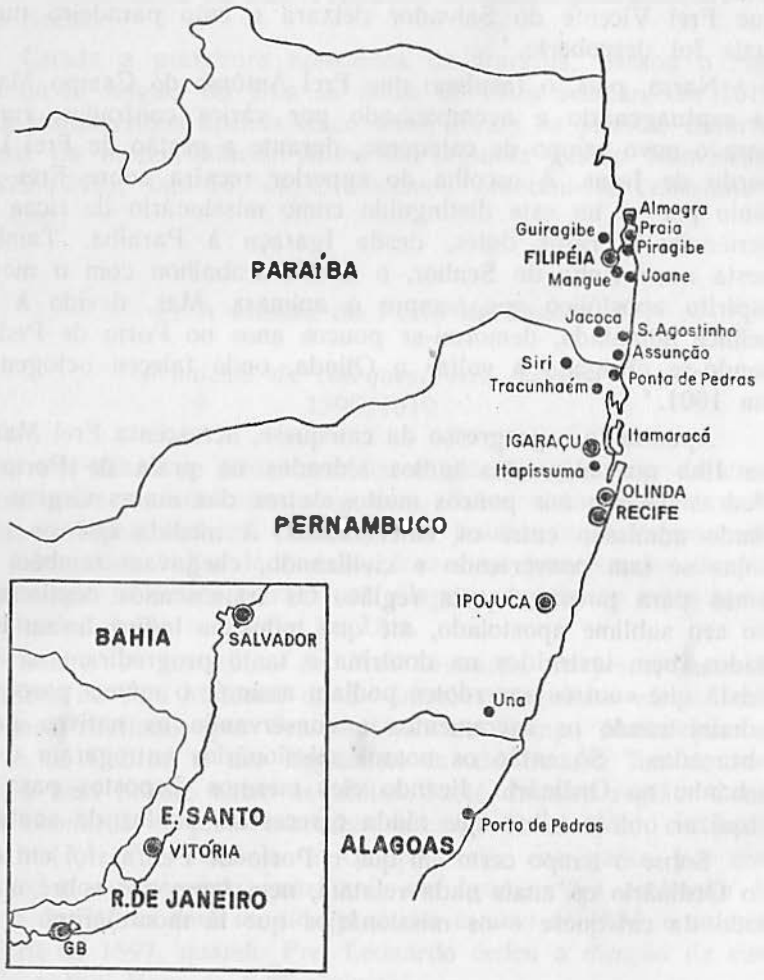
Sobre o tempo certo em que o Porto de Pedras foi entregue ao Ordinário os anais nada relatam, nem tampouco sobre o método da catequese e os missionários que lá mourejaram.

f) Missões da Paraíba

A história das missões paraibanas comprova a afirmação feita no início deste estudo quanto à emulação entre as Ordens missionárias, influindo além do zelo demasiado a intriga política

MISSÕES DA CUSTÓDIA

1586-1619



DES. OCTAVIO KLEBER B.DE BEZERRA

Os nomes das cidades que têm conventos aparecem com maiúsculas e ○; os nomes das missões, com minúsculas e ●. Filipéia (atual João Pessoa), Olinda e Vitória tinham missões cujos nomes ignoramos.

que explorava tais dissensões para substituir qualquer Ordem desde que a considerasse indesejável.

A missão franciscana entre os índios da Paraíba tornou-se especialmente dura e espinhosa pelas guerras e demais empresas propriamente alheias a religiosos e, em particular, por causa das perseguições que Feliciano Coelho moveu aos missionários. Mas ao mesmo tempo é na missão paraibana que melhor salienta a força vital da Custódia franciscana; pois, durante 30 anos, lutaram aqui os filhos de S. Francisco pelo ideal missionário, embora sob as maiores dificuldades, perseguições e desgostos.

E' à circunstância de ter missionado na Paraíba o primeiro historiador brasileiro, Frei Vicente do Salvador, que devemos o material relativamente abundante sobre essas missões. [1]

O senado da Paraíba e o governo português, representado pelo cardeal Alberto (arquiduque da Áustria e sobrinho de Filipe II), andavam vivamente interessados pela catequese dos franciscanos entre os rebeldes Potiguara da Paraíba que, aliados aos franceses, haviam derrotado a Frutuoso Barbosa. Baseado sobre um antigo relatório, diz Jaboatão que Frei Melchior, além dos pedidos repetidos, tivera ordem para mandar religiosos:

«Por recado do Cardeal Alberto, Governador na cezão do Reyno de Portugal, mandou Religiosos assim para morarem na cidade com os brancos como tão bem para doutrinarem, e instruirem em a Santa Fé aos Indios». [2]

Em princípios de 1589, foi o Pe. Custódio de Olinda à Paraíba:

«levando consigo alguns Religiosos. Foram recebidos com especiaes demonstrações de gosto, e agrado de todo aquelle povo, e feita a aceitação da casa... a fez tambem logo de cinco aldeas de Gentio, que voluntariamente se lhe vierão offerecer». [3]

Em seguida, afirma Jaboatão que Frei Melchior se demorou na Paraíba até começo do ano seguinte, o que parece inverossímil, visto dois documentos importantes de 1589 e condicentes às nossas missões paraibanas não referirem o nome do Pe. Custódio, mas sim o de Frei Antônio do Campo Maior. [4]

O cronista franciscano também se contradiz quanto à nomeação de Frei Antônio do Campo Maior para guardião da Paraíba, afirmando ora que foi em 1590 [5], ora que já teve no-

meação em novembro de 1588[6] quando já haviam chegado repetidos rogos para fundação do convento e das missões. De fato Frei Antônio deve ter chegado à Paraiba ao menos em princípios de 1589, porque aos 2 de maio desse ano recebeu de Frutuoso Barbosa o atestado de que estava doutrinando o «Almagra principal com sua gente» e mais aldeias.[7]

Mas quanto à entrega definitiva das aldeias aos franciscanos, houve ainda, em 1589, uma sessão oficial. Foi quando o governador Frutuoso Barbosa, perante a Câmara da Cidade Filipéia (Paraiba) reunida, passou provisão ao Pe. Guardião Frei Antônio do Campo Maior e sucessores, segundo esclarece o seguinte texto:

«Frutuoso Barbosa, fidalgo da Casa del Rei Nosso Senhor, capitão e governador desta capitania, digo cidade Philippeia de Nossa Senhora das Neves etc. Faço saber aos que esta minha provisão for mostrada e o conhecimento dela com direito pertencer que eu ei por serviço de Deus de sua Magestade que os reverendos padres de São Francisco capuchos esteiam de posse da Aldeia do Almagra e que elles possão tornar a levantar a sua cruz, como dantes tinhão no mesmo lugar, onde estava dantes posta por meu mandado por a dita aldeia estar nos seus limites, que são do rio das marés, para as fronteiras porque de tudo os mandei por de posse quando lhe entregaram por meu mandado as ditas aldeias assi as das fronteiras como as maes que estão do rio das marés por diante. E mando a todos os gentios assi os da aldeia do Almagra como todos os das maes aldeias dalem do dito rio das marés que obedeção aos ditos padres em tudo o que lhes mandarem e que daqui por diante senão possa passar nenhum Indio pa. outra parte alguã fora das ditas aldeias sem particular licença dos ditos padres por assi ser serviço de sua Maiestade — e assi ei por bem que doie por diante elles não consintão nas suas aldeias meirinhos Indios, nem outros Indios aprender nem afazer alguã molestia aos ditos Indios por qualquer via q'seja e sendo caso que algüns o foren fazer os ditos padres mos mandarão prezos ou mo mandarão fazer asaber para que eu faça nisto oque me parecer maes serviço de sua magestade... dada nesta cidade aos vinte e dous de junho de mil quinhentos e oitenta e nove annos. Antoñio Serrão mofez por meu mandado: eisto se entendera, té euprovir de capitão nas fronteiras quanto ao prender dos ditos Indios. O governador — Fructuoso Barbosa.

E logo no dito dia e mes e anno atraz escritos em comprimento da dita provizão atraz acertada a mandado do senhor governador e a requerimento do reverendo padre, dos ditos juizes, senadores e meirinho clingoa atraz declarado fomos além do rio de Tejugao das marés, a aldea de hum principal o Almagra donde todos juntos e cada hum per si, lhe ouvemos por entregues a aldea, e gentio dela do maior te o maes pequeno, baptizados e por baptizar, comforme a dita provisão pa. os doutrinarem e ensinarem e instruirem na fee catholica, e catechizarem

de que o dito gentio fiquou mui satisfeito, porsempre pretenderem os ditos padres pera os ensinarem e não quererem que outros de outra religião nenhuma tivessem dever com eles por assi o declararem os lingoas q'com os principaes falarão e que cõ elles ficarão consolados e satisfeitos, e o dito padre guardião acceitou a dita posse na forma da dita provizão e como tal lhe fora dada e conforme os autos atraz, e logo mandou ajuntar e eleuantar tres cruzes em hum calvario no meio da aldea em sinal de posse como ja a tinha dantes conforme os autos atraz e mandado do senhor governador. E para fazerem Igreja cada vez q'quizerem conforme as suas patentes e breve do summo pontifice e provizão de sua magestade como tudo nos foi aprezentado em comprimento da qual como dito he a dita camara e oficiaes o ouviram me tido e emvestido da dita posse real e corporal, e actual e assi fiquou nela pacificamente sem aver pessoa gentio, nem branco, secular nem eclesiastico que o contradissesse, antes todos mto. contentes e satisfeitos e consolados, com o dito padre guardião o querer acceitar como acceitou em seu nome e da ordem e asinarão todos sendo prezentes por testemunhas Duarte Gomes da Silva, Antonio Teixeira: Andre Machado e Domingos Luis escrivão do ecclesiastico, todos moradores na dita capitania q'eu tabelião conheço. E eu frco tabelião do publico judicial e notas nesta Cidade por El Rei uosso sor q'o escrevi.

Fr., Antonio do Campo Maior; Amaro de Rezende: João Affonso Pamplona; Sebastião d'Araujo; Duarte Gomes da Silva: Andre Machado: Domingos Luis; frco Roiz; Pedro Coelho de Souza: Gaspar Manoel Machado: Antonio Ednes...»[8]

Ressaltamos no documento acima que o guardião Frei Antônio do Campo Maior decerto terá insistido em ser empossado pela segunda vez com toda a solenidade por vários motivos: 1º) para dar a entender que a administração das aldeias pelos franciscanos não respeitava apenas o espiritual, e sim também o temporal[9]; 2º) para prevenir qualquer má interpretação da entrada dos franciscanos em campo que já contava com outros missionários, i. é, os jesuítas; 3º) para os próprios índios compreenderem que os franciscanos vinham legalmente autorizados.

Entre as cinco aldeias paraibanas que os franciscanos receberam, logo após a sua chegada, o documento acima destaca a do Almagre, enquanto em todas elas houvera certas desordens e distúrbios, como o afastamento do cruzeiro e a invasão de meirinhos estranhos que molestavam e prendiam os índios catequizados pelos franciscanos.

O Pe. Serafim Leite, S.J., tratando do assunto, confessa que a Companhia de Jesus se recusara a aceitar na Paraiba outras missões além da do Braço do Peixe, motivo por que foram confiadas aos franciscanos, atribuindo as rivalidades entre ambas as Ordens à falta de nítida delimitação dos distritos missionários.[10]

Pedro Calmon atesta terem os franciscanos entrado na Paraíba para missionar tribos amansadas. [11]

Entretanto, a razão por que os Frades Menores foram chamados para a Paraíba era justamente a pacificação dos rebeldes Potiguara, sofrendo até a Filipéia diversos ataques. Sirva de resposta a declaração que Frutuoso Barbosa aos 19 de setembro de 1589 lavrou no forte de S. Margarida (Paraíba), elogiando o denodado Frei Antônio do Campo Maior:

«ao muito revdo. Senhor padre guardião fr. Antonio do Campo Maior em nome de seus prelados... porquanto passou comigo pessoalmente e com todo o seu gentio a fazer o forte dalem dos rios dentro da terra do inimigo aonde nunca outrem passou... (e) atualmente eu com o dito padre estamos hoje...» [12]

Enquanto Jaboatão atribui as anormalidades a «emulações de Religiosos de outra Família» [13], Frei Manuel da Ilha, baseado ao certo na crônica da custódia de Frei Vicente do Salvador, deduz das patentes e ordens acima referidas certa repugnância dos Padres da Companhia e dos seus meirinhos para com os índios confiados à catequese franciscana, procurando afastá-los desta para que os Frades Menores não tivessem a quem pregar a doutrina cristã. [14]

Como as hostilidades, mesmo depois da segunda posse dos franciscanos, prosseguissem, até a chegada do novo governador Feliciano Coelho de Carvalho, este referiu o caso a Filipe II, recebendo ordem de instaurar um inquérito sobre a parte culpada, em cuja conseqüência os jesuítas, por decreto de 15 de março de 1593, tiveram que abandonar a Paraíba e foram substituídos pelos franciscanos na missão de Piragibe ou Braço do Peixe. [15]

As missões franciscanas foram, desde o começo, cinco: 1. — Almagra ou Almagre, na enseada do Tambaú, meia légua ao Norte do povoado homônimo, antiga aldeia da Praia; 2. — Praia, com seu hospício de S. Antônio; 3. — Guiragibe, ou Assento do Pássaro, e mais tarde chamado de São Francisco, que ficava ao sul de Tebiri, a três léguas da cidade; 4. — Joane ou Jeane; e 5. — Mangue, ambas à mesma distância na fronteira do sul.

Com a perseverante catequese progredia também a pacificação, desfrutando naturais e moradores os benefícios da obra missionária e explorando-se em escala maior a agricultura, inclusive o cultivo da cana, em cuja zona surgiram alguns engenhos.

Os religiosos das aldeias fundaram igrejas em todas elas e foram aos poucos levando a linha da fronteira do sul à

Jacoca, e daí ao rio Urutagui. [16] Por esse tempo, 1593, assumiram os franciscanos ainda as missões de S. Agostinho, Assunção, atual Alhandra que Jaboatão confunde com Jacoca, supondo-as uma só [17], ficando, porém, Assunção às margens do rio Ipopoca e a dez léguas da Capital, rumo Sul, e Jacoca, ou Conceição de Nossa Senhora, atual Conde, sobre o rio Gramame ou Eiguaraguaib a quatro léguas da capital (rumo Sul). A primeira passou a ser freguesia em 1758 e a outra, em 1768. [18] Afinal os padres franciscanos foram encarregados ainda da aldeia de Braço do Peixe ou Piragibe, atual Ilha do Piragibe.

Várias vezes se fala também na aldeia do Gramame, onde havia 4 religiosos [19] no ano de 1596; lá residiu o síndico dos franciscanos Manuel de Azevedo [20], de 1589 até 1595. Ficava a missão a 4 léguas da cidade, parecendo ser a mesma Jacoca; pois deve uma e outra ser localizada sobre o Rio Gramame. [21]

Esta aldeia era, segundo Jaboatão, a principal de todas, dada a sua vantajosa posição, desde que diversas aldeias tinham sido mudadas para servirem de defesa dos engenhos e fazendas, sendo que em Jacoca os índios da redondeza tinham um centro da vida religiosa e os franciscanos uma casa de recolhimento e repouso. [22]

Outra aldeia muito importante e central foi a de Assunção ou Ipopoca, cujo conventinho missionário tinha capacidade para agasalhar cinco ou seis franciscanos e uma igreja de pedra e cal. Visto que o grande número de missões não podia dispor de assistência permanente dos religiosos, concentravam-se estes, principalmente, nas aldeias de Jacoca e Assunção, donde visitavam as demais. [23]

Sobre esta missão que Frei Manuel da Ilha também chama de Maracanaioacoca, encontramos algumas notas particulares: foram aqui reunidos os antigos aldeados e os Potiguara, vivendo todos nesta colônia na melhor harmonia. Quando levantaram a espaçosa igreja de N. S. da Assunção rompeu uma moléstia atacando a garganta e causando geralmente a mudez, para em breve deixar as vítimas mortas. Fugiram inúmeros índios, paralisando assim a construção da igreja e faltando até quem abrisse os túmulos. Nesta iminência, o missionário, pregando ao povo, lança um corajoso apelo. Promete a quem trabalhar nas obras do templo de N. S. a vitória sobre o contágio e sobre a própria morte. E, fato miraculoso, confiantes na promessa do missionário, os aldeados enfrentaram novamente as obras da construção, vendo-se, então, livres da epidemia. [24]

Grassando em certa ocasião uma epidemia entre as crianças, os índios se lembraram de abrir coroas nas cabeças dos filhos, à maneira da coroa franciscana, o que em seguida tornou-se moda geral naquela gente.

Encerrando a sua singela relação sobre a Aldeia da Assunção, Frei Manuel da Ilha não vacila em afirmar: «A Igreja cresce como nos tempos dos Apóstolos, ocupando aqui em Assunção quatro franciscanos na administração dos santos sacramentos». [18]

Que nem sempre continuou este fervor, prova-o, como testemunha ocular, Frei Vicente do Salvador, o qual anos depois missionou na Paraíba, lamentando:

«Confesso que é trabalho labutar com este gentio com sua inconstância porque no princípio era gosto ver o fervor e devoção com que acudiam à igreja, e quando lhes tangiam o sino à doutrina ou à missa corriam com um ímpeto e estrépito que pareciam cavalos; mas, em breve tempo, começaram a esfriar de modo que era necessário levá-los à força, e se iam morar nas suas roças e lavouras fora da aldeia por não os obrigarem a isto». [20]

Novas provações sobrevieram às missões paraibanas com a vida desregrada de muitos colonos e mamelucos, com as injustiças feitas aos índios e com a ganância descomedida dos proprietários. Quando os missionários repreendiam o escândalo público eram caluniados e perseguidos pelos maus elementos. [21] E como a péssima conduta de Feliciano Coelho merecesse censuras, também este começou a indispor-se com os franciscanos, contestando-lhes «a autoridade no governo temporal dos catecúmenos», rebaixando-os perante os aldeados, recriminando o sistema missionário da Ordem e facultando aos súditos da missão a prática ou o abandono da religião católica. Mesmo depois de repreendido pelo governo da Bahia, Feliciano não desistiu de suas intrigas. Para evitar prejuízos maiores o Pe. Custódio recomendou aos missionários deixassem de pregar ao povo. Entretanto, o triste efeito da campanha anti-religiosa não se fez esperar, sendo não só os franciscanos, mas sim também o próprio governo desobedecidos pelos Índios, de modo que os missionários temporariamente se retiraram de várias aldeias, entre as quais conhecemos de nome apenas S. Agostinho e Jacoca. [22]

Mas, apesar de todas as desinteligências e intrigas, os franciscanos não deixaram de acompanhar as campanhas bélicas empreendidas por Feliciano Coelho.

Parece ter sido por este tempo que os beneditinos da novel abadia paraibana assumiram entre outras a direção da aldeia de Jacoca, ficando definitivamente com esta; pois «desde que chegaram à Paraíba, dedicaram-se aos índios, aldeando-os na Jacoca e Utinga para poderem melhor doutriná-los». [23]

Por volta de 1600, cessaram as intrigas com a remoção de Feliciano Coelho. Foi durante a gestão do Pe. Custódio Frei Antônio da Estrela (1603-1605) que os franciscanos assumiram além das antigas aldeias outros três novos centros entre os Potiguara, cujos nomes não nos foram transmitidos. Cada um dos centros recebia quatro franciscanos [30], orçando o total das aldeias novas entre 16 e 18.

Por muito que os franciscanos sofressem sob as perseguições e outros desgostos, perseveraram na sublime obra missionária uma vez começada. As rivalidades e emulações havidas com os missionários de outras Ordens decerto poderiam ter sido evitadas, se de ambas as partes o ideal missionário tivesse superado o espírito de «igrejismo». Mesmo assim merece a gigantesca obra catequética, realizada no decorrer de trinta anos (1589-1619), a admiração da posteridade.

3. MISSIONÁRIOS DE DESTAQUE

a) Frei Bernardino das Neves
(1º sacerdote franciscano brasileiro)

Entre os missionários franciscanos dessa época salientam-se, tanto pelos dotes naturais como pelos sucessos obtidos na conversão dos índios, os dois irmãos carnais Frei Bernardino das Neves e Frei Manuel da Piedade, filhos do capitão João Tavares e de sua esposa D. Constância Dias. Naturais de Olinda, ambos os franciscanos entendiam e falavam perfeitamente a língua dos indígenas, mostrando-se também familiarizados com a vida e costumes da terra. Do progenitor, que fora «primeiro conquistador e povoador do Norte», os dois filhos haviam herdado o espírito empreendedor.

Antes de ingressar na vida religiosa, Frei Bernardino se chamava Sebastião Tavares, sendo o primeiro aspirante brasileiro ao sacerdócio que, em Olinda, tomou o burel da penitência e o nome de Frei Bernardino de S. Maria, mudando-o depois para Frei Bernardino das Neves.

Tendo professado em 1588, não demorou muito em ser ordenado sacerdote, visto que já era homem de idade perfeita, propenso às coisas de Deus, zeloso pela conversão do gentio e «dotado de bom entendimento, prudência e capacidade para qualquer emprego». Uma vez padre, foi em breve instituído pregador. [1]

O abundante fruto que Frei Bernardino conseguiu na catequese dos índios era devido tanto ao seu zelo para salvação deles, como à clareza com que lhes falava; assim se explica que o frade brasileiro era ocupado, de preferência, entre os índios, principalmente nas aldeias novas, servindo de intérprete aos confrades que ainda não dominavam o idioma dos aldeados e chegando, no decorrer dos anos, a ser superior de uma ou outra missão.

Benquisto e obedecido por todos, Frei Bernardino atendia onde o solicitassem para pacificar qualquer tribo rebelde, custasse embora os maiores sacrifícios de longas viagens. [2]

Em 1597, seguiram Frei Bernardino e Frei João de São Miguel com a armada de Manuel Mascarenhas Homem para o Rio Grande do Norte, com o intuito de construir a fortaleza dos Reis Magos (Natal) e expulsar os franceses. Além de rancorosos inimigos, encontraram as tropas maior embaraço nas bexigas que atacaram índios e brancos, multiplicando destarte o trabalho dos missionários. Acresce que um padre jesuíta que também acompanhava o exército deixou-se enganar por um índio chamado Surupibba, apesar de Frei Bernardino o ter prevenido contra a traição provável do silvícola. Mas como o inaciano insistisse na sua opinião, seguiu-se de fato a traição dos selvagens pouco depois, conforme Frei Bernardino previra. [3]

No Rio Grande do Norte, demoraram-se os franciscanos dois anos, conseguindo Frei Bernardino persuadir ao feiticeiro índio Ilha Grande para fazer as pazes com os portugueses, o que trouxe grande vantagem à causa dos lusitanos e deu motivo para principiarem um povoado, chamado Natal, a meia légua do forte dos Reis Magos. [4]

A vida agitada do missionário Frei Bernardino ainda continuou até 1603, ano em que se retirou exausto para o convento de Olinda. Frei Manuel da Ilha refere um episódio que talvez não seja único na dura missão do franciscano olindense. Em agosto de 1597, os hereges franceses haviam atacado as aldeias das fronteiras, na Paraíba, levando para isso numerosos

Potiguara. Frei Bernardino achava-se ausente; acudiu porém com tropas de Gramame, logo que soube do ataque. Mesmo com este reforço não foi possível derrotar os inimigos. Pelo contrário, os Potiguara, instigados pelos franceses, perseguiram os de Gramame a fim de aprisionar e matar os dois franciscanos. Havendo terra pantanosa naquela zona, Frei Bernardino correu para lá e, deitado no chão, conseguiu escapar aos seus perseguidores que, apesar do olfato bem desenvolvido, não deram pela presença do missionário. [5]

Resolvida a fundação do convento do Recife, em 1606, foi para lá como um dos fundadores o veterano missionário Frei Bernardino das Neves. [6] Mas, dois anos depois, a morte levou esta alma apostólica para receber o prêmio eterno. [7]

b) Frei Manuel da Piedade

Manuel Tavares já era órfão de pai quando, em 1597, aos 16 anos de idade, resolveu envergar o hábito seráfico. A prematura morte do pai e o exemplo edificante de Frei Bernardino hão de ter influenciado na escolha da vocação missionária franciscana de Frei Manuel da Piedade.

O convento de Olinda estava destinado a ser por muitos anos o campo de trabalhos de Frei Manuel. Aí deu os primeiros passos como noviço; aí, pela profissão, se obrigou a observar a regra de São Francisco; aí completou os estudos em preparação à ordenação sacerdotal e continuou, depois de padre, como professor do curso de artes.

Somente em 1614 foi que Frei Manuel trocou a cátedra pela vida agitada de campanhas militares, seguindo com Frei Cosme de São Damião como capelão do exército «que ia lançar da Ilha de São Luiz do Maranhão aos intrusos franceses». [1]

Jaboatão apresenta Frei Cosme de São Damião como ex-guardião do convento paraibano e Frei Manuel como sendo da principal nobreza do Brasil e grande teólogo, ambos porém de uma vida exemplar e ilustrados das maiores virtudes. [2]

Sobre a despretensiosa missão dos dois filhos de São Francisco, ouçamos Cândido Mendes de Almeida: «A estes Rev. Padres se não deu coisa alguma da fazenda de S. Magestade, antes eles de esmolas se aviaram de cálices, ornamentos e tudo mais do culto divino necessário e da comida com que fizeram infinitas

caridades a todos os da jornada a que puseram nome 'a milagrosa'». [3]

Após uma viagem cheia de contratempos e dificuldades, chegou o exército ao porto de Quaxenduba, fronteiro à Ilha de São Luís, e tendo-se confessado todos os soldados, houve renhido combate aos 19 de novembro de 1614. Os religiosos arvoraram a cruz à frente dos portugueses para animá-los à vitória. [4] Atribuindo a Maria SS. a vitória das armas lusitanas, os frades levantaram uma capela votiva a N. S. da Ajuda.

Na qualidade de excelente língua, Frei Manuel em breve achou abundante ocasião para apaziguar os índios rebeldes que receavam ser escravizados logo após a campanha. Apenas obtido o desejado sucesso entre os filhos da selva, Frei Manuel, junto com Frei Cosme, prestaram serviços de bom Samaritano à população atacada pelo sarampo. Como houvesse armistício, os frades se dedicavam igualmente a brasileiros, portugueses e franceses. [5]

Após a derrota completa dos franceses e sua retirada do Maranhão, realizada a 3 de novembro de 1615, continuou ainda a missão dos dois franciscanos, então alojados no conventinho dos capuchinhos franceses, pregando Frei Cosme aos calvinistas franceses que preferiam ficar no Maranhão, enquanto Frei Manuel catequizava os índios. Em 1616 retiraram-se do Maranhão nossos missionários, «vendo assistida aquela missão de operários necessários» ou, para falar com Jaboatão, por terem surgido rivalidades entre eles e os jesuítas. [6]

Apesar de todos os pedidos em contrário, os franciscanos voltaram a Pernambuco, ficando tão profunda a impressão do seu bom exemplo que em 1617 outros franciscanos da mesma província-mãe portuguesa de S. Antônio foram mandados para continuarem o belo apostolado e colocarem os fundamentos para o novo comissariado do Grão-Pará. [7]

Frei Manuel da Piedade demorou pouco em Olinda, seguindo, em fins de 1617, como guardião para o convento de S. Antônio de Ipojuca, onde permaneceu até 1620. [8]

Mas como a custódia precisasse de professores, lembrou-se de novo do lente olindense e confiou-lhe o ofício do magistério de 1620 até 1627.

O capítulo celebrado em fins de 1627 colocou Frei Manuel à frente do convento de Olinda, cargo que exerceu até a invasão holandesa em 1630. Quando o convento foi abandonado pelos religiosos, o guardião e alguns dos seus súditos acudiram

aos lugares de maior perigo, animando os portugueses a pelejarem pela pátria e pela fé contra os hereges, inimigos da Igreja e dos naturais.

Retiraram-se os franciscanos de Olinda para o convento do Recife. Mas quando este foi também tomado pelos holandeses, Frei Manuel da Piedade passou-se para o convento da Paraíba. [9]

Durante os assaltos holandeses a Cabedelo, a 11 de dezembro de 1631, quando Frei Manuel, com a cruz na mão, animava as tropas brasileiras no meio da batalha, um dos inimigos atravessou o peito do destemido frade com a alabarda e, tirando-a de novo, deu-lhe com ela outros golpes na cabeça. Segurando nas mãos a sua querida imagem do Crucificado, morreu o soldado de Cristo sete dias após aqueles golpes mortais, encontrando o último repouso no convento da Paraíba. [10]

Vinte anos após o meritório apostolado que Frei Manuel da Piedade e Frei Cosme de São Damião desenvolveram no Maranhão, continuava ainda viva a impressão que estes dois franciscanos haviam deixado, segundo transparece de uma carta do governador maranhense Jácome Raimundo de Noronha a El-Rei. Aqui reproduzimos os primeiros tópicos dessa carta:

> «A coisa mais necessária que há naquelas partes, para ter o gentio delas sujeito, é visitá-los e ampará-los dos religiosos capuchos de S. Antônio, aos quais todo o gentio tem em muita veneração e os amam como o único remédio de suas necessidades, porque conhecem deles a caridade com que os tratam e os perigos em que se põem para os defenderem assim na paz como na guerra, o que têm experimentado em todas as que houve naquela conquista que sempre nela se acharam por seu remédio os religiosos desta religião, como foi nos princípios e tomada do Maranhão aos franceses o padre Frei Cosme e Frei Manuel...» [11]

c) Frei Francisco do Rosário

Ao nome do humilde irmão Frei Francisco do Rosário está ligada boa porção da nossa crônica missionária. Por esta razão lhe dedicamos homenagem especial, tratando a um tempo dos principais dados biográficos deste irmão catequista como do movimento missionário em que tomou parte.

Natural do Porto, onde nasceu mais ou menos em 1567, exerceu a profissão de tabelião até os 24 anos de vida, quando tomou o burel franciscano no convento de Olinda, professando a 1º de maio de 1592. Apesar de bom conhecedor da língua

latina, Frei Francisco preferiu o humilde estado de irmão ao de sacerdote. Como porém fosse o melhor «língua» da custódia, ajudou, durante muitos anos, aos padres missionários dos índios.

Jaboatão afirma que já entre 1600 a 1615 nosso irmão foi mandado ao Maranhão e Amazonas, onde doutrinava e batizava os silvícolas, por ensejo das entradas. [3]

O que parece bem provável é que Frei Francisco do Rosário, em 1624, tenha acompanhado a turma de missionários que, sob a chefia de Frei Cristóvão de Lisboa, seguiram para o comissariado do Grão-Pará. Assim o referem dois dos autores sobre os quais se baseia Jaboatão: o do Agiológio lusitano que em 1655 recebera informações a esse respeito de Frei Sebastião do Espírito Santo, o qual, por sua vez, fora custódio do Brasil em 1650, ano da morte de Frei Francisco do Rosário [4]; e Berredo, autor dos «Anais Históricos do Estado do Maranhão», contemporâneo da Fundação franciscana em São Luís. As «Memórias da Província de Portugal» enumeram o nosso irmão entre os co-fundadores dos conventos de S. Luís e Belém. [5]

Não há dúvida de que Frei Francisco trabalhou entre os índios. Deixou dois opúsculos como frutos da catequese. O primeiro «Ritos, costumes, trajes e povoações dos Brasis» de que os holandeses se apoderaram ao invadirem Pernambuco, e o segundo: «Catecismo para o gentio do Brasil» na sua própria língua. [6]

Visto que o primeiro manuscrito caiu nas mãos dos invasores, concluiu Jaboatão que o autor já devia estar de volta do Maranhão a Olinda, em 1630. [6] Entretanto, poderia a obra remontar ao período que o irmão passou nas aldeias da própria custódia, tendo deixado o original no convento de Olinda.

Em 1635, retirou-se Frei Francisco para o convento da Bahia, onde passou os últimos anos de sua velhice em «penitências, vigílias, leituras e oração». [6] Encerrou a sua peregrinação terrestre nesse mesmo convento aos 24 de fevereiro de 1650, data esta que Jaboatão defende, baseado em antigo livro de óbitos. [7]

Quando Frei Cristóvão de Lisboa, de passagem para o Maranhão, desembarcou em Pernambuco para livrar-se dos perseguidores holandeses prontos a invadir a Bahia, pediu ao custódio franciscano de Olinda, além dos dez confrades missionários trazidos de Portugal, outros da custódia já experimentados nas lides da catequese, apresentando para isso uma carta de recomendação do superior da Província-mãe de S. Antônio.

De fato, não foi muito difícil à custódia aceder ao pedido de Frei Cristóvão, visto que desde 1619 os missionários se haviam retirado das aldeias. Outrossim várias Ordens religiosas procuravam trocar as missões do Nordeste pelas do extremo Norte a fim de evitarem rivalidades com os jesuítas. O governo português, por seu turno, mostrava bastante interesse na catequese dos índios maranhenses e paraenses para preservá-los da influência de invasores franceses e holandeses. Neste conexo se compreende a proposta do governador do Brasil Gaspar de Souza, em 1617, no sentido de elevar a custódia de S. Antônio à categoria de Província, para destarte destinar todas as vocações portuguesas ao Grão-Pará, enquanto a província brasileira se limitaria às vocações indígenas. [8]

Como porém o projeto não se realizou, havia conveniência em os missionários mais experimentados da custódia ajudarem a organizar a catequese no comissariado do Grão-Pará, o que realmente sucedeu. Com Frei Cristóvão seguiram o idoso Frei Antônio do Calvário, excelente «língua» dos índios, Frei Manuel Batista e Frei João da Cruz, pregadores, como também os dois irmãos Frei Junípero e Frei Domingos, carpinteiro e oleiro, respectivamente. [9]

Aos 12 de julho de 1624, embarcou a turma de missionários rumo ao Norte, demorando-se 15 dias em Fortaleza (Ceará), onde prestaram assistência religiosa a brancos e índios; e como o capitão Martin Soares Moreno insistisse muito na permanência de franciscanos em Fortaleza, Frei Cristóvão consentiu que ficassem dois confrades para cuidar do presídio e das aldeias de índios. E' óbvio que tanto em Fortaleza como nas duas fundações maranhense e paraense fosse destacado, cada vez ao menos, um dos missionários da custódia para introduzir os confrades portugueses na obra missionária e servir-lhes de intérprete. [10]

A permanência dos missionários olindenses no comissariado do Grão-Pará limitou-se, quanto parece, a poucos anos, visto que Frei Manuel Batista, mais ou menos em 1628, já era encarregado da guardiania de Ipojuca. [11]

Frei João da Cruz, com os irmãos Frei Junípero [12], Frei Francisco do Rosário [13] e Frei Domingos dos Anjos (1633), durante a guerra holandesa [14] se encontrava na custódia. A sorte de Frei Antônio do Calvário deixou de ser mencionada pelas fontes da custódia, pelo que podemos supor que morreu na custódia maranhense.

Embora sejam parcos os dados fidedignos referidos nos anais franciscanos sobre o auxilio missionário que a custódia de S. Antônio prestou ao recém-criado comissariado do Grão-Pará, é certo que atrás desses se esconde uma grande soma de sacrifícios e de trabalhos suportados pelos nossos antepassados em prol da catequese incipiente do Norte.

d) A Serviço da Cruz e da Espada

Durante os primeiros decênios da Custódia de S. Antônio, quase todos os franciscanos do Nordeste se dedicavam à catequese dos índios. O próprio Pe. Custódio Frei Melchior de S. Catarina, ao lado das freqüentes e demoradas viagens de Norte a Sul, ainda exercia o múnus apostólico merecendo entre os índios o título de Abaré Guaçu.

A atividade dos missionários não se restringia à evangelização; mas, a miúdo, o turbilhão de guerras os arrastou para o campo de batalha, em defesa das suas aldeias atacadas por tribos hostis, como no caso de Assento de Pássaro, cuja igreja fora incendiada pelos inimigos. [1]

Hoje estranhamos que os mensageiros de Cristo se tenham prestado para, de cruz na mão, chefiarem os índios nas campanhas bélicas. Mas no tempo das conquistas, a cruz e a espada andavam geralmente inseparáveis porque se reputava um «serviço de Deus», inspirado pelo «grande amor da Fé», toda empresa marítima e militar que visasse descobrir novos continentes e subjugar os pagãos, à força d'armas, para incorporá-los ao reino de Cristo e ao império luso-espanhol [2], havendo até uma bula pontifícia de João XXII a permitir ao clero, tanto secular como regular, a participação ativa nas guerras, contanto que os clérigos não matassem nem mutilassem inimigo algum, mas tão-somente se limitassem a animar e exortar as tropas, a cuja frente andavam. [3] De fato a influência do abaré franciscano junto às tropas valia muitas vezes mais do que toda a estratégia dos capitães e generais.

Justamente por contarem com a plena confiança dos Índios é que os franciscanos não raro eram chamados para dirigirem a construção ou conserto de fortalezas, saindo a mão-de-obra senão de todo grátis, ao menos muito barata.

Eis os principais religiosos que como soldados de Cristo não se negaram a defender também os interesses do império temporal: Frei Antônio da Cruz e Frei Gaspar das Chagas acompanharam, em 1590, a guerra contra os Potiguara [4], seguindo-se-lhes, em 1591, na segunda campanha contra a mesma tribo Frei Baltasar de S. Antônio e Frei Manuel do Portoalegre [5]; Frei Antônio da Ilha e outro confrade acompanharam Feliciano Coelho, em 1593, até o Rio Grande do Norte [6]; Frei Antônio do Campo Maior, já septuagenário, segue com um confrade para uma guerra de 1594 [7], cedendo ainda por duas vezes dois súditos para acompanharem os soldados; afinal, Frei Bernardino das Neves e Frei João de São Miguel, como excelentes «línguas», são requisitados para a expedição que em 1597 seguiu para o Rio Grande do Norte [8]; outra expedição igualmente demorada que se incumbia de expulsar os franceses do Maranhão teve a assistência religiosa de Frei Cosme de São Damião e de Frei Manuel da Piedade, de 1614-1616, segundo acima apreciamos.

Nas obras de construção e consertos de fortalezas, salientou-se Frei Antônio do Campo Maior, enfrentando os trabalhos em Cabedelo, Inhobi e outra Casa Forte, cujo nome não foi transmitido. [9]

Várias aldeias curadas pelos franciscanos ainda serviam de defesa aos engenhos vizinhos, enquanto os frades se encarregavam também de dar assistência espiritual tanto aos moradores da zona canavieira como aos soldados dos presídios. [10]

Quem calculará a soma de fadigas, suores, privações, perigos e perseguições por que passaram os franciscanos em suas campanhas militares?! Quanto espírito de renúncia e sacrifício, quanta caridade e zelo apostólico terão patenteado para com amigos e inimigos?! E quanto aos serviços prestados à coroa de Portugal, não receamos de repetir a afirmação: «O reino colonial ergueu-se sobre os túmulos de nossos missionários».

4. A PRAXE MISSIONÁRIA DOS FRANCISCANOS

Durante o seu curto prazo de existência, de 1585 até 1619, as missões franciscanas não chegaram propriamente a criar um método missionário, ou seja, um sistema baseado sobre normas estabelecidas e sancionadas pelo governo da Província-mãe portuguesa; em lugar disso procuravam-se observar as normas prá-

ticas colhidas pela experiência no decorrer dos anos. Embora existisse desde 1624, além da custódia de S. Antônio, o novo comissariado missionário do Grão-Pará, os estatutos da Província editados em 1645 não traziam ainda determinações a respeito das missões, a não ser quanto à jurisdição dos Superiores e outras semelhantes.

Na obra missionária podemos distinguir a evangelização como fim primário e a civilização como finalidade complementar. O presente capítulo visa, principalmente, a evangelização.

Novas fundações — O primeiro passo no sublime apostolado missionário consistia em estabelecer contato com os índios e conquistar-lhes a confiança. Isso se tornava particularmente difícil quando a respectiva tribo fora perseguida pelos portugueses, como nas guerras de extermínio aos Caeté (Una e Porto de Pedras), ou quando havia preconceitos contra os portugueses, como entre os Potiguara instigados pelos franceses.

Como foi que os franciscanos resolveram o problema de estabelecer relações com as tribos hostis? No caso dos belicosos Caeté e Potiguara, informa Frei Manuel da Ilha que, partindo do axioma de que os índios se deixam impressionar com provas de coragem nos maiores perigos, os franciscanos penetravam no território das ferozes tribos sem outra arma que a cruz, pregando-lhes destemidamente e deixando-os a um tempo admirados e dispostos a aceitarem as visitas regulares dos missionários.[1]

Havendo escolha entre várias aldeias da mesma zona, os missionários se decidiam por aquelas que melhor correspondessem às expectativas de conversão. Levantavam em seguida o chamado «calvário» à entrada da aldeia, o qual consistia em um ou três cruzeiros, sinal da missão fundada.

Doutrina — Vencidos os preconceitos e as hostilidades dos silvícolas, os missionários estreitavam o contato com as famílias, por intermédio dos filhos, a quem ministravam instrução gratuita. As escolas faziam parte integrante da catequese. O ensino visava tanto a instrução como a formação sólida, num ambiente cristão e isento dos costumes pagãos da casa paterna. O resultado foi surpreendente, desde a primeira experiência de Olinda; pois os filhos tornaram-se os catequistas dos pais e parentes, chamando-os à atenção toda a vez que incorriam em certas faltas ou vícios, como, p. ex., a embriaguez.[2]

Os adultos recebiam instrução religiosa duas vezes por dia, de manhã, logo após a missa, e à tardinha. A doutrina era explicada na própria língua da tribo e pelo missionário, com a ajuda de um intérprete, se ainda não dominava o idioma.

Embora as inteligências dos silvícolas fossem bastante rudes e pouco inclinadas a penetrar nas verdades abstratas da doutrina cristã, aprendiam, no entanto, os principais artigos de fé e se esforçavam por seguir a moral pregada e vivida pelos seus abarés. No combate aos vícios, os franciscanos insistiam especialmente na abstenção completa da antropofagia, da poligamia, e das festas pagãs com a inseparável embriaguez.

Assimilação — Segundo afirmam os autores franciscanos, a idolatria não existia entre os índios pagãos aldeados e convertidos no tempo da Custódia. Os costumes e usos da tribo, que não contradissessem aos princípios cristãos ou que permitissem uma adaptação ao catolicismo, eram conservados ou assimilados. Objetos supersticiosos eram substituídos por outros cristãos, como crucifixos, enquanto os textos de cantigas pagãs cediam o lugar a outros de caráter cristão, conservando-se porém a melodia típica e querida da tribo. O culto dos antepassados, tão acentuado entre os índios pagãos, foi assimilado e cristianizado pelas irmandades religiosas introduzidas nas missões franciscanas e que, a par dos enterramentos e das devoções para com as almas do purgatório, se incumbiam de visitar os enfermos e praticar com eles a caridade cristã, virtude que os silvícolas desconheciam por completo, abandonando os doentes e velhos em qualquer perigo iminente. Para, no entanto, obterem uma transformação entre os índios, os missionários reforçavam os bons conselhos com o seu próprio exemplo de caridade cristã e ligavam a prática desta virtude a uma tradição predileta das tribos. Um uso introduzido da Europa e desde já benquisto entre os silvícolas foi a oferta das primícias da safra pelo dia dos Finados.[3]

Fenômenos etnológicos que não se incompatibilizavam com a prática da religião, como, p. ex., a cuvade, eram tolerados.[4]

Catecumenato — O catecumenato era demorado, requerendo-se instrução religiosa bem sólida, abstenção dos costumes e vícios pagãos acima mencionados e um prazo de experiência

de dois anos. Tal prazo era abreviado ou dispensado geralmente para as crianças e, em perigo de morte [5], para adultos. Mas justamente o batismo conferido a pessoas enfermas levava, não raras vezes, à superstição de que este sacramento trazia a morte. [6]

A admissão à recepção da Comunhão requeria ainda outro prazo de experiência. Os índios consideravam grande honra poderem comungar. No dia da comunhão evitavam certos alimentos que reputavam incompatíveis com o corpo de Deus, ou jejuavam até durante o dia todo.

Entre as tribos antropófagas os missionários aplicavam um rigor descomum. Toda a vez que os seus aldeados pediam admissão aos sacramentos do batismo e da comunhão, respondiam que somente uma prova prolongada os tornaria dignos de os receber.

Vida litúrgica — Desde cedo os frades menores introduziram os índios no espírito da liturgia, salientando os mistérios principais pela solene comemoração das festas, em particular o Natal e a Semana Santa. Dado o seu pendor à exterioridade, os índios devotavam carinho especial às imagens e aos painéis dos santos, razão por que os missionários lhe confiavam a ornamentação dos altares das irmandades. A recepção da comunhão dependia de certas provas demoradas, medida esta que encheu os recém-convertidos de profunda admiração para com o Santíssimo Sacramento, enquanto os comungantes, pela sua vida exemplar, procuravam corresponder à grande honra de serem admitidos à mesa eucarística. [7]

Mal-entendidos — Nem sempre os filhos da selva compreendiam bem o sentido e a finalidade de certas práticas de virtude ou penitência. Consideravam, p. ex., a flagelação introduzida pelos franciscanos menos uma prática de mortificação do que uma prova de valentia, e isso, de certo, sob a impressão dos ritos pagãos da tradicional iniciação. [8]

O bom exemplo — Mais que os conselhos e admoestações, era a vida dos missionários que causava profunda impressão sobre o seu rebanho espiritual. Principalmente a pobreza e o desapego dos franciscanos devia contrastar com a insaciável cobiça dos colonos e os altos tributos que outras Ordens missionárias pediam para seu sustento e o da missão. [9] O natural desapego do silvícola adquiria assim, pelo exemplo cristão dos seus

guias franciscanos, um sentido superior e mais nobre. [10] Se outras Ordens eram mais exigentes quanto aos tributos de seus aldeados, não pretendemos acoimá-las de gananciosas [11], uma vez que visavam o melhor desenvolvimento e organização da missão. Mas a capacidade de adaptação dos franciscanos a qualquer ambiente, por pobre que fosse, inspirou aos filhos da selva sincera admiração para com esses frades, dispondo-os destarte para os motivos sobrenaturais que devem prevalecer na vida cristã.

Castigos — Uma censura que já alguns contemporâneos levantaram contra os missionários, e que até hoje se tem repetido, é a que se refere aos castigos corporais aplicados aos índios das Missões. Não se pode negar que tanto os franciscanos como os missionários de outras Ordens infligiam penas corporais a meninos e adultos, a homens e mulheres, a cristãos e catecúmenos.

Quanto aos meninos, embora os pais não adotassem o costume de castigar os filhos em casa, eram eles próprios que permitiam, e até pediam aos religiosos castigassem os filhos, demonstrando, assim, a sua confiança na justiça dos abarés educadores.

Aos adultos se aplicava a correção, e particularmente o tronco, toda a vez que um cristão ou catecúmeno assistisse a cultos pagãos, ou em outros casos de escândalos públicos. Bastava o pejo por que passava o culpado para arrepender-se do mal cometido, sem precisar de outro castigo corporal. [12]

E' gratuita a acusação formulada contra os missionários de terem com os castigos forçado a entrada dos índios na Igreja. Dava-se justamente o contrário. Desde que algum catecúmeno perpetrasse escândalo público, a recepção do batismo era prorrogada até que se emendasse seriamente. [13]

Outro ponto muito mal interpretado é o das prisões de índias casadas. Por que razões teriam os missionários tomado medidas tão drásticas? Unicamente para evitar males maiores. Faltando em muitas aldeias a devida separação entre os índios e colonos, os colonos não raro violentavam as índias casadas. Os maridos, logo que sabiam do ocorrido, levados pelo primeiro acesso de cólera, e não podendo vingar-se dos adúlteros culpados, queriam matar as esposas inocentes. Para evitar a desgraça de um uxoricídio é que os franciscanos mantinham as índias em prisão preventiva até que a ira dos esposos se abrandasse.

Daí a vingança dos adúlteros que espalhavam toda a sorte de calúnias contra os missionários, calúnias que encontram eco até em nossos dias.

Quanto aos muito discutidos «casamentos forçados», tratava-se de casos de reparação por parte de índios solteiros que, havendo deflorado cunhãs, tencionavam abandoná-las à desonra. Caso parecido ocorria com esposos pagãos que solicitavam o batismo tão-somente para se livrarem da legítima esposa igualmente catecúmena e casarem com outra. Era natural que o sacerdote negasse a água batismal a todo o marido enquanto não se comprometesse a continuar com a legítima consorte. [14]

Se hoje no século vinte nos parece um tanto duro o procedimento dos missionários para com os seus subalternos, convém lembrar-nos de que o sentido que hoje atribuímos ao castigo corporal não é o mesmo do século XVI. Ademais, os portugueses se destacavam pelo rigor descomum em matéria de educação. Cada século e cada povo devem ser julgados segundo a sua própria mentalidade. [15]

Nudez — Quanto ao uso da indumentária, da parte dos índios, os franciscanos se conformavam com as condições antropológicas e a pobreza das tribos, obrigando apenas as mulheres a se vestirem para os atos religiosos da igreja. Entretanto os historiadores são unânimes em atestar que as representantes do belo sexo se livravam do peso insólito logo que saíam da igreja, e isso devido à sua acentuada respiração cutânea. Aliás o mesmo fenômeno observado há séculos às portas das capelas missionárias ainda se verifica, hoje em dia, entre os nossos índios. [16]

Conventos missionários — Depois das experiências colhidas nas missões de Olinda, os franciscanos se estabeleciam nas aldeias entregues aos seus cuidados, já por causa das enormes distâncias que havia entre os conventos e as missões, já pelas vantagens que a convivência dos missionários com seus índios trazia para a catequese. Nas aldeias mais afastadas e isoladas estabeleciam-se, em cada qual, quatro sacerdotes. Desde que, porém, a custódia franciscana não dispunha do número suficiente de padres para atender aos constantes pedidos de novas missões, fundavam-se conventos e igrejas em posições centrais entre várias aldeias, de modo que os religiosos pudessem visitar as suas missões regularmente e os aldeados, em caso de urgência,

pudessem recorrer ao centro da missão, onde nunca faltavam padres.

Nas suas visitas às igrejas e capelas filiais, os missionários levavam consigo alguns de seus alunos como catequistas auxiliares. O acerto desta forma de apostolado leigo era comprovado pelos bons resultados.

As entradas e guerras constituíam um estado anormal para a catequese. Nessas ocasiões o missionário exercia de preferência as funções de chefe da campanha, animando e guiando os índios para o combate, negociando a paz com os adversários e prestando socorros espirituais aos feridos e agonizantes. Nas construções das fortalezas era também o abaré com seus índios que enfrentava as obras, garantindo destarte um serviço rápido e poupando à coroa vultosas despesas. Em tais situações anormais os próprios índios reconheciam a impossibilidade de se instruírem na doutrina cristã e prontificavam-se a continuar o estudo da religião logo que se restabelecesse a vida pacífica e despreocupada.

Erros — A maioria dos erros que os franciscanos cometeram na catequese dos índios deve ser atribuída à sua completa dependência do governo português. Bem cedo se tornaram evidentes as tristes conseqüências da falta de separação entre os índios e colonos, conforme vimos nos casos do Una e da Paraíba, onde as respectivas aldeias serviam de baluartes para defesa dos colonos contra as vizinhas tribos hostis. Daí a quase impossibilidade de se observar o isolamento dos aldeados e de preveni-los contra os escândalos dos colonos.

Outro mal, este embora quase inevitável, constituíam as entradas, guerras e obras de fortificações, as quais os franciscanos tinham que acompanhar, tanto pela sua dependência da coroa portuguesa como pelas circunstâncias do momento que reclamavam, muitas vezes, medidas urgentes e decisivas para a vida e morte da própria missão.

Para a ausência de um método mais minucioso e rigoroso na catequese franciscana influíam, além de outras razões, a pouca, ou pelo menos insuficiente, compreensão por parte do governo da Província-mãe franciscana de Portugal e a falta de continuidade na orientação da custódia; vários custódios voltaram para o reino logo após a entrega do cargo, deixando os seus sucessores em sérios embaraços. Todavia devemos admitir

que a Província-mãe enviou os seus melhores elementos, animados pelo ideal e espírito missionário, e colaborou na medida do possível para a propagação da fé, trazendo ao seio da Igreja inúmeros silvícolas do Brasil, que à pregação dos abarés franciscanos devem a luz do Evangelho.

5. EPÍLOGO

Lançando um olhar retrospectivo sobre as missões da Custódia de S. Antônio, verificamos uma atividade intensa e perseverante, malgrado os obstáculos que os missionários encontraram de todos os lados.

O resultado da catequese é brevemente apontado por Frei Vicente do Salvador, «doutrinando-os [os índios] e batizando os enfermos, que estavam in extremis, que foram mais de sete mil, fora as crianças e adultos catecúmenos, que foram 45.000, como consta dos livros dos batizados, enquanto os tivemos a nosso cargo». [1]

A isto acrescenta Frei Manuel da Ilha que, durante as epidemias, nenhum enfermo morria sem ter recebido os sacramentos [2], e referindo-se ao resultado geral das missões franciscanas afirma que muitos milhares de almas foram convertidas à fé católica. [3]

E' verdade que a catequese dos índios constituía a meta principal dos franciscanos do Nordeste, o que se conclui dos dados estatísticos transmitidos pelo Insulano. Assim o convento de Igaraçu abrigava 12 padres franciscanos que se dedicavam a cristãos e pagãos [4]; as aldeias de Assunção [5], Una, ao menos temporariamente [6], Jacoca [7], as três aldeias anônimas dos Potiguara, aceitas depois de 1603 [8], e o Porto de Pedras [9], contavam cada uma quatro missionários. No tempo do maior florescimento, deve ter havido 50-60 missionários entre os índios.

Criada em 1614 a prefeitura apostólica da Paraíba e nomeado o primeiro prelado em 1616, tiveram os franciscanos ordem de entregar ao Ordinário as missões dessa circunscrição eclesiástica que até então haviam sido «independentes dos Ordinários enquanto ao espiritual e ainda dos governadores em coisas temporais, por privilégios reais e breves pontifícios». [10]

Uma vez baixada a ordem, os próprios franciscanos insistiram na entrega, a qual porém se realizou apenas em 1619 [11], sendo os frades menores substituídos pelo clero secular. Estranhando seus novos pastores e não se podendo acostumar ao novo regime, muitos aldeados fugiram para as selvas. Mesmo a pedido de Filipe II os franciscanos não aceitaram o convite de tornar ao seu primitivo campo de catequese, sendo então substituídos por missionários de outras ordens religiosas. [12]

Livres dos inúmeros desgostos e perseguições que haviam acompanhado o trabalho missionário, os franciscanos não abandonaram por completo a catequese entre os índios; pois em 1624 seguiu uma turma de Olinda para o comissariado do Grão-Pará a fim de introduzir no árduo ministério os confrades recém-vindos de Portugal, segundo acima já apreciamos.

A fase missionária de 1585-1619 representa a página mais brilhante nos anais da Custódia de S. Antônio porque os franciscanos, apesar das suas fraquezas humanas e com todos os empecilhos, conservaram sempre vivo e animado o ideal missionário.

Afinal uma palavra sobre a defesa dos direitos humanos. Em nome dos confrades missionários fala Frei Vicente do Salvador, na sua História do Brasil, baseado na sua experiência de superior de uma das missões paraibanas (1603-1606) e de visitador das demais doutrinas franciscanas quando de sua gestão custodial (1614-1617).

O Heródoto brasileiro adverte o governo colonial de que os missionários, além de prestarem benefícios espirituais aos filhos da selva, contribuem grandemente para a defesa das aldeias, fortalezas, engenhos e plantações contra os ataques de tribos inimigas e invasores estrangeiros. Eis o argumento:

«E' tão necessário ao bom governo do Brasil zelarem os governadores a conversão dos gentios naturais e a assistência dos religiosos com eles que isto se viesse a faltar, seria grande mal porque como estes índios não tenham bem que perder por serem pobríssimos e desapropriados e por outra parte tão variáveis e inconstantes que os leva quem quer, facilmente se espalham donde não podem acudir aos rebates dos inimigos como acodem das doutrinas em que os religiosos os têm juntos». [13]

Aduzindo desde logo uma prova de quanto os governos estão convencidos da importância das missões prossegue o franciscano:

«Entendendo isto bem, o governador Diogo Botelho apertou muito com o nosso custódio [14] que então era, que pois doutrinávamos os Tabajares (do que os Potiguares estavam mui invejosos) desse tembem

ordem e ministros que os doutrinassem; pois, esta foi a principal condição com que aceitaram as pazes na Paraíba». [15]

Daí a conclusão de Frei Vicente de que o governo português deve ajudar as missões, no próprio interesse da metrópole. Como brasileiro, o autor pode falar com mais franqueza do que os confrades portugueses, apontando em seguida a escravização dos índios e a defesa que deles tomou o clero:

«Quebraram os pregadores os púlpitos sobre isto; mas, era pregar em deserto». [16]

E murmurando dos portugueses continua:

«... e quando vão ao sertão é a buscar índios forros, trazendo-os à força e com engano para se servirem deles e os venderem com muito encargo de suas consciências. E é tanta a fome que disto levam que, ainda que de caminho achem mostras ou novas minas, não as cavam nem ainda as vêem ou as demarcam». [17]

Pela insistente reclamação dos direitos humanos, em favor dos silvícolas, quer o destemido autor demonstrar a base natural para que o múnus missionário surta algum resultado. Pois, se representantes da religião católica não deixarem de escravizar os índios, como é que estes na qualidade de pagãos reconhecerão a igreja como depositária da verdade e da caridade cristãs?

Embora a publicação da História do Brasil demorasse 250 anos, prova para todo o sempre que os franciscanos por intermédio de seu custódio defenderam ardorosamente os direitos inalienáveis de seus aldeados.

NOTAS

Missões da Custódia

[1] Vat., p. 185.
[2] F. A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, I, Recife 1951, p. 315s, 351ss e 398s (cit. Pereira da Costa).
[3] Leite, I, p. 494.
[4] Salvador, p. 272. *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda*, Recife 1948, p. 23s. Jaboatão I, 2, p. 121s.
[5] Jaboatão, I, 2, p. 120.
[6] Gonzaga, p. 1359s.
[7] Ilha, fol. 270 — Jaboatão, I, 2, p. 121.
[8] Jaboatão, ibidem.

[9] Vat, p. 185.
[10] Jaboatão, I, 2, p. 208s; Gonzaga, IV, p. 1350.
[11] De fato, entraram em vigor os privilégios da ordinária em todas as fundações franciscanas do Brasil.
[12] Jaboatão, I, 2, p. 124s.
[13] Jaboatão, I, 2, p. 121.
[14] Jaboatão, I, 2, p. 155-159.
[15] Dona Maria da Rosa Leitão, viúva de Pedro Leitão, prestara aos jesuítas bons serviços de catequista e intérprete nas confissões dos índios (*Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 49 (1936), p. 9s, segundo Vat, p. 115), até que o primeiro bispo de Salvador proibiu o emprego de intérpretes nas confissões (S. Leite, *Nóbrega, o "Doutíssimo"*, in *Brotéria*, Lisboa, 72 (1961), p. 42ss).
[16] Pereira da Costa, p. 315-316, 351-353, 398 e 399.
[17] Ibidem, p. 398.
[18] Leite, I, p. 496 e V, p. 344.
[19] *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil — Denunciações de Pernambuco* — p. 172-173 e 256-257 — Pereira da Costa, desconhecendo esta fonte, considerava a paróquia mais nova. Igualmente Pereira da Costa reputava a missão de Una mais nova.

Missões em particular

a) Missões de Olinda

[1] Jaboatão, I, 2, p. 291; Frei Basílio Roewer, O.F.M. *A Ordem Franciscana no Brasil*, Petrópolis 1947, p. 100, Vat., II, p. 123.
[2] Jaboatão, I, 2, p. 146. As duas afirmações acima contradiz Jaboatão I, 2, p. 293, dando por começada a missão em meados de abril de 1585, o que parece inverossímil.
[3] Gonzaga, p. 1361; Frei Lucas Wadding, O.F.M. *Annales Minorum*, I-XXV, Roma etc. 1931ss, tomo 23, n. 45.
[4] Apud Vat., I, p. 174. Leite, I, p. 494. Anch. Cartas, p. 306.
[5] Leite, p. 493ss.
[6] Gonzaga, p. 1359; Vat., II, p. 123.
[7] Roewer, I, p. 100.
[8] Prop. Fid. — Am. Mer., 1 (1649-1713), fl. 202.
[9] Jaboatão, I, 2, p. 148; Frei Dagoberto Romag, O.F.M. *Histórta dos Franciscanos no Brasil*, 1500-1659, Curitiba 1940, p. 27; Roewer, p. 100.
[10] Jaboatão, I, 2, p. 150; Romag, p. 27, alega como finalidade do internato a educação de "jovens índios que tivessem inclinação de tornar-se religiosos", o que é pouco provável.
[11] Jaboatão, I, 2, p. 149.
[12] Jaboatão, I, 2, p. 151; Roewer, p. 101.
[13] Jaboatão, I, 2, p. 151.
[14] Ibidem.
[15] Ibidem, p. 152.
[16] Salvador, p. 344. Cf. Frei Venâncio Willeke, O.F.M. *Frei Vicente do Salvador, O.F.M.*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 277, p. 99ss; e do mesmo autor *A Missionologia de Frei Vicente do Salvador, O.F.M.*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vol. LXII, p. 181-191.
[17] Jaboatão, I, 2, p. 152; Roewer, p. 102.
[18] Jaboatão, II, p. 150.

b) Missões de Igaraçu

[1] Jaboatão, I, 2, p. 56, 300 e 301, e II, p. 324; Ilha, fl. 273v; Romag, p. 30; Roewer, p. 102.
[2] Jaboatão, I, 2, p. 301.
[3] Ibidem.
[4] Ilha, fl. 280.
[5] Jaboatão, I, 2, p. 301-302. Cf. as contradições de Jaboatão em "As Missões da Paraíba", abaixo.
[6] Jaboatão, I, 2, p. 311-312.
[7] Jaboatão, I, 2, p. 209-307.

c) Missões de Goiana

[1] Jaboatão, I, 2, p. 366.
[2] Ibidem, p. 169.
[3] Ibidem, p. 366.
[4] Ibidem, p. 169.
[5] Ibidem, p. 366.

[6] Ibidem, p. 167, 169 e 170; Romag 34.
[7] Jaboatão, I, 2, p. 312.
[8] Ibidem, p. 201.
[9] José Antônio Gonsalves de Mello, *D. Antônio Filipe Camarão*, Recife 1954, p. 14.
[10] Romag, p. 34; Roewer, p. 153. Não se trata aqui da atual sede da paróquia de Tracunhaém.
[11] Ilha, fl. 298.

d) Missão de S. Miguel de Una

[1] Una ou Iguna designava primeiro o rio que, nascendo acima de São Bento de Una e percorrendo o Estado de Pernambuco, desemboca além de Barreiros e perto do limite alagoano. A missão de São Miguel de Una ou Iguna ficava ao Sul do mesmo rio, um quilômetro ao Sul da atual Barreiros, ao passo que a sede da paróquia de S. Gonçalo de Una e o povoado de Vau de Una ocupavam o lado oposto do rio (Norte).
[2] Ilha, fl. 293v-294v; Jaboatão inclui o nome de Una apenas na lista das missões (I, 2, p. 201) referindo esta aldeia ainda de passagem ao tratar de Frei Luis da Anunciação. Cf. nota n. 6, abaixo. Wadding, tomo XXII, p. 247.
[3] Almeida Prado, J. F. *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, S. Paulo 1941, vol. II, p. 189, ressalta o pretenso rigor dos franciscanos em quererem "todos os rapazes vestidos" e "escandalizavam-se os franciscanos", o que é controvertido por Frei Manuel da Ilha, que alega uma praxe geral em todas as missões da custódia, (Ilha, fl. 294) e por Jaboatão I, 2, p. 243, que testemunha a completa nudez dos gentios, e para a quase nudez dos convertidos alega a pobreza e necessidade.
[4] Como os franciscanos administravam também a aldeia de S. Miguel do Cirl (Goiana), alguns escritores confundem uma com a outra, dando como ano da fundação de Una 1591, sendo na realidade a de Cirl. Jaboatão, I, p. 368-369. Jaboatão, I, 2, p. 367, atribui até o caso da cobra a um índio de Cirl.
[5] 1ª Visitação (Pe.) 263 e Vnt., I, p. 181.
[6] Jaboatão, I, 2, p. 322-324; Pereira da Costa, III, p. 53. Conforme Jaboatão, passaram os dois missionários quatro anos em Una, entre 1602 e 1615. Veja documento II do apêndice, p. 77.

e) Missão do Porto de Pedras

[1] Leite, I, p. 450. Abelardo Duarte. *Tribos, Aldeias e Missões de Indios nas Alagoas*, in *RIH-AL*, vol. 28 (1969), p. 123ss.
[2] Jaboatão, I, 2, p. 172.
[3] Ibidem, p. 305; Ilha, fl. 309v e 310, atesta uma assinatura de Frei Antônio do Campo Maior feita na Paraíba, aos 14 de setembro de 1593.
[4] Jaboatão, I, 1, p. 224, afirma que o novo custódio Frei Braz de São Jerônimo chegou ao Brasil, ainda em 1596, aduzindo, porém, razões mais convincentes (II, p. 393) em favor da gestão de Frei Leonardo prorrogada até abril de 1597, quando este ainda assinava termos de profissões em Olinda.
[5] Jaboatão, I, 2, p. 306.
[6] Ilha, fls. 300v e 311, com a data de 6 de agosto e o autógrafo de Frei Leonardo.
[7] Frei Adriano Hypólito, O.F.M. *Frei Vicente do Salvador e sua Crônica da Custódia do Brasil*, in *Provincia Franciscana de Santo Antônio do Brasil*, Recife 1957, p. 220-244 (citado Hypólito).
[8] Jaboatão, I, 2, p. 306; Ilha, fl. 274.
[9] Ilha, fl. 295, única folha que o autor dedica a esta missão — Civezza-Stória VII, parte II, p. 241, menciona duas aldeias de Una ao tratar das missões da Custódia, querendo talvez referir-se ao Porto de Pedras que representava o avanço da catequese do Una. Lemmens, O.F.M., Frei Leonardo, *Geschichte der Franziskaner-missionen*, Münster 1929, p. 273, nota 13; Romag, p. 34, confunde Ponta de Pedras com Porto de Pedras. Wadding, tomo 23, p. 116.

f) Missões da Paraíba

[1] Hypólito, p. 220-237, onde se prova a influência de Frei Vicente do Salvador sobre o manuscrito de Frei Manuel da Ilha.
[2] Jaboatão, II, p. 354; Roewer, p. 102.
[3] Jaboatão, I, 2, p. 168-169 e II, p. 359, afirma que Frei Melchior voltou para Pernambuco.
[4] Ilha, fls. 304 e 306v.
[5] Jaboatão, I, 2, p. 301.
[6] Ibidem, p. 302.
[7] Ilha, fl. 304; Jaboatão, II, p. 359.
[8] Ilha, fls. 304 e 305, onde consta um atestado datado de 2-V-1589 e assinado por Frutuoso Barbosa sobre o levantamento de um cruzeiro no Almagre por Frei Antônio do Campo Maior.

[9] Jaboatão, I, 2, p. 363.
[10] Leite, I, p. 505; Rocha Pombo, José Francisco da, *História do Brasil*, X vols., Rio 1905ss, V, p. 26.
[11] Calmon, Pedro, *História do Brasil I*, São Paulo 1959. II, p. 405. Jaboatão, I, 2, p. 60, afirma que, em 1593, quando os franciscanos assumiram Braço do Peixe, "estavão ainda muitos indios por fazer Christãos".
[12] Ilha, fl. 305v.
[13] Jaboatão, I, 2, p. 363.
[14] Ilha, fl. 305v.
[15] Jaboatão, I, 2, p. 59-60. Segundo "Primeira Visitação (Pe.)", p. 394, em janeiro de 1595, Manuel Gonçalves e Braz Francisco estavam construindo uma igreja na aldeia de Braço do Peixe, "onde os frades capuchos doutrinam o gentio".
[16] Machado, Maximiano Lopes, *História da Provincia da Parahyba*, Paraíba 1912, p. 115.
[17] Jaboatão, I, 2, p. 364; Machado, p. 138.
[18] Machado, ibidem.
[19] Jaboatão, I, 2, p. 364.
[20] Apud Vat., I, p. 171; Primeira Visitação (Pe.), p. 402.
[21] Jaboatão, II, p. 360.
[22] Ibidem, Romag, p. 32.
[23] Jaboatão, I, 2, p. 364; Ilha, fl. 291.
[24] Jaboatão, I, 2, p. 360.
[25] Ilha, fl. 292v.
[26] Salvador, p. 344.
[27] Sousa Amado, p. 160-169.
[28] Salvador, p. 232.
[29] Castro, Joaquim José da Silva, *Chronica do Mosteiro de N. Sra. do Mont-Serrat da Parahyba do Norte*, in *Rev. do Inst. Hist. Bras.* 27, I (1864), p. 124; Jaboatão, II, p. 360, ignora o fato da entrega aos beneditinos, antes de 1600, supondo que se tenha dado em 1619 ou até mais tarde. Doc. Hist., vol. 68, p. 247, supõe o ano de 1602.
[30] Salvador, p. 344. De 1602 a 1606, figura como comissário das aldeias o Guardião do convento da Paraíba, Frei Francisco dos Santos, segundo informa o *Livro dos Guardiães do Convento de S. Antônio da Paraíba*, in *Studia* nº 19 (dezembro de 1966), p. 177, nº 5. Cf. Carta de Frei Antônio da Estrela à Corte: Documento I, do apêndice, p. 75.

Missionários de destaque

a) Frei Bernardino das Neves

[1] Jaboatão, I, 2, p. 415 e 416, onde se alega a favor da ordenação precoce o Breve apostólico e a patente do Ministro Geral.
[2] Jaboatão, ibidem e Ilha, fl. 292v.
[3] Salvador, p. 320-324, Barata, J. do Carmo, *Apontamentos para a História Eclesiástica de Pernambuco*, Recife 1922, p. 330-331.
[4] Jaboatão, I, 1, p. 169-170; Almeida, Cândido Mendes de, *Memória para o extinto Estado do Maranhão*, Rio 1874, p. xxIII e p. 508, nega, em parte, a atividade de Frei Bernardino, sem no entanto provar, ao passo que Jaboatão, embora tenha escrito em 1761, baseava sobre rica documentação então ainda existente no arquivo franciscano de Olinda. Se o autor não se contentar com isso, teremos ainda o historiador contemporâneo de Frei Bernardino e pessoalmente missionário da Paraíba, de 1603 até 1606, Frei Vicente do Salvador, O.F.M.
[5] Ilha, fl. 298; Machado, p. 129.
[6] Jaboatão, II, p. 438.
[7] Ilha, fl. 293; Romag, p. 37; Antônio Soares, *Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal 1930, vol. I, p. 64-65. Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres*, Recife 1882; Pio, Fernando, *O Convento de S. Antônio do Recife e as fundações franciscanas em Pernambuco*, Recife 1939, p. 211, afirma que Frei Bernardino faleceu no convento de Olinda. Rutten, O.F.M., Frei Menandro, *Livro de Óbitos da Provincia de S. Antônio, 1584-1957*, Recife 1957, incluindo o óbito de Frei Bernardino sob a data de 19 de agosto, deixa no entanto em dúvida a data certa e o ano da morte, dizendo apenas que faleceu depois de 1606.

b) Frei Manuel da Piedade

[1] Jaboatão, II, p. 380-381; Kicmen, p. 16; Salvador, p. 403; Barata, p. 332.
[2] Jaboatão, I, 1, p. 185.
[3] Ibidem; Almeida, p. 172.
[4] Ilha, fl. 271 r e v; Salvador, p. 407.
[5] Jaboatão, I, 1, p. 198-201; Romag, p. 86-87.

[6] Jaboatão, I, 1, p. 194-197 e 202-203.
[7] AHU de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (clt. AHU), sem data (Papéis avulsos, 1615), *Rol do que deve ir para a conquista do Pará*, começa assim: "Primeiramente religiosos para a conversão das almas de que ha centenas de milhares mostranse affeiçoados a capuchos [i. é, franciscanos] pello que delles lhes dizem os Indios do Maranhão", apud Klemen, O.F.M., Frei Mathias C., *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region*, 1614-1693, Washington 1954, p. 18, nota 34.
[8] LGI, p. 19, apud Willeke, O.F.M., Frei Venâncio, *Resumo histórico do convento de S. Antônio e do Santuário do Sr. S. Cristo de Ipojuca*, Ipojuca 1938, p. 29 e 78.
[9] Jaboatão, II, p. 384.
[10] Ibidem, p. 385; Santa Maria, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, IX vols., Lisboa 1722-1723, tomo 3, livro 2, tit. 47, p. 363; Pereira da Costa, *Dic. Biogr.*, p. 692.
[11] Apud Romag, p. 99, *ABNR-Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro (clt. *ABNR*), XXVI, p. 427-428.

c) Frei Francisco do Rosário

[1] Jaboatão, II, p. 113-114.
[2] Ibidem, p. 116.
[3] Ibidem, p. 118.
[4] Ibidem, p. 114, I, p. 356, onde o título reza: "Hum tratado dos ritos, costumes e linguas dos Brasis" em nossa lingua vulgar.
[5] Jaboatão, II, p. 123.
[6] Ibidem, p. 124.
[7] Ibidem, p. 126, contra Cardoso, *Agiológico Lusitano*, que marca como data da morte o dia 28 de junho de 1649; Rutten, sob a data historicamente comprovada de 24-II-1650.
[8] Studart, Barão de, *Documentos para a História do Brasil*, IV vols., Fortaleza 1904-1921, I, p. 129.
[9] Romag, p. 91; Jaboatão, II, p. 117-118; Willeke, Frei Venâncio, O.F.M., *Frei Cristóvão de Lisboa, O.F.M.*, in *Revista do IHGB*, vol. 289, p. 117.
[10] Jaboatão, II, p. 118; Klemen, p. 32; Conceição, *Primazia*, p. 123.
[11] LGI, p. 19; Willeke, *Resumo Histórico*, op. cit., p. 78.
[12] Jaboatão, II, p. 331.
[13] Cf. nota 6 supra.
[14] Jaboatão, II, p. 516.

d) A serviço da Cruz e da Espada

[1] Jaboatão, I, 2, p. 79.
[2] Nogueira, Eurico Dias, *O Padroado de Portugal no Ultramar*, in *Estudos*, ano XXX, fasc. III-IV, Coimbra 1952, p. 188.
[3] Souza Amado, tomo 7, p. 176, bula "Eximiae devotionis affectus", de 19-III-1410.
[4] Jaboatão, I, 2, p. 56-81 e 167-171.
[5] Ibidem, p. 74, 304 e 305; Almeida Prado, p. 182.
[6] Jaboatão, I, 2, p. 309.
[7] Ibidem, p. 77.
[8] Ilha, fl. 292v; Varnhagen, F. A. de, *História Geral do Brasil*, V vols., São Paulo s. d., II, p. 53; Salvador, p. 329.
[9] Jaboatão, I, 2, p. 72; Almeida Prado, p. 186.
[10] Ibidem.

Praxe missionária

[1] Ilha, fl. 295v. — Veja documento II do apêndice (regulamento), p. 77.
[2] Jaboatão, I, 2, p. 148-152 e 172. Sobre o ensino de ofícios etc. veja Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Rio 1936, p. 112s.
[3] Jaboatão, I, 2, p. 151.
[4] Ilha, fl. 299. De primeiro, os franciscanos combatiam a cuvade como sendo costume supersticioso, vendo, porém, todos os esforços baldados.
[5] Jaboatão, I, 2, p. 58.
[6] Ilha, fl. 299v.
[7] Jaboatão, I, 2, p. 151-152.
[8] Salvador, p. 344.
[9] Ilha, fl. 297.
[10] Jaboatão, I, 2, p. 60.
[11] Ilha, fl. 297.
[12] Jaboatão, I, 2, p. 61 e 69.

[13] Ibidem, p. 63 e 70.
[14] Idem, p. 69-70; Almeida Prado, p. 187, ressalta muito os castigos rigorosos que eram adotados nas missões franciscanas, confrontando-os com os modos mais suaves dos jesuítas.
[15] Ibidem.
[16] Ilha, fl. 293s; Almeida Prado, 2º tomo, p. 189, ressalta o pretenso rigor dos franciscanos em quererem "todos os rapazes vestidos" e "escandalizavam-se os franciscanos", o que é controvertido por Ilha (cf. supra) e Jaboatão, I, 2, p. 243, que testemunham a completa nudez dos gentios alegando para a quase nudez dos convertidos a pobreza e a necessidade.

Epílogo

[1] Salvador, p. 344.
[2] Ilha, fl. 296v.
[3] Ibidem, fl. 311.
[4] Ibidem, fl. 280.
[5] Ibidem, fl. 292v.
[6] Ibidem, fls. 293v-294v.
[7] Ibidem, fl. 296v.
[8] Salvador, p. 343.
[9] Ilha, fl. 295.
[10] Jaboatão, I, 2, p. 363ss; Romag, p. 39.
[11] *Arquivo Provincial Franciscano* (ms) I, fl. 219.
[12] Leite, III, p. 346.
[13] Salvador, p. 343.
[14] Trata-se do custódio Frei Antônio da Estrela. Veja documento I abaixo.
[15] Salvador, p. 343.
[16] Ibidem, p. 210.
[17] Ibidem, p.65.

DOCUMENTOS

DOCUMENTO Nº 1

CARTA INÉDITA DE FREI ANTÔNIO DA ESTRELA, OFM, 1603

FONTE — *Archivo General de Simancas (Espanha) Secretarias Provinciales, códice 1488*, Cartas de 1603-1605, fls. 64-65.

«Uma das Províncias da família franciscana que Vossa Majestade tem no seu Portugal é a Província de Santo Antônio dos Capuchos ou descalços mui reformada. Desta se plantou haverá 19 anos uma Custódia neste Estado do Brasil por ordem d'Elrei D. Felipe II de feliz memória Vosso Pai e com um largo Breve do Sumo Pontífice Xisto V à instância de Jorge de Albuquerque, Capitão então deste Pernambuco. Coube-me por sorte em uma Congregação que a Província fez em novembro passado de 1602 ser eleito Custódio para esta nova familiazinha, e costumando a Província até agora dar aos novos Custódios, quando vêm, 8 ou 10 frades que sustentam e governam a Custódia, e me deram somente 2 e com meu companheiro e eu viemos 4. Contudo sem embargo essa pouca suficiência vi que convinha à glória de Deus e ao serviço de Vossa Majestade, de cuja parte me pediu também o Governador Diogo Botelho, tomar 16 ou 18 aldeias de gentio da Capitania da Paraíba,

demais das outras que dantes tínhamos, por mandamento de Vosso Pai, e nestas fiz três cristandades, as quais se congregam mais de 15 almas (sic) que com incrível insistência e fervor pediam a doutrina e batismo. Para o qual ministério se requerem frades de confiança e austeridade e assim pus lá os melhores que tinha nestas duas Capitanias, deixando por isso os Conventos mal acomodados. A isto se ajusta que contra os estatutos desta Custódia, feitos pela Província e reformados pelo Pe. Geral passado, passa o Provincial licenças e alguns que cá tomaram o hábito, para se irem ao Reino, por petição de pessoas nobres, representando necessidades, que na verdade o não são. E como suas patentes trazem censuras de necessidade as hei de cumprir. E assim se embarcam agora para o Reino, com meu antecessor, entre filhos da Custódia e da Província, 6 frades, havendo nós vindo somente 4. E com pouca gente não se pode conservar estas cristandades que com um pedaço de zelo e além do principal intento e do maior bem que nisto se deve pretender e V. Majestade pretende em todas suas conquistas, que é a conversão e salvação das almas, é também isto importantíssimo a paz deste gentio com os brancos, que sem doutrina não está segura, nem eles estiveram quietos senão agora. Portanto, com toda a humildade que posso, peço a V. Majestade seja servido mandar ao Pe. Geral ou ao seu Comissário Geral de Espanha, por cuja patente vim e tomei cargo desta Custódia, que mande ao Ministro da dita Província de Santo Antônio, nos enviem até 12 frades, homens fortes e de confiança e que todos os que cá fizeram profissão e lá estão, sejam logo restituídos à Custódia como filhos seus, nem se passem mais licenças para irem outros como dispõe o Estatuto.

«Tem V. Majestade nesta Capitania um Capitão Geral Alexandre de Moura digno de mui grandes prêmios, porque além de proceder em todas as coisas cristianissimamente, desta maneira faz as do serviço de V. Majestade com toda a inteireza, que a ninguém agrava, coisa rara em Capitães, e tem este povo muito quieto e seus vassalos constantes, pelo amor e afabilidade com que todos trata. E posto que V. Majestade deve saber isto por outras vias, pareceu-me não lhe pesará sabê-lo também por via deste hábito.

«Os religiosos desta Custódia e eu temos particular cuidado de encomendar a Deus a V. Majestade e a todo o Estado real como primária e fortíssima obrigação nossa, de cujas ordinárias e largas esmolas vivemos. Desta Vila de Olinda e convento de N. S. das Neves, 15 de novembro de 1603.

FREI ANTÔNIO DA ESTRELA».

Em despacho de Valladolid 31-V-1604. O Rei manda que o Padre Comissário Geral de S. Francisco veja a carta supra.

DOCUMENTO Nº 2

REGULAMENTO PARA OS MISSIONÁRIOS, 1606

FONTE — *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) Santo Antônio dos Capuchos,* maço 18, n. 26, fl. 2v-3v.

1. Advertências para as nossas doutrinas

Primeiramente se declara e ordena que nas nossas doutrinas de N. S. da Assunção na Paraíba e de São Miguel em Iguna, daqui em diante, haja clausura por evitar alguns inconvenientes, nisto haver comodidade, e religiosos para isso: e os que o quebrar fazem ou derem ocasião ou conselho para isso, incorram nas penas em que pelo mesmo caso se incorre nas mais casas da Religião.[1]

Não se dispense nos impedimentos de consanguinidade ou afinidade com os índios; antes se recorra ao Prelado para este efeito ou ao comissário que, em sua ausência, suas vezes tiver.

Faça-se rol dos índios capazes de confissão, entrada a Septuagésima correr-se com eles em forma que quando vier dominica in albis estejam confessados. E o presidente da doutrina terá cuidado de mandar o rol ao custódio e em sua ausência a quem em seu lugar ficar e havendo nisto descuido façam-lhe com efeito mandar para que se saiba os que são nisso remissos e descuidados e como a tais castiguem. E em caso de nossas casas se haja de administrar sacramento aos tais pelos religiosos que já tiveram nas doutrinas, não se faça sem licença do Guardião e em sua ausência do presidente.

Posto que à conta dos presidentes das doutrinas está vigiarem sobre os índios que vivem mal, tratam suas mulheres como não devem, que são feiticeiros e criminosos e que não acodem à igreja especialmente nos dias de obrigação, que não guardam os dias santos e jejuns dela e pelas tais culpas castigá-los, contudo lembramos ao irmão custódio que quando lá for faça particular pesquisa e inquirição disso ou a mande fazer pelo religioso que para isso lhe parecer mais suficiente para que nos conste como se satisfaz com o que à nossa conta e obrigação está sobre a qual neste particular descarrega o bispo sua consciência.

2. Modo como se hão de haver os religiosos nas doutrinas

Primeiramente dita pela manhã clara a missa como é costume por respeito dos trabalhos dos índios e ensinada a doutrina, tanja-se à escola. Todo o tempo que os moços nela estiverem estarão de feição que tenham medo e respeito a quem os ensina. E a doutrina para que fique com mais autoridade e gravidade se lhes dirá passeando pela igreja com o capelo na cabeça. E fazendo prática terá o língua um escobelhinho

em o qual se sente. E passeando algumas vezes se tornará a seu lugar, por que já que é forma de pregação, é justo que se represente com gravidade enxertando os línguas com exemplos de Santos e fazendo-os esquecer de seus ritos gentílicos.

Todo o tempo que os moços estão na escola esteja a porta ferrolhada; todo o mais tempo esteja com chave para que quem vier tanja. E a porta da igreja, acabada a missa, em o tempo em que se faz doutrina se feche logo com chave a qual não se abrirá em outro tempo, sem particular licença do presidente.

Não se dêem palmatoriadas a índios já velhos principais porque os tais mais se castigam com repreensão de palavras que com palmatoriadas de moços. Quando o caso for tal que hajam mister castigo isto não há de ser menos que o tronco, ao qual não mandará algum língua índio ou índia, sem o consultar primeiro com o presidente. Nenhum religioso dê palmatoriada a mulher, mas havendo-as de dar seja umas às outras, havendo respeito às velhas, às moças e meninas. E se o que tem cuidado da escola for sóbrio em açoitar os moços advirta o presidente nisso.

Não se consintam índios nas celas dos frades, nem há para que os trazer dentro da casa, tirando três colomis para o serviço dela, estes os mais modestos e recolhidos, e quem presidir nunca diante deles repreenda os religiosos, porque os não fiquem tendo em menos conta.

Acabada a doutrina, não se ponha o religioso língua à porta da igreja para mandar dali os índios; mas, mande-os vir à escola dos moços e aí negocie com eles.

Não fale o religioso com índia só; mas, quando alguma se vier queixar, seja à portaria e tenha o língua-companheiro consigo.

Visitem as aldeias como é costume, duas vezes na semana, para saberem dos enfermos que há nela e nenhum religioso ande só pela aldeia porque não se escandalizem os seculares; e visitarão as roças quando for tempo de plantar porque, se plantarem pouco, possam plantar mais porque não morram de fome.

Persuadam aos índios a ajudar aos brancos, e em especial àqueles em cujas terras estão. E não se intrometam os religiosos em seus preços. E em todo rancho haverá um índio de mais entendimento que avise o língua de como se vive naquele rancho.

Não dêem os índios para trabalhar fora sem fazerem primeiro suas roças; e exortem-nos a se confessarem muitas vezes no ano. Como entrar a septuagésima até a páscoa não dêem índios para trabalhar mais que quando muito oito dias por respeito da doutrina e confissão. [2]

[1] O Capítulo provincial de 1607 não achou oportuna a introdução da clausura.

[2] Ainda seguem algumas determinações sobre a disciplina regular dos franciscanos sem dizerem respeito propriamente às missões. O documento vem assinado pela junta custodial com a data de 27-X-1606, sendo os componentes da junta: Frei Antônio da Estrela, ex-custódio imediato; Frei Leonardo de Jesus, custódio atual; e os consultores Frei Francisco dos Santos, Frei Antônio Boaventura, Frei Antônio da Ilha, Frei Antônio da Insua. Local da junta custodial reunida: o convento de N. S. das Neves de Olinda, PE.

Todo o regulamento presente, com exceção do primeiro trecho referente à clausura, foi aprovado pelo capítulo provincial de Lisboa aos 21-VII-1607, entrando em vigor em todas as missões da Custódia Franciscana do Brasil.

III

Missões da Província de Santo Antônio

1679/1863

1. INTRODUÇÃO

O único cronista provincial a tratar desta época missionária vem a ser Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, O.F.M. († 1779), limitando-se ele a parcas informações, embora não lhe faltasse oportunidade para pesquisas mais detalhadas. [1] O arquivo provincial dos Franciscanos do Recife e outros arquivos brasileiros e portugueses contêm, hoje em dia, poucos dados missionológicos enquanto uma ou outra obra do século XVIII permite desvendar alguns pormenores.

Como testemunhas desta era missionária existem ainda várias capelas, p. ex., a de Jacobina, ao passo que do tempo da custódia (1585-1619) não se salvaram vestígios das capelas primitivas.

A custódia de Santo Antônio, em 1657, foi elevada à categoria de província autônoma, enquanto o primeiro capítulo provincial celebrado em 1659 reuniu os conventos entre Vitória e São Paulo em nova custódia que, por seu turno, passou a ser a província da Imaculada Conceição, em 1675. Ambas as províncias franciscanas continuavam a receber vocações missionárias de Portugal até à independência do Brasil. [2]

Aqui se impõe a pergunta por que motivo os franciscanos desistiram das atividades missionárias, durante 60 anos (1619-1679). Uma das razões principais constituía a invasão holandesa que, até 1654, paralisou quase todo o apostolado dos religiosos do nordeste. [3] Os batavos ocuparam todos os seis conventos franciscanos entre Pernambuco e Paraíba enquanto mais de 40 frades menores foram exilados e alguns até barbaramente assassinados pelos invasores.

Nesse tempo tumultuoso, cumpriu-se o que Frei Vicente do Salvador [4] afirmara, a saber, que os índios catequizados e al-

deados facilmente podiam ser empregados contra ataques inimigos; como a guerra holandesa acarretasse duras perseguições à Igreja e em particular às Ordens religiosas, o mesmo interesse católico reuniu portugueses, índios, negros e mestiços contra o inimigo comum da religião e da pátria. Assim se explica a paralisação das missões, durante muitos anos, até que os conventos quase arruinados se refizeram dos estragos, possibilitando o apostolado missionário bem organizado.

Em 1624, Frei Cristóvão de Lisboa, primeiro custódio franciscano do Grão-Pará, levava de Olinda cinco missionários para fundar missões e conventos no Ceará, Maranhão e Pará. Depois de terem introduzido os confrades recém-vindos de Portugal, voltaram quatro deles para a custódia de Olinda, ao passo que Frei Antônio do Calvário parece ter terminado seus dias no extremo Norte. [5]

Durante a segunda metade do século XVII, aparecem franciscanos como capelães militares das tropas coloniais, que auxiliadas pelos índios batizados submetiam outras tribos e estendiam o domínio português sobre os sertões do nordeste. Em tais entradas os missionários desempenhavam papel importante porque desfrutavam da confiança dos silvícolas. Mesmo depois de reiniciada a catequese franciscana em 1679 prosseguiam os frades como capelães militares.

No fim de tais entradas, costumavam os capitães passar atestados aos missionários. Aos 24 de julho de 1674, o capitão Francisco Dias D'Ávila certificou em documento oficial que, na campanha contra os Guaguar, os franciscanos Frei Tomé de Jesus, Frei João de Santa Catarina e Frei Pedro de Santo Tomás, na qualidade de assistentes eclesiásticos, prestaram serviços relevantes na pacificação dos índios rebeldes, na catequese e na administração dos sacramentos suportando também cruciante sede e fome nos inóspitos sertões do Pajeú-Pernambuco. [6]

Desde a conquista do hinterland, o governo colonial se viu obrigado a mandar catequizar os indígenas. Também os latifundiários, que alargavam cada vez mais suas terras, procuravam missionários que civilizassem os nômades.

Enquanto os índios de primeiro eram transportados para o litoral, a fim de prestarem serviços nos engenhos e nas plantações de cana, os missionários defendiam a permanência dos silvícolas no seu habitat [7], onde deveriam receber o benefício de catequese e civilização. Pois a experiência provara que a mu-

dança de clima e principalmente a transferência dos índios sertanejos para a zona litorânea causava entre eles grande mortandade. Aceitas as razões das Ordens missionárias, surgiram numerosos centros de catequese na vasta bacia do São Francisco.

2. A LOCALIZAÇÃO DOS ALDEAMENTOS

Na escolha dos sítios destinados aos aldeamentos, os missionários respeitavam em geral as experiências e os costumes dos índios, dando preferência aos lugares eminentes, arejados e saudáveis, na vizinhança dos rios, matas e terras férteis, condições estas que ainda hoje podemos observar nas antigas missões franciscanas de Sahy e Jacobina. Vez por outra prevalecia finalidade diferente na escolha da aldeia, p. ex., um ponto estratégico à margem do São Francisco cuja passagem reclamava a constante fiscalização e defesa, como era o caso em Juazeiro.

O peso das missões concentrava-se no vale do São Francisco por diversos motivos: 1º) o ouro atraía os exploradores e aventureiros de toda espécie, intensificando o perigo da escravização para inúmeros índios. Daí a exclamação de Frei Apolinário da Conceição, O.F.M., que se aplica bem à situação do sertão baiano: «Ah, meu Deus, com ouro nos quereis castigar». [8] Daí também o sumo cuidado da Igreja em preservar os silvícolas da usurpação, fundando missões em defesa do indígena. 2º) Cilada mais funesta ameaçava os índios são-franciscanos da parte dos latifundiários, que, com as terras recebidas em sesmaria, pretendiam apossar-se também dos primitivos habitantes sujeitando-os aos seus caprichos e ganâncias, ou vendendo-os como escravos [9], ao que se opuseram os missionários reunindo os índios em aldeias. Custou muitos esforços a obtenção dos alvarás régios de 23-XI-1700 e de 4-VI-1703 [10] que concediam a cada aldeamento a livre escolha do sítio preferível e uma légua em quadra de terra para manutenção da missão. 3º) Pontos prediletos para localização dos aldeamentos formavam as numerosas ilhas do rio São Francisco, por serem naturalmente defendidas da invasão de inimigos selvagens e civilizados. Ficavam, nas ilhas, as missões franciscanas de Coripós, Aracapá, Pontal, Unhunhu e Zorobabé. 4º) Como o rio São Francisco liga o norte ao sul do país, os índios aldeados no sertão ofereciam grande vantagem ao governo apoiando a de-

fesa da terra, acompanhando as conquistas e ajudando a submeter tribos selvagens e rebeldes.

Dada a enorme distância que os missionários tinham de vencer, viajando de Salvador até as várias aldeias do São Francisco, aproveitavam de bom grado o ponto de repouso que se lhes oferecia nas missões de Massacará e Sahy, onde também renovavam os mantimentos para a jornada. Conta o missionário Capuchinho Frei Martinho de Nantes que de Aracapá até Salvador gastava 25 dias de viagem conduzindo consigo os mantimentos, inclusive água. [11]

Para formarmos uma vaga idéia dos sacrifícios a que se expunham os missionários nas suas viagens apreciemos as distâncias entre as missões franciscanas «vizinhas»: de Jacobina até Sahy 108 km; de Sahy até Juazeiro 120 km; de Jeremoabo até Massacará 100 km. Correspondem as distâncias, com exceção da última, à linha de ferro, o que condiz mais ou menos às primitivas estradas. De Sahy a Salvador regulam pela estrada de ferro 458 km; de Juazeiro a Salvador 578 km, ou, no cômputo dos antigos, 100 léguas [12]; de Aricobé a Salvador (linha aérea) 500 km, enquanto na realidade aumentava consideravelmente, devido aos rios e montanhas a atravessar.

As altitudes das principais missões são estas: Sahy 591 m; Jacobina 470 m; Juazeiro 375 m acima do nível do mar.

Por via de regra, a aldeia ficava isolada de outras povoações, para melhor proveito dos aldeados. Havia, porém, casos de relativa união entre ambas como, p. ex., em Jacobina onde a missão do Bom Jesus da Glória ficava apenas a um km distante da igreja (matriz) de Santo Antônio.

A aldeia do Sahy, representando um ótimo ponto de comunicação, recebeu em 1722 os foros de sede de termo, motivo por que começou a atrair elementos portugueses e mestiços. [13]

A mudança de um aldeamento era, às vezes, aconselhada, senão exigida, por se acharem esgotadas as terras e caças ou para evitar maus vizinhos. Esta mudança, porém, dependia da permissão do governo.

E' provável que os franciscanos tenham transferido uma ou outra missão, desde que a recebiam de ordens religiosas, indispostos com vizinhos importunos.

Extinguindo-se uma missão, os aldeados gostavam de recolher-se a outras aldeias, como no caso de Jeremoabo.

3. MISSÕES DE PERNAMBUCO, ALAGOAS E PARAIBA

Quanto podemos verificar, a Província franciscana assumiu as primeiras missões no litoral de Pernambuco e Alagoas, a saber: Una, que já administrara, de 1593 a 1619, e Alagoas, como aldeia nova. Em 1680, Dom Estêvão de Figueiredo, primeiro bispo de Olinda, menciona as duas missões franciscanas, num relatório dirigido à Santa Sé [14], constando em janeiro de 1681 uma consulta vinda de Lisboa quanto às mesmas. [15] Jaboatão aponta dados contraditórios remontando a criação das missões ora a 1679, ora a 1689 [16], merecendo a primeira data mais fé.

Os primeiros franciscanos então encarregados de Una foram Frei Manuel das Chagas e Frei Lourenço de Jesus Maria, os quais encontraram abundante serviço em virtude dos últimos tempos tumultuosos de guerra, epidemias e debandadas, tão prejudiciais à vida da missão.

Nesta segunda gestão, os franciscanos experimentaram os horrores da guerra dos Mascates. Ouçamos Pereira da Costa, o «Pai da história Pernambucana»:

«Era na aldeia de S. Miguel de Una que em 1710 residia o capitão-mor dos índios D. Sebastião Pinheiro Camarão, e onde acampava o terço ou regimento de infantaria dos mesmos índios, sob o seu comando; e esposando ele a causa dos mascates, a gente do partido adverso, em represália à sua atitude hostil contra os princípios políticos que os pernambucanos defendiam, invadiu e destruiu completamente o aldeamento, até mesmo lançou fogo às próprias plantações, pelo que teve ele que mudar o seu aquartelamento para Santo Amaro, nas Alagoas, e onde permaneceu até que se restaurou a destruída aldeia. Aí, naturalmente, faleceu o capitão-mor Camarão pelos anos de 1720». [17]

E, 1740, foram todos os aldeamentos do termo de Sirinhaém reduzidos a um só, passando os aldeados à missão de Una. Diz a respeito o mesmo Pereira da Costa:

«Havendo no termo da vila de Sirinhaém outros aldeamentos, em 1740 foram reduzidos a um só e reunidamente na povoação de Una, acaso com certa oposição dos índios, porquanto encontramos que foi incumbido desse serviço o capitão Inácio de Souza Magalhães, que marchou da fortaleza de Tamandaré com 50 praças, às ordens do capitão-mor de Sirinhaém, o que se conseguiu sem resistência alguma dos índios, no que teve muita parte e zelo e prudência do referido capitão». [18]

A segunda gestão dos franciscanos em Una durou pouco mais de sessenta anos, terminando em 1742 ou 1743; pois a

congregação de junho de 1742 ainda nomeou um missionário, o que não se repetiu no capítulo de dezembro de 1743.

A missão das Alagoas, dedicada a Nossa Senhora das Vitórias, parece ter sido fundada pelos franciscanos, tratando-se, neste caso, de aldeados pagãos. Consta desde 1681 a concessão da ordinária a ambas as missões para compra de vinho de missa, farinha de trigo, cera e azeite, elevando-se à importância 30 mil réis, que posteriormente se estendeu também às outras aldeias curadas pelos franciscanos. [19]

A missão de Palmar, Alagoas, que os frades menores aceitaram em 1695, foi entregue em 1699, segundo algumas fontes. Nada sabemos dela senão a reclamação de Frei Manuel da Encarnação junto ao governador de Pernambuco contra Diogo Soares que usurpava terrenos da missão. [20]

A partir de 1702, os franciscanos penetraram no sertão de Pernambuco, encarregando-se das aldeias de Coripós e Zorobabé, no rio São Francisco e distantes do litoral cerca de 600 km. Até lá se chegava ou por via terrestre acompanhando os rios Ipojuca, Capibaribe, Moxotó ou através da Bahia pela primitiva estrada aberta para o transporte do gado, existindo ambas as comunicações já em meados do século XVII. [21] Segundo a lei de 19 de fevereiro de 1700, os missionários tinham direito a alguns soldados que nas extensas jornadas os defendessem de índios bravos. [22]

Em 1705, a província franciscana recebeu em Pernambuco e à margem do São Francisco as missões de Unhunhu e Pontal [23] e na Paraíba a de Cariris, enquanto já em 1698 se menciona um missionário franciscano anônimo em Campina Grande [24] sem que o arquivo provincial contenha qualquer documento alusivo. Cariris passou, em 1724, às mãos dos capuchinhos italianos. [25] Como última aldeia aceita pelos franciscanos em Pernambuco figura 1741 Pajeú na bacia do rio homônimo, cujo primeiro missionário parece ter sido Frei Lino da Cruz. [26]

Infelizmente não existem dados sobre a catequese franciscana desta fase missionária de modo que não podemos formar um juízo certo sobre quanto foram justos os motivos alegados em favor da expulsão, em 1760, dos missionários franciscanos e capuchinhos, que trabalhavam na catequese de Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

O governo colonial mandou uma comissão levantar os inventários das missões e elaborar relatórios sobre o estado das

respectivas aldeias para em seguida afastar indistintamente todos os missionários, quer o relatório falasse a favor destes ou contra. As missões, uma vez extintas, ou eram elevadas à categoria de paróquias, ou reunidas a freguesias já existentes. Diz Jaboatão que o bispo de Olinda concordou com as medidas drásticas. [27]

Não negamos que eram justificadas as pressões contra certos missionários admitidos à Ordem sem a devida vocação e mais tarde destinados à catequese para alívio das comunidades religiosas. [28]

O procedimento brusco do governador pernambucano destoa muito do balanço; pois, apesar da expulsão dos jesuítas, tanto os capuchinhos como os franciscanos continuaram o seu meritório apostolado entre os índios da Bahia. Com todas as acusações feitas aos missionários, 121 índios de Pontal chefiados pelo cacique Tomás Barbosa refugiaram-se na missão de Juazeiro da Bahia pedindo asilo com Frei Francisco de São Sebastião, O.F.M., porque a situação dos aldeados piorara depois da retirada dos franciscanos de Pontal. [29]

A atitude de Dom Francisco Xavier Aranha, bispo de Olinda (1757-1771), afigura-se assaz suspeita, porque anteriormente proibira aos jesuítas o ensino, mesmo antes que o governo colonial tomasse qualquer medida contra eles.

Visto que o Marquês de Pombal, desde 1758, encenava a perseguição das Ordens religiosas, notadamente dos jesuítas, a catequese extinguiu-se abruptamente, em grande parte do Brasil. Alegava-se como razão da restrição das Ordens a decadência da disciplina regular, cabendo porém ao próprio governo colonial boa porção da culpa por ter concedido privilégios a muitos religiosos, em prejuízo da vida claustral, e por ter dedicado pouca atenção aos problemas espirituais e pastorais.

Uma medida de conseqüências funestas foi, p. ex., a proibição de conventos missionários no sertão, permitindo o governo civil apenas um a dois religiosos em cada aldeia, enquanto era preferível um convento central com 4 missionários para as várias aldeias de um distrito a exemplo do sistema observado em 1603 na Paraíba. Principalmente as missões do rio São Francisco prestavam-se para isso porque ficavam pouco distantes umas das outras. Destarte, muitos perigos teriam sido evitados pela observância da vida religiosa em comunidade. [30]

4. MISSÕES DA BAHIA E DO PIAUÍ

Durante a fase catequética da custódia de Santo Antônio, os franciscanos deixaram de fundar missões na Bahia porque a cúria diocesana de Salvador não reconheceu as faculdades extraordinárias que Frei Melchior de Santa Catarina recebera da Corte e do próprio Papa Xisto V. Somente em 1689, constam as primeiras missões franciscanas abertas entre os Tupinambá de Itapicuru de Cima e os Cariri de Massacará.

Durante a segunda metade do século XVII, os Jesuítas e capuchinhos viviam em constantes desinteligências com os Dias D'Ávila (Bahia), chegando estes a derrubar cruzeiros e capelas missionárias da Companhia de Jesus [31] e devastando não raras vezes os terrenos das aldeias administradas por uma e outra Ordem. [32]

Os jesuítas retiraram-se de algumas missões, ameaçando com o completo abandono, se a «Casa da Torre» (Ávilas) não desse a devida satisfação e garantia para o futuro, ao passo que os capuchinhos franceses foram obrigados a deixar o país, sob a acusação de defenderem os interesses do Rei da França, na realidade, porém, por não serem aceitos ao insaciável latifundiário Dias d'Ávila. [33]

Mas tanto o arcebispo da Bahia como o governo e a própria «Casa da Torre», interessados pela ininterrupta marcha da catequese, recorreram às diversas Ordens estabelecidas na Bahia, inclusive aos franciscanos. [34]

Foi uma das chamadas «Mulheres da Torre», D. Leonor Pereira Marinho, que pediu ao Provincial dos franciscanos cedesse alguns missionários para o rio São Francisco; este, Frei Jácome da Purificação, prevendo as futuras dificuldades e a posição melindrosa que tomaria para com os inacianos, respondeu que não se negaria, contanto que o rei desse ordens neste sentido; pois estaria sempre pronto a contribuir para dilatar a fé católica. [35]

Quando, dias depois, o arcebispo da Bahia, Dom João Franco de Oliveira, quis apressar a volta dos jesuítas para as aldeias recorrendo para isso também a D. Leonor, soube que já os franciscanos haviam ocupado os lugares da Companhia de Jesus nas missões de Caruru, Rodelas e Arachá. [36]

Reunida a junta das missões na Bahia a 4-XI-1698 [37], insistiu-se novamente na volta dos jesuítas para as aldeias por eles abandonadas, ao que os seus representantes responderam

ser melhor encarregar-se outra Ordem religiosa, visto que D. Leonor sentia bastante repugnância à Companhia de Jesus. Mas o guardião de São Francisco e o Comissário dos terciários contestaram haver tal repugnância, esclarecendo que D. Leonor apenas assinara algumas cartas indevidamente, i. é, sem saber de que tratavam.

À vista destes fatos, poderá parecer que os franciscanos defenderam os interesses da «Casa da Torre», contra as Ordens religiosas. O que não negamos é que reinava certa animosidade entre jesuítas e franciscanos, tanto na Bahia como em outras capitanias. Mas uma vez que as autoridades eclesiásticas e civis reclamassem a reabertura das missões, os frades menores terão examinado o estado das coisas, chegando à conclusão de haver mal-entendidos de ambos os lados litigantes.

Ademais o missionário de Aracapá, Frei Martinho de Nantes, O.F.M.Cap., confessa que, por sua fraqueza, o próprio Dias D'Ávila deixou de ser desapropriado e desterrado pelo Vice-Rei para Angola. Certo é também que tanto os jesuítas como os capuchinhos italianos reassumiram algumas missões aceitando estes até esmolas e presentes da «Casa da Torre» [38], o que supõe um entendimento anterior. Afinal os próprios Dias D'Ávila terão aprendido com o caso dos jesuítas e capuchinhos, embora nunca deixassem de aparecer choques entre eles e os missionários.

Como se perdeu quase toda a documentação particular das missões, fazemos ao menos seguir o gráfico de todas, embora também este incompleto, incluindo afinal os poucos dados que constam sobre Juazeiro e Jacobina.

5. MISSÕES E MISSIONÁRIOS EM PARTICULAR

a) Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro-Bahia

O maior rio genuinamente brasileiro é o São Francisco porque desde as cabeceiras até a embocadura percorre a Terra de Santa Cruz. Descoberto por Américo Vespucci aos 4 de outubro de 1501, trocou o nome antigo de Pará pelo do patriarca assisiense. Durante século e meio, o percurso deste gigante continuou em grande parte desconhecido até que a «Casa da Torre» explorou o trecho oriental, que separa a Bahia de Pernambuco. Na segunda metade do século XVII, a mesma «Casa da Torre» construiu uma estrada até o São Francisco para facilitar o trans-

MISSÕES DA PROVINCIA DE SANTO ANTÔNIO DO BRASIL, 1679-1863

Nome das Missões	Padroeiros	Fundadas (F) ou Aceitas (A) [3]	Devolvidas (D) [4] ou Extintas (E)
1 Itapicuru de Cima [1]	S. Antônio & N. S. da Saúde [2]	1689 (F)	1834 (E)
2 Massacará	SS. Trindade	1689 (F)	1854 (E)
3 Bom Jesus da Jacobina	Bom Jesus da Glória	1706 (F)	1847 (E)
4 Sal	N. S. das Neves	1697 (F)	1863 (E)
5 Juazeiro	N. S. das Grotas	1706 (F)	1840 (E)
6 Rodelas [6]	S. João Batista	1697 (A) [5]	? (D)
7 Massarandupió [7]	S. Antônio de Arguim	1831 (A) [8]	? (D)
8 Jeremoabo	N. S. das Brotas	1702 (F)	1718 (E)
9 Pambu	N. S. da Conceição	1702 (A) [9]	? (D)
10 Curral dos Bois [9]	S. Francisco e S. Antônio	1702 (F)	1843 (E)
11 Aracapá	S. Francisco	1703 (A) [8]	? (D)
12 Camamu	N. S. do Desterro	1703 (A) [8]	? (D)
13 Salitre	S. Gonçalo	1703 (A) [8]	? (D)
14 Piagui	S. Cruz	1706 (F) [8]	? (D)
15 Catu [9]	S. Antônio	1719 (?)	?
16 Aricobé	N. S. da Conceição	1739 (F)	1860 (E)
17 Alagoas	N. S. da Vitória	1679 (F)	1761 (E)
18 Palmar	S. Amaro	1695 (F)	1699 (D)
19 Una ou Iguna	S. Miguel	1679 (A)	1742 (D)
20 Coripós	N. S. do Pilar	1702 (A)	1761 (E)
21 Zorobabé	N. S. do Ó	1702 (F)	1761 (E)
22 Unhunhu	N. S. da Piedade	1705 (F)	1761 (E)
23 Pontal	N. S. dos Remédios	1705 (F)	1761 (E)
24 Pajeú	S. Antônio	1741 (F)	1761 (E)
25 Cariris	N. S. do Pilar	1705 (F) [10]	1724 (D)

[1] As missões 1-7 constam em *Noticia geral de toda esta capitania da Bahia, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, por José Antônio Caldas, edição fac-similar, Bahia 1951, p. 60ss.
[2] As missões ficavam nos seguintes Estados: nº 1. Sergipe resp. Bahia; nº 2-13 e 15 Bahia; 14 provavelmente Piauí; 16, outrora Pernambuco e hoje Bahia; 17-18 Alagoas; 19-24 Pernambuco; 25 Paraíba.
[3] "Fundada" significa criada pelos franciscanos; "aceita" = assumida de outra Ordem.
[4] "Devolvida" = entregue ao bispo; "extinta" = promovida a paróquia ou extinta.
[5] Em 1758 era dos capuchinhos.
[6] Estas missões passaram poucos anos sob a administração franciscana, assim como Arachá e Cararu.
[7] Esta missão foi, durante algum tempo, dos carmelitas.
[8] Não confundir esta missão com a homônima dos jesuítas entre Sentosé e Malhadinhas.
[9] Catu não aparece nos documentos franciscanos mas sim nos Documentos Históricos, Rio de Janeiro 1942 (LV), p. 268.
[10] As aldeias se compunham de índios destes grupos gerais: nº 1-7 Tupinambá; nº 2-5. 11, 24, 25 Cariri, Caimbre; nº 6 Procá; nº 10 Oualmoré; nº 19-22 Tapuia.

porte de suas inúmeras boladas. E como a encruzilhada, formada pelas artérias terrestre e fluvial, constituísse um ponto estratégico, os senhores da Torre recorreram aos franciscanos pedindo missionários para uma nova aldeia a ser localizada na própria passagem do rio, já então conhecida sob a designação de Juazeiro.

Frisando a importância de Juazeiro, desde os seus primórdios, escreve Teodoro Sampaio:

«A sua zona de influência comercial que, por um lado, atinge Cabrobó, 203 km rio abaixo, por outro, a Januária 1.054 km rio acima. afetando ainda os sertões de Piauí, por Oeiras e Paranaguá e os de Goiás por Palma e Natividade, é sem dúvida uma das mais vastas do Brasil Central... Juazeiro, fundado pelos fins do século XVII, se tornou logo um centro preferido das transações comerciais destas regiões e cresceu e se constituiu o foco mais poderoso da civilização e da riqueza desta parte do Brasil que se pode designar como a região média, entre os rios São Francisco e Tocantins». [1]

De fato, no ano de 1706, os franciscanos fundaram a missão de N. S. das Grotas do Juazeiro, reunindo os índios Tamaquim da redondeza para formarem a nova aldeia. [2]

Como para construção de novos conventos era necessária a licença especial do governo requerendo um processo muito demorado, somente em 1710, chegou a ser levantado o hospício franciscano «no local onde atualmente existe a artéria urbana, vulgarmente conhecida como rua da entrada no Horto». [3] Posteriormente deve ter sido mudado para a rua 15 de Novembro, cujo nome antigo ainda continua na boca do povo como rua do Convento.

A primeira igreja igualmente de 1710 era voltada com a fachada para o rio e rente ao lugar da atual matriz, onde, conforme a lenda, se encontrara a imagem da padroeira, tendo o templo servido ao culto divino até fins do século passado quando ruiu por completo, visto que durante decênios seguidos não houvera nem conservação nem restauração [4], uma vez que em 1854 se assentara a primeira pedra para a definitiva matriz. [5] Sobre a época da fundação, nada mais sabemos nem tampouco sobre os padres fundadores.

Impõe-se aqui a pergunta como foi possível os franciscanos viverem em paz com a «Casa da Torre», notórias que são as desinteligências anteriores entre esta e as outras Ordens religiosas. A resposta é fácil, pois o terceiro Garcia Dias D'Ávila,

Segundo a lenda, um Tamaquim teria achado a imagem numa gruta das vizinhanças de Juazeiro.

que promoveu a fundação desta aldeia, não era tão impetuoso e guerreiro como os seus antepassados, merecendo de Frei Antônio de Jaboatão os encômios irrestritos. [6] E no entanto não lhe faltaram ocasiões e pretextos para brigar, como no caso da nova estrada do Pontal aberta em terra dos Dias D'Ávila, mas contra a vontade deles, pelos índios de Curral dos Bois e Jeremoabo, ambas missões franciscanas. [7] Quando esta estrada, em 1722, foi inaugurada, a aldeia do Juazeiro perdeu muito do seu movimento porque deixou de ser a única passagem e via que permitisse o transporte do gado do Piauí. [8]

O trabalho missionário em Juazeiro deve ter sido muito mais árduo do que nas demais aldeias porque os aldeados viviam em comunicação constante com estranhos que passavam pela aldeia e porque daqui se tiravam soldados índios para os vários encargos, ora pilotos, ora pedestres. [9] A concluir pela mortandade entre os missionários, também a aldeia terá sofrido grandes perdas de gente.

A estatística acusa, em 1759, cem casais de índios em Juazeiro. [10] Martius contou, em 1809, cento e poucas casas [11] e o vigário de Sento Sé registrou, em 1836, duzentos fogos [12], sem no entanto distinguir os índios dos demais habitantes da vila, que entrementes fora criada em 1833, recebendo, um ano depois, a câmara municipal. [13]

Já em 1766, fora Juazeiro elevado à categoria de julgado. Mas o rápido desenvolvimento da aldeia notou-se apenas depois de instalada a câmara municipal. A partir desta data, podemos melhor acompanhar a vida de Juazeiro e verificar a constante reclamação da câmara como do próprio vigário de Sento Sé, no sentido de ser criada a paróquia de Juazeiro.

Assim apela a Câmara municipal para o Presidente e para a Assembléia da Província da Bahia, sob a data de 12 de janeiro de 1836, expondo as dificuldades que há na recepção dos sacramentos, visto que para casamentos e batizados precisam da licença do vigário de Sento Sé. Por isso renovou o pedido da criação da freguesia de Juazeiro. [14]

O Pe. Francisco Manuel dos Santos, vigário de Sento Sé, alega as mesmas dificuldades, ao responder a um inquérito de 8 de abril de 1836. Já a distância de vinte léguas que separa Juazeiro da sede paroquial de Sento Sé aconselha a criação da nova paróquia, a qual poderá existir sem dificuldades. Passando a tratar do lado financeiro expõe o vigário textualmente: «Os povos vivem na necessidade de pagarem... aos Religiosos de São Francisco a quem pertence a Igreja de N. S. das Grotas, pelos sacramentos de necessidade que os mesmos administram sendo oneroso a uma população já vantajosa porque só o povoado da Vila excede a duzentos fogos utilizando estes Religiosos de quase todos os deveres paroquiais». E com certo ressentimento se queixa de que o pároco de Sento Sé carrega o peso ao ensejo das eleições e jurados e por outro lado a Igreja de N. S. das Grotas, apesar de seu estado arruinado, nunca mais teve conserto nem autorização para tal. [15]

E' curioso que não aparece nenhum parecer dos franciscanos sobre a desejada criação da paróquia, nem ao menos referência a algum missionário determinado. Apenas o nome de Frei José de Santa Gertrudes figura nos documentos públicos, visto este se ter oposto à causa da independência do Brasil, por ser ele mesmo português. [16]

A Câmara municipal formula ainda queixas contra os abusos praticados pelos procuradores da «Casa da Torre» [17] e, em

outra parte, sobre a indolência dos índios, segundo esclarece do ofício seguinte:

«Ilmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca, Joaquim Pedro Costa Lobo — Em cumprimento ao ofício de V. S. exigindo desta Câmara, de ordem do Exmo. Sr. Presidente da Província, uma informação sobre o bom ou mau estado da missão desta vila, sua situação, seu governo e os meios de melhorar, temos de informar a V. S. enquanto ao estado da dita missão ela se acha... sua situação consta que alguns índios que não querendo sujeitarem-se à educação civil e eclesiástica, nem à aula de primeiras letras, sem o que não pode haver civilização, o seu governo é encarregado ao missionário da referida missão, e meios de melhorar a câmara julga que seja elevada a matriz, a igreja de N. Senhora, interinamente sendo vigários os missionários e estes mudando-se de três em três anos. Deus guarde a V. S. Vila do Juazeiro, em câmara extraordinária, em 5 de novembro de 1838. João Antônio Ferreira, Filipe Santiago Barroso, Antônio Ribeiro da Silva, José da Mota Silveira, Manuel José de Amorim, João Martins Duarte». [18]

A falta de outras fontes que tratem deste assunto é difícil dizer quem terá sido culpado da triste situação em que a missão se achava, se eram os poucos índios avessos ao bando da cultura, ou se o missionário franciscano.

Se o ofício acima ainda refere o costume das mudanças trienais dos missionários, decerto se deve ao clima insalubre, próprio de Juazeiro, porque, em outras missões, as mudanças já eram mais raras.

Criada a paróquia, sob a invocação de N. S. das Grotas, em 26-III-1840, ocupou o cargo de vigário interino Frei Sebastião de Santo Antônio, enquanto o primeiro padre secular e vigário colado, padre Caetano de Araújo Mato Grosso, saiu nomeado aos 31-III-1841, tomando posse aos 24 de agosto do dito ano. [19]

A lei nº 114 que transformava a missão do Juazeiro em paróquia assim rezava no seu único artigo: «Fica extinta a Missão da Vila do Juazeiro e erecta em matriz a respectiva capela, com o título de N. S. das Grotas do Juazeiro, dividindo-se com a Freguesia de S. Antônio do Pambu, pelo riacho Curaçá; com a de S. José da Barra do Sento Sé, pelo alto da Fazenda das Pedras, e daí em linha reta até a Fazenda Salgadinha». [20]

A paróquia (desde vinte anos regida pelos padres Redentoristas) conserva ainda o patrimônio da extinta missão, enquanto as relíquias da capela missionária se limitam às imagens da padroeira, do Bom Jesus da Agonia, S. Francisco de Assis e S. Benedito.

b) Bom Jesus da Jacobina

Os antecessores dos missionários franciscanos na vasta região da Jacobina [21] foram os jesuítas, que, na segunda metade do século XVII, catequizavam os Paiaiá aldeados na missão de S. Francisco Xavier. [22] Desta aldeia já não se descobre vestígio, nem ao menos se sabe onde ficava localizada. A índios remanescentes da mesma missão parece aludir o seguinte documento:

«Eu, a rainha da Grã-Bretanha, infanta de Portugal, como regente destes reinos e senhorios por impedimento de meu irmão, o Sr. Rei D. Pedro, governador e perpétuo administrador do mestrado da cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Faço saber que, havendo respeito ao que me representou Antônio da Silva Pimentel, morador no Estado do Brasil, para lhe conceder licença para erigir uma igreja nas terras de Jacobina do sertão da Bahia, de que é senhor e possuidor, e nomear nela clérigo idôneo à satisfação do arcebispo, que administre os sacramentos aos índios da aldeia dos paiaiá sita nas ditas terras, os quais sendo domésticos com os brancos e muitos já instituídos e instruídos na fé católica, estão sem sacerdote que lhes diga missa e administre os sacramentos, a cuja despesa toda se oferece. E visto que alegou e o que me foi presente em consulta da Mesa da Consciência e Ordens em que foi ouvido o procurador geral dela, hei por bem conceder-lhe licença para erigir a dita igreja, e lhe faço mercê do padroado dela, em que nomeará clérigo para pároco sendo aprovado e a satisfação do arcebispo daquele Estado, com declaração de que será obrigado o dito Antônio da Silva Pimentel a consigná-la nos seus termos e fazendas segura, assim o que for necessário para côngrua do pároco, como para fábrica da igreja sem em tempo algum concorrer para isso a Fazenda real.

Do que lhe mandei passar o presente alvará, que valerá como carta posto que sem efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo de qualquer ordem ou regimento em contrário e se cumprirá, sendo passado pela chancelaria da dita Ordem, Antônio de Oliveira o fez em Lisboa aos 7 de maio de 1705». [23]

Quanto à imediata construção da referida igreja e colocação do respectivo clérigo, nada nos consta, mas sim que no ano seguinte de 1706 os franciscanos foram incumbidos da missão do Bom Jesus da Glória. [24] Como, porém, o requerimento é motivado com a falta de sacerdote que administre os sacramentos aos Paiaiá, tribo naquele tempo mais numerosa do que os colonos, a colocação do vigário-missionário era preferível à do pároco. Na realidade, a paróquia nova de Santo Antônio da Jacobina foi apenas desmembrada da freguesia velha (atual Campo Formoso) em 1758, ou em 1752, datando a provisão do 1º vigário padre José de Souza Monteiro do ano de 1758.

O próprio Antônio da Silva Pimentel, exímio benfeitor do convento de São Francisco da Bahia, pode ter proposto ao arcebispo da Bahia os missionários franciscanos então já muito aceitos em outras aldeias da extensa Jacobina, de vez que era difícil conseguir padres seculares para o alto sertão e mais ainda para catequese dos temidos Paiaiá, que, no principiante século XVIII, causavam muita preocupação aos colonos, até que afinal foram derrotados por tropas paulistas adrede contratadas.

Escondem-se no anonimato tanto os fundadores como os demais missionários franciscanos que, antes de 1727, trabalharam na aldeia do Bom Jesus da Glória; e justamente estes mereceriam ter os nomes perpetuados porque cultivaram uma vinha assaz pedregosa. Pois, entre 1710 e 1721, constam 532 homicídios perpetrados na áurea Jacobina. [25]

Quem avaliará as lutas que os missionários travaram pela liberdade dos seus aldeados, na zona aurífera, onde todos queriam enriquecer à custa do índio explorado ou até escravizado? Criado em 1724 o termo de Jacobina em substituição ao de Sahy, é possível que os crimes tenham cedido à ordem e disciplina. [26]

A cobiça do ouro era tão comum que até se proibia a entrada de religiosos na zona das minas, com exceção dos esmoleres franciscanos da Terra Santa, porque se receava que também eles fossem contagiados pela «sacra auri fames». Conta a respeito um episódio significativo: «Um belo dia aconteceu que na Jacobina se encontrasse um leigo, trazendo consigo cento e cinqüenta oitavas de ouro. O padre guardião do Convento de São Francisco da Bahia logo fez um requerimento que as oitavas de ouro, «achadas na mão do leigo, lhe pertenciam, por serem de esmolas, tiradas nas Minas Gerais. E — escreve o vice-Rei, em 29 de outubro (de 1722?) a Pedro Barbosa Leal — como na Casa da Moeda se assentou que o dito ouro era delas, lho mandei, com as declarações precisas e necessárias». E estendendo-se sobre a matéria, continua dizendo que a residência de religiosos nos distritos das minas contribui muito para a perturbação da boa ordem — «porque lembrados mais dos dos seus interesses que das obrigações, procuram estabelecer parcialidades, com grande prejuízo da obediência e escândalo dos seculares... Todas estas circunstâncias me obrigam a advertir vossa mercê que de nenhuma sorte consinta na sua jurisdição (da Jacobina), nem na do Rio das Contas, religiosos alguns, exceto os que andarem no serviço de Jerusalém e não

abusarem na escolha e confiança que fizeram os seus prelados para aquela diligência». [27]

Longe porém de generalizarmos tais pareceres depreciativos, concluímos pelo contrário que os missionários da Jacobina prestaram inestimáveis serviços à causa da catequese. Pois se não tivessem reforçado constantemente o número dos aldeados com elementos novos de tribos vizinhas, ainda pagãs e quiçá bravas, que os missionários visitavam neste intuito, a aldeia do Bom Jesus não teria profiado século e meio, tanto mais porque a vila de Jacobina ficava perto, distando apenas um quilômetro.

Como exemplo de rápido crescimento de uma aldeia sirva a missão jesuíta de Canabrava, atual Ribeira do Pombal, onde em 1690 havia 900 índios; em 1700, apenas 800 aldeados [28]; e em 1759, ainda 100 casas. [29] Tal perigo receava-o para a missão do Bom Jesus o síndico apostólico José de Antas Coelho em sua carta ao Ministro provincial dos franciscanos, embora os aldeados, em começo do século XIX, ainda fossem numerosos, «assistidos sempre de Vigários Regulares, que sucessivamente se ocupavam em congregar e polir os índios, enchendo o seu dever» (cf. infra a carta na íntegra).

Um golpe duro constituiu para a nossa aldeia a calamidade da seca e epidemia afugentando os índios da Jacobina e dando aos colonos ensejo para roubarem terras e bens da missão. Apreciemos os fatos narrados pelo zeloso síndico e testemunha ocular José de Antas Coelho. [30]

«Jacobina, 2 de junho de 1816.

Nosso Revmo. Pe. Me. Provincial Sr. Fr. José de S. Tomás Correa.

Muito meu Sr. Na qualidade de síndico desta missão, vou participar a V. Revma. certos fatos tendentes à mesma, para que de algum modo se dê providência, a fim de não cair de todo, como deve temer-se.

Esta missão foi criada, como todas as outras, por virtude do Régio Alvará, que lhes deu estabelecimento, cujo jus é sólido e terminante, existindo por esta causa (como consta) muito antes da criação desta Vila, assistida sempre de Vigários Regulares, que sucessivamente se ocupavam em congregar e polir os índios, enchendo o seu dever.

Consta também ter-se dado à mesma Missão a Légua de terra em observância do alvará, para parte do Poente, em lugares certos, que foram assinalados com marcos, para que os índios ali fizessem as suas plantações, sem o que não podem existir. E nesta posse estiveram anos bastantes, cujo número não posso declarar por falta de documentos, sendo notório que os índios plantavam sem impedimento e pescavam no rio, extraíam barro para louça etc., e além disso, se algum colono se introduzia, pagava renda à missão, ou repugnando, era compelido por justiça.

Tal era o estado das coisas quando nos anos de 1807, 1808 e 1809 veio a grande seca, por causa da qual os índios desertaram todos ou quase todos, e até o Revdo. Pe. Fr. Domingos de S. José Lobo que era o vigário, se recolheu a este convento, não só para evitar a fome e carestia de víveres, mas o ramo da peste, que levou a maior parte dos habitantes. Nesta época, ou pouco depois, vendeu Maurício Correa de Sá, procurador do Ilmo. e Exmo. Conde da Ponte, uma porção das terras a D. Catarina Ludovica de Santana por 100$000 pouco mais ou menos, outra a Marcelo Soares da Rocha por 70$000, e outra a Francisco Vaz por 28$000, com o fundamento de ser o sesmeiro das terras e, como tal, senhor.

Voltaram depois os índios em número grande, conduzidos por outro já velho, de nome Antônio Gonçalves do Rosário, que morreu nessa cidade, e achando as terras vendidas, passaram a arrancar os marcos, fazendo várias violências, que de nada servem, porque os compradores estão possuindo e os não consentem. O mesmo índio fez um requerimento ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conde dos Arcos, pedindo a restituição das terras e foi mandado informar pelo Ouvidor da Comarca, cujo passo não foi bem sucedido, porque o Ministro mandando chamar três homens desta mesma Vila, e de fé, para fazer deles a necessária averiguação, estes não só disseram que não sabiam, mas depuseram, e servindo de base estes depoimentos foi a informação contrária à verdade, e o Sr. Gal. nada decidiu. Porém o índio, incansável, não vendo resultado tornou a atacar o mesmo Exmo. Sr. com outro semelhante requerimento que teve por despacho «Remetido ao Ouvidor da Comarca para deferir com justiça». Este me foi dado pelo Revmo. Vigário atual, e eu mesmo o apresentei ao Ministro, que me disse havia de dar vista às partes, uma vez que lhe requeressem, porque o Sr. Gal. assim ordenava. Eis que o ponto da questão, e tendo feito várias conferências com o Revmo. Vigário, o Pe. José da Encarnação, assentamos participar eu a V. Revma. todo o fato para dirigir tudo com maduro conselho pelo caminho, para julgar mais acertado. [30a]

Quanto a mim, entrarmos em litígio parece-me desacerto, visto que havendo oposição, o êxito é duvidoso, porque no Juízo Privativo têm saído todas as causas a favor da Casa, sem que uma até agora saisse contra. E por esta razão julgo mais prudente fazer-se uma representação à Sra. Condessa ou a seu filho narrando todo o fato e parece-me que, sabida a verdade, hão de mandar restituir as terras à missão, sem mais contenda nem disputa: e penso assim porque, ainda em vida do conde falecido, os moradores do arraial da Saúde, pertencente a esta Vila, pediram-lhe por um requerimento meia légua de terra ao redor da capela, para patrimônio, e espontaneamente concedeu.

Mas, acontecendo que aqueles Fidalgos não atendam à súplica, então deve recorrer a S.A.R. alegando a justiça dos índios, a qual é sem dúvida incontrastável por todos os princípios de direito e prática atual do Ministério não só agora, mas de tempos mais antigos, porque os nossos augustos Soberanos não querem jamais aqueles povos sem domicílio certo, e isto por duas razões, que são manifestas: engrossar o número dos vassalos e reduzi-los à Religião; e para estes fins se conseguirem, é indispensável dar-lhes as terras que precisarem, segundo

a população o que ainda há pouco aconteceu com os índios de Cabrobó, que tiveram a animosidade de pedir a S.A. 14 léguas de terra, as quais haviam de ser extraídas das fazendas vizinhas e o Soberano mandou dar-lhes todas as ilhas do Rio São Francisco que estão naquela paragem, muito mais em dobro do que pediam. Logo, com muito maior razão há de dar a estes, as que lhes tiraram e já eram suas; mas, esta representação deve ser entregue a S.A. em mão própria e por sujeito que lhe exponha a substância; aliás ele não a vê.

Agora se V. Revma. quer tomar a si este negócio, resolva o que julgar melhor; se quer que eu intente a demanda, sem demora o farei; e se pensa mais acertado representar, esta carta tem dado as noções precisas que são todas verdadeiras e constantes nesta Vila.

Sou com o maior respeito o mais atento S. e Criado.

JOSÉ BENTO D'ANTAS COELHO — *Síndico de Jacobina*».

Ignoramos se a cúria provincial tomou as providências solicitadas e se foram bem sucedidas.

A definitiva extinção da missão jacobinense efetuou-se em 1859.

Provavelmente o número dos índios já era bem reduzido, devido à falta de novos elementos forasteiros, que enchessem as lacunas. Por outra, a província franciscana já começara a agonizar não dispondo de missionários moços para a obra mais meritória e urgente de todos os tempos.

A grande vantagem da missão jacobinense consistiu na continuidade da catequese franciscana, durante século e meio, e na vida exemplar do derradeiro missionário Frei José da Encarnação.

c) O Santo Missionário da Jacobina

Entre os missionários da aldeia do Bom Jesus da Glória sobressai a figura de Frei José da Encarnação, apóstolo que aqui morejou mais de trinta anos e cuja memória o tempo não conseguiu apagar nesta zona aurífera.

Chamando-se no século José Custódio Silvestre, nasceu mais ou menos em 1780, na freguesia de S. Maria de Moz, arcebispado de Braga, sendo filho legítimo de Manuel Antônio Silvestre e Josefa Maria de Oliveira. [31]

Aos 18 de dezembro de 1804, tomou José o hábito franciscano e o nome de Frei José da Encarnação, em Portugal, professando a 20 de dezembro de 1805, aos vinte e cinco anos

de idade, no Convento de Paraguaçu, Bahia, sendo presidente daquela comunidade religiosa Frei Domingos de São Boaventura. [32] Embora português de nascimento, consideramos Frei José um religioso brasileiro visto que aqui passou toda a sua vida seráfica, pondo quase todo o seu múnus sacerdotal a serviço das missões entre os índios.

Pouco depois de sua ordenação sacerdotal, Frei José deve ter seguido para o alto sertão, pois, em 1810, ocupava o cargo de missionário em Jacobina, onde o aguardavam condições pouco lisonjeiras, visto terem os índios fugido, apavorados pela seca. [33]

Após os dez primeiros anos, quase todos passados na aldeia do Bom Jesus, exerceu Frei José os cargos de presidente e mestre dos noviços (1820-1824) no Convento de Paraguaçu. [34]

Os anos de 1824 até 1831, o nosso missionário os repartiu entre as aldeias de Juazeiro e Jacobina [35], sendo em 1831 eleito guardião do Convento de Paraguaçu, cargo honroso que Frei José renunciou. [36]

O capítulo provincial dos franciscanos celebrado em 1832 na Bahia transferiu Frei José da Encarnação para a Vila de São Francisco, de onde voltou em 1834 para a sua querida missão jacobinense, à qual dedicou o resto de sua vida terrestre, passando apenas dois anos (1840 e 1841) na aldeia de Massacará. [37]

A tábua capitular de 4 de dezembro de 1847 aponta pela última vez o nome de Frei José e a missão do Bom Jesus, e referindo-se a esta diz o arquivo franciscano: «Esta já passou a freguesia» (de S. Antônio da Jacobina) dispensando, pois, a presença de missionários [38]; e como nas tábuas capitulares figurassem apenas os religiosos que ocupavam algum cargo, o nome de Frei José da Encarnação deixou de aparecer desde 1849 até sua morte em 1859.

Mesmo que a missão deixasse de existir a partir de 1847, continuou Frei José no seu querido campo de ação apostólica, onde era estimado e venerado não só pelos restantes índios que permaneceram sob a sua direção, mas também pela população da paróquia, à cuja frente estivera como vigário interino em 1829, tendo-lhe curado muitas vezes tanto a matriz como as capelas do interior. [39]

A permanência de Frei José em Jacobina até a sua morte está comprovada pelos livros paroquiais desta paróquia, batizando ele ora na matriz, ora na capela do Bom Jesus da Glória.

Registramos aqui com satisfação o batizado que o missionário quase octogenário administrou na matriz ao filho do seu grande amigo e síndico das missões do Sahy e do Bom Jesus, Coronel Manuel Fulgêncio de Figueiredo, aos 12 de junho de 1858.

Ignoramos os motivos particulares que levaram Frei José, a demorar-se na missão, desde 1849, embora na comunidade pudesse gozar os tradicionais privilégios de septuagenário. Provavelmente não se retirou ao Convento de Salvador, devido ao peso dos anos e à saúde abalada pelos labores apostólicos: pois a viagem de Jacobina até Salvador fazia-se ou a pé ou a cavalo em nada menos de 3 semanas, esforço demasiado para um ancião de setenta anos.

O santo missionário de Jacobina terminou a sua peregrinação terrestre em 1859, não constando a data exata nem o lugar certo de sua sepultura. [40]

Frei José da Encarnação terá o seu nome eternamente vinculado ao da missão jacobinense; pois, renunciando às honrarias de sua Ordem, preferiu exercer o apostolado quase anônimo entre os filhos da selva, fechando com chave de ouro a lista dos beneméritos apóstolos do Bom Jesus da Glória.

6. A CAPELA DA MISSÃO

Visitando o local dos antigos aldeamentos verificamos que alguns desapareceram por completo, ou porque a missão se extinguiu muito cedo ou porque os aldeados abandonaram o sítio já esgotado e fraco de caça, como parece ter sido o caso de S. Gonçalo do Salitre, na vizinhança do atual povoado Abreus (Campo Formoso); outras missões desenvolveram-se nas cidades florescentes, sendo a capela substituída por igreja moderna e sobrevivendo como únicas testemunhas da missão algum nome de rua ou praça e uma ou outra venerando imagem, mudada para a matriz, como se deu em Juazeiro (Bahia). Afinal há capelas que porfiaram à ação demolidora dos séculos e do «progresso», testemunhando ainda a gerações vindouras o apostolado franciscano, tal como presenciamos em Sahy, Aricobé, Jacobina etc.

Quanto parece, é a missão do Bom Jesus da Glória de Jacobina a que melhor conserva as feições originais, razão por que segue aqui a sua descrição.

No ponto mais aprazível da cidade de Jacobina, ergue-se a bicentenária capela do Bom Jesus da Glória, conhecida como «Igreja da Missão». Fundada em 1706, conservou-se esta aldeia

sob a direção dos franciscanos até meados do século passado, permanecendo ainda hoje viva a memória do último missionário, Frei José da Encarnação, aqui falecido com fama de santo em 1859.

Enquanto desapareceu por completo o conventinho franciscano, outrora localizado ao lado direito da capela missionária, continua esta em bom estado de conservação, graças aos esforços dos monges cistercienses, encarregados da paróquia de Jacobina, e dos numerosos devotos do Bom Jesus.

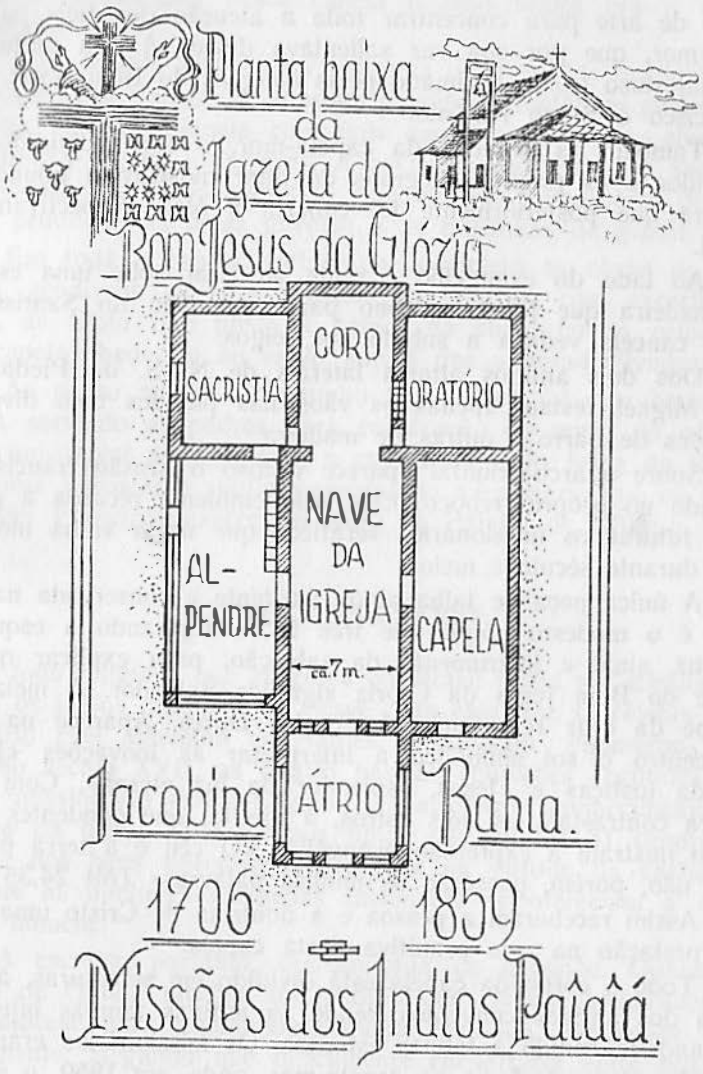
No meio de espaçoso terreiro, domina a igrejinha impondo-se à aldeia e aos arredores. Ainda que a construção seja em todo sentido modesta, salienta-se todavia das choupanas pela posição central e isolada, por sua altura e linhas arquitetônicas. Engenheiros e construtores devem ter caprichado em executar uma obra-prima a começar pela planta baixa que evita as linhas monótonas, fazendo recuar e destacar as diversas partes da capela e aplicando uma graciosa graduação aos vários tetos, cada qual com as vistosas beira-bicas a rodearem todo o telhado.

Os dois alpendres do adro e do oitão esquerdo, além de defenderem o interior da capela do calor e das chuvas de vento, combinam muito bem com a finalidade missionária a que se destinava este templo. Deparamos em espírito os inúmeros índios que, sentados sobre as bancadas de tijolo, escutavam o Padre Mestre franciscano, a explicar-lhes as verdades eternas do catecismo. Ademais estes alpendres terão desempenhado o papel das nossas escolas paroquiais e salões de reunião, enquanto as missas de festas extraordinárias e muito concorridas celebravam-se no alpendre lateral, assistindo o povo no terreiro, que depois do culto divino servia para os chamados mistérios, danças e outros divertimentos.

O alpendre do oitão abriga duas escadas, uma dando ao púlpito e outra ao coro e ao primitivo campanário de madeira, onde o velho sino da missão convida ainda para as missas dominicais.

Segundo o costume do principiante século XVIII, a fachada da capela tem uma só porta e está ladeada por duas janelinhas baixas que permitiam a visita ao Santíssimo sem se penetrar na igreja.

O recinto do templo surpreende pela sua simplicidade, razão principal de sua beleza. Adivinha-se a tendência dos construtores na disposição da capela deixando eles o corpo da igreja desti-



O brazão da Província de Santo Antônio (em cima à esquerda) acha-se executado a cores sobre o arco triunfal da igreja. O pedestal diante do átrio indica o cruzeiro.
Desenho de Frei Floriano Surian, O.F.M.

tuído de arte para concentrar toda a atenção dos fiéis para o altar-mor, que por sua vez salientava devido à rica pintura e ao majestoso trono, encimado pelas imagens do Bom Jesus, São Francisco e Santo Antônio.

Também as paredes da capela-mor, o forro dividido em retábulos e os próprios degraus do altar mostravam abundante pintura que posteriormente foi coberta a óleo, respectivamente a cal.

Ao lado do evangelho e rente ao altar sobe uma escada de madeira que leva ao trono para exposição do Santíssimo. Uma cancela vedava a subida aos leigos.

Dos dois antigos altares laterais de N. S. da Piedade e São Miguel restam apenas os vãos nas paredes com diversas imagens de barro e outras de madeira.

Sobre o arco triunfal aparece vistoso o brasão franciscano pintado no próprio reboco. Este belo emblema recorda a gerações futuras os missionários seráficos que nesta vinha morejaram durante século e meio.

A única peça de talha ainda existente e conservada na capela é o modesto púlpito de três faces, figurando à esquerda a cruz, sinal e instrumento da salvação, para explicar que o nome do Bom Jesus da Glória significa Salvador. A meia lua ao pé da cruz representa N. S. das Dores. Aparece na face do centro o sol simbólico a interpretar as inovações «Jesus, sol da justiça» e «Jesus, esplendor da luz eterna». Com esta figura contrastam os dois astros, à direita, que pendentes para baixo ilustram a expressão evangélica «● céu e a terra passarão; não, porém, passarão as minhas palavras» (Mt 24,35).

Assim receberam a pessoa e a doutrina de Cristo uma bela interpretação na arte primitiva desta capela.

Todo o corpo da capela está dividido em sepulturas, à maneira dos antigos conventos, tendo as antigas tampas inteiriças de madeira cedido a tábuas estreitas. Os missionários eram sepultados de preferência na capela-mor, onde, em 1859, o último franciscano Frei José da Encarnação deve ter encontrado o repouso.

Comunicando com a capela-mor por meio de um gradil de madeira fica do lado da epístola o oratório dos religiosos, em continuação até o adro, uma capela lateral que ocupa um corredor, traindo tudo feições do século passado, portanto construção mais recente do que a capela principal. Talvez se trate de obras realizadas pela irmandade do Bom Jesus da Paciência,

outrora estabelecida nesta capela e cujo orago era o Cristo flagelado.

A sacristia é que melhor conserva os traços de originalidade com a pesada cômoda de enormes gavetões e metálicos puxadores. O vão da única janela com dois assentos feitos em alvenaria economiza espaço e cadeiras. A peça mais graciosa da sacristia representa o armário embutido com as suas vivas cores de pintura primitiva, as belas gavetas e as portinhas de gradil.

Em toda a capela, faltam por completo as obras de cantaria, sendo os mesmos batentes das portas, com exceção de dois, de tijolo fino posto a galgo. As cinco portas principais da capela obedecem ao estilo antigo das almofadas vistosas.[10a]

Ao passo que o conventinho franciscano foi derrubado, em 1860, servindo as pedras para construção do muro do cemitério (hoje local do hospital), a capela do Bom Jesus da Glória continua a evocar o sublime apostolado missionário que os filhos de São Francisco exerceram entre os Paiaiá, de 1706 a 1859.

7. O MISSIONÁRIO

Nem todo religioso que aportava no Brasil podia ser missionário entre os índios, mesmo que viesse para esse fim. O célebre missionário Frei Martinho de Nantes, O.F.M.Cap., enumerou, pelo fim do século XVII, as quatro básicas condições seguintes que cada missionário devia possuir: 1) suficiente conhecimento da língua da tribo; 2) amor aos filhos das selvas; 3) desprendimento dos bens terrenos; 4) firmeza na virtude da castidade, já que as mulheres indígenas facilmente se ofereciam a qualquer homem.[11]

A escolha, portanto, era limitada de antemão. Quando o bispo de Olinda recebeu um pedido que cedesse sacerdotes de sua diocese para assumirem algumas missões, escusou-se delicadamente, alegando que dificilmente encontraria entre seu numeroso clero padres em condições suficientes para um trabalho tão penoso e de tamanha responsabilidade.[12]

Somente um grande amor pela salvação das almas dos indígenas podia mover o religioso para deixar o calmo e ordeiro ambiente do claustro e embrenhar-se nas incertezas da floresta. Por isso a Província de Santo Antônio concedia aos missionários certos privilégios. Para prevenir, porém, abusos limitou em

1695 a permanência do missionário no mesmo lugar ao período de três anos. Terminado este, era transferido para outro lugar da missão.[39]

Poucos frades conseguiram permanecer longos anos nas missões. No período de 1777-1860, somente cinco franciscanos alcançaram vinte a quarenta anos de vida missionária. Mesmo estes trocam um ou outro triênio pela vida claustral.[40] Muitos desistiram dos trabalhos missionários por motivos de saúde. Não puderam enfrentar as doenças, principalmente as febres, acomodar-se à penúria material e espiritual, suportar o peso da vida selvagem. Na zona do Rio São Francisco as doenças e os casos de morte eram tão freqüentes, que havia continuamente quatro frades em disponibilidade para substituí-los. Até o governo se mostrava complacente, permitindo tacitamente que os missionários fossem excluídos do cômputo do número de religiosos legalmente permitido.[41]

Além da atividade espiritual propriamente dita, que incluía também o cargo de pároco dos índios, o missionário via-se na obrigação de assumir a direção administrativa da aldeia, já que os índios só se preocupavam com o presente e não pensavam no dia de amanhã. Não raro as necessidades materiais causavam tantas preocupações que lhe consumiam a maior parte do dia. De manhã, o trabalho devia ser distribuído, e durante o dia vigiado e dirigido.

Houve por parte do governo a tentativa de encarregar pessoas seculares com a administração das aldeias. Em breve, porém, chegou a constatar maus resultados, porque estas pessoas procuravam seu próprio proveito e exploravam os indígenas.[42] Em 1746, a junta das missões reivindicou então para os missionários a administração total das aldeias.[43]

Em conseqüência da situação patriarcal das missões, o missionário exercia também o cargo de juiz. Ouvia as queixas dos índios. Proferia o veredicto. Vigiava sobre a ordem e a moral públicas. Defendia os direitos dos silvícolas contra a prepotência dos brancos e dos mestiços. Neste ponto, os missionários tinham inteira compreensão e enérgico apoio da parte do arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide, que reservou para si a absolvição dos crimes cometidos contra os direitos humanos, como claramente ressalta das seguintes palavras: «Reter o alheio, cujo dono se não sabe, que exceda a quantia de dez tostões.

Neste caso se compreende reter em seu poder escravos fugitivos ou que se apartaram de seus senhores, ou furtados; e também *a compra ou venda dos índios*, que são livres, quando os cativam para os fazerem escravos, ou para outros fins injustos, ou para se servirem deles; e isto se reserva, ou os índios sejam batizados ou não».[44]

Contudo, o superior da missão só podia mandar julgar e punir em casos leves. Os casos graves eram reservados ao julgamento pelas autoridades públicas.

Várias autoridades possuíam competência para se pronunciarem sobre questões relacionadas com as missões: o Superior Provincial juntamente com o definitório e o visitador das missões, o bispo, a junta das missões, e o governo colonial, que exigia dos índios prestação de serviço militar, em tempo de guerra e nas expedições de conquistas quando deviam estar acompanhados por um missionário, única pessoa em que eles confiavam de modo absoluto. Exigia ainda dos missionários rigorosa administração do patrimônio das missões, e dos índios a aprendizagem de trabalhos profissionais.[45]

Com tantos encargos, o missionário corria perigo de entregar-se demasiadamente aos trabalhos temporais, relaxar-se nos deveres espirituais e naufragar em sua vocação. Não é, portanto, de admirar que houvesse queixas de índios e de visitadores contra alguns missionários.[46]

Para aliviar o peso dos encargos dos superiores das missões, os estatutos provinciais aconselham aos missionários súditos que se coloquem à disposição do superior, e mesmo se encarreguem de algum setor de administração. Na realidade, o superior da missão possuía somente poderes diretivos sobre os súditos, mas nem por isso podiam eles movimentar-se a seu bel-prazer. Deviam reconhecer nele o seu legítimo superior e atuar sob a sua direção.[47]

Tirando lições de más experiências, a direção da Província aconselhava aos superiores das missões que colocassem os seus súditos a par de todos os negócios para que, em casos de ausência, doença ou morte repentina, tudo pudesse continuar normalmente.[48]

O superior devia colocar à disposição de cada súdito um ou dois índios jovens, livres de qualquer outro compromisso, para auxiliá-lo em seus trabalhos. No entanto, se quisessem

mandá-los fazer serviço fora da missão, deviam pedir licença ao superior. Era-lhes também vedado intrometer-se na administração da missão.[58]

Por ordens baixadas em 1739, a Província impôs aos missionários o dever de residirem nas aldeias dos índios e de nelas celebrarem a missa aos domingos e dias santificados; proibiu a celebração de missa em casas particulares a não ser para administração do viático, apesar da existência dum privilégio que permitia aos franciscanos celebrar fora da capela, quando ela estivesse a uma distância de mais pe três quilômetros. Os superiores provinciais aconselhavam os missionários que registrassem anualmente todos os índios que cumprissem o preceito de desobriga, bem como os que se casassem durante o ano. Com a máxima exatidão deviam ser manejados os seguintes livros: do registro de inventário, de batismos, de casamentos, de óbitos, e de receitas e despesas. No arquivo da Província existe, porém, somente o de inventário, feito em 1739.[61]

Nem sempre as Ordens religiosas acatavam a autoridade episcopal sobre as missões. Preferiam apoiar-se nos antigos privilégios papais, como já o fazia o primeiro Custódio, Frei Melchior de Santa Catarina. Em 1732 o rei D. João V queixava-se dos Superiores Provinciais que não requeriam jurisdição para as missões dos índios, não prestavam contas sobre a catequese, apesar de que as missões estavam equiparadas às paróquias, e por isso sujeitas à autoridade dos bispos, nem sequer admitiam visitadores episcopais.[62]

A questão da visitação foi discutida, durante anos. Em 1744, foi severamente instada junto aos bispos e provinciais. Em 1779, a Corte de Lisboa determinou por um decreto real que as missões se sujeitassem à visitação episcopal.[63]

O Provincial dos franciscanos insistira, em 1776, nos antigos direitos. O missionário de Itapicuru teve até um doloroso atrito com o visitador episcopal. Invocou os direitos concedidos pelo papa e o direito de Padroado. Declarou que só desistiria dos privilégios por uma ordem emanada da autoridade real. O Provincial apelou às instâncias superiores. Em 1779, o rei deu ganho de causa aos bispos, e o Provincial sujeitou-se à sentença, em 1780.[64]

8. SUSTENTO DAS MISSÕES

De modo geral, cada missão devia prover a sua subsistência. Cada aldeia dispunha de uma légua quadrada de terras. No entanto, esta área demonstrou-se pequena demais para resolver os problemas. Acontecia que o solo nem sempre apresentava boa fertilidade. As saúvas devastavam as lavouras. Depois da colheita a terra necessitava de recuperação, pois era lavrada a enxada; não recebia adubo; para fazer nova lavoura era necessário deixar crescer o mato, roçá-lo e queimá-lo para que as cinzas servissem de adubo; assim empobrecia sempre mais.

Os missionários queixavam-se freqüentemente sobre a invasão das terras das missões e sobre as devastações causadas pelo gado dos fazendeiros. Os índios queixavam-se de que não podiam criar gado suficiente, porque a légua quadrada não comportava mais do que oitenta famílias e uma população de mais de trezentas pessoas. A caça, seu principal alimento, minguava sempre mais.[65]

As missões franciscanas recebiam extraordinário auxílio da família Dias d'Ávila que diariamente doava um boi a uma aldeia.[66] Provia também as capelas de paramentos; pois assumira sobre as mesmas uma espécie de padroado. Possuía grandes territórios e tinha possibilidades de fazê-lo.

Depois de acerbas discussões com os jesuítas, esses grandes proprietários resolveram viver em paz com as ordens religiosas. Davam, no entanto, preferência aos franciscanos. Mas, apesar dos seus generosos auxílios, não conseguiram vedar os olhos aos missionários para não verem certas injustiças cometidas pelos Dias d'Ávila. O Superior Provincial recorreu à Corte contra a invasão dos terrenos reservados às missões. No dia 24 de maio de 1757, recebeu despacho favorável e autorização de mandar medir novamente a légua quadrada das missões prejudicadas.[67]

Os auxílios do governo colonial para o culto divino, chamados «ordinária», deviam ser especialmente requeridos para cada nova missão. Em 1707, Frei Cosme do Espírito Santo requereu o respectivo dinheiro para todas as novas missões na região do Rio São Francisco.[68]

As penosas viagens dos missionários desde o litoral até as missões eram feitas por conta do «viático» estatal, i. é, o governo as pagava. Além desse, o governo concedia muitos outros benefícios a favor das missões, como, p. ex., a isenção dos impostos alfandegários.[69] Mesmo a autorização para construir con-

ventos fora dada a título de promoção da catequese entre os índios. Esta licença foi suspensa em 1590, sob a alegação de que três conventos eram suficientes para promover a implantação da fé.[61] Em 1779, os franciscanos insistiram com o governo para que facilitasse a recepção de noviços, porque por falta de novas forças diversas missões estavam mal providas. Para sete missões havia somente nove missionários, enquanto que antes cada uma contava com dois.[64]

As rendas já não eram suficientes para o sustento das missões. Tornara-se necessário criar novas fontes. Sem abandonar a lavoura, os índios iniciaram a aprendizagem de profissões manuais. Tornaram-se oleiros, produzindo artefatos de barro, pedreiros, carpinteiros, tecelões, vaqueiros que tangiam o gado para o litoral, barqueiros, etc.[65] No entanto eram vedados trabalhos fora da missão que durassem mais de quinze dias. A observância dessa proibição era insistentemente recomendada aos missionários.[66]

Para evitar a falta de pagamento pelo transporte de gado, os missionários sentiam-se obrigados a exigir seu adiantamento em dinheiro ou em mantimentos. Deviam também providenciar que ao menos a terça parte dos homens permanecesse na aldeia.[67] As moças só podiam aceitar emprego doméstico em casas de brancos quando vigoravam na família bons costumes e a lei moral.[68]

Os índios acostumados à vida nômade e imprevidente necessitavam de educação para a responsabilidade no trabalho e na aplicação do salário, ganho dentro ou fora da missão. Os ganhos eram aplicados em três finalidades: 1) no culto e na conservação da capela; 2) no sustento dos missionários; 3) em vestuário e medicamentos. Os balancetes deviam ser assinados por dois missionários e apresentados ao Visitador e Definitório.[69]

Ainda que as seguintes propostas não se refiram exclusivamente aos franciscanos, queremos aduzi-las por motivos de importância e clareza. Na sessão da junta das missões do dia 31 de março de 1746, os religiosos propuseram que os índios concorressem para o sustento dos missionários com uma quarta de farinha de mandioca e um pouco de peixe, enquanto que as respectivas Ordens religiosas cuidariam do vestuário que, por sinal, não era barato. O representante do bispo de Olinda contentou-se em aprovar uma contribuição sem estipular a quantidade.

Não pensava assim o governo. Apelou para o espírito apostólico dos fundadores das missões e se queixou da falta desse espírito nos missionários atuais. Concordou finalmente que os índios contribuíssem para o sustento dos missionários, mas livremente, sem imposição. Manifestamente colidiam aqui dois interesses, o do governo e o dos missionários. Pois consta dum documento de 1742 a exigência de que os índios começassem a pagar o dízimo no prazo mais breve possível. Para isso deviam ser civilizados pelos missionários e o governo os igualaria aos brancos. Desta maneira acabaria o ódio dos índios aos brancos.[70]

9. SUCESSO E DECADÊNCIA

As fontes franciscanas até agora conhecidas nada apresentam sobre os resultados espirituais dessa época missionária. Somente referências ocasionais de autores antigos e modernos permitem suspeitar grandes frutos na vinha do Senhor.

Euclides da Cunha conta: «Em 1702, a primeira missão dos franciscanos disciplinou aqueles lugares (Jeremoabo), tornando-se mais eficaz que as ameaças do governo. O afluxo dos silvícolas captados pela Igreja foi tal que num só dia o vigário de Itapicuru batizou 3.700 catecúmenos».[71]

Há quem insinue que os missionários castigavam e maltratavam os índios demasiadamente e por isso tiveram poucos resultados. A junta das missões, no entanto, vê a causa na volta dos índios aos costumes e às festas pagãs. Pois, já no início da época missionária, Frei Vicente do Salvador queixava-se sobre a inconstância dos índios na fé cristã.[72]

Quanto ao número dos índios sob os cuidados dos franciscanos só pode ser calculado aproximadamente. Era praxe constituir aldeias com cem famílias, cuja população contava com 375-400 pessoas. Segundo este cálculo, a província franciscana devia estar atendendo em suas quinze missões, no ano de 1705, entre 5.625 a 6.000 almas. Provavelmente o número era bem maior, pois existiam aldeias até com 200 famílias.

Os dados da junta das missões de Pernambuco, fornecidos em 1729, são muito duvidosos. Naquele ano, tomou-se a resolução de transferir a população de algumas missões para outras. As vinte e cinco famílias de Una deviam ser transferidas

para Santo Amaro em Alagoas, que contava com cinqüenta. Na realidade, no ano de 1740, todos os agrupamentos de Sirinhaém, do sul de Pernambuco, estavam reunidos em Una. As trinta famílias de Pontal deviam unir-se às trinta de Zorobabé e às 25 de Coripós. As no mínimo 30 famílias de Unhunhu deviam transferir-se para Curral dos Bois. [13]

Estes dados não correspondem aos de 1759, que falam de aldeias franciscanas com 150 e 200 famílias de indígenas. [14] A proposta de reunir diversas missões só se concretizou de imediato em Una. Quando a missão do Pontal foi supressa e se tentou transferir os seus habitantes para Aricobé, 121 índios opuseram-se e fugiram para Juazeiro, na Bahia.

Houve um plano de entregar as missões ao clero diocesano e transformar os religiosos em missionários itinerantes. Pretendeu-se chamar os afamados missionários franciscanos de Varatojo, em Portugal, e encarregá-los de peregrinarem continuamente de missão em missão. Mas todas as ordens, inclusive a franciscana, se opuseram a tal idéia, porque seria impossível dar aos índios a necessária instrução. [15]

O número máximo de missões atendidas pelos franciscanos chegou a dezoito, no ano de 1702. Várias delas estiveram pouco tempo sob a sua orientação, e novas eram aceitas. Em 1752, eram apenas 13. Depois da paralisação das missões em Pernambuco, ocorrida em 1760, sobraram sete e continuaram a diminuir. [16]

Originariamente, cada missão contava no mínimo dois missionários. Com a exigência do governo de limitar a admissão de noviços, seu número decaiu a tal ponto que as aldeias missionárias deviam contentar-se com um padre apenas. [17] A maior parte dos missionários caiu no esquecimento. Dos 300 missionários que devem ter pertencido à Província de Santo Antônio, no correr dos anos 1679 a 1863, somente 120 são conhecidos nominalmente. Dos nomes que constam, uns encontram-se em documentos da Província, outros em livros de batizados, arquivados nas cúrias diocesanas.

Com o tempo, os brancos e os mestiços, fixando residência nas aldeias e suas redondezas, tornaram-se majoritários. Sendo atendidos pelos missionários da mesma forma como os índios, as aldeias passaram a ser elevadas à categoria de paróquias. De 1790 em diante, os missionários recebiam a provisão de párocos, mesmo nas aldeias que ainda não constituíam paróquias. [18]

Em 1832, o arcebispo da Bahia conseguiu do Visitador a anulação do poder do Definitório Provincial de nomear missionários. Desta maneira, a Província perdeu a influência na administração das missões e foi perdendo também a simpatia do governo, conquistada pelos trabalhos de catequese dos índios. [19]

Jeremoabo, já em 1718, passara a ser paróquia e recebera um padre secular para pároco. Em 1840, chegou a vez de Juazeiro, que continuou durante um ano a ser administrado pelo último missionário Frei Antônio de São Sebastião. Hoje é sede de bispado. Pambu foi sede paroquial por pouco tempo. Curral dos Bois, atualmente Santo Antônio da Glória, foi elevado à paróquia em 1842.

O último missionário de Jacobina, Frei José da Encarnação Silvestre, faleceu em 1859. Era venerado pelo povo como um santo. Sua memória perdura até hoje, pois no centenário de sua morte a rua principal que liga a cidade à antiga missão de Bom Jesus da Glória recebeu o seu nome.

A última missão, a de Sahy, extinguiu-se pela morte do veterano Frei Antônio da Trindade, em 1863. As capelas das missões, que não foram elevadas a paróquia, passaram ao patrimônio paroquial, enquanto as terras, com exceção de Juazeiro, passaram ao município ou ao estado.

No fim desse relatório sobre o segundo período das missões da Província de Santo Antônio, cujos trabalhos os cronistas deixaram de anotar, queremos aduzir testemunhos de bispos, reis e escritores.

O rei D. João V, por um alvará datado de 30 de agosto de 1707, tomou sob sua proteção a Província de Santo Antônio, em vista dos exemplos e das virtudes dos seus religiosos e dos trabalhos realizados entre os índios. [20]

O arcebispo da Bahia, D. Monteiro da Vide, escreveu no dia 8 de janeiro de 1715:

> «Os muito Rev. Pes. Capuchos desta Província do Brasil, com seu grande zelo do serviço de Deus N. Senhor e bem das almas, assistiram já nas ditas aldeias (Jeremoabo e Massacará) e em outras várias». [21]

Pedia que continuassem o seu meritório apostolado.

D. José Fialho, bispo de Olinda, em 1703, num relatório à Santa Sé elogia os jesuítas, os carmelitas e os franciscanos com as seguintes palavras: «... os Jesuítas, Carmelitas e Franciscanos exercem o múnus nas colônias de índios com satisfa-

ção que é conhecida e bastante patente, todos dignos na verdade das ocupações deste ministério». [82]

No fim do século XIX, Euclides da Cunha escreve:

«A rara abnegação dos franciscanos introduziu os índios na civilização». [83]

E mais abaixo:

«Cada aldeia era um reduto contra os índios bravos». [84]

Terminando com o juízo que também para os nossos bandeirantes seráficos significa um elogio irrefutável:

«Prevalece na bacia do São Francisco o aborigine, sem os brancos e pretos dirimirem a influência dos indígenas». [85]

Mas todos estes testemunhos, dados por pessoas estranhas, apresentam apenas uma pálida imagem da cruel realidade enfrentada durante 180 anos pelos seráficos apóstolos da fé, cuja maior parte depois da morte caiu nas trevas do esquecimento e entrou no rol de heróis anônimos. [86]

Quem percorrer no lombo do cavalo ou do burro os centros das antigas missões do subdesenvolvido interior nordestino, pode imaginar a soma de sacrifícios, penúrias e trabalhos, que os nossos antepassados suportaram para implantar o reino de Deus no meio de povos primitivos, selvagens e nômades.

NOTAS

1-4. Introdução etc.

[1] Jaboatão, II, p. 801-803.
[2] Frei Venâncio Willeke, O.F.M., *A Província de S. Antônio através de suas Estatísticas 1585-1892*, in *Studia* nº 18 (1966), p. 193-207.
[3] Salvador, p. 453s. Frei Vicente do Salvador foi preso pelos batavos em 1624.
[4] Ibidem, p. 343.
[5] Ibidem, p. 456. Das missões do Grão-Pará trataremos abaixo.
[6] APR 41, II. 41.
[7] Salvador, p. 209s.
[8] Conceição-Primazia, p. 46.
[9] Leite V, p. 281.
[10] APR 44, "A cada aldeia sempre se dará uma légua quadrada, situando a aldeia à vontade dos índios, não dos sesmeiros ou donatários".
[11] Frei Martinho-Edelweiss, p. 119.
[12] Cunha, p. 12.
[13] Lourenço Pereira da Silva, *Memória Histórica e Geográfica sobre a comarca do Bonfim*, Bahia 1915, p. 80.
[14] Archivum Secretum Vaticanum — Congregatio Concilii — 1680 (ms), *Relatório de 6-VIII-1680*.
[15] AHU — *Pernambuco avulsos*, cx. 7, 1680-1686. Documento de 29-I-1681.
[16] Jaboatão, II, p. 802.
[17] Pereira da Costa, III, p. 53s e IV, p. 409.

[18] Ibidem, III, p. 53. — Além dos dois missionários citados, constam os nomes de Frei Manuel dos Santos e Frei José da Visitação (1697); Frei Plácido da Purificação falecido em Una (1727), Frei José do Desterro (1728) e Frei Lino da Cruz (1735 e 1738).
[19] *Documentos Históricos* (cit. *Doc. Hist.*), Rio de Janeiro, vol. 28 (1934), p. 42s.
[20] Arquivo Histórico Colonial de Lisboa (cit. *Arqu. Col.*), *Documentos do século XVII*, nº 4267-4269 de 6 de agosto de 1699 e 25 de janeiro de 1700. — AHU — *Pernambuco, avulsos*, cx. 10 (1698-1700).
[21] José Antônio Gonçalves de Mello, *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano*, Recife 1966, p. 2s.
[22] Pereira da Costa, vol. IV, p. 498.
[23] Idem, vol. V, p. 83 e 169. — Jaboatão, II, p. 802.
[24] Epaminondas Câmara, *Datas Campinenses*, João Pessoa 1947, p. 11. Elpídio de Almeida, *História de Campina Grande*, Campina Grande 1962, p. 36.
[25] Jaboatão, II, p. 803.
[26] Pereira da Costa, vol. VI, p. 417.
[27] Jaboatão, II, p. 803. — O fato que se deu enquanto Jaboatão terminava sua obra, mereceu apenas esta apreciação: "As mais que fazem o número de treze [missões] acima, se conservaram todas até estes anos passados de 1760 para 1761, em que com permissão do Sr. Bispo de Pernambuco e mandado de seu governador (dizem eles que por ordens particulares del-Rei), foi despachado do Recife um cabo de milícia com esquadra de soldados a expelir das missões daqueles seus distritos a todos os Religiosos que nelas assistiam o que com efeito se executou" (ibidem).
[28] Barão de Studart, *Coleção de Documentos*, II. 6 (ms). A cópia não cita fontes originais.
[29] APR 91, fl. 39.
[30] Em 1722, a aldeia de Sahy fora promovida a sede de termo, razão por que os franciscanos pretenderam construir um convento mais espaçoso para os missionários em trânsito. Mas o governo proibiu a iniciativa sem ouvir as justas razões dos requerentes.
[31] Leite, vol. V, p. 270-315.
[32] Ibidem, vol. V, p. 299ss.
[33] Frei Martinho-Edelweiss (apêndice, p. 13, datando de 1702 a saída dos últimos capuchinhos franceses da Bahia).
[34] Ao ensejo da visita pastoral à zona do São Francisco, feita por volta de 1694, o arcebispo da Bahia Dom João Franco de Oliveira convenceu-se das opressões, usurpações e outras injustiças de que eram vítimas os índios, pedindo em seguida providências do governo para ser criado maior número de missões. Afonso Costa, *História da Jacobina*, in *Jornal do Comércio*, Rio 31-8-1952.
[35] Eduardo Dias, *Para a História dos Ávilas na Bahia*, in *Anais do 1º Congresso de História da Bahia*, vol. II, Salvador 1950, p. 372 e 385. AHU — Papéis avulsos da Bahia (27-XI-1699).
[36] Ibidem, p. 372ss. A administração dessas missões pelos franciscanos parece ter sido de pouco tempo, visto que não consta dos arquivos franciscanos. Rodelas foi ainda curada pelos frades menores em 1821. Cf. Frei Martinho-Edelweiss (apêndice), p. 43.
[37] Eduardo Dias, o. cit., p. 385ss.
[38] Frei Martinho-Edelweiss, p. 185.

5-9. Missões e Missionários em particular etc.

[1] João Fernandes da Cunha, *Município de Juazeiro, BA, Memórias*, in *Anais do 1º Congresso de História da Bahia*, Salvador 1950 (separata), p. 25s.
[2] *Documentos Históricos*, vol. XLII, p. 336.
[3] João Fernandes da Cunha, o. cit., p. 16s.
[4] *Livro de registro das Leis e todos os seus artigos*, nº 1 (Câmara Municipal), fl. 60v (ms) (cit. *Registro*).
[5] João Fernandes da Cunha, o. cit., p. 23.
[6] Jaboatão, II, p. 274.
[7] J. F. Cunha, o. cit., p. 17s.
[8] João Matos, *Descrição do Município de Curaçá 1918*, apud J. F. Cunha, p. 17.
[9] Pedro Calmon, *História da Casa da Torre*, Rio 1939, p. 113 e APR 44, p. 107s.
[10] José Antônio Caldas, *Notícia Geral de Toda a Capitania da Bahia*, Bahia 1950, p. 60s.
[11] F. Martins, *Viagem pelo Brasil*, Rio 1938, II, p. 530ss.
[12] Registro (ms), fol. 60.
[13] J. F. Cunha, o. cit., p. 19.
[14] Registro (ms), fol. 52v.
[15] Ibidem, fol. 60 e 60v.
[16] *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, ano 1898, vol V, p. 58.
[17] Registro (ms), fol. 40s.
[18] *Livro de Expediente da Câmara dos Vereadores de Juazeiro* (ms), s. ind. de fls.
[19] J. F. Cunha, o. cit., p. 20.
[20] Ibidem.

[21] Jecobina figura aqui como termo genérico, não de localidade.
[22] Leite, vol. V, p. 281. — *Doc. Hist.*, tomo VII, p. 248, relata que em 1666 o Pe. J. Rolant, S.J., vai à missão de Jacobina.
[23] Afonso Costa, *História da Jacobina*, o. cit., sem indicar a fonte.
[24] Jaboatão, II, p. 802. — Apolinário-Primazia, p. 177.
[25] Urbino Viana, *Bandeiras e Sertanistas Baianos*, S. Paulo 1935, p. 82.
[26] Ibidem, p. 76.
[27] *Doc. Hist.*, tomo 44, p. 352.
[28] Frei Martinho Edelweiss (comentário), p. 31.
[29] José Antônio Caldas, o. cit., p. 60.
[30] APR 91, fol. 87-88v.
[30a] Frei José da Encarnação de fato residia na missão desde 1810. APR 8.
[31] APR 60, fol. 9. — APR 55.
[32] APR 57.
[33] APR 8.
[34] APR 89, nº 3.
[35] APR 8.
[36] APR 89, nº 3.
[37] APR 8.
[38] APR 12, fol. 8.
[39] Arquivo Diocesano de Bonfim (BA) — *Livros de batizados de Jacobina, freguesia nova de S. Antônio.*
[40] APR 59. — APR 21, p. 24ss.
[40a] Cf. Maria do Carmo Tavares de Miranda, *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*, Recife 1969.
[41] Frei Martinho-Edelweiss, p. 83.
[42] Arqu. Col. 58, fol. 22. A declaração do bispo feita ao ensejo da sessão da junta das missões data de 10-12-1739.
[43] *Atas Capitulares da Província Franciscana de S. Antônio do Brasil, 1649-1893*, in *RIHGB*, vol. 286, p. 111 (atas de 1695).
[44] Os 5 missionários eram Frei Antônio do Desterro, missionário de 1808-1841; Frei Antônio de Santa Clara, missionário de 1814-1849; Frei Florentino da Sacra Familia, missionário de 1820-1841; Frei Sebastião de S. Antônio, missionário de 1828-1852; Frei José da Encarnação Silvestre, missionário de 1810-1859.
[45] AHU — *Avulsos de Pernambuco* — cx. 68 (ms).
[46] APR 39, vol. 2, fol. 17. — APR 44, p. 81.
[47] Arqu. Col. *Manuscritos das colônias*, p. 122ss.
[48] *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia... propostas e aceitas em o sinodo diocesano de 12-VI-1707*, Coimbra 1720, c. 177; cf. Orlando Schulte, O.F.M., *De Primis Archidiocesis Bahiae Constitutionibus anno 1707 promulgatis*, Romae 1962, p. 149-150. Enquanto D. Sebastião da Vide deu minuciosas diretrizes para a pastoral dos escravos negros do Brasil, limitou-se a ressaltar apenas os direitos humanos dos índios.
[49] APR 128, fol. 107, 109, 110, 115.
[50] O número das secularizações e apostasias toma vulto, desde que o governo colonial limitou a aceitação de noviços (1764).
[51] APR 91, fol. 31v.
[52] APR 91, fol. 32r.
[53] APR 91, fol. 32r-v.
[54] APR 91, fol. 31r-v.
[55] APR 91, fol. 3.
[56] APR 125, fol. 32 e 34.
[57] APR 125, fol. 32. APR 91, fol. 58-66v. — Quando o arcebispo da Bahia, D. Sebastião da Vide, em 1715, pedia aos franciscanos prosseguissem na catequese de Massacará e Jeremoabo, declarou-se de acordo que os missionários ficassem independentes do vigário daquela zona e do visitador episcopal (APR 44, p. 112).
[58] Arqu. Col. 133-138.
[59] Jaboatão, II, p. 274. Como benfeitor dos franciscanos, Garcia de Ávila dispôs em 1734 que depois de morto fosse sepultado diante do altar de Nossa Senhora da Igreja de S. Francisco de Salvador, onde se conserva a sua campa sepulcral com o brasão da família.
[60] APR 91, fol. 35.
[61] APR 39, vol. II, p. 19.
[62] Ibidem, p. 1s, 6, 17.
[63] APR 39, vol. 1, p. 3.
[64] APR 40, p. 60-64.
[65] APR 91, p. 1ss. Inventários de 1739.
[66] APR 39, vol. II, fol. 18, com data de 11-I-1701.
[67] Arqu. Col. vol. 20 (data de 16-IX-1739).
[68] Ibidem, 120, cap. 31-39.
[69] APR 91, fol. 32 de 22-VI-1739.
[70] Arqu. Col. 122-128 e 133.
[71] Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Rio 1940, p. 102 (citado *Cunha*).
[72] Arqu. Col. 18, vol. 12 de 16-IX-1739.
[73] Ibidem, 1-24, fol. 27s. — Juazeiro conta apenas 65 famílias.

[74] José Antônio Caldas, o. cit. 60s. Juazeiro contava em 1759 cem famílias.
[75] Arqu. Col. 65s de 18-V-1747.
[76] APR 1, fol. 168-173 e 175-194.
[77] AHU — *Avulsos de Pernambuco*, cx. 68 doc. de 11-XI-1779.
[78] APR 1, p. 220.
[79] Tábua capitular de 1832 in APR.
[80] APR 119, p. 27. — Jaboatão, II, 783.
[81] APR 44, p. 112.
[82] Archivum Secretum Vaticanum — Congreg. Conc. 1730 — *Resumo do Estado geral do Bispado de Pernambuco* (cópias no IHGB).
[83] Cunha, p. 101.
[84] Cunha, p. 103.
[85] Cunha, p. 103s.
[86] Visto que a praxe missionária dos franciscanos não é mencionada por Jaboatão, deve ter sido a mesma do tempo da custódia, de 1585 a 1619.

IV

Missões da Província da Imaculada Conceição 1692/1830

INTRODUÇÃO

Desta época de ação missionária dos franciscanos no sul do Brasil tratam manuscritos e publicações. Os manuscritos são os Livros de Tombo da Província da Imaculada Conceição e dos conventos de Taubaté e Itanhaém. Entre as publicações de Frei Apolinário da Conceição destacamos *Epitome da Provincia Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, in *RIHGB* (1972), *Primazia Seráfica* (1733), *Claustro Franciscano* (1740) e as mais recentes obras de Frei Basilio Röwer, O.F.M., *Páginas de História Franciscana do Brasil* (1941).[1]

Este novo capítulo baseia-se nas obras supra e sobre fontes novas e até hoje inéditas. Antes da Custódia passar para a Província (1675), bem antes mantinha missões entre os índios, por exemplo, nas imediações de Vitória do Espírito Santo, onde o irmão Frei Pedro Palácios, O.F.M., de 1558 a 1570, atuou como catequista e ermitão; e em 1591 por frades de Vitória[2] e a partir de 1608 pelos do Convento de Santo Antônio da Guanabara. Este Convento (fundado por Frei Vicente do Salvador) dedicava-se também à civilização dos índios na vasta região que do Espírito Santo vai a S. Paulo. Entretanto, nos casos citados trata-se de missões peregrinantes, por visitas periódicas.

Consta que esta Província nos últimos decênios do século XVII ocupava mais padres entre os índios que todas as outras ordens juntas. Explica-se. Havia por aquele tempo doze conventos no sul, ainda mais que a invasão no norte, dos holandeses, por vinte e quatro anos, obrigara os franciscanos a concentrar suas atenções na parte meridional.[3]

No sul, a política dos franciscanos era a mesma: fundação de missões no interior, evitando trazer os índios para o litoral.

Assim garantia-se melhor a liberdade dos aborígenes, a colonização do interior, a segurança dos colonizadores e o comércio com as tribos das colônias espanholas.

A juizo do general Salvador Correia de Sá e Benevides, jesuitas e franciscanos eram os melhores missionários; pois que «a experiência mostra que só eles conseguem manter os índios agrupados, observar as leis reais contra a escravidão, quando que outros as negligenciam».[4] Além das missões peregrinantes assistiam continuamente a poucas aldeias, de que falaremos mais adiante. Dos resultados não há estatísticas, nem mesmo das tribos e vilas favorecidas.

Qual a razão de tantas missões peregrinantes em detrimento de aldeamentos permanentes? Decerto porque as tribos e aldeamentos eram tão numerosos que em excursões apostólicas melhor e mais eram atendidas.

O que melhor se coadunava com a vida religiosa, do que os hospícios de dois a quatro religiosos onde se tornava impossível observar uma disciplina mais rigorosa. Já os missionários ambulantes voltavam periodicamente ao convento e à disciplina monástica costumeira, de que muito se exigia naquela época de florescimento da vida regular franciscana. Os carmelitas, por exemplo, iam ao ponto de recusar catequização, ou abandoná-la, se dentro de suas obrigações de abstinência de carne não conseguiam alimentação à base de peixe. Inegavelmente mais valia este sistema do aldeamento do que as missões itinerantes, pelos rendimentos que oferecia quanto à assimilação das práticas e doutrina cristãs.

Se os frades dilatavam demais a aceitação dos aldeamentos, e o governo colonial, ou administração distrital tardiamente lhos oferecia, sem dúvida entravam em questão as tristes experiências da Custódia, nos anos de 1585 a 1619, levadas com os funcionários do governo. Fugiam de aceitar, para evitar eventuais e iguais contratempos. Eis que o primeiro aldeamento aceito foi o de S. João do Peruíbe.[5]

As circunstâncias nas missões eram mais ou menos iguais, quer no Norte, quer no Sul. Pouco se diferenciavam os índios daqui dos de lá. Nômades ambos, de baixo estágio de cultura. O sistema de pastoreio missionário deve ter sido uniforme, já que os franciscanos da Paraíba até S. Paulo, até a ereção da Província do Sul, em 1675, pelo período de 1585, obedeciam a uma e mesma direção e orientação provincial. Certo que uma

ordem regular aceitava as boas experiências das outras; certo também que a junta das Missões, do Rio de Janeiro, exercia sua influência sobre os métodos adotados pelas ordens desses missionários.

A situação geográfica no Sul favorecia bem mais. Menores as distâncias, menores as ausências dos conventos. O clima subtropical não encerrava os mesmos perigos de epidemia como no Norte. Nem por isso a vida missionária era destituída de enormes e sobre-humanos sacrifícios.

A perseguição religiosa da parte do Marquês de Pombal e a redução do número de noviços rendeu para o Sul menos dificuldades que ao Norte. Menores eram as missões. Nem foram os missionários, ao contrário do que acontecera em Pernambuco e Alagoas, afastados com violência de seus postos. A falta de renovação em força jovem, quando a Província entrou no caminho do colapso, prejudicou. Nem mesmo no Império as condições melhorariam. [6]

As subvenções eram de 30$000 anuais no Norte e de 25$000 no Sul. A extensão das terras das missões variava. De uma légua quadrada para cima.

Na Província do Sul, os missionários recebiam alguns privilégios, e passado certo número de anos na catequese facilitava-se a ascensão a cargos mais elevados.

Em favor de uma administração uniforme levou-se em 1745 um Regimento dos missionários composto de 17 capítulos, objeto de crítica por alguns escritores, espantados pelas severas prescrições feitas aos índios, que lhes sabem atentados à liberdade. [7] De que tratava o Regimento? Impunha aos índios a obrigação de comunhão pascal, proibia aos superiores o envio de índios para fora das missões a trabalhar para estranhos. Nenhum forasteiro podia pernoitar na missão, sem licença do superior. O índio que, obtida a licença, trabalhasse fora entregaria a terça parte do salário, em favor da reforma da capela. As ordens deviam ser cumpridas rigorosamente.

A crítica mais severa incide sobre a proibição de comércio com estranhos. Proibição salutar, válida ainda hoje, dada a ingenuidade do índio frente ao civilizado, dono de mil astúcias. Ao homem refinado do atual século doem mais as penas previstas. Entretanto, diferentes eram os índios, e pelas inconstâncias de seu temperamento careciam de sanções.

I. SÃO JOÃO DO PERUÍBE (1692-1803)

No atual estado de S. Paulo existia, 12 km ao sul de Itanhaém, antiga redução de índios chamada de S. João do Peruíbe, ou S. João de Itanhaém ou do Cai. De sua origem não há certeza. Outros regulares, anteriormente aos franciscanos, nunca a administraram. Entretanto, todos eram batizados. Por um século, a administração fora civil. Injustiças tremendas ocorreram, que os índios, em grande parte, fugiram, até que as queixas alcançaram a Corte de Lisboa. Esta obrigou o governo de S. Paulo a tomar providências. Saiu a Lei de 1º de abril de 1680, garantindo-lhes a liberdade. Para a fiel execução da lei exigiam as autoridades o retorno dos índios às reduções. Daí surgia a necessidade de se lhes dar assistência religiosa. Para simplificar entregavam aos missionários também a administração civil.

O governador de Itanhaém, Martim Garcia Lumbría, encarregava a 16 de novembro de 1692 ao guardião do convento de Itanhaém Frei Salvador do Rosário. Então se fez o levantamento. Havia 119 índios, e diversos fora. A capela de tão pobre não tinha nem um cálice. [8] Por seis anos reclamaram os franciscanos a devolução dos índios de S. João, aos colonos. Inutilmente. Levada a queixa ao governo, veio a 16 de setembro de 1698 a portaria que lhes confirmava novamente a administração civil e religiosa, determinava a volta de todos os índios, a defesa das terras das missões, elogiando as atividades anteriores. [9]

Contra os protestos da Câmara de Itanhaém, o guardião Frei Antônio dos Arcanjos executava a portaria, e em demonstração pública, em favor dos direitos da missão, tomava posse novamente a 18 de dezembro de 1698 da missão de São João de Peruíbe.

Em lugar do superior do convento de Itanhaém, que oficialmente fora encarregado da administração, veio, pela Província, a nomeação dum superior próprio, coadjuvado por três sacerdotes. [10]

Na proporção em que voltavam os índios à redução, e esta progredia, sentiam os opulentos colonos a falta de mão-de-obra barata. [11] Os vereadores de Itanhaém vingaram-se dos franciscanos, e expulsaram-nos sem mais, a 16 de abril de 1714, para poder explorar novamente os índios, embora estes, em documento oficial, testemunhassem que sempre tinham sido bem tratados e instruídos na doutrina cristã. [12]

Os franciscanos representaram contra a Câmara e principalmente contra seu próprio síndico, funcionário público também, que tentava apropriar-se de determinadas terras do convento. A 2 de junho de 1714, os culpados eram condenados e os franciscanos reintegrados em suas funções. Dali em diante, houve sossego. Para evitar idênticos contratempos urgiam os missionários completa separação entre índios, brancos e mamelucos, com que se evitava muita confusão por parte de inescrupulosos colonos. Tal atitude ainda hoje é mal compreendida e mal interpretada por escritores adversos à religião.[13] A administração é autônoma, constituída por juízes, prefeitos e comandantes nomeados pelos missionários. A missão deve ter acabado pouco depois de 1803. A afirmação de Benedito Calixto, de que a capela ruíra já em 1761 e as imagens teriam sido transportadas a Itanhaém, não tem base maior.[14] Suas informações vêm da tradição popular.

Atualmente desta redução existem umas poucas ruínas.

2. SÃO MIGUEL PAULISTA (1698-1803)

A aldeia de S. Miguel Paulista já vem citada em 1567 pelo Pe. José de Anchieta. Dista 30 km da cidade de São Paulo, e teve também a designação de Ururaí, rio adjacente, em cujas margens estão suas terras. Estas datam de 1580. Em 1583, os jesuítas aceitavam S. Miguel com 500 índios. Não moravam, porém, entre eles, e sim no colégio em S. Paulo, donde vinham de duas em duas semanas.[15] Sofriam ataques dos Tupiniquim e dos brancos, além de muitas perseguições, pela defesa que assumiam em favor da liberdade dos índios. Em 1612, eram expulsos definitivamente.[16] Uma administração civil explorou os índios de tal forma, que o governo se viu obrigado a instituir os franciscanos como seus missionários.

O arquivo da ordem silencia sobre S. Miguel até 1716, quando, como se relata, o superior representou junto ao Bispo do Rio de Janeiro contra os ataques e raptos dos índios de S. Miguel, e este lançava a pena de excomunhão. Até 1765, atuavam três franciscanos, depois só dois, e em 1784 um só.[17]

O número de aldeados oscilava, embora em 1698 voltassem muitos. Em 1718 chegavam 200 de fora.[18] Frei Apolinário da Conceição em 1730 se insurge contra o ato dos governantes, que duma só vez caçaram 300, depois mais de 160 para trabalharem no garimpo do ouro. Isso aconteceu também com grupos menores. Mais de 300 dessas pessoas não voltariam jamais.[19]

No período de 1713 a 1733, os franciscanos tiveram que defender as terras contra a cobiça dos colonos. O superior apelou para o Conde de Sarzedas e obteve ganho de causa, nesse ano de 1733.[20]

Frei Apolinário refere da vida religiosa: missas quotidianas, incluindo-se as solenes; a devoção do rosário; recepção dos sacramentos, pela manhã e à noite o ensino da doutrina, principalmente às crianças, arrematando com a novena. Havia também as muito apreciadas irmandades.[21]

O superior Frei Miguel de Santa Bárbara (1726), exclusivamente ele, tinha direito de voto no Capítulo Provincial, e podia propugnar pelos interesses de seus confrades missionários.

De 1745 em diante, rareiam as notícias de S. Miguel. O último superior nomeado no Capítulo de 1802 é Frei Francisco de Santa Emerenciana.[22] A capela, construída pelos jesuítas em 1622, sobreviveu a todas as peripécias e até recentemente servia de igreja matriz.

3. SANTO ANTÔNIO DOS GUARULHOS (1699-1758)

Beneditinos, jesuítas e capuchinhos já haviam pastoreado os índios Guarulho, quando em 1699 os franciscanos foram substituir os capuchinhos franceses expulsos do Brasil.[23] A missão de S. Antônio dos Guarulhos está situada às margens do rio Paraíba, onde se localiza a cidade de Campos, no extremo norte do Estado do Rio de Janeiro.

Logo de início, os franciscanos se obrigaram a construir um hospício novo. A capela continuou como estava.[23a]

De quatro a seis sacerdotes lotados na catequese da aldeia davam assistência aos índios das vizinhanças. O primeiro superior de que temos notícia é o padre mestre Frei Antônio da Piedade Monção, que de 1700 a 1710 desenvolveu atividade frutuosa. Muitas vezes visitava os índios de fora, geralmente pagãos, pregando-lhes o Evangelho e os convidava a se passarem para a missão de Guarulhos.[24]

Houve uma vez uma epidemia. Muitos índios fugiram para as matas, de medo que o batismo a tivesse provocado. Com grande esforço dispendido, vencida a epidemia, conseguiu Frei

Antônio trazê-los de volta. Sua fama atingiu a corte de Lisboa. O rei o elogiou publicamente e ofertou à Missão significativa esmola. [25]

Frei Miguel de Santo Antônio e Frei Antônio da Apresentação eram de igual estofo. Este narra que em 1726 a pregação se fizera em 72 malocas dos bravos Coroado, e 25 deles passaram a viver na Missão. [26] Posteriormente índios catequizados, acompanhados de um intérprete, procuraram-nos para convencê-los a se filiarem em nova missão, encontrando porém índios fugidos da missão que envenenavam os Coroado contra os missionários. Afinal e a custo parece que assim se fez, pois há notícia de que em 1729 novo patrimônio se constituiu de 6 léguas quadradas de terras. [27]

Em 1730, estourou uma briga entre jesuítas e os índios da missão, devido às terras. À notícia de que a Companhia obtivera ganho de causa revoltaram-se, pondo fogo nas palhoças e destruindo as plantações. Os inimigos da missão, por intrigas, incriminavam o superior Frei Antônio da Apresentação, como mandante da insurreição. Injustamente, porém. Os índios foram coagidos nos seus depoimentos. O padre mestre acabou sendo retirado de Guarulhos, mas simultaneamente foi-lhe atribuída, pela direção da Província, a dignidade definitorial, em virtude de sua atuação apostólica. [28]

Parece que, de 1730 em diante, não entraram novos índios para as reduções de Guarulhos, de forma que o número dos habitantes foi se reduzindo. Os peritos de então opinavam que em 20 anos se decretaria a decadência duma missão, se não sobreviesse recrutamento. Em 1758, os franciscanos retiravam-se de Guarulhos, sem que nos constem os motivos. Pelo que se deduz do arquivo da Província os 60 anos de missão em S. Antônio dos Guarulhos foram muito frutuosos.

4. NOSSA SENHORA DA ESCADA (1734-1804)

Frei Sebastião Ellebracht, O.F.M. [29], trata difusivamente desta missão e prova como há ainda farto material para pesquisa nos arquivos. Os índios da Escada vieram do interior de S. Paulo, trazidos por Gaspar Cardoso que os ocupava, como escravos, nas suas plantações. Meados do século XVII deu-lhes alforria, quando todos eram cristãos e conheciam a doutrina. Frei An-

tônio do Vencimento Sá, provincial de 1691 a 1694, confirma, em depoimento perante a Junta das Missões, no Rio de Janeiro, que todos os índios recrutados nessas condições, a empenho de seus patrões, eram instruídos na religião e batizados, muitas vezes por franciscanos. [30]

Cardoso permitiu aos alforriados que fizessem suas plantações às margens do Paraíba, de forma que automaticamente passavam à jurisdição do padroado e da Câmara de Mogi das Cruzes. Um capitão administrava longo período de tempo a aldeia e tinha poderes de autonomia. De acordo com o depoimento do citado provincial, essas aldeias de administração civil dispunham de assistência religiosa, prestada por carmelitas e franciscanos. Opinava, porém, que havia necessidade de missionários permanentes. [31]

Os sacerdotes seculares andavam assoberbados de serviço, pela extensão das paróquias, e desconheciam a língua dos índios.

Quando Pedro II de Portugal em 1691 proibiu a administração civil das missões, dela foram encarregadas as ordens religiosas. Escada não recebeu consideração; continuou a exploração dos índios, ainda mais que eram ocupados no duro trabalho dos garimpos e nas bateias. Frei Constantino de Santa Maria, O.F.M., missionário em Peruíbe (1722), confirma: «Os garimpos acabam com as aldeias; quem leva índio nunca mais o traz de volta. Lá permanecem até a morte, enquanto suas mulheres vivem aqui em miséria». [32] Grande culpa nestes abusos cabe aos governadores. Em 1721, havia apenas 61 índios na Escada, entre adultos e crianças. Quando se pensava em acabar a redução e agrupar seus moradores em S. Miguel Paulista houve oposição da Câmara de Mogi das Cruzes. Depois de 1721, ocorreu uma melhora; pois que os governadores de S. Paulo punham empenho em trazê-los à sua jurisdição. Escada recebeu um padre secular, Salvador Correa, mas as coisas não andavam bem. Por sorte cooperavam carmelitas e franciscanos. [33] A instâncias do visitador diocesano Dr. Alexandre Marques do Vale, os índios e seu administrador Sebastião de Siqueira Caldeira envidaram ingentes esforços para construir nova capela, dado o estado precário da anterior, terminando-se em fins de 1732 quando para sua instalação só faltavam a pedra d'ara e dois paramentos. As aldeias pediam padres de Ordem, de pre-

ferência carmelitas, já que, pelas distâncias de Jacarei e Mogi, morriam os índios sem sacramentos.[32a]

Em 1734, começam os franciscanos sua missão regular na Escada: «Há um ano e um mês, que estamos aqui», escreveu o superior Frei Tomás de Santo Antônio. Entraram nas atividades dois (às vezes eram três), por ordem do provincial Frei Luís da Rosa, e do governador Conde de Sarzedas, Antônio Luís Távora.[33] Como se previa, muitas dificuldades obstaram, pois que na Escada nunca vigorara disciplina. Havia confusão. Indisciplinados pediam ao governador a retirada do superior da missão. Os missionários bem que se defendiam de acusações falsas.

Eram passados oito meses e Frei Tomás acusa muito às autoridades a José Siqueira, por escândalo público, de viver em concubinato com três índias, das quais tinha filhos; da mesma forma a seu irmão Sebastião, que vivia maritalmente com uma mameluca. As queixas feitas ao pai dos dois, que ajudara na construção da capela, deram péssimo resultado. Os três acirraram os ânimos contra os missionários.[34] E quando um índio recusara obediência às ordens de Frei Tomás, foi por este punido com vara, revidando aquele, embora contido, a tempo, por terceiros. O acontecido rendeu, e o superior foi censurado pelas autoridades. Mas a Câmara de Jacarei teceu ótimo encômio aos missionários: «Escada, antes deles, era ruína de capoeira e mato. Sobre castigos, não tinham notícia; mas o ministério dos sacerdotes grandemente melhorava Escada e vizinhanças. Antes cometiam inomináveis abusos, andam agora regenerados, embora alguns índios cometam antigos desatinos».[35]

Acrescenta Frei Tomás que outras testemunhas a favor poderia arrolar, de Taubaté. Os índios não haviam como se queixar de judiação; até então, um só fora castigado, embora muito sofressem, em seu meio, os franciscanos. Até no conventinho e na sacristia tinham penetrado para subtrair mantimentos e peças de fazenda. E as queixas junto ao chefe local não surtiam efeito, pois que era o pai dos dois delinqüentes. A representação de Frei Tomás recebeu o visto do coronel Francisco Pinto do Rego e foram recomendados os missionários por modelar atividade. Assim conheceu o governador a verdade.[36] O segundo superior, Frei Calixto de Santa Helena, sofreu o mesmo, e avisou ao governador de sua intenção de largar a missão. Os escândalos perduravam, os culpados envenenavam os índios contra os missionários, os caluniavam e iam à prática de atos de terror. Novamente foram ouvidas testemunhas, a favor e contra. Frei Calixto continuou na missão, prova de sua correção.[37]

Finalmente, em 1739, passou a administração civil para os missionários, e em 1742 foi consignada uma subvenção de 25$000.[38]

Em 1744, outorgou o governador de S. Paulo as necessárias terras. Em 1746, esta doação foi sancionada pela rainha Ana Maria da Áustria.[39] O último superior da missão, Frei José da Visitação, acusa, em 1804, a área de 18 léguas.[40] Inicialmente a direção da Província nomeava os missionários, cujo superior era concomitantemente vigário dos índios, sem qualquer entendimento com o bispo diocesano ou o governo. Em 1774, veio comunicação de que os superiores deviam ser nomeados pelo rei ou seu representante. Queixava-se também o bispo de S. Paulo, D. Manuel da Ressurreição, O.F.M. (1774-1789), que os missionários de diversas ordens nunca pediam jurisdição e que seus antecessores em vão procuravam remédio.[41] Deve ter feito valer seus direitos, pois de 1782 em diante, após a visita pastoral, não há mais termo de nomeação de provincial ou visitador nos livros de Escada.

Os missionários — Dos livros paroquiais de Mogi das Cruzes e Escada constam 38 franciscanos, entre brasileiros e portugueses. Os brasileiros aprendiam a língua desde crianças. Os outros, de acordo com a precisão. Nem eram mandados jovens, mas de idade madura. O estágio era reduzido. Poucos permaneciam dilatados anos no mesmo lugar. Na Escada, e por mais tempo, trabalharam Frei Diogo dos Anjos Parnaíba, Frei Francisco dos Remédios e Frei Francisco do Amparo de Jesus Maria.

A atividade missionária dos franciscanos desfrutava de merecida boa fama; em 1739, poderiam ter sido afastados. Entretanto, apesar das ocorrências adversas, foram confirmados no cargo e com todos os poderes. O governador de S. Paulo, Martins Lopes Lobo de Saldanha, escreve dizendo barbaridades. Acontece, porém, que este fora demitido de seu cargo pelas autoridades civis e eclesiásticas.[42] Seu antecessor preferia mesmo os franciscanos por sua pobreza e modéstia.[43]

A Comunidade de Escada — Havia índios e mamelucos. Civilização e religião, apenas um verniz. Consoante escritores do século XVIII, falecia aos aborígenes qualquer aspiração superior; como não tinham capacidade de se governar, nem para

a pontualidade e a ordem"[46], P. Diogo Soares, S.J., afirma, em 1735, que os índios, embora mantida sua liberdade, careciam de viver agrupados e de ter competente administrador; do contrário relaxariam a si e a família.[47]

Vida religiosa — Os missionários cumpriam zelosamente suas obrigações. Já o primeiro superior apontava resultados: «Antes viviam e morriam como hereges, agora já imitam os cristãos».[48] Os dinheiros recebidos eram bem aplicados. No Museu da Cúria de S. Paulo encontram-se: 1 relicário para a particula da Santa Cruz; 1 cálice, 1 cibório, que serve simultaneamente como custódia, três coroas e 1 resplendor.[49] Ademais um altar com as armas franciscanas, artisticamente esculpidas. O conventinho, muito modesto, foi modestamente restaurado em 1767, por falta de meios no seio mesmo do governo.[50]

Nas festas religiosas, pelos índios muito apreciadas, davam-se suas danças e jogos. A desobriga era assunto muito sério. A desídia era cominada com a pena de excomunhão mais três dias de tronco e trinta chibatadas diárias.[50]

À morte dum índio, celebravam superior e missionário missa em sufrágio, ex caritate. A inumação ocorria na nave da igreja; dos funcionários, porém, sob o arco do cruzeiro.[51] Além da assistência espiritual prestavam socorro material em remédios aos enfermos. Coronel Pinto do Rego afirma, em 1736, que, antes da chegada dos franciscanos, os doentes ficavam abandonados, já agora eram assistidos de maneira completa.[52] O superior de S. Miguel, quando foi atacado por pouco cuidado que dispensava aos doentes, retrucou que, antes pelo contrário, só os missionários é que os assistiam com remédio. Sem eles nada teriam.[52a]

Vida econômica — Toda aldeia devia manter-se a si própria com os trabalhos da terra e de indústria caseira. Incessantemente recomendava-se aos superiores que acostumassem os índios ao trabalho, para afastá-los do ócio e para que obtivessem o sustento para si e seus filhos.

Na Escada encontravam grandes resistências, quando exigiam o trabalho. Os franciscanos ao tomarem conta da administração civil obrigaram os índios por contrato a dar três dias de trabalho para a missão, excetuados os doentes e as mulheres grávidas. Tal contrato era usual e recebia a aprovação do governo. Os três dias seriam empregados na lavoura ou outros trabalhos de utilidade para a missão, como construção de

estrada. Entretanto até hoje o índio não tolera o trabalho. Cansa depressa.

Posteriormente trocaram-se essas disposições. A obrigação consistia em preparar roças de milho, feijão e arroz, apanhar lenha e carregar água para o conventinho, cozinhar para os missionários e sacristão. No mais cada um trabalhava para si.[53]

Não temos notícia sobre os tipos de ofícios ensinados. Até hoje, ocupa-se a população de Escada com cerâmica. As autoridades usavam os índios para carregar carga de Santos a S. Paulo e até o Rio de Janeiro. Enormes e constantes eram as solicitações para tal. Em 1758, o Marquês de Pombal colocava autoridades civis à testa das missões. Com isto imaginavam-se, os índios, desobrigados de prestar serviço à Ordem. Entretanto, o Conde De Cunha assegurava o direito dos missionários, conforme tinham sido regulados em 1739.[54] A administração civil permitiu a volta das explorações e malversações de antes.

Escada contava com 56 índios homens e 67 mulheres em 1766, de forma que não tinha a mesma chance que outras missões de se tornar autônoma e sede de paróquia. Também rivalizando, encontrava-se perto Mogi das Cruzes. Relatório do Governador Saldanha, em 1775, constatava as piores desordens. Os índios não plantavam mais, não mais assistiam à missa e negavam obediência aos superiores das missões.[55] Se estas desordens cabiam, por culpa, ao administrador, sobrou para o superior Frei Antônio da Madre de Deus também sua parte: era duro e ameaçava os índios. Daí que estes preferiam trabalhar fora. A defesa do superior não consta.[56]

A dissolução — Em 1798, Escada contava novamente 196 índios, incluindo as crianças; em 1802, 210 habitantes com os mamelucos, 61 ausentes. 17 famílias viviam da agricultura, 20 da cerâmica e 8 chefes de família ganhavam seu sustento fora. Escada não estava próxima da decadência. Os livros de batismos e de óbitos, começados em 1756, permitem concluir pela existência de 200 habitantes.[57]

De grandes progressos da aldeia não se pode falar. Índio só pensa como há de passar no dia de hoje. A mortalidade infantil era grande: em 1798, nasceram cinco e morreram cinco, mais um adulto. Casamento entre consangüíneos contribuía para o aniquilamento biológico. Pior do que isso a calamitosa administração civil. Daí que, em 1803, se tratou da dissolução do aldeamento. Os índios seriam equiparados aos outros brasileiros

e as sedes passariam a freguesia.[58] Frei José da Visitação, O.F.M., neo-sacerdote, vem, em 1803, a fim de preparar a transição da Escada em paróquia. Os índios negavam-se a contribuir para a manutenção da missão. Às reclamações do P. Visitador, mandou o governo que ali ficasse e desse um jeito. Numa reunião concordou-se em dar 25$000, que certamente não cobriam as despesas, como tão certamente não seriam arrecadados. As terras ameaçavam ser usurpadas. Depois deram-lhe opção: ou ficar ou voltar ao convento. Mas até 23 de julho de 1804 permaneceu.[59]

Os setenta anos de trabalhos missionários na Escada, sob condição ultradifícil, dão-nos a mostra de como as Ordens religiosas, com espírito de sacrifício, pregavam o Evangelho de Cristo e procuravam conquistar as almas para o reino de Deus.

5. CACHOEIRA, PEDRA E TABATINGA[60]

Ouvira falar Frei Agostinho de São José, o provincial (1748-1751), que nas cabeceiras do Muriaé, Campo dos Goitacaz, viviam índios selvagens. Escalou dois padres experimentados: Frei Tomás das Chagas e Frei Antônio Nazaré Madeira, ambos então nos Guarulhos. Mandou-os, aos 10 de julho de 1749, ao novo campo de missão. A bênção divina acompanhou os trabalhos dos missionários. Após um mês já tinham conquistado três malocas e se fixaram nas margens sul do Muriaé. Logo se meteram em trabalhos de roça, construção da aldeia e da capela. Criava-se o núcleo para vasta catequese entre outras 60 malocas.[61]

Contrariamente ao que dizem alguns escritores, foram três aldeias, Cachoeira, Pedra e Tabatinga, construídas de novo, e não três transferências de aldeias decadentes para lá.[62] Realmente eram pagãos da família dos selvagens Guarulho, ao passo que nas outras aldeias, há muito, os índios eram cristãos.[63] Mesmo que tenham tido contato, por dezenas de anos, como os missionários, cristãos não se fizeram.

Como alhures, nestas aldeias, 40 km distantes de Campos, desencadeou-se a cobiça dos colonos, que se apossaram, contra a lei, das terras, pela suspeita de que ali houvesse ouro.[64] Os índios representavam mão-de-obra barata.

O provincial Frei Agostinho assumiu a defesa dos índios, e por seu severo protesto, o general residente de Campos obri-

gou-se a examinar o caso, dando razão aos índios e missionários, aos 20 de julho de 1750.[65]

Em 1752, por intercessão do novo provincial Frei Manuel de S. Roque, as três aldeias receberam do governador do Rio de Janeiro, Matias Coelho, 12 léguas de terras. O patrimônio encerrava as três aldeias em sua circunferência.[66] Foi confirmado pelo Rei em 1754.[67]

Quer no norte do Rio de Janeiro, quer no sul do Espírito Santo os missionários visitavam as inúmeras malocas. Mas essa obra não duraria muito; no relatório do Provincial ao Governo, já em 1765, não se mencionavam mais as missões; nem outras notícias se dão.

Em 1781, começaram os Capuchinhos, na mesma região, seus trabalhos evangelizadores, reconstituindo a obra dos franciscanos. Tanto é certo que a primeira aldeia, Gamboa, formava-se de coroados cristãos, catequizados por estes e com estes permaneciam em contato, através de seu convento em Campos.[68] Da mesma forma, a aldeia de Santo Antônio de Pádua. Gamboa e Santo Antônio de Pádua existem hoje na categoria de cidade.

6. ALDEIAS DO RIO GRANDE DO SUL

a) Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos ou Aldeia dos Anjos de Gravataí

Encarregado da demarcação dos limites entre os domínios de Portugal no Sul do Brasil, o Vice-Rei Gomes Freire de Andrade estabeleceu a aldeia dos Anjos que se compunha de índios Tape do grupo Guarani, remanescentes dos Sete Povos das Missões e de outros aí recolhidos de diversos redutos. Situada a quatro léguas ao nordeste de Porto Alegre e chamada hoje Gravataí, esta aldeia foi entregue aos franciscanos da Província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro.

De início, a missão teve três religiosos, dos quais o mais importante e que aí ficou todo o tempo da existência da aldeia foi Frei Rafael da Purificação. Este encetou a sua atividade apostólica a 25 de abril de 1760 tendo como companheiros Frei Tomás de Santa Maria e Frei Domingos da Purificação.[69]

Frei Tomás demorou-se apenas até setembro de 1761, recebendo como substituto o sacerdote secular e ex-jesuíta Pe.

Bernardo Lopes da Silva, que já sabia a língua dos índios. Frei Domingos faleceu na missão aos 29 de março de 1765.

Periodicamente ajudou na cura d'almas Frei Valério do Sacramento. Em 1766, retirou-se da missão o Pe. Bernardo Lopes da Silva. Aos 3 de junho de 1771, entra no ministério da aldeia Frei João de Loreto, vindo a falecer a 25 de agosto de 1772; em seu lugar encontramos, a 24 de junho de 1773, como auxiliar do cura, a Frei João de Santa Catarina.

Criada a paróquia em 1773, figura como primeiro vigário Frei Valério do Sacramento, ignorando-se o prazo de sua gestão paroquial. [70] Frei Rafael da Purificação continuou na aldeia, aparecendo seu nome nos documentos até 1788. [71]

A partir de 3 de abril de 1780, encarregou-se do paroquiato o Pe. Bernardo Lopes da Silva, que batizou o futuro 1º bispo do Rio Grande do Sul D. Feliciano Rodrigues Prates, cujos pais aí moravam entregues à agricultura e criação de gado, como outros fazendeiros que fizeram suas casas na aldeia.

Com a ajuda do governo civil e o trabalho dos missionários construiu-se «um bom templo feito de taipa, com casas para vivenda dos religiosos de Santo Antônio, que são os curas». [72] Consta também que «há na aldeia para instrução dos rapazes índios um mestre-escola, outro de gramática, outro de solfa, e um recolhimento para nele se ensinarem as raparigas a coser etc.» [73] Outras notícias falam de um hospital para os índios. O mestre-escola e a mestra das meninas ganhavam mensalmente 9$600, ou sejam, 115$200 ao ano. [74]

A côngrua inicial dos missionários era de 50$000 anuais e mais a ordinária em pão, carne, farinha, sal e velas de sebo. Mas, estabelecida a Junta da Real Fazenda no Continente do Rio Grande, começaram a perceber tudo em dinheiro, que importava 91$913 e para guisamento mais 20$000. [75]

b) Aldeia de São Nicolau de Jacuí ou São Nicolau do Rio Pardo

Estabelecida por volta de 1755, esta aldeia recebeu o seu primeiro missionário, na pessoa do Pe. Francisco Bernardes, S.J. Localizada a uma légua do Rio Pardo, compunha-se exclusivamente de índios Guarani, vindos em boa parte das missões. Após a expulsão dos jesuítas, incumbiram-se da missão os fran-

ciscanos da Província da Imaculada Conceição. Entre 1765 e 1779, aparece como cura Frei Valério do Sacramento, embora com interrupções; pois, a partir de 1773, figura temporariamente como vigário da novel paróquia de Nossa Senhora dos Anjos, vindo a falecer a 27 de julho de 1782, em São Nicolau ou na aldeia dos Anjos. Durante algum tempo, trabalhou na missão de São Nicolau Frei João (ou José?) do Rosário.

O cura de São Nicolau percebia a côngrua de 60$000 e o guisamento de 10$000 ao ano. Em 1779, consta a sua equiparação aos vigários ganhando 108$073. [76]

A aldeia de São Nicolau não devia estar muito próspera; pois o governador do Continente do Rio Grande de São Pedro, José Marcelino de Figueiredo, em carta de 5 de outubro de 1779, diz que se encontrava em Rio Pardo «a indicar e separar os limites desta freguesia com a de São Nicolau que fiz mudar desta imediação para o Botucaraí, ficando uma e outra de brancos, pretos e índios, os quais achei na maior desordem e vadiagem». [77]

Numa relação de 1780, lemos: «Esta aldeia consta só de índios e terá quatrocentas almas mais ou menos, todos da nação Guarani. Tem um cura religioso de Santo Antônio». [78]

Não obstante o desejo do governador para que a aldeia dos índios de São Nicolau do Rio Pardo fosse extinta e divididos os seus habitantes entre as paróquias de Rio Pardo e Cachoeira, criadas em 1779 e que dois anos depois deixou o orago de São Nicolau pelo de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, contudo não se deu; pois a aldeia continuou onde estava sob os cuidados do vigário do Rio Pardo, até que em 1787 teve cura próprio, na pessoa do Pe. Antônio Pereira Sarmento, presbítero secular.

7. MISSÕES ESPORÁDICAS

No Uruguai atuavam os franciscanos (1680-1705) entre os índios da Colônia do Sacramento. Apenas se conhecem os nomes dos primeiros missionários Frei Francisco do Rosário e Frei Lourenço da Trindade. [79] Em 1728, seguiram novos missionários. Nada consta de seus trabalhos. [80] O bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio do Desterro (1745-1773), destinava a um franciscano uma nova aldeia na região de Cabo Frio, talvez Ipuca, onde antes os capuchinhos missionavam. — Também temporariamente substituem os jesuítas numa aldeia da região de Cantagalo e

S. Pedro da Aldeia, RJ.[87] Em 1692, o governo entregou a Fr. Antônio da Purificação, guardião de Taubaté, o cuidado dos índios daquela zona. Não constam detalhes no arquivo provincial, porque o encargo não foi tratado com o governo da província.[88] — Em São Paulo, ainda são citadas, em 1770, duas missões franciscanas, a de Carapicuíba e Itapecerica, sem que delas mais se falasse.[88a] A 8 de janeiro de 1830, autorizava o governo imperial ao provincial franciscano do Rio de Janeiro a enviar dois sacerdotes ao Mato Grosso. Pouco antes da partida os escolhidos são substituídos por outros dois, cujos nomes e trabalhos desconhecemos.[89]

EPÍLOGO

Recapitulando as atividades missionárias da província da Imaculada Conceição, lamentamos que apenas uma diminuta parcela foi perpetuada nos anais franciscanos, e esta com dados incompletos. Pois as missões peregrinantes que ocuparam a maior parte dos religiosos escapam à nossa ciência. A decadência das missões, provocada, entre outras causas, pelo fechamento dos noviciados, foi a mais dura das provações por que passaram os franciscanos, vendo-se incapazes de remediar a falta de obreiros evangélicos. Mas o valor da obra missionária não é diminuído pela trágica ruína. Pois centenas de religiosos sacrificaram-se pela sublime tarefa enfrentando condições desfavoráveis e empregando todos os meios para cumprir fielmente o mandato missionário de Cristo.

NOTAS

[3] *Tombo Geral da Provincia*, 4 vols. ms. (citado *Tombo Geral*) no arquivo provincial dos Franciscanos de S. Paulo (cit. *APSP*). — *Tombo do Convento de Itanhaém* (cit. *Tombo Itanhaém*) no APSP. — *Tombo do Convento de Taubaté*, ms. (cit. *Tombo Taubaté*) no APSP. — Frei Apolinário da Conceição, O.F.M. *Epitome da Provincia Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil* (para citar o título abreviado da 1ª edição), obra póstuma, com introdução e notas de Frei Oentil Tilton, O.F.M., in *RIHGB*, vol. 296 (1972), p. 68-165 (cit. *Epitome*). — *Primazia Seráfica na regiam da América*, Lisboa 1733 (cit. *Conceição-Primazia*). — O mesmo: *Claustro Franciscano*, Lisboa 1740 (cit. *Conceição-Claustro*). — Frei Basílio Roewer, O.F.M. *Páginas de História Franciscana no Brasil*, Petrópolis 1941 (cit. *Roewer-Páginas*). — O mesmo: *A Ordem Franciscana no Brasil*, Petrópolis[2] 1947 (cit. *Roewer-Ordem*). — O mesmo: *História da Provincia Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, Petrópolis 1951 (cit. *Roewer-História*).

[3] Frei Venâncio Willeke, O.F.M., *Frei Pedro Palácios, O.F.M., e a Penha do Espirito Santo*, in RIHGB, vol. 286, p. 31.

[4] Tombo Geral I, fol. 90-90v.
[5] Roewer-Ordem, p. 115.
[6] Ibidem, p. 116.
[7] Frei Samuel Tetteroo, O.F.M. *A Ordem dos Frades Menores no Brasil*, São João del-Rei 1924, p. 46. — Expulsos os jesuítas do Brasil, passaram algumas de suas missões para os Franciscanos da Província da Imaculada Conceição (1767), a qual colocou desde já vinte missionários nas respectivas aldeias. A Província atingiu o seu auge com 490 religiosos, baixando porém a 300 até 1777 em consequência da perseguição pombalina e contando em 1870 apenas seis sobreviventes. Cf. Roewer-História, p. 123s e 299.
[8] J. A. Teixeira de Melo, *Campos dos Goitacazes*, São Paulo 1881 (cit. *T. Melo*), p. 20. — Roewer-Páginas, p. 647. — Roewer-História, p. 99, conta quatro missões franciscanas em 1745.
[9] Tombo Itanhaém, fol. 26vss. — Roewer-Páginas, p. 609-612.
[10] Tombo Itanhaém, fol. 25v.
[10a] Epítome § 25.
[11] J. A. Arouche de Toledo Rendon, *Memórias sobre as Aldeias dos Indios da Provincia de S. Paulo*, in *RIHOB* 1863, p. 302 (cit. *Arouche*).
[12] Tombo Itanhaém, fol. 29v.
[13] Arouche, p. 380. — T. Melo, p. 20.
[14] Benedito Calixto, *Memória Histórica sobre a Igreja e o Convento da Imaculada Conceição de Itanhaém*, S. Paulo 1915, p. 8.
[15] Leite, I, p. 306.
[16] Tombo Geral, I, fol. 70.
[17] Arouche, p. 306, nota 23. — Roewer-Páginas, p. 623.
[18] Arouche, p. 302.
[19] Conceição-Primazia, p. 58.
[20] Arouche, p. 312.
[21] Epítome § 21. — Roewer-História, p. 97.
[22] Roewer-Páginas, p. 626.
[23] Ibidem, p. 628-630.
[23a] Epítome § 10.
[24] Roewer-Páginas, p. 532. — Em 17-I-1701, prometeu o governo colonial a esta missão a ordinária e paramentos. Biblioteca Nacional I-8-4-17.
[25] Roewer-Ordem, p. 116.
[26] Conceição-Primazia, p. 34.
[27] Roewer-Páginas, p. 636s.
[28] Tombo Geral, II, fol. 24v.
[29] Frei Sebastião Ellebracht, O.F.M. *A Aldeia de N. S. da Escada*, in *Vida Franciscana*, ano XVII (1960), p. 13-39 (cit. *Ellebracht*).
[30] Tombo Geral, I, fol. 89v-91. Veja o documento I do apêndice.
[31] Ibidem.
[32] *Boletim do Arquivo do Estado de S. Paulo*, VI, p. 31s (cit. *Boletim*).
[33] Boletim V, p. 527-530.
[33a] Ibidem, p. 109ss.
[34] Boletim VII, p. 215s.
[35] Ibidem, VII, p. 194s.
[36] Ibidem, VII, p. 212-216.
[37] Ibidem, VII, p. 215s.
[38] Ibidem, VII, p. 15-18.
[39] Arouche, p. 305. — Tombo Geral, I, fol. 64s.
[40] Tombo Geral, I, fol. 75-76v.
[41] Boletim, VIII, p. 93ss.
[42] RIHOB (1957), vol. especial, p. 64s.
[43] *Documentos Interessantes do Arquivo do Estado de S. Paulo*, XXVIII, p. 35-38 (cit. *Doc. Int.*).
[44] Doc. Int., LXIV, p. 149s.
[45] Ibidem, III, p. 85-92.
[46] Ibidem, III, p. 93-96.
[47] Boletim, VII, p. 212s.
[48] Tombo Geral, II, fol. 72 e 73.
[49] Doc. Int. LXVIII, p. 33s.
[50] Arouche, p. 307.
[51] Livro de Óbitos de Escada (ms. de 1657ss), fol. 17.
[52] Boletim, V, p. 27s. — Arquivo Estadual de S. Paulo — T. colonial-doc. 57.
[52a] Boletim, VII, p. 122ss.
[53] Doc. Int. LXV, p. 215s.
[54] Arouche, p. 306.
[55] Doc. Int. LXXIV, p. 253.
[56] Ibidem, LXX, p. 40ss.
[57] Boletim, VIII, p. 122s; 155-162; 207-219.
[58] *Documentos Avulsos do Arquivo do Estado de S. Paulo*, VI, p. 24s.
[59] Ellebracht, p. 36-38.
[60] Daqui em diante o nosso estudo se baseia nas obras de Fr. Basílio Roewer.
[61] Tombo Geral, II, fol. 121ss.

[62] T. Meto, p. 21.
[63] RIHOB XVII (1854), p. 468.
[64] Ibidem, p. 469. — Tombo Geral, II, fol. 143v.
[65] Tombo Geral, II, fol. 123.
[66] Ibidem, II, fol. 143v.
[67] Ibidem, II, fol. 143v. O original encontra-se no APSP.
[68] Roewer-Páginas, p. 656.
[69] Dos franciscanos destacados na missão de N. S. dos Anjos, constam em Frei Diogo Freitas, O.F.M., *Elencho Biographico dos religiosos antigos da Provincia Franciscana da Immaculada Conceição do Brasil*, Petrópolis 1931, apenas estes: Frei Rafael da Purificação nº 332; Frei Valério do Sacramento nº 191; Frei João de S. Catarina nº 330. — Frei Basilio Roewer, *Os Franciscanos no Sul do Brasil*, Petrópolis 1954, p. 57, cita Frei Tomé de S. Maria em lugar de Frei Tomás de S. Maria.
[70] Ibidem, p. 57. — RIHGB, tomo 21 (1858), p. 242ss.
[71] Frei Otogo Freitas, o. cit., p. 134, afirma que Frei Rafael faleceu no Rio de Janeiro em 1786.
[72] S. F. Betâmio, *Noticia Particular do Continente do Rio Grande*, in *RIHGB*, vol. 21, p. 239ss (cit. *Betâmio*). Em 1781, foi superior da missão de Itapesserica o célebre botânico Frei José Mariano da Conceição Veloso, autor de um dicionário tupi-português. Cf. Frei Odulfo van der Vat, *Frei Veloso entre os Indios*, in Vozes 1946, III-IV, p. 225ss.
[73] Betâmio, Ibidem.
[74] *Relação das Despesas da Fazenda Real do RGS, em 1779.*
[75] Idem, Folha Eclesiástica (1790). Houve quem estranhasse, na revisão das contas, a existência de um vigário e de um cura na aldeia dos Anjos, em 1780, e que ambos percebessem ordenado, embora por esta razão fosse mais baixo que o da aldeia de S. Nicolau, que era um só.
[76] *Relação das Despesas da Fazenda Real do RGS, 1779.*
[77] Biblioteca Nacional do Rio — *Correspondência com o Governador do Rio Grande 1779* — Oficio VI, cód. 9, 4, 8-16.
[78] Betâmio, p. 239. N.B.: Agradeço ao Pe. Arlindo Rubert várias informações sobre as missões franciscanas do RS.
[79] Ibidem, p. 576ss, Fernando Capurro, *La Colonia del Sacramento*, Montevideo 1928, p. 175, 189.
[80] Arqu. Col. tº, l. 26, fol. 49v-51 (ms.).
[81] RIHGB, LXIII (1901), parte tº, p. 40.
[82] Tombo Taubaté, fl. 4v.
[82a] Roewer-Historia, p. 134.
[83] Ibidem, p. 254. — Tombo Geral, IV, fol. 7v-8. — Roewer-Ordem, p. 118.

V

Missões do Maranhão e do Pará

1. PRECURSORES DA CUSTÓDIA

a) Frei Francisco do Rosário, O.F.M.

Alguns autores antigos como Jorge Cardoso[1] e Jaboatão afirmam que os primeiros missionários do Maranhão e do Pará foram o irmão Frei Francisco do Rosário, português, e um confrade sacerdote, entre os anos de 1600 e 1615. Outros, porém, duvidando que Frei Jaboatão se baseie em fatos reais em suas citações, e considerando a tendência de atribuir aos franciscanos a primazia das missões discordam do cronista franciscano. Pois, caso se trate de fatos reais, os frades menores também no Maranhão e Pará teriam sido os primeiros evangelizadores. Contudo não há motivo para dúvidas. Jaboatão não figura como primeira nem como a mais importante fonte de referência. Cem anos antes dele, Jorge Cardoso, baseado em declarações do custódio Frei Sebastião do Espírito Santo (1650-1653), já se referiu às ditas missões. Portanto, salvo prova em contrário, devem ser relegadas as dúvidas.

Não é de estranhar que não encontremos referências sobre essas missões no extremo norte da parte dos contemporâneos como Ilha e Salvador. Pois o primeiro escreveu em Portugal, baseado principalmente em noticias orais, e a Crônica da Custódia, escrita pelo segundo, terminou em 1618 e cedo se perdeu, podendo ter mencionado os missionários do Maranhão. Além do mais, do tempo anterior à guerra holandesa (1624-1654) há poucos documentos franciscanos conservados no Brasil.

A imprecisão dos anos de atividades missionárias de Frei Rosário explica-se pelo fato de Frei Sebastião do Espírito Santo só em 1655 as ter transmitido pessoalmente a Jorge Cardoso. Irmão Rosário obteve grande sucesso entre os silvicolas,

tanto em suas viagens apostólicas pelo Maranhão como pelos afluentes do Amazonas no Pará.[3] Já nos referimos às suas obras inéditas que mais tarde se perderam.[4] Ainda jovem notário veio ao Brasil em 1590. Possuia conhecimentos de línguas indígenas e latina. Apesar de recusar os estudos para o sacerdócio, trabalhou com grande zelo, primeiro na custódia de Olinda e depois no Maranhão.

b) Dois Capelães militares no Maranhão

Em 1612, os franceses invadiram o Maranhão fundando a cidade de São Luís, onde se estabeleceram solidamente. Apesar de serem huguenotes, achavam-se entre eles vários capuchinhos e desenvolviam intensa catequese entre os índios Tupinambá, tanto quanto os conhecimentos da língua lhes permitiam.[4] Por serem muito precárias as comunicações marítimas do Maranhão com as capitanias ao sul, passaram-se dois anos até ser tomada a resolução de expulsar os invasores. Só nos meados de 1614, preparou-se em Pernambuco uma expedição militar para esse fim. Certamente por motivos estratégicos, o governo pediu ao custódio Frei Vicente do Salvador dois capelães franciscanos. Deviam ser missionários familiarizados com os costumes e a língua dos indígenas; pois convinha manter na fidelidade a Portugal os nativos alistados ao exército colonial, como também conquistar os que conviviam com os franceses. O padre custódio escolheu o frade olindense Frei Manuel da Piedade, professor de filosofia, cujo pai João Tavares se destacara como comandante na reconquista da Paraíba. O outro franciscano Frei Cosme de S. Damião emigrara para o Brasil aos 16 anos e em 1597 entrara na Ordem.[5]

Com toda a bondade insistiram os missionários na pureza de costumes entre os soldados conseguindo que os amasiados mandassem as índias de volta para as suas casas. Também as mulheres que não estavam acompanhadas pelos maridos tiveram que desistir da expedição, visto que para a colonização do Maranhão não se aceitavam senão famílias inteiras.

A viagem até São Luís, com pequena interrupção, durou desde 24 de agosto até 28 de outubro de 1614. Todos acamparam em Quaxenduba, onde ergueram fortificações. Antes de entrarem em combate, os soldados receberam os santos sacramentos. Na batalha do dia 19 de novembro, os missionários

iam na frente das tropas e erguendo o crucifixo na mão incentivaram-nas para a batalha que saiu vitoriosa.[6] Em agradecimento pelo auxílio atribuído à intercessão de Maria SS. erigiram uma capela votiva, sob o título de «Nossa Senhora da Ajuda».

Quando depois da vitória dos portugueses, os índios do Maranhão com receio da escravidão se revoltaram, Frei Manuel da Piedade conseguiu convencê-los do contrário e apaziguá-los. Mal cumprira esta árdua missão junto a várias tribos, quando apareceu um surto epidêmico de sarampo, que atacou também os índios adultos. Foi quando os missionários encontraram ocasião de prestar serviços de bons samaritanos.[7]

Embarcados os capuchinhos com os invasores franceses, no dia 3 de novembro de 1615, permaneceram os franciscanos em São Luís, dedicando-se Frei Cosme à missão entre os remanescentes huguenotes e Frei Manuel entre os Tupinambá, até que em 1616 voltaram para Pernambuco.[8]

A presença dos dois capelães junto às tropas foi de suma importância, ainda que não existam maiores detalhes sobre as suas atividades. Pois os índios tinham os missionários em grande apreço e aceitavam facilmente os seus conselhos, enquanto desconfiavam dos militares de qualquer categoria. Frei Vicente do Salvador acentua, em particular, a grande admiração dos capuchinhos franceses de encontrarem no Brasil religiosos tão fiéis à vida regular.[9]

2. COMISSARIADO DE SANTO ANTÔNIO DO GRÃO-PARÁ

a) Comissariado de 1617-1624 e de 1655-1829 Custódia de 1624-1655

Apesar de os dois franciscanos de Olinda terem assumido compromisso somente para o tempo da expedição militar, continuaram a atividade pastoral além do prazo, procurando substituir os capuchinhos repatriados para a França. O apostolado franciscano teve tão boa repercussão que tanto o governo como o povo quiseram mantê-los em São Luís. Mas o interesse da propagação da fé exigia que no extremo norte do Brasil surgisse uma custódia própria. Isto induziu o governador do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, a pedir de Lisboa novos missionários, sendo prontamente atendido. Já aos 22 de junho de

1617, embarcavam quatro padres encarregados de fundar o novo comissariado de Santo Antônio do Grão-Pará (Maranhão e Pará). Pertenciam à província de Santo Antônio de Portugal e chamavam-se Frei Antônio de Marciana, comissário; Frei Cristóvão de S. José, vice-comissário; Frei Sebastião do Rosário e Frei Felipe de S. Boaventura. [10]

Sem conhecimento da língua e dos costumes dos índios, nem experiência do modo de tratar com eles, tiveram muitas dificuldades no começo da catequização. Sem dúvida os ex-custódios de Olinda residentes em Portugal, Frei Leonardo de Jesus, então provincial no Reino, e Frei Francisco dos Santos, deram-lhes algumas orientações. No mais, o único guia a seguir era o «Regulamento missionário» aprovado no capítulo provincial de 1607 para a Custódia de Olinda. [11]

Aos 28 de julho de 1617, chegaram a Belém do Pará, cidade recém-fundada no delta do Amazonas, i. é, em 1615. Como fossem os primeiros sacerdotes a se estabelecerem no Pará, alojaram-se no forte do Presépio, modesta praça de armas, passando depois para Una, a meia légua de distância, onde construíram modesta residência e receberam, aos 20 de julho de 1618, a autorização oficial de catequizar os silvícolas. [12]

No Pará, os missionários acharam forte resistência da parte dos portugueses, porque os repreendiam devido ao desumano tratamento que dispensavam aos índios. O governador Castelo Branco possuía 300 escravos nativos. [13]

Os índios de Una juntaram-se aos do Rio Tocantins e agrediram a colônia portuguesa, redobrando esta, em conseqüência, o duro trato para com aqueles. Embora os silvícolas tivessem tomado a iniciativa da autodefesa sem o consentimento dos franciscanos, Castelo Branco exigiu o imediato afastamento dos padres. Quando estes pediram prazo para procurar outra residência, ameaçou atacar o hospício missionário com balas de canhão. A tentativa falhou porque as chuvas impediram que o canhão chegasse a certa vizinhança. O povo, ciente do plano malvado, revoltou-se contra o governador prendendo-o e depondo-o, aos gritos: «Viva a Igreja. Viva El-Rei». No dia 20 de setembro de 1618, formou-se um governo provisório de triunvirato, ao qual foi convidado também o comissário Frei Antônio de Marciana. [14]

Acalmou-se a situação entre os portugueses de Belém, não porém entre os índios que começaram a sitiar e depredar a cidade por temerem novas represálias dos lusos. Com muita dificuldade, conseguiram os franciscanos convencer uma parte dos índios Tapuia a defender a colônia contra os ferozes Tupinambá. A esse tempo, Frei Cristóvão de São José viajou a Pernambuco a fim de pedir reforço militar ao governador geral Manuel Soares de Almeida. [15]

Restabelecida a paz, os missionários continuaram sossegadamente a catequese, desde meses interrompida. Em 1621, o Grão-Pará foi declarado colônia separada do governo da Bahia, por causa das comunicações difíceis; pois a viagem do Amazonas a Lisboa tornava-se mais rápida do que à Bahia.

Conforme a testemunha contemporânea Frei Vicente do Salvador [16], o rei Felipe II enviou em 1623 o capitão Luis Aranha de Vasconcelos com a incumbência de subir e explorar o Amazonas. Como capelão da expedição foi destacado Frei Cristóvão de São José, o qual acabava de catequizar várias tribos do Tocantins lançando os fundamentos da vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá. Tendo aberto estradas e cultivado o terreno, obteve o missionário em 1620 que a tribo dos Camutá deixasse a sua antiga taba para localizar-se nas terras cultivadas por Frei Cristóvão. Esse religioso gozava de tanta estima entre as tribos que, em poucos dias, reuniu mil índios armados de flechas para a projetada expedição de Aranha Vasconcelos. Viajando rio acima encontraram duas fortalezas dos holandeses: Maturu e Gurupá, que já contavam alguns anos de existência e que após a expulsão dos invasores foram ocupadas pelos portugueses. Mais tarde, os franciscanos fundaram em Gurupá uma missão que durou até cerca de 1650. [17]

O raro mérito dos franciscanos na unificação dos índios sob a coroa de Portugal é reconhecido por Ferreira Reis que diz verbalmente [18]:

> «A ação missionária, lembrada, pleiteada mesmo incessantemente pelos capitães-mores e outros funcionários que vieram servir nos cargos civis e militares do Pará, confiada de início aos franciscanos de Santo Antônio produziu resultados animadores. Cabildas Tupinambá e de outros grupos do Amazonas, do Marajó e do Tocantins, cedendo em suas dúvidas para com os lusitanos à voz dos frades aliaram-se àqueles nas justas contra os «herejes» de Holanda e Britânia. E se deixaram nuclear nas cercanias de Belém, fruto promissor para o futuro da capitania nascente».

O mesmo se diga dos resultados obtidos no campo espiritual que durante séculos imunizaram contra doutrinas sectárias.

Sobre o prosseguimento dos trabalhos dos quatro primeiros franciscanos no Pará não há notícias especiais. Desde 1624, o custódio Frei Cristóvão de Lisboa cataliza todas as atenções.

b) O Comissariado passa a Custódia

Uma carta régia de 1618 que tratou da separação do extremo norte do vasto Brasil e da instituição de um governo próprio para o Grão-Pará referiu também a urgência de mandar missionários declarando textualmente [19]:

«Considerando quão importante é ao serviço de Deus e meu enviarem-se desse Reino religiosos àquelas partes para tratarem de aumento de nossa santa fé e da conservação do gentio e celebrarem os ofícios divinos me parece que estes religiosos devem ser de S. Francisco da província de Santo Antônio a que compete aquela comissão: os quais irão com o novo governador, no número que parecer necessário».

Já em 1617, o governador do Brasil Gaspar de Sousa havia proposto ao rei a fundação de uma nova custódia franciscana no Grão-Pará. Para não sobrecarregar a província-mãe de Santo Antônio, aconselhou que a custódia de Olinda fosse promovida a província autônoma, já que possuía o pessoal e os conventos em números suficientes. [20] Mas a província portuguesa assumiu o compromisso de manter as duas custódias opondo-se, ainda em 1647 e 1657, à independência da custódia olindense. Esta atitude dos franciscanos lusos pode ter sido motivado pelo receio de o governo querer incumbi-los de outras missões.

A escolha e o envio de missionários para o Grão-Pará demorou ainda algum tempo. Uma carta de Dom Duarte de Madri, datada de 9 de junho de 1622, transmite a Frei Cristóvão Severim de Lisboa felicitações pela sua nomeação para custódio do Grão-Pará. [21] Neste posto, o frade tornou-se famoso pela dedicação de corpo e alma ao trabalho evangélico que lhe foi destinado.

c) Custodiato de Frei Cristóvão de Lisboa (1624-1635)

Frei Cristóvão nasceu em Lisboa, aos 25 de julho de 1583. Estudou, em Évora, com seu irmão mais velho Manuel, que mais tarde se tornou padre secular e famoso pela vasta cultura. Aos

23 de fevereiro de 1602, entrou na província franciscana da Piedade de Portalegre. Em breve, porém, teve que transferir-se para a província de Santo Antônio de Lisboa por encontrar aí uma disciplina mais branda e condizente à sua fraca constituição física. [22]

Ordenado sacerdote, Frei Cristóvão dedicou-se à intensa atividade nos púlpitos. De outros trabalhos daquela época nada consta. Sabe-se porém que se ofereceu como voluntário para trabalhar na custódia do Grão-Pará e passou perto de dois anos fazendo preparativos para a viagem e resolvendo certas dificuldades surgidas na administração das missões, baseado sem dúvida em notícias recebidas dos confrades de Una e nas experiências dos ex-custódios de Olinda, após a entrega das missões ao prelado da Paraíba.

No dia 22 de abril de 1622, a província de Santo Antônio comunicou ao rei ter nomeado Frei Cristóvão primeiro superior da custódia do Grão-Pará pretendendo enviar junto com ele seis missionários para o Maranhão e quatro para o Pará. A um tempo pediu o governo da província franciscana à coroa a importância de 350$000 para poder custear as despesas da expedição missionária. [23] Aos 9 de julho de 1622, veio a confirmação oficial do custódio. [24]

Depois de ter solicitado informações sobre a situação no Grão-Pará, o novo custódio junto com os seus futuros companheiros de missão dirigiu, a 17 de outubro de 1623, um requerimento a El-Rei no qual pedia regulamento sobre a administração material dos aldeias dos índios que necessariamente devia estar sob a orientação dos franciscanos para se evitarem exploração e maus tratos dos indígenas e outras irregularidades que a miúdo aconteciam sob a administração de autoridades civis. Caso contrário, as missões correriam perigo de frustração ficando os portugueses cada vez mais odiados. Era, pois, de interesse para a religião e para El-Rei ter os índios por amigos e não por adversários. [25] Do ofício transparece que os missionários do Una encontravam muitas dificuldades com os portugueses, dados à avareza, e recomendaram ao custódio que pedisse ao governo diretivas por ele autorizadas.

A petição teve a aprovação do ex-governador Gaspar de Souza [26] e a confirmação da corte com a expressa proibição de os leigos doravante administrarem as aldeias dos índios. [27] Outrossim, o governo concedia as ordinárias aos conventos e às

missões. Para bem cumprir o seu ofício de custódio e de comissário do Santo Ofício, Frei Cristóvão obteve os devidos poderes temporais e espirituais. Pois tinha que representar os direitos dos índios como suprema instância, realizando ademais visitas canônicas e pastorais com faculdades quase episcopais e extirpando as heresias introduzidas pelos holandeses e franceses. [28]

Em Olinda — Aos 25 de março de 1624, Frei Cristóvão e dez confrades embarcaram para Pernambuco, onde aportaram no começo de maio, após uma viagem tranqüila. De Olinda conseguiu levar mais cinco missionários para introduzir os novatos no método da catequese e no conhecimento da língua e dos costumes da terra. A respeito deste número de missionários destinados à nova custódia já não há dúvida. Pois há pouco tempo achou-se um fragmento do texto original da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador no qual se lê: «Frei Cristóvão Severim como custódio que viajou com quinze religiosos, dez da província e cinco da Custódia» de Olinda. [29] Dos primeiros são nominalmente conhecidos: Frei Sebastião de Coimbra, Freis Luís da Assunção, Frei Antônio da Trindade, Frei Agostinho das Chagas e Frei Francisco do Presépio. Os de Olinda foram estes: Frei Antônio do Calvário, missionário experiente e bom conhecedor da língua, Frei Manuel Batista, Frei João da Cruz, pregador, e os irmãos Frei Junípero de São Paulo e Frei Domingos dos Anjos, aos quais Frei Jaboatão acrescenta o célebre catequista Frei Francisco do Rosário. [30]

O convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, o primeiro de todo o Brasil, figurava desde 1585 como sede da custódia de Santo Antônio. Neste e no do Recife, os missionários recém-vindos de Portugal encontravam hospedagem, durante os dois meses que demoraram em Pernambuco. Frei Cristóvão achou em Olinda o ex-missionário do Maranhão, Frei Manuel da Piedade, pedindo ao certo informes e sugestões para o desempenho de sua árdua missão.

Foi também neste primeiro contacto com o Brasil que os frades portugueses conheceram as aldeias de índios, vizinhas a Olinda, e receberam a orientação para a próxima catequese no Maranhão.

Os próprios mosteiros das comunidades franciscanas de Olinda e Recife terão merecido toda a atenção da turma mis-

sionária por serem adaptados ao clima tropical e por faltarem no Grão-Pará conventos espaçosos.

No Ceará — Aos 12 de julho de 1624, os 16 missionários prosseguiram viagem até o Ceará, desembarcando, após seis dias, em Mucuripe. De lá o capitão Martim Soares Moreno os levou a Fortaleza, onde permaneceram 15 dias doutrinando os índios e prestando assistência religiosa aos portugueses. Edificado pelo zelo e sucesso dos curas d'almas, Moreno pediu ao custódio alguns frades para a pastoral permanente entre brancos e indígenas, na expectativa de pacificar definitivamente os silvícolas; pois aqui Frei Cristóvão já se achava na sua circunscrição eclesiástica que abrangia os atuais estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. [31]

De fato, Frei Cristóvão deixou dois padres no Ceará; um era provavelmente de Olinda para tratar da catequese. Não consta quanto tempo demoraram aí. A última referência é de 1626 quando o custódio os visitou. [32] No século dezoito, os franciscanos de Pernambuco, quando recolhiam esmolas entre os moradores do sertão cearense, administravam-lhes também os sacramentos segundo provam os livros de batizados de algumas paróquias. Em 1923, a província de Santo Antônio assumiu os trabalhos do maior santuário franciscano do mundo, em Canindé, donde exercem grande influência sobre a vida religiosa do Ceará e dos estados limítrofes. [33]

No Maranhão — Prosseguindo viagem por via marítima, chegaram os missionários a São Luís do Maranhão, a 6 de agosto de 1624. Imediatamente começaram a construção do convento e da igreja, evangelizando ao mesmo tempo os índios das aldeias vizinhas. Frei Cristóvão exercia o seu ofício defendendo os direitos humanos dos silvícolas ameaçando com penas eclesiásticas a quem procurasse escravizar e explorar os índios. Nesta atividade não lhe faltaram contraditas da parte dos moradores e autoridades. Sempre ainda achava livros de doutrina de huguenotes, cartas de tocar ou de pacto com o demônio e orações supersticiosas que recolhia e destruía.

Já em fins de janeiro, o convento estava em condições de abrigar os frades e a igreja de Santa Margarida pronta para servir ao culto divino: inauguraram-nos aos 2 de fevereiro de 1625, com a celebração de missa solene. O custódio nomeou

Frei Antônio da Trindade primeiro guardião da comunidade maranhense e seguiu com alguns frades para Belém."

Obedecendo a uma ordem da corte ficaram em São Luís cerca de dez franciscanos. Este número relativamente grande explica-se pelo abundante trabalho da evangelização incipiente.

Sobre o método missionário adotado no Maranhão, os cronistas não nos informam, falando os documentos antigos quase exclusivamente da situação jurídica e dos atritos havidos com os funcionários públicos e os colonos, em defesa dos direitos humanos dos índios. A falta de dados mormenorizados pode ser atribuída à perda total do arquivo provincial do Porto, em 1834.

A fundação missionária de Frei Cristóvão de Lisboa, feita em São Luís, nem sempre continuaria com a Província de Santo Antônio; pois desta se desmembrou, em 1706, a nova província da Imaculada Conceição, à qual no ano seguinte se confiou o convento de Santa Margarida com as respectivas missões maranhenses. Entre estas, conhecemos apenas a de S. João dos Poções que em 1759 com as demais seis doutrinas franciscanas obteve foros de paróquia autônoma." Por este tempo, o marquês de Pombal paralisou as ordens missionárias expulsando os religiosos que não lhe agradavam e proibindo, em seguida, a admissão de noviços. Começou assim a decadência claustral com todas as conseqüências funestas. Os frades menores do Maranhão recusaram-se a aceitar as novas paróquias alegando que tal incumbência não condizia à vida religiosa. Por isso, todos os missionários retiraram-se ao convento de Santa Margarida." Uma relação datada de 6 de julho de 1797 conta apenas 27 franciscanos no Maranhão."

Com a rápida decadência da vida regular, parte do convento serviu de escola e de quartel, até que em 1838 nele se instalou o seminário diocesano. A um dos seus moradores, o bispo resignatário D. Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, O.F.M., coube o merecimento de preservá-lo do seqüestro intentado por parte do governo. Como último inquilino franciscano faleceu, em 1878, Frei Ricardo do Sepulcro." Somente em 1952, prosseguiria o apostolado franciscano com a fundação da custódia de Nossa Senhora da Assunção pela província da Santa Cruz da Saxônia-Alemanha.

No Pará — Instalada a comunidade franciscana em São Luís, principiou Frei Cristóvão com alguns religiosos a viagem até o Pará. A primeira etapa do longo itinerário, realizou-a por

via marítima, em canoas, e de Caeté em diante por via terrestre. Como a boa fama dos missionários, desde 1614, se espalhara em todo o Norte, o custódio com sua comitiva foram por toda parte bem recebidos, aproveitando a ocasião para instruir os índios nas verdades principais e administrando o batismo, em casos extremos. De aldeia em aldeia, aumentava o número dos indígenas que acompanhavam os missionários, de maneira que a sua entrada em Una se tornou triunfal, solenizada por música primitiva e ricos ornamentos."

Tendo chegado a Una, em fins de abril de 1625, Frei Cristóvão, já poucos dias depois, recebeu a visita do governador Bento Maciel, o qual pediu um missionário para cooperar na expulsão dos holandeses que novamente haviam ocupado Gurupá. O custódio cedeu o ex-comissário Frei Antônio de Marciana e animou os índios para aquela campanha, obtendo 300 voluntários que com 50 soldados partiram, a 2 de maio, sob o comando de Pedro Teixeira.

Mal estava refeito da extenuante viagem, quando Frei Cristóvão, na qualidade de Comissário do Santo Ofício, realizou a solene entrada em Belém. O senado e o povo receberam o alto dignitário, com júbilo, aos 14 de maio. Apresentando, porém, o alvará régio que abolia as mercês das administrações leigas das aldeias de índios, achou o prelado má vontade, de modo que teve de prorrogar a execução das ordens, até a chegada do novo governador que já se achava em Pernambuco.

Ao ensejo da visita pastoral que o comissário do Santo Ofício então realizou em Belém, convenceu-se da corrupção geral reinante na cidade e da urgência de intensificar a cura d'almas, razão por que desde já cuidou de fundar um convento com igreja, ambos sob a invocação de Santo Antônio.

Jornada missionária — No dia 8 de agosto de 1625, teve início, sob a direção do custódio, a primeira grande viagem missionária, subindo o rio Tocantins. Além de dois escrivães seculares da visita pastoral, João da Silva e Manuel de Pina, que conheciam bem a língua dos índios, tomaram parte na expedição os padres Frei Sebastião de Coimbra e Frei Cristóvão de São José, o irmão Frei Domingos dos Anjos e provavelmente o famoso Frei Francisco do Rosário. Desviando-se do Tocantins subiram o Araguaia e chegaram ao Norte de Goiás."

Frei Cristóvão de S. José anteriormente missionara algumas aldeias do Tocantins fundando também o aldeamento de

Camutá, de modo que desta vez puderam admitir ao batismo os adultos mais fervorosos e muitas crianças. Não se cogitava de estabelecer missões permanentes com algum religioso residente entre os índios; mas a catequese se restringia a visitas ocasionais que nas várias aldeias se estendiam sobre semanas, conforme o serviço religioso a ser prestado.

Menção especial merece a demora dos franciscanos na aldeia do cacique Tomagica, homem cruel e astucioso, embora se tivesse convertido ao catolicismo. Este índio, geralmente temido, convidara os missionários que visitassem também a sua tribo, posto que os amigos de Frei Cristóvão de Lisboa desaconselhassem qualquer aproximação com o tuchaua traiçoeiro. Os missionários, porém, entraram nessa aldeia sem mostra alguma de timidez e impondo-se aos silvícolas com a sua intrépida coragem erigiram, desde já, o chamado Calvário ou sejam três cruzeiros e uma capela de madeira e coberta de palha de palmeira.

Para tirar as dúvidas sobre a autêntica conversão de Tomagica e outros caciques, o custódio pediu e levou para Una um filho de cada qual deles para dar-lhes uma sólida instrução cristã. Aos 3 de outubro de 1625, os missionários visitaram como última aldeia a de Camutá, à margem esquerda do Tocantins, hoje sede da prelazia homônima. A notícia do feliz retorno da expedição encheu de admiração e alegria o povo de Una e Belém, pois já corria o boato de os frades terem sido mortos pela tribo de Tomagica."

Visitas Pastorais — Logo após a volta, o custódio seguiu para Belém, a fim de continuar a visita pastoral há meses interrompida. Encontrou a opressão dos índios e outros males recrudescidos, sentindo-se obrigado em consciência a tomar enérgicas providências. Publicou então, no dia 21 de dezembro de 1625, uma carta pastoral, lendo-a na igreja matriz de Belém e exigindo a entrega da administração das aldeias de índios aos missionários, de acordo com o rescrito do rei. Aos insubmissos ameaçava com a excomunhão.

Mas a população, instigada por Bento Maciel, interpretou o rescrito de outra maneira, afirmando que ele não tinha valor no Pará porque no seu texto só constava o nome do Maranhão. Frei Cristóvão retrucou que sua jurisdição se estendia sobre o Maranhão e o Pará. Logo, o alvará deveria vigorar em todo o território. Para não suscitar maiores resistências, o custódio aquietou-se novamente, já que o novo governador ainda não

tinha chegado e em maio passado fora acordado que o rescrito entraria em vigor com a vinda do governador.

Em princípio de 1626, Frei Cristóvão encetou uma viagem por terra de 47 dias até S. Luís do Maranhão, onde a sua visitação pastoral foi mais bem recebida e obedecida que no Pará. Querendo prosseguir a jornada até o Ceará e não havendo navio, resolveu ir de canoa. Partiu no dia 18 de maio. Mas o mar encapelou-se tanto que o custódio desistiu das canoas e continuou a pé. Mesmo assim não escapou dos perigos, sendo agredido por noventa ferozes índios Tapuia, Arechi e Uruatim. Apesar de levar consigo outros tantos índios, estes não estavam em condições de resistir àqueles.

Quem salvou a situação foram alguns soldados portugueses e 15 experientes e valentes indígenas. O perigo era tão grave que o próprio custódio, Frei João da Cruz e um sacerdote secular se viam forçados a empunhar as armas e lutar. Os dois últimos saíram feridos, três índios da comitiva foram mortos e perderam-se todas as provisões para a viagem. Os agressores, vendo-se inferiores, fugiram para a floresta. Dois dias depois, a 25 de junho, a comitiva, exausta e com vários feridos, chegou a Fortaleza, onde Frei Cristóvão visitou os seus confrades e provavelmente realizou a visita pastoral."

Resgates — A 15 de agosto de 1626, o custódio embarcou junto com o novo governador, Francisco Coelho de Carvalho, para São Luís, onde foram festivamente recebidos. O chefe do governo foi imediatamente empossado. Para poder agir com mais liberdade no Pará mandou o indesejável Bento Maciel de Belém para Madri e manteve apenas a administração das aldeias de índios já constituídas. Esta atitude despertou nos missionários a esperança de verem respeitados no futuro os direitos dos indígenas. Realmente, em 1628, o governador proibiu efetuar os chamados resgates de índios nos vales dos rios e trazê-los para serviços de colonizadores e de funcionários públicos.

Havia no entanto o costume de resgatar índios prisioneiros de guerra; pois, se não fossem comprados, seriam mortos e devorados pelas tribos vencedoras. O resgate podia salvá-los e contribuir para a sua conversão. Portanto não havia motivo para proibir esta maneira de resgate. Mas a ganância dos portugueses não deixaria de arrebanhar também outros índios, iludindo ou forçando-os para se incluírem no número dos resga-

tados. Praticamente os resgatados passavam de uma escravidão à outra. Também na Amazônia, distinguia-se entre a compra da pessoa e a do trabalho, uma fraude que Frei Vicente do Salvador condenara com toda a veemência por justificar o tratamento desumano que se dispensava aos indígenas.

Os habitantes de Belém fizeram tanta pressão contra o decreto do governador que ele afinal permitiu duas expedições anuais de resgate à procura de mão-de-obra barata, impondo, porém, a obrigação de sempre serem acompanhadas de um missionário. Frei Cristóvão negou-se a ceder missionários a tais expedições por considerá-las contrárias à lei. Ainda assim elas se realizavam. O custódio queixava-se amargamente sobre o governador. Pois fora-lhe prometido, em 1625, que com a chegada deste entrariam em vigor as ordenações régias.

De 1626 a 1629, houve duas expedições do Amazonas chefiadas por Pedro Teixeira e acompanhadas por Frei Cristóvão de S. José, chegando ambas até a foz do Tapajós onde fica hoje a cidade de Santarém. Alegava-se o pretexto de resgate de índios, mas o resultado foi insignificante porque o missionário, com sua influência e intervenção direta, frustrava as intenções dos expedicionários.

Luta incessante — Quando em 1629 os irlandeses, sob as ordens do comandante irlandês Bernard O'Brien, se renderam às tropas portuguesas na Amazônia, estava presente o franciscano Frei Luís da Assunção, prometendo-se-lhes sob juramento de serem bem tratados. Sem demora, porém, desrespeitaram o solene juramento, razão por que Frei Cristóvão de S. José verberou do púlpito a escandalosa traição. Em represália, os ofendidos invadiram o convento franciscano e assassinaram um religioso parecido com o pregador. [12]

Desde 1617, os franciscanos lutavam pela liberdade dos nativos, mas em vão. Houve até quem tentasse justificar teologicamente o deslocamento dos índios, quando eles aceitassem livremente trabalhar, por tempo determinado. Mas a realidade era que não se respeitavam nem a lei, nem as limitações impostas por sentimentos humanos. Neste e em outros pontos, o custódio acusa o padre jesuíta Luis Figueira de anular os esforços dos franciscanos pela liberdade dos índios e de não acatar a sua autoridade, em assuntos eclesiásticos. Afirma Frei Cristóvão que o jesuíta dá liberdade em matérias que ele expressamente proibiu, como a escravização e venda dos nativos, assim como o uso de carne de jaboti, em dia de abstinência. [13]

Em 1627, o custódio visitou novamente as missões do Maranhão. O número dos franciscanos não passara de vinte, a saber, quinze no Maranhão e no Ceará e cinco no Pará, de modo que a catequese entre as várias tribos se restringia a visitas periódicas dos religiosos. Como os missionários da custódia olindense tivessem que voltar para Pernambuco depois de introduzirem os confrades, o número dos franciscanos da novel custódia maranhense baixou interinamente a quinze, retornando todos, menos Frei Antônio do Calvário que provavelmente já falecera no Maranhão.

Já que os missionários se opunham às arbitrariedades dos governantes, desinteressavam-se estes pelas missões, de modo que as comunidades religiosas passavam até necessidades. Em 1630, faltou-lhes o vinho para a celebração da missa. Finalmente viram-se obrigados a retirar-se das aldeias, ao menos temporariamente. Não se realizara o desejo de Frei Cristóvão ver-se livre do cargo custodial; pois os sacrifícios da faina missionária haviam sido tantos que, já em janeiro de 1627, escrevia a seu irmão Manuel [14]:

> «Crede-me que por milagre sou vivo, não só porque vi a morte, diante dos olhos muitas vezes, nos perigos em que animosamente me pus pelo serviço de Deus e de Sua Magestade, mas principalmente pelas aflições, moléstias e cuidados que me dão as exorbitâncias e excessos destas gentes porque são maiores estes perseguidores que a Igreja, cá tem, que os hereges no levante, nem os turcos em toda a Asia... Até o pasto do Sacramento nos falta porque o vinho que El-Rei manda dar para as missas o não dão seus ministros, nem a terra tem algum, tão miserável está».

No decorrer dos anos, a custódia recebeu novos missionários do Reino; pois consta que Frei Cristóvão, em São Luis, lhes ensinou filosofia e teologia. Este curso de estudo superior e de línguas indígenas prosseguiu, durante muitos tempo, segundo indica a relação posterior de professores como, por exemplo, Frei Alexandre da Trindade, Bernardo de Santa Teresa e Mateus de Jesus. [15] A partir de 1627, compôs o custódio a famosa obra intitulada *História Natural e Moral do Maranhão e Grão-Pará* da qual apenas se conservou a primeira parte publicada em edição fac-similar e póstuma, em 1967. [16]

Residindo em São Luís, o custódio daí governava a sua circunscrição eclesiástica. Além dos conventos de Belém e São

Luís, fundou os hospícios de Camutá no Tocantins, Caité no litoral paraense e outro cujo nome não consta.[47] Voltando definitivamente para Portugal, em 1635, Frei Cristóvão ainda ocupou vários cargos inclusive o de pregador régio. Nomeado bispo de Angola e do Congo, em 1644, não chegou a ser confirmado pela Santa Sé, falecendo em 1652. Mesmo repois de eleito bispo, continuou a defender os interesses das suas antigas missões.[48] O maior mérito de Frei Cristóvão é atestado numa tela a óleo que o representa, dizendo o título: Frei Cristóvão de Lisboa plantou a fé católica no Maranhão.

d) Sucessores de Frei Cristóvão de Lisboa

O sucessor imediato de Frei Cristóvão foi Frei João Batista, nomeado custódio em 1637. Não chegou porém ao Brasil; pois, com três confrades, caiu nas mãos de piratas da Algéria.[49] Nesse tempo, o governador Francisco Coelho de Carvalho, dominado pela ganância, dificultou ao extremo o apostolado missionário perseguindo os franciscanos de modo que muitos saíram da custódia para Pernambuco ou Portugal. Por ocasião de um motim havido em São Luís, a 10 de maio de 1637, o povo invadiu o convento sendo um religioso morto à espingarda.[50]

Jácome Raimundo de Noronha atesta, em seu relatório, que desde o tempo em que o rei enviou os franciscanos, as missões entre os índios estavam em franco desenvolvimento e que ultimamente a maior parte dos missionários se retirou permanecendo apenas três padres, dois irmãos e um clérigo.[51]

Em 1638, o guardião de Belém, Frei Agostinho das Chagas, e o irmão espanhol Frei Domingos Brieva acompanharam a expedição de Pedro Teixeira para redescobrir todo o rio Amazonas, fundando no rio do Ouro a povoação de nome «Franciscana», em homenagem à cooperação dos frades menores, e chegando a Quito em 1639, de onde voltaram para Belém em 1640.[52]

Rareiam cada vez mais as notícias sobre as missões, constando que, em 1647, Frei Cristóvão de Lisboa, por ordem de D. João IV, comentou duas cartas que El-Rei recebera do Maranhão, sendo uma da Câmara e outra de Frei Luís da Assunção, guardião de Belém e comissário da Amazônia. Pede a Câmara licença para conquistar os sertões enquanto Frei Luís apresenta as suas dúvidas. Frei Cristóvão responde ao rei que todas

as conquistas de territórios dos índios pressupõem violência; pois os nativos são os legítimos donos da terra, nada fizeram de mal e não se opuseram à pregação da fé cristã. Por isso inevitavelmente odiarão os portugueses e repudiarão a religião católica, se forem injustamente agredidos; e acrescenta o ex-custódio, de antiga experiência, que os portugueses no Brasil aproveitam qualquer portinhola para escravizar os índios e insinua ao governo o dever de evitar tudo o que neste sentido possa servir de pretexto. Como prova aduz que no Ceará, numa extensão de 60 horas de viagem, havia também 60 aldeias de índios, havendo então uma só, enquanto as outras foram despovoadas pelo sistema de resgates. De modo semelhante, aconteceu no Maranhão e no Pará.

Tais declarações implicam o conselho de tratar os índios de maneira mais humana e de proibir os resgates a fim de não tornar o nome cristão ainda mais odiado do que já está.[53] A franqueza do ex-custódio surtiu efeito salutar; pois, nos anos seguintes, um número maior de missionários partiu para o Maranhão. Entrementes, também a Congregação da Propagação da Fé patenteou seu interesse à custódia do Maranhão concedendo-lhe a faculdade de sub-rogar missionários fora dos capítulos provinciais.[54]

Um relatório oficial de 1673 fala de 20.000 índios cristãos e do continuo crescimento da Igreja no Maranhão.[55] Em 1675, os franciscanos cientificam o governo de que, há 40 anos, vêm assistindo espiritualmente à aldeia de Guarapiranga que El-Rei lhes entregou e onde agruparam índios de diversas regiões. Pedem, pois, a administração da aldeia visto que os aborígenes convertidos os acompanham nas viagens apostólicas às tribos pagãs e com a caça e pesca ajudam na manutenção dos frades.[56]

Criada a junta das missões, recomendou El-Rei que, além dos prelados franciscanos, fosse também admitido Frei João de Santo Atanásio, por seus relevantes méritos missionários. Afinal, em 1686, coube aos missionários, além da cura d'almas, a administração temporal das aldeias.[57] Em 1693, o governo colonial procedeu à nova distribuição territorial das missões entre as diversas ordens, cabendo aos franciscanos de Santo Antônio tudo o que ficava ao norte do rio Amazonas e o sertão chamado Cabo do Norte para que discorrendo pela margem do rio-mar compreendessem os rios afluentes Jari e Paru e a missão de Urubuquara.[58]

3. COMISSARIADO DA PIEDADE

No mesmo ano de 1693, chegaram ao Pará os primeiros missionários da província portuguesa da Piedade recebendo Gurupá e o território entre os rios Trombetas e Gueribi, bem como o vale do Xingu.[59] Também estes franciscanos encontraram muita resistência da parte dos colonos quando tomaram a defesa dos direitos dos índios. Frei Pedro de Redondo († 1710), que ardorosamente defendeu os nativos de Serapatuba reclamando contra a exploração dos mesmos em trabalhos públicos, pagou caro sendo deposto.[61] Nesta época, os índios Piriqui mataram os padres Frei Pedro de Évora e Frei Antônio da Vila Viçosa. O exército colonial vingou o crime castigando os pagãos moradores do rio Atumá.[62]

A Câmara de Belém, em carta dirigida a El-Rei e datada de 19.VII.1704, critica duramente todas as ordens missionárias pelas negociações excetuando apenas os franciscanos da Piedade que «não faltam com a doutrina e cura espiritual, mas o (sic) consideram acessório à jurisdição temporal».[63]

Em 1720, o comissariado da Piedade administrava as dez missões seguintes: 1. Nossa Senhora da Piedade de Gurupá; 2. São José de Arapijó, entre os índios Capuna; 3. Santa Cruz, composta dos seguintes grupos: Aracaju, Corascorati, Ambiquara, Manaus; 4. São Brás de Maturu, com os Torá; 5. São Francisco de Gurupatuba, com estes grupos: Tapiassu, Apama, Gonçari, Manaus; 6. Santo Antônio de Surubiu, com os Apama, Crossam e Manaus; 7. Santo Antônio de Curuamanema, com os Baré e os Taquiponá ou Nambiquará; 8. Santa Ana de Pauxis (atual Óbidos, sede prelatícia), com os Pauxis, Arapiu, Coriati e Candori; 9. São João Batista, com os Jamundá; 10. São João Batista, com os Tocantim.[64]

Os Franciscanos da Piedade mereceram a seguinte apreciação do atual historiador mais afamado da Amazônia Ferreira Reis[65]: «... obtiveram êxitos sensíveis, montando aldeamentos, operando descimentos, convertendo dezenas de tribos, explorando rios como o Trombetas e o Jamundá, disciplinando o gentio com que tomavam contacto ou sobre que recaía sua atenção mais direta. Só em 1727, no Trombetas, conseguiram reduzir toda a massa gentílica, distribuída em mais de duas dezenas de tribos que se espalhavam, até a zona tida como fronteira da colônia holandesa de Surinam. Frei Francisco de São Marcos foi o herói desse feito».

Quando o marquês de Pombal tomou as rédeas do governo, as missões da Amazônia foram extintas e os Franciscanos da Piedade expulsos, em 1757.[66]

4. COMISSARIADO DA CONCEIÇÃO

Desmembrada da província de Santo Antônio, a da Imaculada Conceição recebeu parte das missões amazônicas, reunindo-as no comissariado da Conceição. Em 1706, fundou em Belém o hospício de São Boaventura, assumindo no decorrer dos anos o encargo de sete missões no Pará e duas no Maranhão, além do convento de São Luís. Também estes missionários tiveram em 1755 a ordem do governo de se retirarem das aldeias e se recolherem ao convento de São Luís, já que se negaram a reger as novas paróquias que substituíam as missões alegando a incompatibilidade entre a administração paroquial e a vida claustral.

Entre as missões da Conceição, conhecemos as seguintes: 1. São Francisco de Caiá, na ilha de Joanes ou Marajó, com os índios Aruna e Aruan; 2. Nossa Senhora da Conceição, no Igarapé da mesma ilha e com a citada tribo; 3. Santo Antônio de Aracajó, transferida mais tarde para São Francisco de Goianá; 4. Nossa Senhora da Conceição, no Marajó com os Ingaiba; 5. Santo Antônio de Tuaré, transferida mais tarde para Jari; 6. São João dos Poções, perto de São Luís do Maranhão, e que passou a ser chamada Vinhais; de datas posteriores são as missões: 7. Conceição de Tuaré, com os Tucuju; 8. São Francisco, na foz do Jari, entre os Aroki; 9. São Boaventura, em Caiá[67] e 10. Aramucu, no Jari, atual Arraiolos.

A prematura extinção de todas as missões tornou-se particularmente fatal, na Amazônia. Pois a maior parte dos índios ficou praticamente abandonada a si mesma e sujeita a explorações, até que, no século XX, prosseguiu a catequese, desde 150 anos interrompida, quando a Igreja, livre das algemas do padroado, pôde desenvolver toda a atividade missionária.

Relatemos afinal as missões da Custódia de Santo Antônio, enquanto administradas no século XVIII. Algumas tiveram a assistência dos franciscanos, durante 140 anos, e mesmo depois de transformadas em paróquias continuaram sob a direção destes religiosos. Além das já citadas aldeias de Una, Caité, Camutá e Caviana dos primeiros tempos existiam: 1. Missão do Rosário,

na ilha de Marajó ou Joanes, entre os índios Sacaca; 2. Bom Jesus, na mesma ilha, com os Aruan e Murunu; 3. São José, lá mesmo, com os Aruan; 4. Nossa Senhora da Conceição, no rio Paru, com os Aracaju; 5. Nossa Senhora das Graças de Urubuquara e 6. Santo Antônio de Anajatiba, com os Aruan; 7. Santo Cristo, em Mapuá; 8. Nossa Senhora da Graça, no Amazonas, com várias tribos; 9. Guarapiranga, já acima referida.[65]

As 26 missões franciscanas do século XVIII distribuíam-se assim sobre os três comissariados: nove da Custódia de Santo Antônio, dez do comissariado da Piedade e sete da Conceição, ocupando ao todo mais de cem religiosos.[66]

Sobre Urubuquara noticia o historiador agostiniano Frei Agostinho de Santa Maria[67] que os resultados dos missionários foram excepcionalmente abundantes porque os padres souberam afastar prudentemente os costumes pagãos, dando boa instrução às crianças, nas escolas. Os alunos aprendiam o português com a língua materna e demonstravam pronunciado talento para a música. A aldeia situava-se a cem horas de viagem, Amazonas acima.

Informação semelhante fornece o agostiniano sobre Guarapiranga, onde além da escola existiam várias oficinas, para os índios se aperfeiçoarem no artesanato. Os missionários traziam constantemente novos elementos pagãos para o centro catequético a fim de instruí-los na fé.[71] Embora das outras missões não haja notícias minuciosas, devem ter tido um movimento parecido.

Também a Custódia de Santo Antônio foi vítima dos selvagens. Pois, aos 20 de novembro de 1701, os índios Moré de Marajó massacraram Frei José de Santa Maria e Frei Martinho da Conceição.[72]

O método missionário terá sido o da Custódia de Olinda, visto que cinco religiosos desta introduziram os companheiros de Frei Cristóvão de Lisboa na catequese.

Apesar da campanha difamatória, encenada pelo marquês de Pombal contra as ordens missionárias, notadamente contra os jesuítas, não faltam vozes que lhes reconheçam e enalteçam os relevantes serviços prestados ao Brasil. Escreve Ernesto Cruz sobre os franciscanos da Amazônia[73]: «Além de contribuírem para a obra da catequese, com os sacrifícios mesmo de suas vidas, pois alguns morreram nas mãos dos terríveis Aruan, difundiram a instrução, deram impulso às aldeias que missionavam, tornando pacíficos e operosos os silvícolas que doutrinavam».

APÊNDICE

MISSIONÁRIOS ESCRITORES

1. Impressos

Frei Cristóvão de Lisboa, *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, Lisboa 1967 (fragmento da obra monumental perdida em Lisboa: *História Natural de Moral do Maranhão e Grão-Pará*).

Frei Francisco dos Prazeres, *Poranduba Maranhense*, in *RIHGB* LIV (1891).

2. Inéditos

Frei João de Santo Atanásio, *Roteiro Moral para Missionários feito para a Costa do Maranhão*... Dedicado a El-Rei D. Pedro II (ms de 1145 p.).[74]

Frei Jerônimo de S. Francisco, *Breve e vária História do Estado do Maranhão*, ms.[75]

Frei Boaventura de Santo Antônio, *Vocabulários das línguas Aruan e Sacaca*.

Frei Joaquim da Conceição e Frei Mateus de Jesus Maria, *Catecismos, súmulas, gramáticas e vocabulários dos Aruan, Aracaju e Maraumi*.

Frei Mateus de Jesus Maria e Frei João de Jesus: Trataram da língua geral.[76]

NOTAS

[1] Jorge Cardoso, *Agiológio Lusitano*, Lisboa III, 1666, p. 508 (citado *Cardoso*). — Frei Apolinário da Conceição, O.F.M., *Pequenos na Terra, Grandes no Céu*, Lisboa 1732, I. Adv. IV. — Jaboatão, I, 2, p. 81 e 83, II, p. 113. — Frei Francisco Leite de Faria, O.F.M.Cap., *Os Primeiros Missionários do Maranhão*, Lisboa 1961, p. 166 (cit. *Faria*). O autor, por desconhecer a citação de Jaboatão e por deixar de consultar Cardoso, nega que Frei Rosário tenha missionado no Maranhão por volta de 1600. A argumentação de Cardoso não permite que os capuchinhos sejam considerados "primeiros missionários do Maranhão".

[2] Jaboatão, II, p. 114.

[3] Cf. Cap. II, *Missões da Custódia de S. Antônio*, Fr. Francisco do Rosário, nota 4. Frei Rosário faleceu no convento de Salvador em 1650. Frei Sebastião do Espírito Santo, quando clérigo (1621-1624), provavelmente terá conhecido Fr. Rosário em Olinda. Quando custódio (1650-1653), colheu os dados biográficos, transmitindo-os em seguida a Jorge Cardoso.

[4] Faria, p. 20ss. Segundo o autor comunica, à p. 81, os jesuítas e franciscanos do Maranhão censuravam os poucos conhecimentos dos capuchinhos no idioma tupi-uambá (Salvador, p. 410). Deve-se, porém, levar em conta que os frades franceses se achavam no Maranhão havia apenas dois anos.

[5] Salvador, p. 403. — Jaboatão, II, p. 127ss, dedica 111 páginas à vida do Venerável Frei Cosme de S. Damião. — Ilha, II. 271.

[6] Salvador, p. 407. — Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para o extinto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro 1874, II, p. 172 (cit. *C. M. Almeida*).

[7] Jaboatão, I, 1, p. 198-201. — Romag, p. 86.

[8] Jaboatão, I, 1, p. 194-197 e 202s.

[9] Salvador, p. 410s.

[10] Jaboatão, I, 1, p. 208. — Faria, p. 67. Também o governador do Pará, Francisco Caldeira de Castelo Branco, pedira franciscanos encabeçando com eles a lista do que precisava: "Primeiramente religiosos para a conversão das almas de que há centenas de milhares; mostram-se afeiçoados a capuchos pelo que deles lhes dizem os índios do Maranhão". AHU — *Papéis avulsos do Pará, 1615.* — ilha, fl. 27tv.

[11] Veja o regulamento para os missionários, documento II no apêndice do capítulo II, p. 77.

[12] Jaboatão, I, 1, p. 208. — C. M. Almeida, I, p. 117. — O alojamento provisório no forte do Presépio é atestado por Ernesto da Cruz, *Os Capuchos de S. Antônio no Pará*, in *Revista de Cultura do Pará*, I, n. 4, p. 85 (cit. *Cruz Capuchos*). O autor não cita fontes. — O governo cedeu desde logo a costumeira ordinária destinada à manutenção do culto divino (ANTT — *S. Antônio dos Capuchos*, maço 1, n. 4, doc. 19, apud Mathias C. Kiemen, O.F.M., *The Indian Policy of Portugal in Amazon Region 1614-1693*, New York[2] 1973, p. 19 (cit. *Kiemen*). Com este estudo, o autor apresenta muitas achegas novas para a história das missões franciscanas da Amazônia.

[13] Jaboatão, I, 1, p. 209. — Kiemen, p. 19.

[14] Jnboatão, I, 1, p. 210.

[15] Ibidem, p. 211s. — AHU — *Papéis avulsos do Pará*, doc. de 31-1-1619, alega cartas de Frei Antônio de Marciana e Frei Cristóvão de S. José. — Frei Sebastião do Rosário viajara para Portugal, a fim de expor na corte a situação crítica do Pará (AHU, *Papéis avulsos do Pará*, ex. 1). Após a sua volta ao Brasil continuou como missionário, durante 23 anos (ANTT — *S. Antônio dos Capuchos*, maço 7), apud Kiemen, p. 21 (cit. TT-Cap.).

[16] Salvador, p. 500. — Jaboatão, I, 1, p. 215ss.

[17] Romag, p. 89. Ernesto Cruz, *História do Pará*, Belém 1963, p. 39 (cit. *Cruz História*).

[18] Artur C. Ferreira Reis, *A Formação espiritual da Amazônia*, in *"Cultura"*, I, p. 98 (cit. *F. Reis*. TT-Cap. m. 18, nº 67).

[19] Guilherme Studart, *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará*, IV, Fortaleza 1904-1921, I, p. 141s e II, p. 109s (cit. *Studart*).

[20] Studart, I, p. 129. O juízo foi precipitado porque a custódia olindense contava apenas oito conventos e menos de cem professos, na maioria portugueses.

[21] ANTT, *Cartório dos Capuchos de S. Antônio*, maço 6.

[22] Gaspar de Faria Severim Neto, sobrinho de Frei Cristóvão de Lisboa, oferece resumidos dados biográficos deste (1638), os quais figuram no prefácio à obra de Frei Cristóvão de Lisboa, *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, Lisboa 1967 (obra póstuma), p. 10 (cit. *Lisboa*). Romag, p. 90, por ignorar os dados supra de Gaspar, afirma que Frei Cristóvão recebeu o burel franciscano na província de S. Antônio.

[23] *AHU, Códices de Consultas de Partes*, n. 34, p. 49v, apud Kiemen, p. 29.

[24] *ANTT, S. Antônio dos Capuchos*, maço 6, doc. 9 de junho de 1622, apud Kiemen, p. 29.

[25] *AHU, Maranhão, Papéis avulsos*, doc. de 17-X-1623.

[26] Ibidem, sem data (1623 ou 1624).

[27] Ibidem, doc. de 7-III-1624. O decreto régio de 15-III-1624, que proíbe a administração leiga das aldeias de índios, acha-se no *ANTT, Chancelaria de Felipe III*, livro 39, p. 77.

[28] Bernardo Pereira de Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, Florença[3] 1905, I, n. 522 (cit. *Berredo*). — Salvador, p. 456.

[29] Lisboa, p. 15. Faria Severim cita o ms da História do Brasil, da autoria de Frei Vicente do Salvador, que foi mais fiel que as cópias posteriores.

[30] Jnboatão, II, p. 117s e 122. — Kiemen, p. 32.

[31] Lisboa, p. 15. O texto original de Frei Vicente aparece aqui mais exato que as cinco edições impressas da História do Brasil; pois nestas se lê em vez de "suas aldeias" "duas aldeias", que os frades curavam no Ceará, passando o equívoco a muitas obras.

[32] Salvador, p. 510.

[33] Frei Venâncio Willeke, O.F.M., *São Francisco das Chagas de Canindé*, Canindé[2] 1973, p. 107-114. — *Santuário de S. Francisco* (órgão da basílica), 1923-1968. — *Santo Antônio* (revista interna da Província de S. Antônio), 1923-1072.

[34] Salvador, p. 456s, serve de base ao *Santuário Mariano*, IX, p. 363-365, havendo um trecho transcrito ipsis litteris. — Berredo, n. 528s. — Frei Caetano de S. Boaventura, O.F.M., *Paraíso místico da Sagrada Ordem dos Frades Menores*, Porto 1750, p. 413 (cit. *C. S. Boaventura*). — C. M. Almeida, I, p. 117-120. — D. Francisco de Paula e Silva, *Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão*, Bahia 1922, p. 29 (cit. *Paula e Silva*). — C. M. Almeida, n. 1, p. 117-120.

[35] ANTT, *Razões fundamentais com que o Irmão Frei João de S. Diogo apela 1707*, S. Antônio dos Capuchos, maço 18. — C. S. Boaventura, p. 415.

[36] Paula e Silva, p. 43.

[37] D. Felipe Conduru Pacheco, *História Eclesiástica do Maranhão*, Maranhão 1968, p. 99.

[38] Paula e Silva, p. 209s, 318 e 452.

[39] Lisboa, p. 12.

[40] Berredo, n. 533.

[41] Ibidem, n. 534 e 543. — Lisboa, p. 13. — Jaboatão, II, p. 123. — Romag, p. 93s. — Conceição-Primazia, p. 124. — C. S. Boaventura, p. 1034ss.

[42] Salvador, p. 510. — Berredo, n. 546-554. — Kiemen, p. 34s. — Romag, p. 94s.

[43] Kiemen, p. 42. Frei Cristóvão de S. José, aludindo a Francisco Coelho de Carvalho, disse na pregação: "... não espanta que uma cobra mate um veado; em Pernambuco ouvi dizer que um *coelho* tragou um navio com toda a sua enxárcia".

[44] Berredo, n. 557ss, 577ss. — Kiemen, p. 37ss. Os jabotis passavam por peixes, no conceito popular, enquanto Frei Cristóvão como naturalista o negava e ademais se baseava na doutrina da Igreja. O Pe. Figueira, porém, estabelecia como norma a crença popular. — ABNR, vol. 51, p. 436.

[45] Lisboa, p. 21.

[46] ANTT, *S. Antônio dos Capuchos*, maço 6. A instalação do curso superior no convento de S. Luís permite a conclusão de que vinham os franciscanos portugueses ainda como clérigos estudantes para no Maranhão se aculturarem e aprenderem a língua indígena perfeitamente.

[47] Depois de sua volta a Portugal, Frei Cristóvão tratou dos preparativos para a publicação da volumosa História Natural. Mas a impressão não se realizou. Durante o terremoto de Lisboa, perderam-se provavelmente todos os originais com exceção da parte que toca à fauna e à flora, que foi reencontrada, em 1933. Enquanto o custódio já em 1627 se refere à obra principiada, os naturalistas contratados pelos invasores holandeses começaram apenas em 1637, cabendo, pois, ao franciscano a primazia como naturalista do Brasil, e não aos holandeses.

[48] Lisboa, p. 213.

[49] Muitos autores afirmam que Frei Cristóvão voltou para Portugal em 1636, enquanto o primeiro de todos a escrever, em 1638, atesta o ano de 1635. Lisboa, p. 14.

[50] Archivo General de Simancas — Secretarías Provinciales: *4 Religiosos presos em Argel, 1639*, libro 1470, fl. 175r.

[51] Studart, III, p. 46.

[52] Studart, III, p. 45-54. Kiemen, p. 44s.

[53] Kiemen, p. 54.

[54] AHU, *Papéis avulsos do Maranhão*, doc. de 29-X-1647. Cf. Frei Venâncio Willeke, O.F.M., *Frei Cristóvão de Lisboa, O.F.M.*, in *RIHGB*, vol. 289, p. 112-136.

[55] ANTT, *S. Antônio dos Capuchos*, maço 5, doc. de 26-VIII-1653.

[56] Kiemen, p. 134. — APR 125, fls. 32 e 34. — ABNR, vol. 32, p. 351.

[57] *Regimento e Leis sobre as Missões do Estado do Maranhão e Pará e sobre a Liberdade dos Índios*, Lisboa 1724, p. 40. Guarapiranga ficava 12 léguas, Amazonas acima, do lado norte (cit. *Regimento*).

[58] Regimento, p. 51. — Kiemen, p. 158.

[59] Conceição-Primazia, p. 125. — Leite, III, p. 246.

[60] ANTT, *S. Antônio dos Capuchos*, maço 18, n. 41. O comissariado levantou, em Belém, o hospício de S. José. — Em 1694, surgiram desinteligências entre jesuítas e franciscanos, por causa da repartição das missões do Xingu. Cf. Regimento, p. 80.

[61] A aldeia de Serapatuba não aparece nas listas das missões.

[62] Maria do Carmo Tavares de Miranda, *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*, Recife 1969, p. 134.

[63] AHU, *Papéis avulsos, Carta da Câmara de Belém a El-Rei*, fl. 3r e v.

[64] Pe. Fernando Félix Lopes, O.F.M., *Para a História dos Franciscanos portugueses no Brasil*, in *S. Antônio*, ano 23, n. 2, p. 55 (cit. *Lopes*).

[65] F. Reis, p. 36.

[66] Marcos Carneiro de Mendonça, *A Amazônia na Era Pombalina*, III, Rio 1963, vol. III, p. 1175 (cit. *Mendonça*).

[67] Lopes, p. 56s. — Conceição-Cinustro, p. 109s. — Frei Pedro de Jesus Maria José, O.F.M., *Crônica da S. e Real Província da Imaculada Conceição de Portugal...*, Lisboa 1754, p. 255, 278.

[68] Lopes, p. 50s. — Conceição-Claustro, p. 109. — Regimento, p. 40.

[69] Mendonça, I, p. 153.

[70] Santuário Mariano, IX, p. 399. — Cf. Mendonça, I, p. 165, e III, p. 1035, referindo que a junta das missões insiste no ensino da língua portuguesa, 8-XI-1751.

[71] Santuário Mariano, IX, p. 397. O autor baseia sobre dados do missionário Frei João de S. Diogo, O.F.M.

[72] Conceição-Primazia, p. 128. — Frei Francisco dos Prazeres, O.P.M., *Poranduba Maranhense*, in *RIHGB*, vol. 54 (1891), p. 95s.

[73] Cruz Capuchos, p. 96.

[74] Pe. Fernando F. Lopes, O.F.M., *Fontes Narrativas e Textos Legais para a História da Ordem Franciscana em Portugal*, Madri 1949, p. 88.

[75] Ibidem, p. 140.

[76] F. Reis, p. 15s, apud Roewer, *Ordem*, p. 111. TT-Cap. m. 18, nº 67.

VI

Missões do Amazonas
1870/1894

Quase todas as missões tratadas no capítulo anterior ficavam no então Estado do Grão-Pará que abrangia o Maranhão e o Pará. Este capítulo versa unicamente da catequese franciscana desenvolvida na então província do Amazonas que, até 1892, pertencia eclesiasticamente à diocese de Belém do Pará.

Desde que o marquês de Pombal, em 1758, mandara afastar os religiosos das missões amazônicas, estava praticamente paralisada a catequese entre todas as tribos do extremo Norte. Dom Pedro Ii desfechou, em 1855, o golpe mortal à vida claustral interditando definitivamente os noviciados de todo o Brasil. Mas, por contraditório que pareça, o mesmo imperador se viu obrigado a contratar missionários europeus para a evangelização e civilização dos silvícolas. Pois queria que os índios, a serem aldeados pelos missionários, garantissem as zonas fronteiriças contra o perigo da invasão e anexação pelos povos vizinhos.

As negociações sobre a nova missão amazônica principiaram em La Paz, Bolívia, onde o ministro brasileiro Lopes Neto, em 1869, tratou do assunto com o religioso italiano Frei Samuel Mancini, O.F.M., a quem prezava como franciscano exemplar. Verificando que esse e outros frades já tinham prática na catequese dos índios bolivianos, e encontrando eco aos seus projetos, o diplomata propôs a Frei Samuel uma visita ao Rio de Janeiro, a fim de tratar com Dom Pedro II. [1]

O franciscano seguiu para o Brasil e, após uma audiência com o imperador no Rio, continuou a viagem para a Itália. Nada consta das conversações havidas entre o monarca e o religioso, senão que este aceitou o convite confirmado de fundar missões com sede central em Manaus. A pronta aquiescência de Frei Samuel foi precipitada porque, na qualidade de franciscano, deixou de procurar informes sobre a situação da Ordem Seráfica no Brasil e suas relações com a corte. Pois, como estranho, mas interessado em exercer o ministério sagrado no País, não podia ignorar o estado precário das províncias franciscanas brasileiras, nem deixar de declarar-se solidário com os confrades oprimidos. Ademais, a melhor garantia das projetadas missões consistiria em recrutar religiosos brasileiros reabrindo-se, para esse fim, ao menos um dos noviciados franciscanos do País. Desde que Dom Pedro tanto se interessava pela fundação das missões amazônicas, teria tido a alternativa de ou reabrir o noviciado ou ficar sem os missionários.

Na Itália, Frei Samuel convenceu-se em breve das barreiras quase intransponíveis que se opunham ao seu projeto missionário. O superior geral dos franciscanos, Frei Bernardino dal Vago, deu a entender que, em virtude da crise italiana, nenhuma província poderia assumir encargos missionários em Manaus. E quando o ministro brasileiro em Roma Dr. João Batista Figueiredo apelou para a Santa Sé a fim de acelerar a causa de Manaus, Frei Bernardino apenas consentiu numa fundação provisória, sem oferecer qualquer garantia e fazendo depender tudo da missão boliviana. [2]

Pouco valera ao ministro a promessa de assumir todas as despesas da futura missão [3] e a generosa oferta que D. Macedo Costa, bispo de Belém do Pará, fizera a Frei Samuel facultando-lhe como residência o seminário menor de Manaus. [4] Entrementes, chegara outro confrade da Bolívia, Frei Jesualdo Machetti, O.F.M., que desde 1853 trabalhara na catequese dos índios. Ambos aproveitaram as férias para recrutar voluntários para as missões amazônicas.

Aos 5 de setembro de 1870 D. Pedro II, recebendo em audiência os seis missionários destinados para Manaus, estranhou o pequeno número de catequistas para a imensa região amazônica. Em Belém do Pará, Frei Vicente Rochi adoeceu tão seriamente que voltou incontinenti para a Itália. A 1º de novembro chegaram a Manaus Frei Samuel, Frei Jesualdo e Frei Teodoro Portaraso, e, no dia 24, Frei Luís Zaccagni e Frei Ângelo Frattegiani. Depois de alguma demora no seminário menor, passaram os franciscanos para a capela de São Sebastião, dedicando-se de início ao estudo do idioma, à cura d'almas e à direção da Ordem Terceira por eles fundada. [5]

1. MISSÃO REGULAR (1870-1877)

Logo após a chegada dos missionários a Manaus, o presidente do Amazonas José Miranda da Silva Reis assinou as determinações do Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, datadas de 8 de outubro de 1970 e estabelecidas para os missionários franciscanos. O texto importante que fazemos seguir é uma versão do italiano publicado por Frei Jesualdo Machetti [6]:

1. Depois de sua chegada, apresentar-se-ão os missionários ao Governador do Estado.

2. Entregar-se-á aos franciscanos uma casa conveniente como hospício provisório até à fundação de uma residência definitiva.

3. Nas aldeias a se fundarem em locais escolhidos pelo Governo Imperial, à proposta do Governador, ficarão os indígenas sob a imediata jurisdição dos missionários, tanto nas coisas espirituais como materiais, sem qualquer intervenção da autoridade do respectivo município ou comarca.

4. No caso de algum aldeado cometer um delito em cuja punição deva intervir a autoridade civil, o respectivo missionário assistirá ao processo do delinqüente como tutor e como tal pode depor ou pedir o que for de justiça.

5. Entender-se-ão os missionários com o Governador da Província e não receberão ordens de nenhum outro funcionário público.

6. Caberá aos missionários tudo quanto servir para o progresso espiritual e material dos neófitos como também o ensino elementar até a fundação de uma escola, com professor próprio.

7. Em cada aldeia, haverá um ferreiro e marceneiro para os trabalhos necessários e o aprendizado dos indígenas nestes ofícios.

8. O terreno em que se fundarem as aldeias pertencerá legalmente aos índios; caso alguém possa provar quaisquer direitos sobre tal terreno será devidamente indenizado pelo Governo.

9. Enquanto os indígenas ainda forem neófitos outras pessoas só poderão estabelecer-se nas aldeias com a permissão dos missionários. Estes poderão expulsar os que de qualquer maneira se mostrarem elementos nocivos por mau exemplo ou fraude.

10. O Governo fornecerá aos padres os objetos de que precisarem para fazer presentes aos índios, particularmente objetos que, pelo seu manejo, induzem ao trabalho. A distribuição não será uma simples doação, mas antes uma espécie de troca, caso os indígenas atribuam aos objetos algum valor, embora estes às vezes não o tenham ou não tanto. Os índios darão em troca produtos de sua própria fabricação ou preparação.

11. Cada missionário receberá 100 mil réis mensais de ordenado.

12. Semestralmente apresentarão os missionários ao Governador um relatório sobre o estado e as necessidades das aldeias, sobre as eventuais

dificuldades, sugerindo, a um tempo, os meios adequados para removê-los. Do mesmo modo, informarão de que objetos precisam para a catequese e os neófitos.

13. Sob pretexto algum, poderão os missionários ser impedidos de cumprir o seu mandato principal.

14. Em casos extraordinários, o Governador enviará soldados para as aldeias, como medida de segurança».

É de estranhar que aos missionários não se facultava ao menos a voz consultiva, em certas deliberações governamentais. O artigo 3 acima teria pedido uma restrição, no sentido de garantir a cada missão dois franciscanos ou de localizar as aldeias não muito distantes entre si, de modo que os missionários dessem apoio moral uns aos outros. Na realidade, acontecia que um franciscano ficava a mais de mil kms distante do seu «vizinho» mais próximo, porque o governo preferia as aldeias nas fronteiras da Bolívia, do Peru e da Colômbia. [7]

Aos 27 de dezembro de 1870, seguiram Frei Jesualdo Machetti e Frei Teodoro M. Portaraso com o superior Frei Samuel Mancini o rio Madeira acima para fundarem duas missões no limite da Bolívia, atual Rondônia. Tendo deixado o navio, na boca do Rio Jamari, presseguiram a viagem a canoa. Na aldeia Jamari, interromperam a jornada para visitar os índios da região e conhecer as condições para uma eventual catequese. Passados dois meses, voltou Frei Mancini para Manaus, por ter adoecido.

Visto que os dois missionários não encontrassem indígenas no Jamari, dirigiram-se ao rio Machado, atual Rio Preto, onde acharam a tribo dos Torá, que de passagem fora catequizada por Frei Joaquim, O.F.M., de Belém, e em parte recebera o batismo. A primeira missão foi chamada de «São Francisco», acrescentando-se, na zona do Madeira, as aldeias de Santo Antônio e de São Pedro Apóstolo e, nos vales dos rios Purus e Ituxi, outras duas missões. Afora algumas tribos selvagens como os Torá, Arara e Puma, tratava-se em geral de índios pacíficos e trabalhadores que viviam de agricultura e pesca, negociando com farinha de mandioca e óleo de copaíba, enquanto os selvagens preferiam a vida nômada.

Frei Teodoro Portaraso encarregou-se da missão de São Francisco, sita na confluência dos rios Preto e Madeira. Na aldeia, havia de início 135 índios Arara e 26 casas, capela, casa paroquial, doze casas de farinha e 60 roçados. Deste centro procurava o missionário irradiar a catequese sobre outras tribos

como os Torá e Urupá-Manaca do Rio Preto, trazendo-os à missão para melhor introdução no cristianismo. Os Arara eram muito perseguidos pelos Parintintim.[8]

Numa carta dirigida ao generalado de Roma, Frei Machetti elogia este confrade nos seguintes termos: «Há doze anos que Frei Teodoro Portaraso vem civilizando os índios desta missão. Basta dizer que os rapazes até seus vinte e cinco anos não sabem apenas as verdades da fé mas também aprendem a ler, escrever e fazer contas. Dia por dia, ele ensinava-os durante 4-5 horas, e isto com toda a paciência. No centro da missão, há cerca de 50 residências bem construídas, formando uma rua de 200 metros».[9] Já o sucessor Frei Illuminato Coppi que, em 1882, curava esta missão não ensinava com a mesma paciência, mas tratava as crianças com aspereza e castigando-as. Em 1884 esta missão foi elevada a paróquia sendo entregue ao bispo a 22 de maio de 1885.[10] A missão de São Pedro, em Papuna, sita à margem do Madeira e no distrito do Crato contava 75 índios Mura, 14 casas, oficinas, escola para ambos os sexos, 14 canoas e vários roçados. Em 1875 terminou a construção da capela. Revezaram-se no aldeamento e assistência a esta tribo o irmão Frei Vitaliano Paolozzi e os padres Frei Jesualdo Machetti e Frei Miguel Prenofetta. As desastrosas enchentes e a conseqüente decadência da missão ocasionaram a sua reunião com a aldeia de S. Francisco, em 1879. Não constam detalhes da missão de Santo Antônio.[10a]

Em junho de 1871, seguiu Frei Ângelo Frattegiani pelo Solimões até a fronteira peruana para fundar a missão de Caldeirão, distante de Manaus 1.800 kms. O missionário regia também a paróquia de Tabatinga. Caldeirão contava 250 índios Tucano, 22 casas, muitos casebres, bons roçados e 100 reses de gado. Em começos de 1875, grassou a varíola matando 69 aldeados. Os que escaparam com vida fugiram para a mata. Como a missão nunca mais se refizesse satisfatoriamente foi extinta em 1877.[11]

Em princípios de 1872, partiu Frei Zaccagni para o rio Madeira a fim de fundar outra missão, no rio Beni, afluente do Madeira. No hospício de Manaus, ficavam apenas Frei Mancini e o subdiácono espanhol Frei Ângelo Levosende que viera do Rio de Janeiro.[11a]

A lei n. 256 de 30 de abril de 1873 autorizava o presidente da província a contratar na Europa vinte missionários para

servirem de párocos interinos em os rios Javari, Negro, Branco, Purus e Jauaperi. No mesmo sentido, o embaixador Figueiredo junto ao Vaticano dirigiu-se a generalado franciscano de Roma e este ao comissário geral da ordem na Bolívia e na Argentina solicitando missionários para Manaus.[12] Em vez de engrossar a fileira dos franciscanos, o superior geral transferiu Frei Zaccagni para o comissariado da Terra Santa no Rio de Janeiro, vindo ao seu lugar, procedente do Peru, Frei Miguel de Prenofetta, em princípio de 1874.[13]

Somente em 1877, Frei Machetti obteve na Itália cinco missionários, de modo que pôde ocupar melhor as aldeias e criar duas missões novas. Aos 16 de julho desse ano, dois religiosos recém-chegados seguiram para tal fim aos seus campos de catequese, sendo Frei Venâncio Zilocchi acompanhado do superior até o rio Purus e cabendo a Frei Mateus Canioni a aldeia localizada na foz do Ituxi, afluente do Purus.[14]

2. PREFEITURA MISSIONÁRIA (1877-1894)

a) Prefeitura de Frei Machetti (1877-1890)

Exonerado do cargo de superior regional, voltou Frei Samuel Mancini para a Itália, enquanto Frei Jesualdo Machetti foi empossado como primeiro prefeito da missão, no dia 1º de novembro de 1877, cumulando o posto de superior conventual.[14a] Em janeiro de 1878, instalaram Frei José M. Dallorto e Frei Francisco Vidaure a nova procuradoria missionária em Belém do Pará, a qual se tornara indispensável para o tratamento de confrades enfermos, para a chegada de novos missionários e para muitos encargos que não se podiam resolver senão na capital do Pará.

Além de declinar a oferta de novas missões no Pará e Mato Grosso, a prefeitura teve que extinguir a missão de Caldeirão no Solimões.[15] A morte de Frei Zaccagni e Frei Paolozzi abriu novas clareiras na fileira dos missionários, fora algumas transferências necessárias.[16]

Prosseguindo a falta de religiosos e não se registrando os desejados resultados nas missões do rio Purus, o prefeito cancelou estas, em 1881, de acordo com o presidente da província. Destarte, as missões do Madeira e uma nova no rio Vaupés po-

diam dispor de maior número de missionários, cabendo a Frei Canioni a de S. José de Maracaju no Vaupés. [17]

Já se achava no rio Vaupés, desde 1880, Frei Venâncio Zilocchi estudando a melhor posição das aldeias e dividindo a zona em cinco missões, com oito capelas já construídas, visto que o vale do Vaupés e de seus afluentes tem a população mais densa, contando a aldeia São Francisco de Taraquá cerca de 400 almas das quais 245 na sede. A escola promete pouco resultado porque os índios são preguiçosos. O missionário recebe ordem de os mandar fiar tucum para se vestirem, pois andam nus. [18]

Frei José Maria Zattoni que, em meados de 1883, viera a Manaus, teve que retirar-se, em janeiro de 1884, por causa de uma doença melindrosa. Segundo um ofício de Frei Jesualdo endereçado ao presidente da província Teodoreto Carlos de Faria Souto, todas as missões do Vaupés e do rio Tiquié contavam em 1884 apenas os dois missionários Frei Venâncio e Frei Mateus Canioni, sendo que o terceiro, Frei Illuminato Coppi, foi à Itália procurar dois missionários, para cujas despesas o governo cedeu a verba de 1:500$000. No mesmo documento, o prefeito das missões se defende de certas acusações dizendo que as missões não se acham tão atrasadas quanto afirmam alguns desafetos dos frades. Antes de viajar para a Europa, Frei Illuminato se estabelecera na missão de Ipanoré, centro do alto Vaupés e Içana, com igreja bem construída, cemitério, escola e cadeia. [19]

Em 1884, dispôs a Propaganda da Fé que as missões de Manaus, de então em diante, dependessem do comissariado da Argentina porque a Bolívia ficava mui distante. Mas o comissário de Buenos Aires comentou que ele não podia dedicar o devido interesse às missões amazônicas, achando melhor subordiná-las diretamente ao ministro geral da ordem, conforme o breve «Apostolicae Sedis» de Pio IX previa. [20]

A terceira viagem de propaganda do prefeito Frei Jesualdo rendeu, em 1886, dois novos colaboradores, Frei Ambrósio Pardini e Frei Pedro Batista, enquanto Frei Illuminato Coppi em 1887 trouxe da Itália os confrades Frei Pedro Pietrelli e Frei Mário Cangini. Daí o plano de Frei Jesualdo de fundar novas missões no Rio Branco e no vale do Jauaperi, plano que não vingou porque a fama dos religiosos já diminuíra aos olhos das autoridades, razão por que, em 1888, todos os frades se retiraram ao hospício de Manaus. O prefeito Frei Jesualdo conseguiu para

seus súditos colocações em paróquias na zona de Manaus. Mas o descontentamento dos religiosos sobre certas anormalidades da vida regular ocasionou, em 1889, a volta definitiva de cinco missionários para as suas províncias, enquanto Frei Ambrósio Pardini, pouco depois de sua chegada a Manaus, falecera em 1886. [21]

b) Medidas do Visitador Geral

Como os missionários de Manaus procedessem de várias províncias italianas, haviam surgido desinteligências entre eles. Estavam porém unidos na desaprovação da deficiente administração do prefeito Frei Jesualdo, reclamando neste sentido junto à Propaganda da Fé, como ao ministro geral da ordem. Este mandou como visitador geral Frei José Maria Dallorto, então comissário da Terra Santa em Petrópolis, o qual, em junho de 1889, passou três semanas com os confrades do hospício central de Manaus tentando restabelecer a ordem e elaborando um relatório minucioso destinado ao generalado de Roma.

O visitador acusava não só o superior Frei Machetti, mas também os outros religiosos com exceção de dois jovens, criticando as falhas da administração material da parte do prefeito e os negócios proibidos e o emprego de dinheiro, sem que os súditos prestassem contas ao superior. Nunca se chegara a um acordo quanto a um regulamento da casa. Para abolir os abusos o visitador impôs desde logo certa disciplina mandando também introduzir uma contabilidade fácil de ser examinada.

Informado sobre a lamentável situação, o Padre Geral indagou se conviria suspender toda a missão de Manaus ao que o visitador respondeu que não, porque assim a opinião pública se voltaria contra os franciscanos; pois ele opinava que os confrades, máxime Frei Jesualdo e Frei Venâncio, gozavam boa fama encontrando apenas resistência da parte dos negociantes gananciosos, para não se fundarem missões novas, em lugar das extintas. Assim propõe o visitador para restabelecer a concórdia entre os missionários que Frei Anacleto Sonsini assuma a prefeitura e Frei Jesualdo a procuradoria. [22]

c) Gestão de Frei Anacleto Sonsini (1890-1891)

Em virtude do capítulo geral, protelou-se a nomeação do novo prefeito, até junho de 1890, e a sua chegada a Manaus, até ou-

tubro do mesmo ano. A escolha não fora feliz porque Frei Anacleto mostrou-se pessimista considerando toda a empresa missionária irreparavelmente perdida. A sua desconfiança para com os confrades impediu a boa harmonia na comunidade religiosa. Tanto ele como três súditos pediram a transferência para as suas províncias de origem. Deixando Manaus a 24 de agosto de 1891, o ex-prefeito legou ao seu sucessor uma situação mais confusa do que encontrara. [24]

d) Nova gestão de Frei Jesualdo Machetti (1891-1894)

Em sua carta dirigida a Frei Anacleto, o novo ministro geral Frei Aloísio Canali ordenava que com a chegada da missiva reassumisse Frei Jesualdo o governo da prefeitura. Ademais lhe parecia oportuno mandar todos os missionários para as suas respectivas províncias ou para outra parte, visto que em Manaus já não se tratava propriamente de propagar a religião e por isso os três religiosos eram supérfluos.

Recebendo uma intimação da Propaganda da Fé no sentido de empregar catequistas para melhor instrução dos neocristãos, respondeu o superior geral que era tarde, pois a extinção da missão estava iminente.

Em Manaus, permaneceram Frei Machetti e Frei Pietrelli a fim de tomarem as últimas providências quanto à entrega ou venda do patrimônio. O nosso bispo de Manaus pediu ao generalado de Roma que mantivesse os dois franciscanos nos seus postos, porque a diocese recém-criada dispunha apenas de nove sacerdotes. Mas Frei Aloísio Canali indeferiu o pedido alegando a enfermidade dos dois súditos e a falta de outros disponíveis. Aos 2 de dezembro de 1894, Frei Jesualdo Machetti e Frei Pedro Pietrelli partiram para Salvador onde esperavam curar-se, como hóspedes do célebre convento de S. Francisco. Foi este o trágico fim das missões amazônicas, após 24 anos de lutas. [24]

EPÍLOGO

As razões do relativo insucesso das missões amazonenses encontram-se tanto com os franciscanos como fora da ordem seráfica. Visto que a fundação das missões não contava com o apoio de

determinada província mas sim partia do governo imperial, faltou, desde o princípio, toda a garantia, o número suficiente de missionários e a indispensável escolha entre os voluntários, sendo quase todos contratados por Frei Jesualdo Machetti. Ademais o governo desconhecendo a necessidade da vida em comunidade colocou os religiosos separadamente nos postos tão distantes entre si que lhes faltava todo apoio moral recíproco. [25]

Frei Samuel Mancini procurava remediar essa falta visitando todos os seus súditos, ao menos uma vez cada ano, ao passo que Frei Jesualdo, depois de alguns anos, omitiu tal prova de caridade. [26] Durante a gestão de Frei Jesualdo, foram extintas muitas missões para darem lugar a novas fundações. Deste modo, não se desenvolveu uma catequese sólida para descrédito dos religiosos perante as autoridades.

As razões desfavoráveis que afetaram a catequese por parte de estranhos são múltiplas, figurando em primeiro lugar a inconstância dos próprios silvícolas. Pois o nômade amante da liberdade foge de toda a responsabilidade e obrigação. Quase todas as missões experimentavam má influência dos negociantes sobre os aldeados, enquanto os funcionários públicos toleravam tudo porque eram venáveis.

Também a maçonaria e as seitas protestantes causavam muitos atritos com os missionários. [27] Apareceram até desinteligências com o clero secular e o próprio bispo de Belém que pretendia dispor dos missionários. [28]

Apesar de tantas falhas humanas ocorridas na obra da Evangelização, deve-se confessar que os índios da província do Amazonas, durante o século XIX, sentiram pelo menos temporariamente a benéfica influência da Igreja. Onde, em 1870, cinco frades encetaram a propagação da fé, existem hoje — cem anos depois — treze prelazias com nove congregações missionárias diferentes.

MISSÕES DO ESTADO DO AMAZONAS (1870-1889)

ALDEIAS	PADROEIROS	CASAS	ALMAS	TRIBOS
1. Micurapecuma	N. S. da Conceição	3-4	30	Tucano
2. Jurapecuma	S. Pedro	7-8	79	»
3. Ananapecuma	S. Bernardino	20-25	129	»
4. Taraquá	S. Francisco	40-42	245	»
5. Ipanoré	S. Jerônimo	63	336	Tariana
6. Iviturapecuma	—	4-5	78	Arapaz
7. Juquira	S. Miguel	14-16	164	Piratapuia
8. Jararete	Santo Antônio	30-35	402	Tariana
9. Umari	—	3-4	86	Tucano
10. Caruri	S. Leonardo	5-6	168	Ananá
11. Jutica	SS. Trindade	5-6	84	»
12. Tucano	S. Isabel	25-30	189	Tucano
13. Uiraposo	N. S. de Nazaré	10-12	250	»
14. Maracaju	S. José	11-13	309	»
15. Turi	S. Pedro de Alc.	5-8	186	»
16. Turigarapé	S. Luzia	1-2	162	»
17. São Domingos	—	—	—	—
18. São Francisco	—	—	370	—
19. Papunha	S. Pedro		100	Mura
20. Aruaná	S. Antônio			Pama
21. Tapauá	N. S. da Conceição			Jamamandi
22. Im. Conceição	—		70	

Notas: As aldeias 1-11 ficavam no rio Vaupés; 12-15 no rio Tiquié; 16 no Papuri; 17 no Içana; 18 no Machado (afluente do Madeira); 19 e 20 no Madeira; 21 no Mamuriá; 22 no Ituxi. — A lista das missões se baseia sobre Frei Jesualdo Machetti, *Catechese, in Exposição com que o Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto, M. D. Presidente da Provincia, entregou a administração da mesma ao Tte. Cel. Joaquim José Paes da Silva Sarmento,* Manaus 1885, e *Acta Ordinis Fratrum Minorum,* V (1886), p. 111, 144 e 175. — Por ordem do governo amazonense, tentaram os frades em 1887 tomar contacto com o Crichana dos rios Branco e Jauaperi, para enfrentarem a invasão das seitas protestantes vindas da Guiana inglesa. Mas não se fundou qualquer missão.

NOTAS

[1] Serve de fonte principal a este estudo *Missio Manaus,* em 2 vols. (ms), existente no arquivo da cúria geral dos franciscanos de Roma (cit. *M1* e *M2*). O próprio arquivo da missão que Frei Jesualdo, em 1894, levou até Salvador-BA desapareceu. Os seguintes escritos podem ser usados, com certa reserva: Frei Jesualdo Machetti, O.F.M., *Breve Memória della Nuova Missione Francescana nel Nord del Brasile,* Milano 1877, o qual foi textualmente transcrito por Frei Marcelino da Civezza, O.F.M., *Saggio di Bibliographia Sanfrancescana,* Prato 1879, p. 345-364 (cit. *Saggio*);

Frei Jesualdo Machetti, O.F.M., *Notizie interessanti sulla Provincia delle Amazoni nel Nord del Brasile,* Roma 1882; Idem, *Relazione della Missione Francescana di Manaus presentata al R. P. Generale dei Minori Francescani per il P. Gesualdo Machetti,* Roma 1886 (cit. *Relazione*).

[2] M1, fl. 14.

[3] M1, fol. 26r e v. — P. Leonardo Lemmens, O.F.M., *Geschichte der Franziskanermisstonen,* Muenster 1929, p. 275, equivocou-se afirmando que o bispo de Belém D. Antônio de Macedo Costa teria convidado os franciscanos para Manaus, ocorrendo o mesmo lapso com Frei Samuel Tetteroo, O.F.M., *A Ordem dos Frades Menores no Brasil,* S. João del-Rei 1924, p. 70. Frei Mancini e Frei Machetti visitaram, em 1870, a pátria italiana recrutando nessa ocasião 4 confrades para a Amazônia. Aos 16 de agosto de 1870 embarcaram em Bordéos chegando ao Rio de Janeiro a 2 de setembro. Cf. Frei Pancrácio Puetter, O.F.M., *Missões Franciscanas no Estado do Amazonas,* in *S. Antônio,* I (1943), fasc. 1, p. 20 (cit. *Puetter*).

[4] M1, fol. 27v.

[5] M1, fol. 34r e v, 37-38v. — *Relatório do Superior Frei Samuel Mancini, 27-7-1872,* in *Relatório apresentado á 1ª sessão da 15ª legislatura...,* Rio 1872, anexo B, p. 1.

[6] As determinações acham-se em Puetter, f, fasc. 2, p. 3-4.

[7] Ibidem.

[8] M1, fol. 44r e v. — *Relatório apresentado á 1ª sessão da 16ª legislatura da Assembléia Provincial do Amazonas,* Manaus 1877, p. 472 (cit. *Rel. Ass.*). — *Relatório da Presidência da Provincia do Amazonas 1870-1877,* vol. V, Rio 1908, p. 91 (cit. *Rel. Pres.*).

[9] Archivum Generale, O.F.M., *Brasile Manaus, Carta dirigida ao Pe. Geral* (16-X-1882). — Frei Marcelino Civezza, O.F.M., *Storia Universale delle Missione Francescane,* Roma, XI, vols. 1857-1895, VII, p. 405 (cit. *Storia*).

[10] Archivum Generale cit., ms XI, 9, fol. 237v. — Storia e outras fontes afirmam que a missão foi elevada a paróquia em maio de 1886. — José Lustosa da Cunha Paranaguá, *Diário de uma Viagem de Manaus a Itacoatiara...,* in Arquivo Imperial de Petrópolis (ms. de 1882), conta as suas impressões pouco favoráveis aos missionários e ao estado da missão de S. Francisco.

[10a] Rel. Ass. sessão 1ª, legislatura, 16ª, p. 472s. — Rel. Pres., p. 90s. — Rel. Ass. sessão 3ª, legislatura 15ª, p. 199; & sessão 4ª, legislatura 15ª, p. 290. — Saggio, p. 360ss.

[11] Rel. Pres. V, p. 89s. — Rel. Ass. sessão 4ª, legislatura 14ª, p. 199; & sessão 4, legislatura 15ª, p. 290; & sessão 1ª, legislatura 16ª, p. 473. — Saggio, p. 358.

[11a] M1, fol. 44r e v.

[12] M1, fol. 49 e 50 v.

[13] M1, fol. 73s, 274.

[14] M1, fol. 136r e v.

[14a] Nunciatura do Rio de Janeiro (citado *NRJ*), ex. 47, Gestão Roncetti afirma que o ministro geral Frei Bernardino Dal Vago procedeu à exoneração por não estar satisfeito com a conduta de Frei Samuel Mancini. O bispo de Belém D. Macedo Costa estranhou o motivo da exoneração porque Frei Mancini era benquisto, enquanto Frei Jesualdo Machetti era duro com os índios.

[15] M1, fol. 125ss, 138, 145v.

[16] M1, fol. 194.

[17] M1, fol. 372. — Relazione, p. 5. — Storia, p. 409. — *Relatório de Frei Jesualdo Machetti de 18-III-1881,* in *Fala do Dr. Satyro Oliveira Dias, presidente da provincia do Amazonas* (4-IV-1881), Manaus 1881, p. 38-40.

[18] Ibidem.

[19] *Ofício de Frei Jesualdo Machetti,* datado de 7-VII-1884 e dirigido ao presidente da província do Amazonas, Dr. Theodoreto Carlos de Farias Souto.

[20] M1, fol. 419ss, 467, 472. — *Acta Ordinis Fratrum Minorum* 3 (1884), p. 161. — *Pii IX Pontificis maximi Acta,* pars I, Roma s. d., VII, p. 332-403.

[21] M1, fol. 536, 554. M2, fol. 75, 209, 211, 231, 244, 299s.

[22] M2, fol. 288s. O delegado geral Frei Rafael Delarbre propusera em 1887 uma visita canônica. Mas o comissário geral da Argentina Frei Mazza não atendera por causa das enormes despesas. M2, fol. 114s, 170-176, 204, 207v, 260-268.

[23] M2, fol. 259, 302, 330. — Diomedes Falconio, O.F.M., *I Minori Riformati negli Abruzzi,* Roma 1914, II, p. 27, 59-61. — *Acta Minorum* period. cit. annus 48 (1929), p. 175.

[24] M2, fol. 322r e v, 324s. O documento da Propaganda data de 10-VII-1891. M2, fol. 330r e v, 347ss, 392, 406r e v, 408r e v. — Em Salvador, Frei Machetti obteve a promessa de colaboradores para Manaus da parte dos franciscanos alemães da Saxônia, a qual porém deixou de ser cumprida, por causa da febre amarela. M2, fol. 424r e v, 436. — Franciscanos holandeses, que de fato chegaram ao Amazonas para continuarem a obra de Frei Jesualdo, abandonaram Manaus porque caíram doentes. M2, fol. 495r e v. Cf. Anonymus, *25 jaar in Brazilie,* Weert 1924, p. 19.

[25] M1, fl. 145s. Em 1884, é ventilada a proposta de requisitar o convento de S. Antônio do Rio ou o de S. Francisco da Bahia, para a missão de Manaus. (NRJ, cx. 67, Gestão Cocchia, *Documento do cardeal Jacobini* — 17-II-1884). — Em 1885, surgiu o plano de instalar no convento da Bahia um seminário franciscano para a missão de Manaus. (NRJ, cx. 62, Gestão Cocchia II). Nesse particular, escreve

o provincial da Bahia Frei Antônio de S. Camilo de Leilis Carvalho, a 7-IX-1885: "...que lhes seja cedido ao menos este convento da Bahia, porque ainda quando todos os outros viessem a perder-se, este eu quisera que não passasse nunca a outros possuidores que não fossem frades da Ordem". Aos 15-V-1886, respondeu a nunciatura ser o projeto impraticável porque continuava em vigor a lei proibitiva dos noviciados no Brasil. (NRJ, livro 60, Gestão Cocchia e Spolverini). — Agradeço ao confrade Frei Matias C. Kiemen os dados extraídos da NRJ.

[25] MI, fl. 463r e v, 467.

[27] MI, fl. 47s, 215, 216v, 250r e v, 482r e v.

[28] MI, fl. 159s, 231r e v.

N.B.: Ao prezado Confrade do Instituto Histórico Amazonense Pe. Raimundo Nonato Pinheiro agradeço cordialmente os preciosos informes tirados dos arquivos e bibliotecas de Manaus como ainda a bondosa orientação em alguns casos duvidosos.

VII

A Missão de S. Francisco do Rio Cururu

Pretendendo restaurar a Província Franciscana de Santo Antônio quase extinta, o último Provincial Frei Antônio de São Camilo Carvalho valera-se do pretexto de fundar uma missão de índios na zona de Belmonte-Bahia.

O governo imperial de fato permitira a vinda de missionários franciscanos alemães; mas antes que estes chegassem ao Brasil foi proclamada a república, dando-se pouco depois a separação da Igreja e do Estado.

Deixando, pois, de lado a criação da missão, os frades menores trataram tão-somente de restaurar a vida regular nos trisseculares conventos.

Afinal, em 1901, a cúria generalícia de Roma decretou as duas províncias franciscanas restauradas e autônomas enquanto a Santa Sé, em 1907, confiou à província de Santo Antônio a prelazia de Santarém — Pará — criada, em 1903, pelo Papa S. Pio X.

A missão não surgiu, de um dia para outro, do nada. O seu desenvolvimento encerra fases de grandes esforços e de grandes penúrias, de suores derramados e de ingentes sacrifícios; fases de esperanças, sucessos e até de glórias, mas também de desânimos, de desilusões, de enganos e desenganos; fases, mostrando às vezes a grande boa vontade dos índios e outras vezes a sua completa incompreensão para com o missionário.

«Foi aos 16 de novembro de 1909 que os Padres Franciscanos Frei Hugo Mense e Frei Luís Wand, ambos da Província-irmã da Imaculada Conceição, apareceram pela primeira vez, na embocadura do misterioso rio Cururu, denominado na linguagem dos indígenas Mundurucu «Curecureri».[1]

A origem da tribo Mundurucu permanece até hoje desconhecida. Há duas hipóteses. Uma supõe que veio da Bolívia. A

outra que constitui um povo expulso do Peru pelos incas. O seu idioma pode ser enquadrado no tupi.

Segundo informes históricos, o primeiro contacto entre os civilizados e os Mundurucu ocorreu no século XVII, quando alguns garimpeiros trabalharam nas imediações da cachoeira do «Chorão». Há também quem afirme que os Mundurucu tentaram, por volta de 1786, atacar a praça de Portel. Mas retiraram-se ao reconhecerem a superioridade das armas dos defensores. É certo, porém, que essa tribo ocupava toda a zona do rio Tapajós, a ponto de ela ser cognominada de Munclurucânia. Os Munclurucu são de estatura grande, eram valentes e por isso temidos pelas tribos vizinhas. Em 1875, o tenente Joaquim Correia, fundador de Itaituba, informava que a tribo se compunha de 18.810 índios.

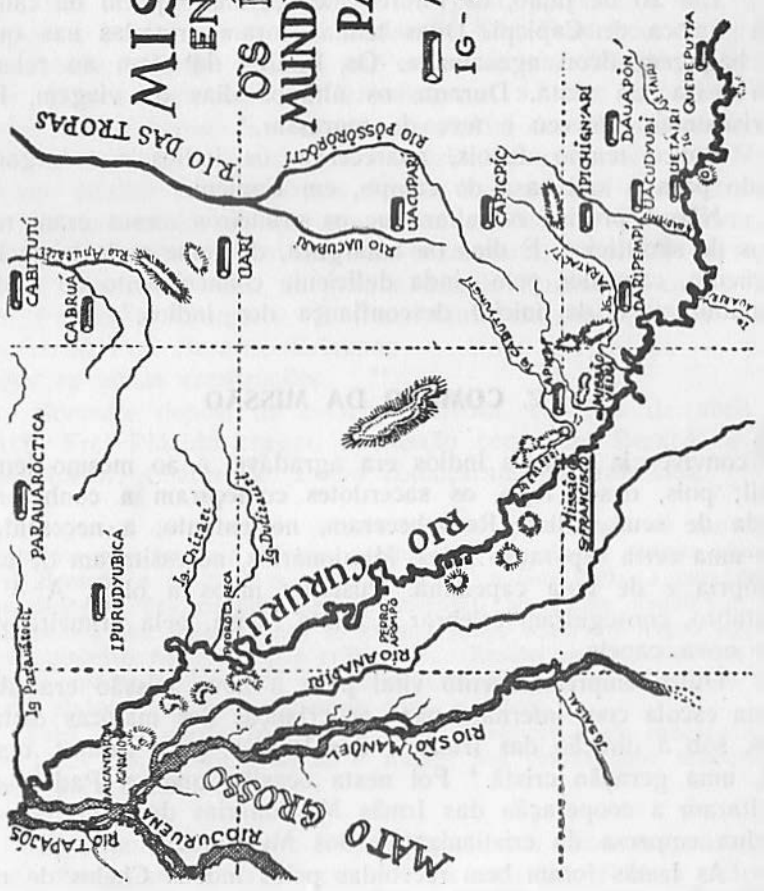
Já antes da atual evangelização, houve outras duas tentativas, sendo a mais importante a do capuchinho Frei Pelino de Castro Valva, que no entanto não tiveram êxito por causa da intromissão de «regatões», aos quais não interessava a evangelização, mas a captura dos índios para submetê-los ao trabalho escravo.

Em 1910, vemos novamente Frei Hugo no alto rio colhendo informações sobre os Mundurucu e sobre as possibilidades locais no Cururu. «Em dezembro de 1910, o referido Padre empreendeu uma viagem de reconhecimento e chegou até a um afluente do rio Juruena, o Rio São Tomé, onde em 25 de fevereiro de 1911 celebrou a primeira Missa para os seringueiros daquela região. Daí voltou até a foz do Rio São Manuel e iniciou os trabalhos apostólicos nos lugares adequados. Aos 10 de março, empreende então a viagem que o levaria à fundação definitiva da missão entre os índios Mundurucu». [1]

1. RUMO A CAPICPI

Em maio de 1911, Frei Hugo e Frei Luís subiram novamente o Tapajós até o Rio Cururu, desta vez em companhia de Frei Crisóstomo Adams, então Comissário dos Padres da Prelazia.

Tinham ali consultado um morador amigo, Juvenal da Mota Braga, que lhes indicou o lugar Capicpi como ponto favorável para uma missão. Os Mundurucu, porém, moravam só nos meses de verão em Capicpi, que fica uns 3 a 4 km distante



da margem do Cururu.[3] Segundo Frei Hugo, a entrada no Rio Cururu efetuou-se no dia 11 de julho.[4]

Já na primeira viagem dos Padres ao Tapajós, em 1909, tinham travado conhecimento com um índio mundurucu, chamado João Caetano Boruapin. A Alegria do homem ao ver os missionários em sua choupana foi muito grande... Na manhã seguinte celebraram ali o Santo Sacrifício da Missa. E depois continuaram a viagem. Daí em diante, não mais encontraram índios.[5]

Em 20 de julho, os Padres alcançaram o porto de canoas da maloca de Capicpi. Duas tendas foram armadas nas quais a bagagem ficou agasalhada. Os Padres dormiam ao relento, na beira da mata. Durante os últimos dias da viagem, Frei Crisóstomo adoeceu e teve de regressar.[6]

Pouco tempo depois, apareceram os índios e carregaram tudo para a sua casa de campo, em Capicpi.

Não é preciso ressaltar que os primeiros meses eram tempos de sacrifícios. E dias de amargura, de fome e de triste isolamento, causados pelo ainda deficiente conhecimento do dialeto mundurucu e da inicial desconfiança dos índios.[7]

2. COMEÇO DA MISSÃO

A convivência com os índios era agradável e ao mesmo tempo útil; pois, desde logo, os sacerdotes começaram a conhecer a vida de seus índios. Reconheceram, no entanto, a necessidade de uma certa separação: eles, Missionários, necessitavam de casa própria e de uma capelinha. Puseram mãos à obra. A 4 de outubro, conseguiram celebrar a Santa Missa, pela primeira vez, na nova capela.

Outro empreendimento vital para a nova missão era abrir uma escola com internato para as crianças das malocas distantes, sob a direção das Irmãs e dos Padres, para formar, desde já, uma geração cristã.[8] Foi nesta ocasião que os Padres solicitaram a cooperação das Irmãs Missionárias de Santarém, na árdua empresa da cristianização dos Mundurucu.

As Irmãs foram bem recebidas pelos índios. Cheios de respeito observavam as Religiosas. Dentro em pouco, esta atitude de expectativa transformou-se em ilimitada confiança. Devido ao seu hábito branco e escapulário azul, foram denominadas pelos Mundurucu de «Filhas do Céu». A missão começou a desenvolver-se.

Para a educação cristã da juventude indígena foram instalados dois pequenos colégios, um para os meninos, sob a direção dos Padres, e outro para as meninas, dirigido pelas Irmãs.

3. NOVOS MISSIONÁRIOS E NOVOS IMPULSOS

Em outubro de 1915, Frei Hugo recebeu a visita de Frei Plácido Toelle. Esse mais tarde escrevia acerca desta visita: «Fiquei três dias com Frei Hugo. Aí pude apreciar a sua fé e coragem, bem como a das Irmãs. Se São Francisco ali aparecesse teria louvado a Deus por encontrar um filho seu vivendo em pobreza mais do que franciscana...»[9] Em novembro de 1917, Frei Eduardo Herberhold, Provincial dos Franciscanos, visitou a Missão, batizando nesta ocasião os primeiros oito Mundurucu adultos e as mulheres destes. O Provincial ficou abismado com o estado em que encontrou a Missão. As construções estavam em péssimo estado. Em toda parte, careciam de reparos. Precisaria, porém, de grande auxílio financeiro, que o Padre Provincial prometeu. E ficou também combinada a vinda do irmão Frei Berardo Erkmann — ótimo carpinteiro — para fazer as novas construções...[10]

Somente depois da estação chuvosa, em fins de abril de 1918, Frei Plácido chegou à Missão com Frei Berardo e um trabalhador. Cheios de ânimo começaram os trabalhos.

> «Logo no decorrer dos primeiros meses, percebemos as sérias dificuldades que trazia à Missão o local em que ela se achava situada. Frei Berardo e eu fizemos um orçamento da construção e um cálculo das despesas dos missionários e remetemos ao Padre Provincial. Ele demonstrou boa vontade, mas ao mesmo tempo observou: como adquirir tanto dinheiro nestes tempos críticos?!... Resolvi então viajar até Recife e explicar de viva voz o caso ao Definitório ali reunido. Não consegui dinheiro; apenas promessas para o futuro.
>
> Falei ainda particularmente ao Padre Provincial e ele concordou em que todos nós, irmãs, crianças e frades, nos retirássemos temporariamente para Santarém»...[11]

E assim foi feito. A Missão do Cururu ficou suspensa, até que conseguisse vencer a crise. Para este fim, Padres e Irmãs fizeram longas viagens esmolando para a continuação da Missão, sendo que as Irmãs foram até ao Rio e S. Paulo. A Missão ficara praticamente suspensa de maio a dezembro de 1919. Os Padres julgavam poder respirar um pouquinho, quando um novo

golpe veio atingi-los: o transporte das madeiras seria feito sob a direção de Frei Berardo. Este, no entanto, que já não gozava de saúde necessária, veio a falecer no dia 20 de fevereiro de 1920.

4. A MUDANÇA DA MISSÃO

Uma questão de relevante importância para a Missão precisava ser resolvida: a transferência da Missão para outro local. O lugar, onde ela fora fundada, não era dos melhores, por ser insalubre e de escassa alimentação. Em 1920, decidiram os missionários transferir a Missão para um lugar chamado «Terra Preta» que ficava três léguas do ponto primitivo e na margem oposta do Cururu. A nova sede oferecia maiores vantagens para a criação de gado e para a agricultura. O mérito desta mudança cabe, sem dúvida, ao missionário Frei Plácido que, em 1918, tinha chegado à Missão. Aí, na «Terra Preta» ou, como agora o local é chamado, na «Missão de S. Francisco do Cururu», cresceu o novo estabelecimento, lenta, mas constantemente.

Regressando mais tarde à Missão, com a qual perdera o contacto durante os anos da primeira guerra, Frei Luís não formou opinião segura acerca da mudança. [12] Todos os demais, porém, que conheciam a Missão, os confrades, as Irmãs, etc., eram unânimes, o que D. Frei Amando Bahlmann, O.F.M., assim traduziu: «Foi a única coisa razoável».

Sobre a escolha do novo local para a Missão e os preparativos da mudança, recorda Frei Plácido: «Estávamos informados a respeito de um lugar chamado Terra Preta, situado exatamente à beira do rio perto do lago da Cigana. Achei a Terra excelente e começamos a fazer uma derrubada e a levantar uma barraca. Em 22 de julho de 1920, queimou-se a roça... No dia 7 de setembro, a plantação estava feita. Dentro em breve, poder-se-iam fazer as primeiras colheitas: melancias, arroz, feijão, milho e no ano seguinte macaxeira e mandioca.

Do que precisávamos agora era de uma casinha mais segura, de taipa, coberta com telhas de zinco e assoalhada. Isto se fez em novembro e dezembro»... [13]

Neste meio tempo, em outubro, Frei Plácido foi até Santarém. De volta, levou em sua companhia Frei Bonifácio, hábil carpinteiro, que havia sido transferido para a Missão e mais uma religiosa, a irmã Gertrudes, que iria tomar conta da sala de costura. Dirigiram-se à Missão primitiva que daí em diante ficou com a denominação de «Missão Velha». Em 1921, voltou Frei Luís à Missão. Os índios ficaram bastante satisfeitos com o seu regresso, devido ao gênio alegre de que era dotado. Desde logo, dedicou-se com muito zelo ao ensino da meninada, na Missão Velha.

Só em 2 de fevereiro de 1923 puderam efetuar a mudança definitiva para a «Missão Nova». Dom Frei Amando, Bispo da Prelazia de Santarém e à qual a Missão eclesiasticamente pertence, resolveu conhecer a Missão em 1924. Ficou satisfeito com o que viu. Visitou também o local da antiga Missão, formando a opinião acima referida. Dessa visita, porém, resultou algum proveito material, pois Dom Frei Amando comprou para a Missão um terreno na Ilha Grande do Cururu, que domina a foz deste rio.

5. A EPIDEMIA E A MORTE DE FREI BONIFÁCIO

Pelo mês de junho de 1626, sobreveio uma epidemia de sarampo, trazida para o Cururu pelos caboclos do Tapajós e de São Luís. Na Missão, os casos superaram o número de 100 morrendo mais de 20 pessoas, entre adultos e crianças. O ano seguinte trouxe também grandes perdas: primeiramente morreu o velho e fiel Leocádio que mesmo nas horas mais amargas nunca abandonou os Padres. Uma outra morte foi ainda mais sensível para a Missão: a de Frei Bonifácio Budde. Voltara da Alemanha e trouxera de lá um bom motor de barco. Chegando a Santarém, demorou-se os meses necessários para terminar a construção do barco. Feito isto, seguiu para a Missão e em viagem morreu.

Frei Plácido, em suas recordações, escreve: «Eu esperava Frei Luís juntamente com Frei Bonifácio, no mês de agosto. Desci até a boca do Cururu e quando ali perguntei por Frei Bonifácio responderam: «Faleceu»! Esta notícia caiu sobre mim como um raio. Numa carta, Frei Ambrósio Philipsenburg relatou essa morte, dizendo que, depois de sacramentá-lo, tinha feito o enterro no cemitério de Aveiro...

«Jamais encontrei um irmão tão bom, trabalhador tão assíduo e paciente para ensinar aos meninos; um irmão tão cheio de espírito de oração e de amor à santa pobreza... Creio firmemente que ele está no Céu». [14]

6. A CRIAÇÃO DE GADO E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

No ano de 1927, foi feita uma nova tentativa quanto à criação de gado na Missão, depois das primeiras experiências sem êxito devido à espécie de capim que não era própria.

Feito novo plantio tentou-se uma outra experiência já em 1933, a qual finalmente surtiu bom efeito. Atualmente a Missão possui mais de 200 cabeças de gado e conta, no mínimo, com uma produção anual de 60 bezerros. A agricultura, baseando-se no cultivo primitivo dos índios, no plantio de mandioca e cará, foi melhorada e ampliada. Em escala bastante grande, planta-se, hoje, milho, arroz, café, etc. O cafezal dá uma safra anual de, aproximadamente, 2.000 kg de café. Os anos seguintes foram dedicados à organização interna da Missão e ao seu desenvolvimento. Houve várias transferências e visitas. Assim, em 1927, Frei Luís Wand era nomeado superior da Missão, mas já em 1929 seguiu, como vigário, para Alenquer. Para substituí-lo foi designado Frei Alberto Kruse que, em 1931, chegou à Missão, «dedicando-se ao estudo da língua e do canto indígena e também à música sacra». [16]

7. VISITAS IMPORTANTES

Em abril de 1931, o Comissário Provincial Frei Rogério Voges veio visitar a Missão. Fez a planta para a construção da nova capela que, logo iniciada e rapidamente concluída, foi inaugurada na Festa da Natividade de Nossa Senhora.

Na Festa de São Francisco de 1933 foram batizados os primeiros índios Apiacá adultos.

Em 1936, Frei Ambrósio Philipsenburg, então Comissário, veio visitar a Missão e aí faleceu.

8. FATOS DIGNOS DE DESTAQUE

Três fatos dignos de nota ocorreram em 1938: Frei Alberto Kruse foi nomeado superior da Missão; o Provincial Frei Humberto Triffterer fez uma segunda visita canônica, durante a qual adoeceu gravemente de paratifo; e, finalmente, Frei Hugo Mense retirou-se da Missão, devido ao estado de saúde e à quase

completa surdez que não permitiam mais a sua estada entre os Mundurucu.

E os índios mais do que ninguém sentiram a falta do seu «Paim Hugó». O sucessor de Frei Hugo Mense foi Frei Angélico Mielert que chegou ao Cururu em 1939. E veio a tempo, pois Frei Alberto, vítima de febres e anemia, sofreu um colapso nervoso e foi levado para Santarém. Em 1940, um cientista colecionador da Califórnia, Mr. Blanchard, visitou a Missão. Nessa mesma época, a Missão recebeu a primeira visita do Sr. Chuvas que ali se apresentou como agente do Serviço de Proteção aos índios. Visitou também a Missão o cientista alemão Dr. H. Sioli para fazer estudos limnológicos nas águas daquela região. Entre março e abril, passou pelo Tapajós uma epidemia de sarampo juntamente com gripe e bronquite e que não tardou em chegar até à Missão. Escreve Frei Plácido em suas recordações: «A moléstia em si não é tão perigosa, mas, devido à falta de conhecimentos necessários por parte dos índios, causou uma grande mortandade, principalmente entre crianças e mulheres. Na dedicação para com os doentes, destacaram-se, além das Irmãs, o Dr. Sioli e Frei Angélico». [17] O Dr. Sioli mais tarde escreveu um artigo sobre esta epidemia de sarampo entre os Mundurucu... [17] comentando com espontaneidade os sacrifícios dos missionários para salvar essa tribo indígena.

Em fins de 1943, houve uma mudança no regime interno da Missão; pois foi nomeado um novo superior na pessoa de Frei Ricardo Havertz.

Em 1944, chegou a notícia do falecimento de Frei Hugo Mense ocorrido no Rio a 22 de abril desse ano.

Em 1946, visitou a Missão o escritor norte-americano Arthur Burks que se interessou pela sua história e depois escreveu um livro como «best-seller» daquele ano. Este livro já foi traduzido em português, «Sinos à margem do Cururu». É a história um tanto romanceada da nossa Missão e dos Padres. [18] A Missão recebeu ainda a visita do Prelado Frei Anselmo Pietrulla, O.F.M. «A surpresa foi geral. Ninguém esperava por isso. O Prelado ao ver as casas — eram todas elas ainda de taipa — não teve muito boa impressão. Naturalmente ele ainda não havia lutado no interior, com falta de recursos ou meios escassos»...

O ano de 1952 trouxe novas visitas à Missão: uma comissão científica entendida em pesquisas do subsolo e que era

formada pelos Drs. Husum e Lima, aos quais se juntou o geógrafo J. Zimmermann. Com instrumentos de precisão determinavam a exata posição geográfica da Missão. O resultado foi o seguinte: Latitude sul 7° 34'02" — Longitude oeste de Greenwich 57° 34'34" — Declinação magnética (1952) 7° 10'05" (7,105) — Inclinação magnética (1952) 11° 42'04" — Intensidade horizontal 0,2816 Gauss. A altura da Missão sobre o nível do mar, conforme o Sr. J. Zimmermann, é de 140 metros.[18] Digno de menção é o desenvolvimento do pequeno aeroporto da Missão. Percebendo o aparente interesse demonstrado pela FAB, o Bispo Dom Frei Floriano Loewenau, O.F.M., achou conveniente que se preparasse uma pista atrás da Missão. Todavia, só após 4 anos viu-se que todo aquele esforço não fora perdido...[19] Pois a Missão com a sua pista exerceu um papel importante no desfecho da revolta do Major Veloso. Felizmente a crise foi sanada e restabeleceu-se a paz na Missão. O Major Rui Moreira salienta em documento o valioso auxílio que a Missão acabara de prestar. Dois dias depois, Dom Floriano e Frei Brás regressaram por sua vez a São Luís.[20] Por outro lado, a comunicação dos missionários com Santarém tornou-se mais fácil, pois a FAB, generosamente, até certo ponto, ajuda a Missão no transporte de encomendas. Todos os comandantes dos aviões daquela linha têm-se mostrado amigos da Missão.

9. A CATEQUESE

Foram feitos comentários, nas páginas anteriores, acerca da fundação e da deficiência da Missão Velha, da sua transferência para outro local e do desenvolvimento da Missão Nova até os dias atuais; entretanto falou-se quase exclusivamente dos sacrifícios suportados, dos trabalhos manuais, das construções realizadas. Pouco, porém, do ministério sacerdotal dos missionários. Não obstante, deve-se dizer e acentuar que os Padres não se limitaram aos trabalhos materiais e sim que simultaneamente cumpriram seus deveres primários de mensageiros de Deus e da Santa Igreja. O trabalho preponderante dos padres é, sem dúvida, na Missão e entre os índios Mundurucu.

Mas, para não dar uma idéia errônea do assunto, é preciso destacar que o raio da ação pastoral dos missionários não se estende somente da Missão até à boca do Cururu ou até aos

campos da Mundurucânia. Ele se estende, geograficamente, do grau 4,30 até o grau 9 Lat. S. aproximadamente. Em outras palavras: o serviço religioso é feito também entre os civilizados em ambas as margens do longo rio Tapajós-Juruena e nas margens de seus afluentes, os rios Jamanchim, Tropas e São Manuel. A cura de almas, nestas zonas, tornou-se regular e assim são visitados, durante o ano, os moradores do Cururu como os que habitam os campos e ainda os civilizados, moradores dos rios mencionados. O número da população, da qual os sacerdotes cuidam, pode ser avaliado em 3.000, sendo 2.000 civilizados e 1.000 Mundurucu.

O desenvolvimento da catequese entre os índios Mundurucu foi calmo e lento, um tanto vagaroso. Não se nota nada de precipitação, mas pelo contrário muita reflexão e muita paciência no esperar pelo amadurecer da semente divina. Assim só depois de uma catequese e instrução de seis anos, «por ocasião da sua visita à Missão em 1917, o Padre Provincial Frei Eduardo Herberhold batizou os primeiros Mundurucu adultos».[21]

Até aquela data os missionários haviam batizado apenas crianças ou adultos «in articulo mortis». As estatísticas referentes ao movimento religioso, intercaladas nas «Crônicas» de «Santo Antônio» as mais das vezes, só indicam resultados parciais das viagens ao Tapajós e afluentes, enfim, à zona dos civilizados.

10. ESTATÍSTICA

Unicamente dos anos 1924[22] e 1925[24] encontram-se dados completos que, para uma ligeira apreciação, sejam aqui citados parcialmente: índios batizados (total incluindo Maué e Apiacá) 1285 (no ano 1924); e 1510 (no ano 1925); Batizados de crianças 153; — Batizados de adultos 9, mas no ano seguinte: 225; Crismas 148 e 95 (no ano de 1925); Comunhões 5.000 (no ano de 1924) e 6.000, no ano seguinte. Casamentos 23. Pregações, catequeses, instruções etc. 486. A comparação dos dados desses dois anos parece indicar certa estabilidade do movimento religioso.

Aliás, a cifra de 1285 índios batizados em 1924, e 1510 em 1925, respectivamente, são indicações relativas e insuficientes para se fazer uma comparação entre índios batizados e pagãos, entre Mundurucu cristãos e o total da tribo. Pois por um lado estão incluídos índios de outras tribos (Maué, Aplacá) e,

por outro, também todos os Mundurucu cristãos já falecidos nos anos anteriores.

Todavia, consta que, em tempos da atual Missão, os Mundurucu nunca ultrapassaram muito a cifra de 1.200 almas. Uma nota do relatório de 1929 (portanto 5 anos mais tarde) evidencia a verdade desta dedução. «O número total dos Mundurucu até agora batizados é de 916... A tribo inteira dos Mundurucu pode ser avaliada em 1109 indivíduos...»[24] Segundo estatística realizada neste ano (de 1932), sobre 945. Destes, vivem 32 no rio Tapajós, 333 no rio Cururu, 580 nos campos. Dos 333 Mundurucu do Cururu, 111 pertencem à Missão...»[25]

Hoje em dia, este quadro mudou quase por completo, quanto à distribuição geográfica da tribo como também quanto ao número dos índios cristãos. Os Mundurucu retiram-se sempre mais dos campos e dissolvem o antigo sistema de moradia em comum nas malocas, passando para o das casas de famílias individuais. Atualmente vivem no Tapajós cerca de 250 índios, nos campos gerais outros tantos e nas margens do rio Cururu cerca de 700, dos quais quase 200 na própria Missão.[27]

11. OUTROS RESULTADOS

Como recapitulação e resumo de todo o assunto, de todos os trabalhos dos Padres e dos êxitos alcançados, seja permitido citar alguns trechos de uma «Crônica» de «Santo Antônio» que se baseiam sobre relatório do já falecido Frei Hugo Mense e escrito por ocasião do vigésimo aniversário da existência da Missão. Creio que foi o melhor que já se escreveu sobre os trabalhos dos nossos Padres no Cururu. Aí destacam-se três grandes resultados essenciais. O primeiro resultado importante dos trabalhos e sacrifícios, em parte heróicos, é o fato de que os Padres conseguiram dominar o idioma «mundurucu» de tal forma que foi possível ensinar as Verdades Eternas na própria língua dos nativos... Desde 1914, Frei Hugo começou a exercitar-se em pequenas alocuções que, certamente, não eram isentas de falhas. Mas, já no ano de 1931, Frei Hugo e Frei Plácido Toelle tanto pregam como também ensinam o catecismo em mundurucu. O relatório de 1930 assinala mais ou menos 160 instruções religiosas, 122 práticas e ainda 22 conferências especializadas para as mulheres da Missão. No decorrer dos anos, fizeram-se muitas traduções como sejam: a das orações e dos

cânticos mais usuais, a de diversos catecismos para uso dos Padres, a dos Santos Evangelhos dominicais e festivos, a da História Sagrada de Ecker e Linden e por fim a tradução de muitos outros trechos da Sagrada Escritura. Além disso, foi organizado um dicionário mundurucu com mais de 4.000 palavras e frases. O segundo resultado dos abnegados trabalhos dos Padres é a sólida construção de uma estação missionária em Terra Preta, à margem esquerda do Cururu. Durante o primeiro decênio, os religiosos tinham levantado suas casas semelhantes às dos índios na vizinhança da maloca Capicpi à margem direita do rio. Desta forma, a casa dos missionários era antes um apêndice das casas indígenas. Daí a necessidade de levantar também o nível cultural, social e cívico. É verdade, os Mundurucu já não vivem exclusivamente da caça. Fizeram já início de uma primitiva agricultura.

Todavia, a caça e a pesca formam ainda a base indispensável de sua existência e este fato exige necessariamente o congraçamento da tribo para um trabalho e uma vida quase em comunidade. Daí resulta uma indevida «supressão» da personalidade e da família. Estas circunstâncias, porém, formam uma base excessivamente estreita para o desenvolvimento da civilização e da cultura.

Fez-se mister, não propriamente cortar, porém afrouxar os laços da tribo, ou dos clãs (Sippenverband) e dar mais importância à formação da família.

Com estes meios visava-se criar uma crescente compreensão relativamente à propriedade particular, ampliar a agricultura e, o que era de suma importância ainda, introduzir a criação de gado com seus derivados (leite, manteiga, etc.), coisas estas que são desconhecidas aos Mundurucu. O primeiro passo nesta direção foi dado em 1920 com a transferência da «Missão Velha» para a Terra Preta, mudança que também visava uma maior independência material da Missão e por meio do aumento da agricultura uma base mais garantida para o futuro... O terceiro e o mais importante resultado do trabalho de dois decênios é afinal a consolidação da Fé e vida cristã entre os Mundurucu... Aliás, para conseguir esta finalidade, nem o número do pessoal missionário, nem os meios materiais eram suficientes. A tribo, dividida em numerosas malocas, espalha-se sobre uma região bastante extensa e apenas acessível durante certas épocas do ano. Tudo isto os missionários deviam levar em consideração e organizar os métodos correspondentes. Fun-

daram uma estação central e iniciaram em duas escolas missionárias (separadas conforme o sexo) a educação da juventude, tanto quanto os meios permitiam.

Desta forma grande percentagem da atual geração recebeu a influência da Missão, assimilou doutrina e costumes cristãos e levando-os, por sua vez, às malocas, contribuiu para espalhar a palavra de Deus.

Assim ficou preparado o terreno para a catequização dos adultos que nas visitas periódicas dos missionários recebiam também sua instrução direta, instrução esta que certamente já está produzindo frutos admiráveis». [28]

12. IRMÃS MISSIONÁRIAS

Uma palavra toda especial deve ser dedicada às Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição que, desde os primórdios da Missão, muito auxiliaram, suportando, com verdadeiro espírito de abnegação, os sacrifícios inerentes ao seu apostolado. Sem a sua incansável colaboração não se poderia ter alcançado o que de fato se alcançou.

A tarefa principal das Irmãs é a educação e a instrução das meninas e moças e a sua formação para boas mães de família. Este raio de ação, aos poucos, alargou-se consideravelmente. Cozinha, escola (feminina), alfaiataria, trabalhos de roça, farmácia, assistência aos doentes e muitas outras coisas estão a cargo das Irmãs. Sem os seus serviços diários de misericórdia corporal e espiritual, a Missão não poderia existir.

Assim, tanto os Padres como as Irmãs trabalham juntamente por um grande ideal: fazer dos índios não somente bons cristãos e sim, também, dignos e úteis membros da sociedade brasileira. A maior parte dos índios da Missão pode-se ombrear, em educação e saber, com qualquer outro homem do interior. E a «Missão de São Francisco do Cururu», sob vários aspectos, pode ser considerada uma das mais bem instaladas em todo o nosso Brasil.

13. NOVA DIREÇÃO

A Província de Santo Antônio manteve, durante cinqüenta anos, o Comissariado e a Prelazia de Santarém de cujo território a Missão de S. Francisco do Cururu faz parte.

Com a divisão da Prelazia, em julho de 1957, a Província encarregou-se da recém-criada Prelazia de Óbidos, desmembrada da de Santarém. Entregando Santarém aos Padres Franciscanos do Sagrado Coração de Jesus, de Chicago, confioulhes mais tarde ainda a Missão de São Francisco do Cururu. Como Frei Plácido Toelle dedicou quase toda a sua vida sacerdotal à catequese dos Mundurucu — hoje, em 1974, completa 56 anos entre eles — prosseguirá o seu meritório apostolado, junto com outro religioso da Província de Santo Antônio, Frei Edmundo Bonkosch, O.F.M.

E deve-se salientar que os Padres americanos, recebendo esta Missão, ficaram bem satisfeitos com o que ali já se fez. Pois o primeiro grande passo já foi dado, a primeira e mais difícil etapa já vencida.

Sob a orientação do Prelado Dom Frei Tiago Ryan e do Superior da missão Frei Ervano Reichert, cabe aos novos padres o segundo passo: manter e reforçar o que já se alcançou, ampliar e normalizar as atividades apostólicas. O Anuário da Prelatura de Santarém comunica que 120 meninos freqüentam a escola elementar da missão. [29] É de esperar que, num futuro não muito remoto, a missão seja elevada à categoria de paróquia de São Francisco do Cururu.

NOTAS

[1] *A Fundação da missão dos Mundurucu, segundo apontamentos do fundador Frei Hugo Mense, O.F.M., por Frei Estanislau Schaette, O.F.M.* (cujos originais se acham no APSP), p.1 (citado *M. A.*).
[2] M. A., p. 1.
[3] M. A., p. 5.
[4] M. A., p. 1.
[5] M. A., p. 5.
[6] *Reminiscências da Missão de São Francisco*, por Frei Plácido Toelle, O.F.M. (ms existente no APR), p. 1 (citado *M. C.*).
[7] M. C., p. 1.
[8] M. C., p. 2.
[9] M. C., p. 2.
[10] M. C., p. 2s.
[11] M. C., p. 4.
[12] Diário de Frei Luis Wand, O.F.M. (ms) apud Protásio Frikel, *A Missão de S. Francisco do Rio Cururu*, in *S. Antônio*, ano 22, n. 1 (1964), p. 42.
[13] M. C., p. 5.
[14] M. C., p. 7.
[15] M. C., p. 8s.
[16] M. C., p. 10s.
[17] Harold Stoll, *Eine Masernepidemie bei den Munduruku-Indianern im brasilianischen Amazonasgebiet*, in *Akta Tropica*, vol. 12, n. 1, apud Fr. Protásio Frikel, *A Missão*, o. cit., ibidem, n. 2, p. 41.
[18] M. C., p. 39.

[19] M. C., p. 41.
[20] M. C., p. 45.
[21] M. C., p. 50s.
[22] *S. Antônio*, ano I, n. 1, p. 54.
[23] Ibidem, ano III, n. 1, p. 23.
[24] Ibidem, ano IV, n. 2, p. 64.
[25] Ibidem, ano VII, n. 1, p. 9.
[26] Ibidem, ano XI, n. 1, p. 64.
[27] Robert e Yolanda Murphy, *As Condições atuais dos Mundurucu*, publicação n. 3 do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará (1954), p. 16.
[28] *S. Antônio*, ano IX, n. 2, p. 114s. — Sobre a mitologia dos Mundurucu velam-se os estudos de Frei Alberto Kruse, O.F.M., *Karusakaybe, der Vater der Mundurukú*, in *Anthropos*, vol. 46 (1951), p. 915-932 e vol. 47 (1952), p. 992-1018; e Frei Walter Kempf, O.F.M., *A Mitologia dos Mundurucus*, in *Vozes de Petrópolis* (1945), p. 166-177.
[29] *Anuário da Prelazia de Santarém*, n. 11 (1974) (mimeografado), fl. 35. N.B.: Este capítulo se baseia sobre o estudo do etnólogo Protásio Frikel, "A Missão de São Francisco do Rio Cururu" (cf. nota 12), o qual também cedeu generosamente os dados principais para o capítulo seguinte e o mapa da missão dos Tiriyó. Por tão valiosa colaboração meu sincero agradecimento.

VIII
Missão Tiriyó

A mais nova das 140 missões que os franciscanos dirigiram, desde 1500, abrange os índios Tiriyó, com poucos remanescentes das tribos Kaxúyana e Ewarhoyana os quais tinham o seu habitat no extremo norte do Pará. Quanto consta, os Tiriyó tiveram o primeiro contacto com os portugueses em 1736, quando estes com o auxílio dos índios Oyampi tentaram escravizá-los. Continua na lembrança da tribo o triste acontecimento, razão por que até hoje se nota a reação dos Tiriyó contra os lusos.

Desde 1727, esta tribo estabeleceu intercâmbio com os holandeses e, no século XIX, entrou em contacto com os escravos africanos fugidos das Guianas francesa e holandesa. Desde o século passado, vários cientistas e viajantes se referem aos Tiriyó, assim, p. ex., R. Schomburgk (1840-44), O. Coudreau (1901), de Goeje e o General Rondon (1928). A partir de 1950, algumas incursões estrangeiras procuraram explorar a região dos Tiriyó, deixando péssimas conseqüências, como epidemias e numerosas vítimas mortais entre a população indígena. [1]

1. O LONGO CAMINHO DOS PREPARATIVOS

Os preparativos para o início da catequese prolongaram-se por mais de uma década. Pois, desde 1950, Frei Protásio Frikel visitou a tribo quase anualmente para obter conhecimentos sobre a densidade populacional, fatores hidrogeográficos, costumes, língua, cultura, elementos de religião e sociologia. Criada em 1957 a prelazia de Óbidos e entregue à província de Santo Antônio, convinha a esta fundar uma nova missão por não haver nenhuma em toda a circunscrição eclesiástica. Caiu então a escolha definitiva sobre a tribo dos Tiriyó situada nas fraldas das serras do Tumucumaque e orçada em 700-800 índios.

A dificuldade que se opunha ao plano missionário era o penoso acesso ao recôncavo do Tumucumaque; pois a viagem fluvial levava 80 dias, em virtude das muitas cachoeiras. Foi quando, em 1959, entrou em cena a Força Aérea Brasileira (FAB) que estava interessada na aculturação e fixação dos habitantes regionais para defesa das fronteiras-norte do Brasil, prometendo construir uma pista para pouso de aviões no citado recôncavo. No mesmo ano, se concretizou a promessa, servindo Frei Protásio de guia e intermediário entre os funcionários da FAB e os índios.

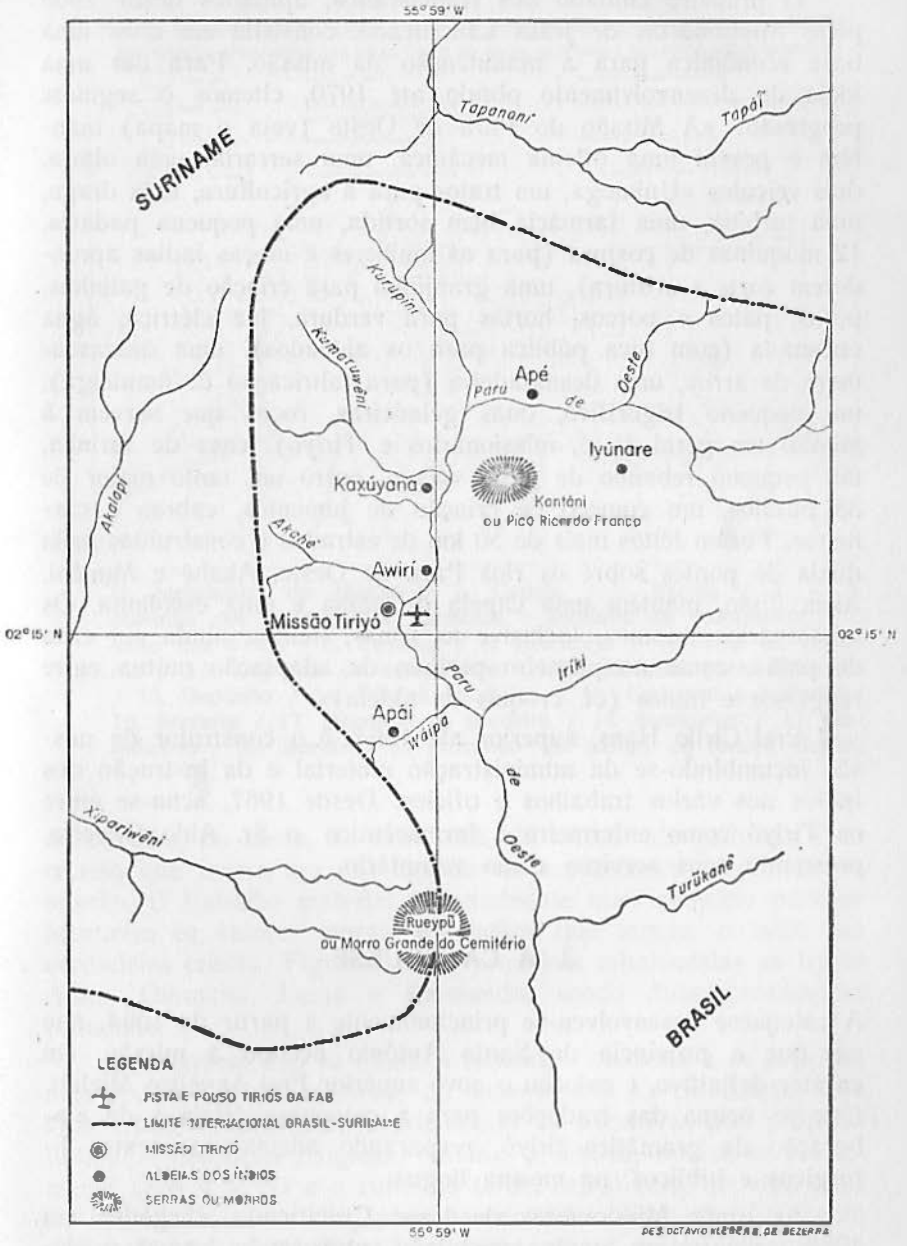
Ainda em 1959, o prelado de Óbidos Dom Frei Floriano Loewenau e o provincial Frei Serafim Prein, tendo visitado a maloca dos Tiriyó, tomaram contacto com o alto comando da FAB, em Belém. Em 1960, resolveu o governo da província franciscana de Santo Antônio aceitar a missão entre os Tiriyó, em caráter provisório. Até então, Frei Protásio havia sido revezado temporariamente por Frei Francisco José Goedde e Frei Angélico Mielert, para os índios se acostumarem à presença permanente de religiosos. [3]

2. O TRINÔMIO E A BASE ECONÔMICA DA MISSÃO TIRIYÓ

Em 1961, a missão recebeu os primeiros missionários definitivos, o superior Frei Cirilo Haas e Frei Lamberto Hoetting. Assim pôde entrar em função o chamado «Trinômio» que basicamente constituiria uma colaboração mútua entre FAB, Tiriyó e Missão. Como este sistema se distingue das missões anteriores, reclama uma explanação.

«A FAB encarregar-se-ia das comunicações e dos transportes necessários para o suprimento da missão; prestaria ajuda aos índios, especialmente em caso de doenças, concedendo visitas médicas da FAB e levando índios gravemente enfermos para o hospital da Aeronáutica, em Belém, onde teriam o tratamento adequado. — Os índios poderiam ajudar na construção e conservação da pista, sob a supervisão da missão, como de fato aconteceu. Era patente que inicialmente não se poderia esperar muito da colaboração indígena. Mais tarde, porém, sendo treinados em determinadas profissões pela missão, poderiam servir como trabalhadores e operários...»

«O terceiro componente do Trinômio seria uma missão que serviria como orientadora e educadora dos índios, como intermediária entre o pessoal da FAB e os Tiriyó». [4]



Recôncavo do Tumucumaque, Pará, com a Missão Tiriyó

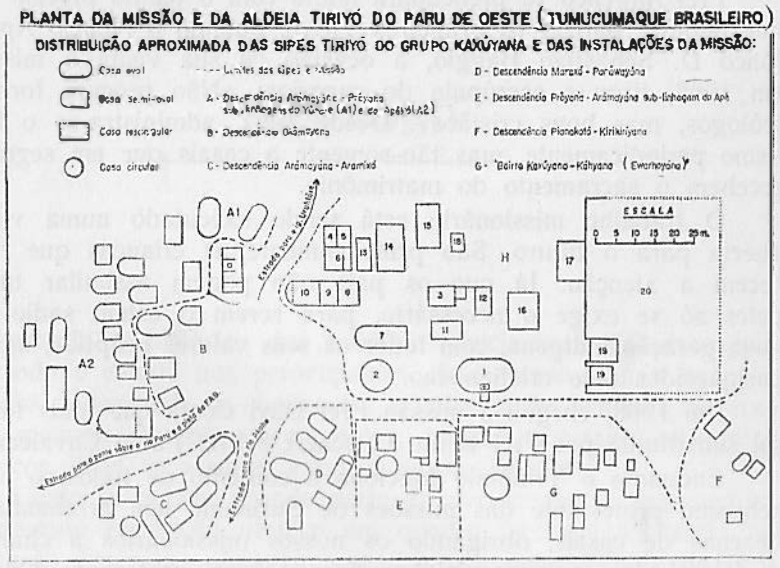
O primeiro cuidado dos franciscanos, ajudados desde 1968 pelas Missionárias de Jesus Crucificado, consistiu em criar uma base econômica para a manutenção da missão. Para dar uma idéia do desenvolvimento obtido até 1970, citemos o seguinte progresso: «A Missão do Paru de Oeste (veja o mapa) mantém e possui uma oficina mecânica, uma serraria, uma olaria, dois veículos «Unimog», um trator para a agricultura, uma draga, uma turbina, uma farmácia bem sortida, uma pequena padaria, 12 máquinas de costura (para as mulheres e moças índias aprenderem corte e costura), uma granjinha para criação de galinhas, perus, patos e porcos, hortas para verdura, luz elétrica, água encanada (com bica pública para os aldeados), uma descascadeira de arroz, uma desnatadeira (para fabricação de manteiga), um pequeno frigorífico, duas geladeiras, roças que servem à missão em geral (i. é, missionários e Tiriyó), casa de farinha, um pequeno rebanho de gado vacum, outro um tanto maior de 35 búfalos, um começo de criação de jumentos, cabras e carneiros. Foram feitos mais de 50 km de estradas e construídas meia dúzia de pontes sobre os rios Paru de Oeste, Akahé e Munêni. Além disso, mantém uma capela de palha e uma escolinha. Os missionários mesmos, inclusive as irmãs, moram ainda em casa de palha, como no primeiro período de adaptação mútua entre religiosos e índios (cf. croquis da aldeia)».[1]

Frei Cirilo Haas, superior até 1964, é o construtor da missão incumbindo-se da administração material e da instrução dos índios nos vários trabalhos e ofícios. Desde 1967, acha-se entre os Tiriyó como enfermeiro e farmacêutico o Sr. Aldo Oliveira, prestando seus serviços como voluntário.

3. A CATEQUESE

A catequese desenvolveu-se principalmente a partir de 1964, ano em que a província de Santo Antônio aceitou a missão, em caráter definitivo, e colocou o novo superior Frei Angélico Mielert. Este se ocupa das traduções para a catequese diária e da elaboração da gramática tiriyó, preparando ademais os textos litúrgicos e bíblicos, na mesma língua.

As irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, chegadas em 1968, encontraram amplo apostolado, procurando formar o elemento feminino da tribo. Encarregam-se das aulas, da costura,



H. Instalações da Missão / 1. Capela / 2. Escola / 3. 4. 5. Moradia dos padres / 6. Farmácia e moradia do enfermeiro / 7. Casa das Irmãs / 8. Cozinha / 9. Refeitório / 10. Sala de costuras / 11. Depósito de mercadorias / 12. Moradia para visitantes / 13. Depósito / 14. Oficina mecânica / 15. Garagem e padaria / 16. Serraria / 17. Depósito de madeira / 18. Sanitários / 19. Galinheiros / 20. Hortas / a) Barracão (de palha) do Museu Goeldi.

da cozinha, da horta, da farinhada, da criação de galinhas e do recreio que forma um dos agradáveis acontecimentos diários da missão. O trabalho material é o ambiente mais propício para se incutirem os valores morais e cristãos que tornam o índio um verdadeiro cristão. Figuram como primeiras missionárias as Irmãs Anita, Germana, Luzia e Raimunda, sendo duas professoras formadas.

A catequese não se limita a ensinar a doutrina e as orações, mas promove o entrosamento do homem todo na civilização e na vida cristã, incentivando e orientando as iniciativas dos próprios índios. A instrução religiosa, máxime a bíblica, realiza-se diariamente após a missa e o culto da tarde, sendo este, um dia, para os homens e, outro dia, para as mulheres. Embora não exista obrigação de freqüência diária, nem para a missa nem para o culto, a assistência é relativamente numerosa.

Frei Angélico se preocupara muito com o tempo preciso em que pudesse batizar os primeiros Tiriyó, quando o Núncio Apostólico D. Sebastião Baggio, à ocasião de sua visita à missão em 1966, tirou o escrúpulo do superior: «Não procure formar teólogos, mas bons cristãos». Desde 1967, administra-se o batismo periodicamente, mas tão-somente a casais que em seguida recebem o sacramento do matrimônio.

O trabalho missionário está sendo executado numa visão aberta para o futuro. São principalmente as crianças que merecem a atenção. Já que os pais não podem assimilar tudo, deles só se exige o necessário, para serem o esteio sadio da nova geração indígena, com todos os seus valores próprios, agora enriquecidos pelo cristianismo. [5]

Em 1968, chegou à missão Frei Davi Costa que mais tarde foi substituído por Frei Bento Letschert e Frei Paulo Cavalcante.

Enquanto o Trinômio funciona a contento de todos, o proselitismo protestante das missões de Suriname tem arrebanhado dezenas de casais, obrigando os nossos missionários a chamar os Tiriyó das malocas vizinhas para o local central da aldeia.

O último recenseamento feito em 1970 acusa na missão 222 aldeados, sendo 103 do sexo masculino e 119 do feminino. [6]

Visto que a missão Tiriyó conta apenas dez anos de instalação definitiva, restringimo-nos ao acima exposto. O futuro desenvolvimento da catequese e da civilização justificará um histórico exaustivo e detalhado.

NOTAS

[1] Protásio Frikel, *Dez anos de aculturação Tiriyó 1960-1970*, Belém 1971, p. 8-14 (citado *Frikel*). — *Como Frei Francisco de São Marcos descobriu o rio Trombetas*, in *S. Antônio*, XIII, 1, p. 45.

[2] APR, *Pasta da Missão Tiriyó* — 1960. Informações sobre os Tiriyó (ms).

[3] Frikel, p. 16. — A FAB tinha naquele tempo como chefe do Estado Maior da 1ª Zona Aérea o Coronel João Camarão Teles Ribeiro. Conhecedor dos trabalhos missionários dos franciscanos entre os Mundurucu, resolveu convidá-los para participarem do Trinômio Tiriyó. A FAB de fato vem cumprindo a sua promessa encarregando-se de dois transportes mensais, para suprimento da missão, e levando para Belém os enfermos que necessitam de tratamento especial.

[4] Frikel, p. 17.

[5] *Comunicações de Frei Davi Costa — 1968*, ms existente no APR, Pasta da Missão Tiriyó.

[6] Frikel, p. 45 e 109, onde consta o documento da FAB quanto ao Trinômio Tiriyó, datado de 3 de abril de 1963.

Epílogo

Encerrando o histórico das missões franciscanas, frisamos que em todo o estudo nos preocupamos tão-somente com a evangelização, silenciando a civilização e colonização, embora os frades menores, também neste setor, tenham prestado relevantes serviços. Mas o assunto exigiria outros volumes.

Como se perdeu grande parte da documentação missionária, a presente exposição oferece um quadro incompleto, dando ao leitor às vezes uma imagem negativa, em conseqüência dos mil obstáculos que embaraçaram a propagação da fé, entre os nossos silvícolas. Ainda assim lançamos esta edição, esperando saldar uma grande dívida para com os milhares de apóstolos da selva, em sua maioria ainda anônimos, que construíram o Brasil sobre o alicerce da religião e da dignidade humana.

E' em nome de todos os missionários franciscanos que escritores como Frei Vicente do Salvador e Frei Cristóvão de Lisboa levantam a voz reclamando à corte contra a exploração e escravização dos índios e expondo que as injustiças praticadas tornam odioso o nome cristão entre os indígenas pagãos. Frei Vicente não duvidou que seus protestos e os do clero em geral seriam desrespeitados. Pois afirma: «O clero sobre isto quebrou os púlpitos; mas, era pregar em deserto». Nem por isso deixou de insistir nos direitos humanos de seus patrícios da selva, para que à posteridade constasse a enérgica atitude da Igreja, em favor dos oprimidos.

Para formarmos uma idéia exata do importante papel desempenhado pelos missionários, basta imaginar a sua ausência, em toda a nossa história. Quem teria ousado proclamar a independência do Brasil, sem a precedente obra de evangelização e civilização? Por isso, a verdadeira história do Brasil não pode silenciar os benefícios da catequese como alicerces da civilização e cultura.

Bibliografia

I. Inéditos

Archivo General de Simancas, Secretarias Provinciales, *Cartas 1603-05.*

Archivum Generale Ordinis Fratrum Minorum, Roma, *Missio Manaus*, 2 vols.

Archivum Secretum Vaticanum, *Resumo do Estado do Bispado de Pernambuco.*

Arquivo Histórico Colonial, Lisboa, *Manuscritos das Colônias.*

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, *Pernambuco avulsos.*

Arquivo Imperial de Petrópolis, José da Cunha Paranaguá, *Diário de uma Viagem a Itacoatiara...*, ms de 1882.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, *Santo Antônio dos Capuchos.*

Arquivo Provincial dos Franciscanos, Recife, Missões da Custódia e da Província.

— Manuel da Ilha, O.F.M., *Divi Antonii Brasiliae Custodiae enarratio seu Retatio*, ms de 1621.

— Frei Hugo Mense, O.F.M., *A fundação da Missão dos Mundurucu.*

— Anonimus, *Reminiscências da Missão de S. Francisco.*

Arquivo Provincial dos Franciscanos, São Paulo, *Tombo Geral.*

— *Tombo de Itanhaém.*

— *Tombo de Taubaté.*

Biblioteca Pública de Pernambuco, Recife, *Memorial descritivo da exploração do extinto aldeamento dos Índios de S. Miguel de Barreiros em Pernambuco, 1873-75.*

Instituto do Ceará, Fortaleza, Barão de Studart, *Coleção de Documentos.*

Nunciatura Apostólica do Rio de Janeiro (1877-1886).

II. Impressos

Acosta, Foseph, S.J., *De promulgatione Evangelii apud Barbaros*, Salamanca 1589.

Almeida, Cândido Mendes de, *Memórias para o extinto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro 1874.

Almeida, Elpídio de, *História de Campina Grande*, Campina Grande 1962.

Anais da Biblioteca Nacional, Rio II (1936).

Anônimo, *Cinqüentenário da Prelazia de Santarém*, Santarém 1953.

Anonymus, *25 jaar in Brazilie*, Weert 1924.

Barata, José do Carmo, *Apontamentos para a História Eclesiástica de Pernambuco*, Recife 1922.

Barros, João de, *Da Ásia*, Lisboa 1778.

Berredo, Bernardo Pereira de, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, Florença² 1905.

Caldas, José Antônio, *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, Salvador 1951.

Calixto, Benedito, *Memória Histórica sobre a Igreja e o Convento da Imaculada Conceição de Itanhaém*, São Paulo² 1915.

Calmon, Pedro, *História do Brasil*, Rio 1959.

Câmara, Epaminondas, *Datas Campinenses*, João Pessoa 1947.

Caminha, Pero Vaz, *Carta de Pero Vaz Caminha*, Rio 1965.

Cardim, Fernão, S.J., *Tratado da Terra e Gente do Brasil*, Rio 1925.

Cardoso, Jorge, *Agiológio Lusitano*, III Lisboa 1652-66.

Cartas Jesuíticas: *I. Cartas do Pe. Manuel da Nóbrega, II. Avulsos, III. Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Pe. José de Anchieta*, Rio 1931.

Castro, Joaquim José da Silva, *Crônica do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte Serrat da Paraíba do Norte*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (cit. *RIHGB*), ano de 1864.

Catalogus Domuum et Fratrum Provinciae S. Antonii in Brasilia, Recife 1967.

Civezza, Marcelino da, O.F.M., *Saggio di Bibliographia Sanfrancescana*, Prato 1878.

— *Storia Universale delle Missioni Francescane*, Roma-Prato-Florença XI 1857-95.

Conceição, Frei Apolinário da, O.F.M., *Epítome da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil*, in *RIHGB*, vol. 296 (1972), com introdução e notas de Frei Gentil Titton, O.F.M.

— *Claustro Franciscano*, Lisboa 1740.

— *Primazia Seráfica na Região da América*, Lisboa 1733.

Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia..., Coimbra 1720.

Costa, Afonso, *História da Jacobina*, in *Jornal do Comércio*, Rio 31-8-1952.

Costa, A. F. Pereira da, *Anais Pernambucanos*, Recife 1951.

— *Dicionário biográfico de Pernambucanos célebres*, Recife 1882.

Couto, Diogo de, *Da Ásia*, Lisboa 1778-88.

Cruz, Ernesto, *História do Pará*, Belém 1963.

— *Os Capuchos de Santo Antônio no Pará*, in *Rev. de Cultura do Pará*, I, nº 4 (1971).

Cunha, Euclides, *Os Sertões*, Rio¹⁰ 1940.

Daça, Antônio, O.F.M., *Cronica General de N. P. S. Francisco y su apostolica Orden*, Valladolid 1611.

Dias, Eduardo, *Para a História dos Ávitas da Bahia*, in *Anais do 1º Congresso de História da Bahia*, Salvador II 1950.

Documentos Interessantes do Arquivo do Estado de São Paulo, XXVIII.

Ellebracht, Frei Sebastião, O.F.M., *O Servo de Deus Frei Pedro Palácios*, in *Vida Franciscana* XIV (1957).

— *A Aldeia de Nossa Senhora da Escada*, ibidem XVII (1960).

Falcônio, Diomedes, O.F.M., *I Minori Riformati negli Abruzzi*, Roma 1914.

Faria, Fr. Francisco Leite de, O.F.M.Cap., *Os Primeiros Missionários do Maranhão*, Lisboa 1961.

Frikel, Protásio, *A Missão de S. Francisco do Rio Cururu*, in *Santo Antônio* XXII (1964), 1 & 2.

— *Os Tiriyó*, in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia 9, Belém 1960.

— *Dez anos de aculturação Tiriyó 1960-1970*, Belém 1971. Publicações avulsas do Museu Goeldi.

Gonzaga, Francisco, O.F.M., *De Origine Seraphicae Religionis eiusque progressibus*, Roma 1587.

Gubernatis, Dominicus de, O.F.M., *Orbis Seraphicus...*, Roma 1684.

Hueberus, Fortunatus, *Menologium seu brevis et compendiosa illuminatio*, Munic 1698.

Jaboatão, Frei Antônio de S. Maria, O.F.M., *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, II Rio 1858-62.

Jarricus, S.J., *Thesaurus Rerum Indicarum*, Colônia 1615.

Kempf, Frei Walter, O.F.M., *A Mitologia dos Mundurucu*, in *Vozes* (1945).

Kiemen, Mathias C., O.F.M., *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-93*, New York² 1973.

Kruse, Albert, O.F.M., *Karusakaybë, Vater der Munduruku*, in *Anthropos* (46 (1951) 47 (1952).

Leite, Serafim, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, X Lisboa 1938ss.

— *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo 1940.

— *Monumenta Brasiliae* V, Roma 1956ss.

— *Nóbrega o Doutíssimo*, in *Brotéria* 72 (1961).

Lisboa, Frei Cristóvão de, O.F.M., *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, Lisboa 1967 (edição fac-similar).

Livro dos Guardiães do Convento de S. Antônio de Ipojuca, in *Rev. de História* XV (1964), nº 29.

Lopes, Fernando Felix, O.F.M., *Para a História dos Franciscanos portugueses no Brasil*, in *Santo Antônio* XXIII, nº 2.

Machado, Pe. Jerônimo, S.J., *Sumário das Armadas...*, Rio 1848s.

Machetti, Jesualdo, O.F.M., *Breve Memória della Nuova Missione Francescana nel Nord del Brasile*, Milano 1977.

— *Notizie Interessanti sulla Provincia delle Amazoni nel Nord del Brasile*, Roma 1882.

— *Relatório de Frei Jesualdo Machetti*, in *Fala do Dr. Satyro Oliveira Dias*, Manaus 1881.

— *Relazione della Missione Francescana di Manaus presentata al R. P. Generale dei Minori Francescani*, Roma 1886.

Maffeus, S.J., *Historiarum Indicarum Libri XVI*, Florença 1588.

Melo, J. S. Teixeira, *Campos dos Goitacazes*, São Paulo 1881.

Mello, José Antônio Gonsalves de, *Dom Antônio Filipe Camarão*, Recife 1954.

— *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano*, Recife 1966.

Mendonça, Marcus Carneiro de, *A Amazônia na era Pombalina*, III, Rio 1963.

Mense, Frei Hugo, O.F.M., *Cabi-ae*, Bahia 1924.

Millé, Andrés, *Cronica de la Orden Franciscana en la conquista del Peru, Paragnay y el Tucuman*, Buenos Aires 1961.

Miranda, Maria do Carmo Tavares de, *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*, Recife 1969.

Murphy, Robert & Yolanda, *As Condições atuais dos Mundurucu*, Belém 1954.

Nantes, Martin de O.F.M.Cap., *Relation succinte et sincère de la Mission du père Martin de Nantes... dans le Brésil*, edição fac-similar de Frederico Edelweiss, Salvador 1952.
Nogueira, Eurico Dias, *O Padroado de Portugal, no Ultramar*, in *Estudos* XXX, fasc. 3-4 (1952).
Pacheco, D. Felipe Conduru, *História Eclesiástica do Maranhão*, Maranhão 1968.
Paula e Silva, D. Francisco de, *Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão*, Bahia 1922.
Pinto, A. Moreira, *Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brasil*, Rio 1894.
Prado Almeida, *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, São Paulo 1939.
Prazeres, Frei Francisco dos, *Poranduba Maranhense*, in *RIHGB*, vol. 54.
Puetter, Frei Pancrácio, O.F.M., *Missões Franciscanas no Estado do Amazonas*, in *Santo Antônio* I (1943), 2ª fase.
Reineccius, Felix, *Solon Franciscanus*, Innsbruck 1649.
Reis, Artur Cesar Ferreira, *A Formação Espiritual da Amazônia*, in *Cultura* I.
Rendon, J. A. Arouche de Toledo, *Memórias sobre as Aldeias dos Índios da Provincia de São Paulo*, in *RIHGB* 1863.
Roewer, Frei Basilio, O.F.M., *A Ordem Franciscana no Brasil*, Petrópolis 1947.
— *O Convento da Penha do Espirito Santo*, ib. 1965.
— *Páginas da História Franciscana do Brasil*, ib. 1941.
Romag, Frei Dagoberto, O.F.M., *História dos Franciscanos no Brasil 1500-1659*, Curitiba 1940.
Salvador, Frei Vicente, O.F.M., *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo² 1965.
Santa Maria, Fr. Agostinho de, O.R.S.A., *Santuário Mariano*, IX, Lisboa 1722s.
São Boaventura, Frei Caetano de, O.F.M., *Paraíso Místico da Sagrada Ordem dos Frades Menores*. Porto 1750.
Sioli, Harald, *Eine Masernepidemie bei den Mundurukuindianern*, in *Akta Trópica*, XII (1955), nº 1.
Soledade, Frei Fernando da, O.F.M., *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, IV, Lisboa 1700.
Sousa Amado, José de, *História da Igreja Católica em Portugal e Domínios*, Lisboa 1876.
Staden, Hans, *Wahrhaftige Historia*, Marburg 1964.
Studart, Barão de, *Documentos para a História do Brasil*, IV, Fortaleza 1904-1921.
Teles, Baltazar de, *Crônica da Companhia de Jesus*, Lisboa 1634.
Tetteroo, Frei Samuel, O.F.M., *A Ordem dos Frades Menores no Brasil*, São João del-Rei 1924.
Trindade, Frei Paulo da, O.P.M., *Conquista Espiritual do Oriente*, I, Lisboa 1962.
Vat, Frei Odulfo van der, O.F.M., *Princípios da Igreja no Brasil*, Petrópolis 1952.
— *Notícias sobre os Franciscanos na Paraíba no século 16*, in *Santo António* III (1945).
Vilhena, Luís dos Santos, *Recopilação de Notícias soteropolitanas e brasílicas* (ms) apud Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Rio 1934.
Wadding, Frei Lucas, O.P.M., *Annales Minorum seu trium Ordinum a S. Francisco Institutorum*, Quaracchi 1931ss.
Willeke, Frei Venâncio, O.F.M. *Frei Melchior de Santa Catarina, 1º Custódio Franciscano do Brasil*, in *Vozes* LV (1961), nº 12.
— *A Missiologia de Frei Vicente do Salvador*, in *RIHG-S. P.*, vol. 62 (1966).
— *Primórdios da Fé no Brasil*, in *RIHGB*, vol. 287 (1970).
— *Antologia do Convento da Penha*, Vitória 1974.
— *Atas Capitulares da Provincia Franciscana de Santo António do Brasil, 1649-1893*, in *RIHGB*, vol. 286 (1970).

III. Revistas

Acta Ordinis Minorum, Roma
Akta Trópica, Basiléia.
Anthropos, St. Augustin.
Anuário de Santarém, Santarém.
Archivo Ibero-Americano, Madri.
Archivum Franciscanum Historicum, Roma.
Boletim do Arquivo do Estado de S. Paulo, S. Paulo.
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
Brotéria, Lisboa.
Estudos, Lisboa.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio.
Santo Antônio, Recife.
Santuário de São Francisco, Canindé.
Vida Franciscana, São Paulo.
Vozes, Petrópolis.

Índices

ÍNDICE DAS MISSÕES 1500-1975

Alagoas 83ss, 88
Almagra 48ss
Anajatiba 154
Ananapecuma 168
Aracajó 153
Aracapá 81, 87s
Arachá 86
Aramucu = Arraiolos 153
Arapijó = Carazedo 152
Aricobé 82, 88, 99, 110
Aruaná 168
Assunção 51, 68, 77

Bahia 86s
Bom Jesus 154

Cachoeira 128
Calá = Monsarás 153
Calté 153
Caldeirão 162s
Camamu 88
Camutá 139, 146, 153
Carapicuíba 132
Cararu 86
Cariris 84, 88
Caruri 168
Caruru 86
Catu 88
Caviana = Vilarinho do Monte 153
Colônia do Sacramento 131
Conceição do Marajó 153
Conceição do Paru = Almeirim 154
Coripós 81, 84, 88, 110
Curral dos Bois 88, 90, 110s
Curuamanema = Curuá 152

Gamboa 129
Goiana 40s
Guarapiranga 151, 154
Guirugibe = Assento do Pássaro 50
Gurupá 139, 152
Gurupatuba = Monte Alegre 152

Igaraçu 39s
Igarapé = Salvaterra 153
Imaculada Conceição 168
Ipanoré 164, 168
Ipuca 131
Itamaracá 39
Itapecerica 132
Itapicuru 86, 88, 106
Itapissuma 39
Ivituraperuma 168

Jacobina 81s, 87s, 93ss, 97ss, 111
Jacoca = Gramame? 51ss, 68
Jararete 168
Jeremoabo 82, 88, 90, 109, 111
Joane 50
Juazeiro 82, 85, 87-92, 99, 110s
Juquira 168
Jurapecuma 168
Julica 168

Mangue 50
Mapuá 154
Maracaju 164, 168
Massacará 82, 86, 88, 98, 111
Massarandupió 88
Maturu = Porto de Mós 152
Mbyaçá 27ss
Micurapecuma 168

N. S. dos Anjos 129, 131
N. S. da Escada 122-128
N. S. da Graça 154
N. S. do Rosário 153

Olinda (2-3 missões) 36-40

Pajeú 84, 88
Palmar = Santo Amaro 84, 88
Pambu 88, 111
Papunha 168
Paraíba 40, 43, 45, 83ss
Paru de Oeste 190
Pauxis = Óbidos 152
Pedra 128
Pernambuco 83ss
Piagui 88
Piauí 86s
Piragibe = Braço do Peixe 49ss
Ponta de Pedras 39
Pontal 81, 84s, 88, 110
Porto de Pedras 43ss, 62, 68
Porto Seguro 20s, 23-27
Praia 50

Rodelas 86, 88

Saí 81s, 88, 94, 99, 111
Salitre 88, 99
Santa Cruz 152
Santo Agostinho 51s
Santo Amaro 110
Santo Antônio do Madeira 161

Santo Antônio de Pádua 129
Santo Antônio dos Guarulhos 121s
São Domingos 168
São Francisco do Cururu 171-185
São Francisco do Jari 153
São Francisco do Machado 161s
São Francisco do Solimões 168
São João de Jamundá = Faro 152
São João de Peruíbe 117, 119, 123
S. João dos Poções = Vinhais 144, 153
São José do Marajó 154
S. Miguel Paulista = Ururaí 120s, 123
São Nicolau 130s
São Pedro da Aldeia 132
São Pedro do Madeira 161s
Siri = Ciri 40, 42
Sirinhaém 110
Surubiu = Afenquer 152

Tabatinga 128
Tapauá 168
Taraquá 164, 168
Taubaté 132
Tiriyó 187-192
Tracunhaém 41
Tuaré = Tocré = Espozende 153
Tucano 168
Turi 168
Turigarapé 168

Uiraposo 168
Umari 168
Una (I) = Iguna 41-44, 62, 68, 77, 83, 88, 109s
Una (II) 138, 145s, 153
Unhunhu 81, 84, 88, 110
Urubuquara = Prainha 151, 154
Utinga 53

Vila Velha 29

Zorobabé 81, 84, 88, 110

N.B.: *Faltam aqui as 16-18 missões aceitas em 1603 cujos nomes não constam.*

ÍNDICE DAS TRIBOS INDÍGENAS

Almoré 29
Ambiquara 152
Ananá 168
Apamá 152
Apiacá 178, 181
Aracaju 152, 154s
Arapaz 168
Araplú 152
Ararí 161s
Arechi 147
Aroki 153
Aruan 153ss
Aruna 153

Baré 152

Caeté 33, 35, 42, 44, 62
Caimbre 88
Camutá 139
Candori 152
Capuna 152
Carijó 27ss
Cariri 86, 88
Corascorati 152
Corlati 152
Coroado 122
Crichana 168
Crossam 152

Ewarhoyana 187

Gonçari 152
Guaguar 80
Gualmoré 88
Guarani 130s
Guarulho 121s, 128

Ingaiba 153

Jnmamandi 168
Jamundá 152

Kaxúyana 187

Manaca 162
Manaus 152
Maué 181
Moré 154
Mundurucu 17, 171-176, 181
Mura 162, 168
Murunu 154

Nambiquara 152

Oyampi 187

Palaiá 93s, 103
Pama 168
Parintintim 162
Pauxis 152
Piratapuia 168
Piriqui 152
Potiguara 39, 50s, 55, 61s, 69
Procá 88
Puma 161

Sacaca 154

Tamaquim 89
Tape 129
Tapiassu 152
Tapuia 88, 139, 147
Taquiponá 152
Tariana 168
Tirlyó 17, 187-192
Tobajar 30, 36, 69
Tocantim 152
Torá 152, 161s
Tucano 162, 168
Tujucu 153
Tupinambá 86, 88, 136s, 139
Tupiniquim 20-27, 120

Uruatim 147
Urupá-Manaca 162

ÍNDICE ONOMÁSTICO

B = Bispo * = franciscano

Adams, Crisóstomo * 172, 174
Alberto, Cardeal 47
Albuquerque, Duarte Coelho de 35
Albuquerque, Jerônimo 137
Albuquerque, Jorge 38, 75
Almeida, Cândido Mendes de 55
Almeida, Manuel Soares de 139
Ana Maria, da Austria 125
Anchieta, José de 23ss, 36, 120
Andrade, Gomes Freire de 129
Anita, Irmã 191
Anjos, Domingos dos * 59, 142, 145
Antônio 38
Anunciação, Bernardo da * 39
Anunciação, Luís da * 36, 43
Aponte, Juan de * 30
Apresentação, Antônio da * 122s
Aranha, Francisco Xavier (B) 85
Arcanjos, Antônio dos * 119
Armenta, Bernardo de * 27ss
Assunção, João da * 43
Assunção, Luís da * 142, 148, 150
Azevedo, Manuel de 51

Baggio, Sebastião (B) 192
Bahlmann, Amando * (B) 176s
Barbosa, Frutuoso 47s, 50
Barbosa, Tomás 85
Batista, Manuel * 59, 142
Batista, Pedro * 164
Benevides, Salvador Correia de Sá 117, 123
Bernardes, Francisco 130
Berredo 58
Bezerra, Otávio K. B. de 17
Blanchard 179
Bolaño, Alonso * 15
Bonkosch, Edmundo * 185
Boruapin 174
Botelho, Diogo 69, 75
Braga, Juvenal da Mota 172
Brieva, Domingos * 150
Budde, Bonifácio * 176s
Burks, Arthur 186

Cabeza de Vaca, Alvar Nuñes 28
Cabral, Pedro Alvares 19s
Cabrera, Alvar de 27s
Caldeira, Sebastião de Siqueira 123
Calixto, Benedito 120
Calmon, Pedro 50
Calvário, Antônio do * 59, 80, 142, 149
Camarão, D. Felipe 40
Camarão, D. Sebastião Pinheiro 83
Camboa, Pedro Sarmiento de 30
Caminha, Pero Vaz de 20s
Campo Maior, Antônio do * 39, 44s, 47-50, 61
Canali, Aloísio * 166
Cangini, Mário * 164
Canioni, Mateus * 163s
Cardoso, Gaspar 122
Cardoso, Jorge 24s, 135
Carvajal, Juan * 30
Carvalho, Antônio de S. Camilo de Lelis * 171
Carvalho, Feliciano Coelho de 47, 50, 52s, 61
Carvalho, Francisco Coelho de 147, 150
Castelo Branco 138
Castro Valva, Pelino de * 172
Cavalcante, Paulo * 192
Chagas, Agostinho das * 142, 150
Chagas, Gaspar das * 61
Chagas, Manuel das * 83
Chagas, Tomás das * 128
Coelho, Jorge de Albuquerque 34
Coelho, José Bento Antas 95, 97
Coelho, Matias 129
Coimbra, Henrique Soares de * 19ss
Coimbra, Sebastião de * 142, 145
Conceição, Apolinário da * 81, 116, 120s
Conceição, Joaquim da * 155
Conceição, Martinho da * 154
Coppi, Illuminato * 162, 164
Correia, Diogo Alvares (Caramuru) 26
Correia, Joaquim 172
Correia, José de S. Tomás * 95
Costa, Antônio de Macedo (B) 159
Costa, Davi * 192
Coudreau 187
Cruz, Antônio da * 61
Cruz, Ernesto 154
Cruz, João da * 59, 142, 147
Cruz, Lino da * 84
Cunha, Euclides da 109, 112

Dallorto, José * 163, 165
Dávila, Dias 80, 86s, 89s, 107
Desterro, Antônio do (B) 131
Dias, Constância 53
Duarte, Dom 140

Ellebracht, Sebastião * 122
Encarnação, José da * 96s, 100, 102, 111
Encarnação, Manuel da * 84
Erkmann, Berardo * 175s
Espírito Santo, Cosme do * 107
Espírito Santo, Sebastião do * 58, 135
Estrela, Antônio da * 53, 75s
Etiguara (Carijó) 27
Évora, Pedro de * 152

Fialho, D. José (B) 111
Figueira, Luís 148
Figueiredo, Estêvão de (B) 83
Figueiredo, João Batista 159, 163
Figueiredo, José Marcelino de 131
Figueiredo, Manuel Fulgêncio 99
Filipe II 34, 47, 50, 69, 139
Frattegiani, Angelo * 159, 162
Francisco 37s
Frikel, Protásio * 187s

Germana, Irmã 191
Gertrudes, Irmã 176
Goedde, Francisco José * 188
Gocje 187
Gomes, Luís 43
Gonçalves, Antônio 43
Gonzaga, Francisco * 34, 36
Guiso, Diogo de * 30

Haas, Cirilo * 188, 190
Havertz, Ricardo * 179
Herberhold, Eduardo * (B) 175, 181
Homem, Manuel Mascarenhas 54
Hötting, Lamberto * 188
Husum 180

Ilha, Antônio da • 61
Ilha, Manuel da • 23, 25, 39, 41, 43, 45, 50ss, 54, 62, 68, 135
Ilha Grande 54

Jaboalão, Antônio de S. M. • 26, 36, 39, 47, 50s, 58, 79, 83, 85, 90, 135, 142
Jarricus 25
Jesus, João de • 155
Jesus, Leonardo de • 44s, 138
Jesus, Mateus de • 149
Jesus, Tomé de • 80
João IV, Dom 150
João V, Dom 106, 111
João XXII 60

Kiemen, Matias • 17
Koser, Constantino • 17
Kruse, Alberto • 178s

Leal, Pedro Barbosa 94
Leão XIII 16
Lebron, Afonso • 27ss
Leitão, Maria da Rosa 30, 35
Leite, Serafim 49
Letschert, Bento • 192
Levosende, Angelo • 162
Lisboa, Cristóvão de • 16, 58s, 80, 140-150, 154s, 193
Lobo, Domingos de S. José • 96
Lobo, Joaquim Pedro da Costa 92
Loewenau, Floriano • (B) 180, 187
Lopes Neto 158
Loreto, João de • 130
Lugo, Juan Bernal Diaz 28
Lumbria, Martin Garcia 119
Luzia, Irmã 191

Machetti, Jesualdo • 159-167
Maciel, Bento 145ss
Madeira, Antônio Nazaré • 128
Madre de Deus, Antônio da • 127
Maffeus 25
Magalhães, Inácio de Sousa 83
Mancini, Samuel • 158s, 161ss, 167
Manuel I 19s, 23s
Marciana, Antônio de • 138, 145
Marciniscyn, Albano • 17
Maria, Francisco do Amparo de Jesus • 125
Maria, Lourenço de Jesus • 83
Maria, Mateus de Jesus • 155
Marinho, Leonor Pereira 86s
Martius 91
Mato Grosso, Pe. Caetano de Araújo 92
Mense, Hugo • 171-175, 178s, 182
Mielert, Angélico • 17, 179, 188, 190
Monção, Antônio da Piedade • 121s
Monteiro, José de Sousa 93
Moreno, Martim Soares 143

Nantes, Martin de 82, 87, 103
Nazaré, Joaquim de N. Senhora (B) 144
Neves, Bernardino das • 53ss, 61
Nóbrega, Manuel da 23ss, 27ss
Noronha, Jácome Raimundo 57, 150
Nunes, Leonardo 29

O'Brien 148
Oliveira, Aldo 190
Oliveira, Antônio 93
Oliveira, João Franco de (B) 86

Palácios, Pedro • 29, 116
Paolozzi, Vitaliano • 162s
Pardini, Ambrósio • 164s
Parnaíba, Diogo dos Anjos • 125
Pedro II, de Portugal 123, 155
Pedro II, do Brasil 159
Pedro Batista • 164
Pereira da Costa, A. F. 83
Philipsenburg, Ambrósio • 177
Piedade, Manuel da • 53, 55ss, 61, 136s, 142
Pietrelli, Pedro A. • 164, 166
Pietrulla, Anselmo • (B) 179
Pimentel, Antônio da Silva 93s
Pina, Manuel de 145
Pinheiro, Raimundo N. 17
Pio II 15
Pio IX 164
Pio X 171
Pombal, marquês de 86, 118, 127, 144, 153, 158
Portaraso, Teodoro • 159, 161s
Portoalegre, Manuel • 61
Prates, D. Feliciano Rodrigues (B) 130
Prazeres, Francisco dos • 155
Prein, Serafim • 188
Prenofetta, Miguel • 162s
Presépio, Francisco do • 142
Pueller, Humberto (Pancrácio) • 17
Purificação, Alvaro da • 30
Purificação, Antônio da • 132
Purificação, Domingos da • 129
Purificação, Jácome da • 86
Purificação, Rafael da • 129s

Raimunda, Irmã 191
Redondo, Pedro de • 152
Rego, Francisco Pinto do 124, 126
Reichert, Ervano • 185
Reis, A. C. Ferreira 139, 152
Reis, José Miranda da Silva 160
Remédios, Francisco dos • 125
Ressurreição, Manuel da • (B) 125
Rivadaneyra, Juan de • 30
Rochi, Vicente • 159
Romano, Francisco • 30
Rondon, General 187
Rosa, Luis da • 124
Rosário (I), Francisco do • 36, 57s, 135, 142, 145
Rosário (II), Francisco do • 131
Rosário, João do • 131
Rosário, Salvador do • 119
Rosário, Sebastião do • 138
Röwer, Basilio • 116
Rubert, Arlindo 17
Ryan, Tiago • (B) 185

Sá, Antônio do Vencimento • 123
Sá, Mauricio Correa de 96
Sacramento, Valério do • 130s
Saldanha, Martim Lopes-Lobo de 125, 127
Salvador, Vicente do • 20, 38, 45, 47, 50, 52, 68ss, 79, 109, 116, 135ss, 139, 142, 148, 193
Sampaio, Teodoro 89
Santa Bárbara, Miguel de • 121
Santa Catarina, João de • 80, 130
Santa Catarina, Melchior de • 30, 33ss, 39ss, 43s, 47, 60, 86, 106
Santa Emerenciana, Francisco de • 121
Santa Gertrudes, José de • 91
Santa Helena, Calixto de • 124s
Santa Maria, Afonso de • 39s
Santa Maria, Agostinho de 154
Santa Maria, Constantino de • 123
Santa Maria, José de • 154
Santa Maria, Tomás de • 129
Santa Teresa, Bernardo de • 149

Santo Antônio, Baltasar de • 61
Santo Antônio, Boaventura de • 155
Santo Antônio, Miguel de • 122
Santo Antônio, Sebastião de • 92
Santo Antônio, Tomás de • 124
Santo Atanásio, João de • 151, 155
Santos, Francisco dos • 36, 138
Santos, Pe. Francisco Manoel dos 91
Santos, João 17
São Boaventura, Domingos de • 98
São Boaventura, Felipe de • 138
São Boaventura, Francisco de • 36
São Damião, Cosme de • 39, 55ss, 61, 136s
São Francisco, Jerônimo de • 155
São Jerônimo, Braz de • 44
São José, Agostinho de • 128
São José, Cristóvão de • 138s, 145, 148
São Marcos, Francisco de • 152
São Miguel, João de • 54, 61
São Paulo, Junipero de • 59, 142
São Roque, Manuel de • 129
São Sebastião, Antônio de • 111
São Sebastião, Francisco de • 85
Santo Tomás, Pedro de • 80
Sardinha, Pedro Fernandes (B) 35, 44
Sarmento, Antônio Pereira 131
Schomburgk 187
Sepulcro, Ricardo do • 144
Severim, Manuel 140, 149
Silva, Berardo Lopes da 130
Silva, João da 145
Sloli, Harald 179
Siqueira, José 124
Sixto V 35, 75, 86
Soares, Diogo 84, 126
Soledade, Fernando da • 25
Sonsini, Anacleto • 165s
Sousa, Gaspar de 59, 140s
Sousa, Martim Afonso de 26
Souto, Teodoreto C. Faria 164
Stulzer, Aurélio • 17
Surian, Floriano • 17, 101
Surupiíba 54

Tavares, João 53, 136
Távora, Antônio Luis 124
Teixeira, Pedro 145, 148, 150
Toelle, Plácido • 175ss, 179, 182, 185
Tomagica 146
Trifilterer, Humberto • 178
Trindade, Alexandre da • 149
Trindade, Antônio da • 111, 142, 144
Trindade, Lourenço da • 131

Vago, Bernardino dal • 152
Vale, Alexandre M. do 123
Vasconcelos, Luis Aranha 139
Vespúcio, Américo 25, 87
Vidaure, Francisco • 163
Vide, Sebastião Monteiro da (AB) 104, 111
Vila Viçosa, Antônio da • 152
Visitação, José da • 125, 128
Voges, Rogério • 178

Wand, Luis • 171s, 176ss

Zaccagni, • 159, 162s
Zattoni, José Maria • 164
Zilocchi, Venâncio • 163ss
Zimmermann, J. 180

Este livro foi produzido nas oficinas gráficas da Editora Vozes Limitada no ano do Tricentenário da emancipação da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

EDITORA VOZES

Rua Frei Luís, 100 Tel.: 42-5112 *
Caixa Postal 23. End. Telegr.: **Vozes**
25.600 Petrópolis. Estado do Rio
C.G.C. 31.127.301/0001
Inscr. Est. 39.030.164

Filiais:

Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 118-I
Tel.: 242-9571
São Paulo: Rua Senador Feijó, 158/168
Tels.: 33-3233 - 32-5890
Belo Horizonte: Rua Tupis, 85
Loja 10 — Tel.: 22-4152
Porto Alegre: Rua Riachuelo, 1280
Tel.: 25-1172
Brasília: CRL/Norte - D. 704
Bloco A - Nº 15

Representantes:

Recife: NORDIS-Nordeste Distribuição de Editoras Ltda.
Rua da Conceição, 106. Tel.: 21-4306
Fortaleza: Ceará Ciência e Cultura Ltda.
Rua Edgar Borges, 89. Tel.: 26-7404